



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE POS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

GIL EDUARDO DE ALBUQUERQUE MACEDO

**AS VIDAS DO PADRE ANTÔNIO VIEIRA: A FABRICAÇÃO DO PERSONAGEM
HISTÓRICO NAS ESCRITAS DA NAÇÃO (SÉCULO XIX)**

FORTALEZA
2020

GIL EDUARDO DE ALBUQUERQUE MACEDO

**AS VIDAS DO PADRE ANTÔNIO VIEIRA: A FABRICAÇÃO DO PERSONAGEM
HISTÓRICO NAS ESCRITAS DA NAÇÃO (SÉCULO XIX)**

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor no Curso de Pós-Graduação em História, Área de Concentração em História Social, Linha de Pesquisa Memória e Temporalidade, da Universidade Federal do Ceará.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Régis Lopes Ramos.

FORTALEZA
2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- M121a Macedo, Gil Eduardo de Albuquerque.
As vidas do padre Antônio Vieira: a fabricação do personagem histórico nas escritas da Nação (século XIX) / Gil Eduardo de Albuquerque Macedo. – 2020.
207 f. : il.
Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em História, Fortaleza, 2020.
Orientação: Prof. Dr. Francisco Régis Lopes Ramos.
1. Historiografia. 2. Padre Antônio Vieira. 3. João Francisco Lisboa. 4. Francisco Adolfo Varnhagen. I. Título.

CDD 900

GIL EDUARDO DE ALBUQUERQUE MACEDO

AS VIDAS DO PADRE ANTÔNIO VIEIRA: A FABRICAÇÃO DO PERSONAGEM
HISTÓRICO NAS ESCRITAS DA NAÇÃO (SÉCULO XIX)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em História. Área de concentração: História Social.

Aprovada em: ___/___/_____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Francisco Régis Lopes Ramos. (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Hélder do Nascimento Viana.
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

Prof^a. Dr^a. Maria Emília Monteiro Porto
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

Prof^a Dr^a. Kênia Sousa Rios
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof^a Dr^a Meize Regina de Lucena Lucas
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Antonio Luiz Macêdo e Silva Filho (suplente)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Edilberto Cavalcante Reis (suplente)
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

À dona Edna.

AGRADECIMENTOS

Aos meus “velhos”, dona Edna e seu Gilbelmar, pelo apoio incondicional, amor e respeito a profissão que desde garoto tem me fascinado. À minha querida irmã, Maíra, pela torcida sincera e pelo carinho de sempre. Aos meus queridos primos: Alexandre, Ana Cláudia, Júnior, Diego, Miguel. Ricardo, Massay e Maitê.

Ao professor Dr^o Francisco Régis Lopes Ramos, a quem devo os maiores agradecimentos pelo desenvolvimento que a pesquisa tomou. Agradeço igualmente a oportunidade de ter sido seu aluno no primeiro semestre do doutorado, oportunidade de experiência intelectual inestimável. Ao professor e orientador, devo o que aprendi sobre historiografia e as costuras possíveis na construção textual de um trabalho acadêmico em História.

À Dr^a Maria Emília Monteiro Porto, a quem devo minha formação intelectual. Agradeço por todo acolhimento e atenção. Ainda é vivo em minha memória os primeiros ensinamentos sobre a História e o mundo colonial, ensinamentos presentes desde o primeiro semestre de graduação e que atravessaram o mestrado e se tornaram também fundamentais no processo de formulação do projeto de doutorado. Desde então a professora tem estimulado minhas pesquisas e fornecido as bases das problematizações presentes no meu percurso acadêmico, além de ter me apresentando parte das referências bibliográficas presentes na tese. À ela toda a minha gratidão, carinho e inestimável orgulho.

Aos amigos que fiz na rádio Universitária Fm da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Hoje sou historiador e desde 2018 me tornei radialista, profissão que me enche de felicidade e prazer. É uma honra poder trabalhar todo dia junto a Eduardo (meu querido irmão postiço), Luciana, Rodrigo, Olavo, Márcio e Rafael, colegas e amigos que acompanharam de perto os meus dois últimos anos de aflição. Agradeço a rádio por ter me apresentado outras pessoas maravilhosas e que hoje são amigos. Agradeço, em especial, a Alessandra pelo imensurável carinho e pelas conversas jogadas fora nesses dois últimos anos. À Taiane pelos valiosos conselhos e pelas boas risadas. Aos bolsistas e estudantes da produção que dão vigor e movimento a UFRN.

Aos meus amigos e alunos da turma de doutorado 2015, sem os quais as disciplinas não teriam sido leves e divertidas como foram. Aos companheiros da revista *Em*

Perspectiva, periódico que tenho orgulho de ter feito parte da equipe inaugural e que hoje avança a passos largos, apesar do momento de desmotivação para a pesquisa e ensino que o país atravessa. Sim! É possível ser feita pesquisa de qualidade no Brasil e a equipe de editores da revista consegue provar a cada ano.

Aos meus amigos da graduação e mestrado, que dentre os quais destaco Gabriela Fernandes, amizade construída em doze anos de companheirismo acadêmico e de grande amizade, a quem sou grato por parte das leituras e críticas que me ajudaram no desenvolvimento da escrita desta tese. Ao meu grande amigo Renan, companheiro de mestrado e de música, pelas discussões e divagações teóricas. À Lunara e Patrícia pela amizade sempre carinhosa. À Adriel Fontinele pelas valiosas sugestões. À Thiago e à Rafaela pelos bons tempos da graduação.

À Jacqueline que presenciou de perto o início da pesquisa. Sou grato por sua amizade, apoio e respeito nos últimos tempos. Também agradeço aos meus irmãos de música: Renno, João, Biro e André. Aos amigos da Ribeira, Carol, Micaela, Analice e Carolzinha. Agradeço a esses por terem feito parte de um dos momentos inesquecíveis da minha juventude. Aos meus amigos de longa data: Davi, Dickson, Bruno, Redson, Luís, Yan, Fabrício, Gustavo e Leonardo pelas conversas jogadas fora e pelas noites de descontração. Agradeço, em especial, a Davi por ter sido um amigo tão fiel, sincero e companheiro. À André Maia pela eterna nostalgia.

Aos professores componentes da banca de qualificação, que além do professor Régis, contou com os diálogos protagonizados pelas intervenções da Dr^a Kênia Rios e de Dr^a Meize Lucena Lucas. Agradeço por não só terem demonstrado invejável conhecimento, mas por terem sugerido importantes alternativas de escrita e pesquisa, sem as quais a tese não tomaria sua última forma. Tomei suas sugestões como vozes de interlocução no processo de reformulação.

À UFRN, universidade que me acolheu durante os anos de 2007 e 2014, em especial, ao Dr. Renato Amado Peixoto pela disciplina ministrada em 2016, sugerindo referências e discutindo aspectos pontuais de minha pesquisa. À professora Aurinete Girão pelo carinho e apoio.

Aos professores do PPGH da UFC pelas instigantes discussões em sala de aula. À Universidade Federal do Ceará, lugar que se tornou meu segundo lar durante os dois primeiros anos do doutorado. Agradeço aos funcionários e servidores da instituição por

possibilitarem o meu desenvolvimento humano e intelectual e que fazem da instituição um dos espaços de resistência de ensino e da pesquisa em nosso país.

Por fim, à CAPES pelo apoio institucional e concessão de bolsa até 2018, permitindo-me a aquisição de documentações e de importantes exemplares bibliográficos.

Nesta machina do mundo, entrando também nella os céos, as estrelas têm seu curso ordenado que não pervertem jamais; o sol tem seus limites e trópicos, fora dos quais não passa; o mar com ser um monstro indômito, em chegando às areias, pára; as árvores, onde as põem não se mudam; os peixes contentam-se com o mar, as aves com o ar; os outros animais com a terra. Pelo contrário o homem, monstro e quimera de todos os elementos, em nenhum lugar pára, com nenhuma fortuna se contenta, nenhuma ambição, nem appetite o farta; tudo perturba, tudo perverte, tudo excede, tudo confunde, e como é maior que o mundo não cabe nele.

(Antônio Vieira, **Sermão do São Roque**)

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 A INTRIGA: AS TENSÕES E AS DISPUTAS NO CAMPO DE PRODUÇÃO DO SABER HISTÓRICO	46
2.1 – O IHGB e a Companhia de Jesus	48
2.2 – A escrita combativa	60
2.3 – O imbróglio entre Varnhagen e Lisboa	72
3 AS CINZAS DA FÊNIX: VIEIRA E A HERANÇA PORTUGUESA	87
3.1 – “De Tubal a nós”	92
3.2 - O gigante luso-brasileiro.....	113
3.3 – O antijesuitismo português e João Francisco Lisboa	126
4 ENTRE A FRAGMENTAÇÃO E A DISSIMULAÇÃO: O JESUÍTA E O INDIVÍDUO	140
4.1 – A produção do indivíduo na narrativa da Nação: a luva e a pluma	142
4.2 – O Papel Forte	156
4.3 – O gesto de divisão	164
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	183
FONTES	191
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	195

RESUMO

Saudado como imperador da língua portuguesa, Antônio Vieira foi um padre jesuíta que viveu entre anos de 1608 e 1697. A relevância do autor dos *Sermões* sem dúvida possui relação com sua vasta e rica experiência histórica, mas é junto aos investimentos historiográficos do século XVIII e XIX que a imagem do jesuíta ganha visibilidade no imaginário social. Polêmico em vida, as leituras sobre o padre foram difusas. Com a efervescência da história moderna e sua relação com os projetos de nação, o padre se tornou pauta de intensos debates, figura necessária do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro para a formação da narrativa nacional. Um campo de disputas foi formado em torno da representação histórica do padre seiscentista, do qual surgiram duas interpretações. Sintomáticos da ambiguidade gerada em torno do jesuíta, a imagem apologética de um indivíduo nascido em Portugal e que ao Brasil possuía seu dever de Pátria transitou junto a outro modelo de interpretação: a escrita de denúncia histórica. Para compreender o surgimento destas imagens e suas reverberações, torna-se imprescindível o entendimento da fabricação de Vieira em meio aos investimentos simbólicos da historiografia brasileira do século XIX. Nesse sentido, tomamos como partida a análise das operações historiográficas de Francisco Adolfo Varnhagen e João Francisco Lisboa, dois dos grandes inventores do padre jesuíta na cultura histórica oitocentista, com as quais se pode inferir uma teia de relações adjacentes, sobretudo, as estabelecidas com o IHGB e a historiografia portuguesa.

Palavras-chave: Antônio Vieira. Francisco Adolfo Varnhagen. João Francisco Lisboa. Escrita da História.

ABSTRACT

Greeted as emperor of the Portuguese language, Antônio Vieira was a Jesuit priest who lived between 1608 and 1697. The relevance of the Sermons' author is undoubtedly related to his vast and rich historical experience, but it is with the historiographic investments of the 18th and 19th century that the image of the Jesuit gains visibility in the social imagination. Controversial in life, the readings on the priest were diffuse. With the effervescence of modern history and his relationship with nation projects, the priest became the subject of intense debates, a necessary figure of the Brazilian Historical and Geographic Institute for the formation of the national narrative. A field of disputes was formed around the historical representation of the 17th century priest, from which two interpretations emerged. Symptomatic of the ambiguity generated around the Jesuit, the apologetic image of an individual born in Portugal and who had his homeland duty to Brazil moved along with another model of interpretation: the writing of historical denunciation. In order to understand the appearance of these images and their reverberations, it is essential to understand Vieira's fabrication amid the symbolic investments of 19th century Brazilian historiography. In this sense, we start with the analysis of the historiographic operations of Francisco Adolfo Varnhagen and João Francisco Lisboa, two of the great inventors of the Jesuit priest in 19th century historical culture, with which one can infer a web of adjacent relations, above all, those established with the IHGB and Portuguese historiography

Key words: Antônio Vieira, Francisco Adolfo Varnhagen, João Francisco Lisboa, Writing of History.

RÉSUMÉ

Salué comme l'empereur de la langue portugaise, Antônio Vieira a été un père jésuite qui a vécu entre les années 1608 et 1697. La pertinence de l'auteur de les Sermons, sans doute a de relation avec sa vaste et riche expérience historique, mais c'est avec des investissements historiographiques des siècles XVIII et XIX que l'image du jésuite gagne visibilité dans l'imaginaire sociale. Polémique en vie, les lectures à propos du père ont été diffusées. Avec l'effervescence de l'histoire moderne et sa relation avec des projets de nation, le père est devenu sujet de débats intenses, figure nécessaire de l'Institut Historique et Géographique Brésilien pour la formation de le récit nacional. Un champ de conflit a été formé autour de la représentation historique du père du XVIIe siècle, dont est survenu deux interprétations. Symptomatique de la ambiguïté générée autour du jésuite, l'image apologétique d'un individu qui est né au Portugal et qui au Brésil avait son devoir de patrie, a transité auprès de l'outre modèle d'interprétation: l'écrit de dénonciation historique. Pour comprendre l'apparition de ces images e leur réverbérations, il deviant indispensable la compréhension de la fabrication de Vieira autour des investissements symbolique de l'historiographie brésilienne du XIXe siècle. Dans ce sens, nous prenons comme point de départ l'analyse de l'operations historiographiques de Francisco Adolfo Varnhagen et João Francisco Lisboa, deux de les grands inventeurs du père jésuite dans la culture historique du XVIIIe siècle, avec lesquelles on peut inférer un réseau de relations adjacents, surtout, celles fixés avec l'IHGB et l'historiographie portugaise.

Mots-clés: Antônio Vieira, Francisco Adolfo Varnhagen, João Francisco Lisboa, Écrit de l'histoire.

LISTA DE FIGURAS

- Figura 01 - Contracapa da hagiografia de André de Barros p. 105
Figura 02 - Ilustração de Antônio Vieira na *História Geral do Brazil* p. 173.

LISTA DE ABREVIATURAS

CJ	Companhia de Jesus
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico
RAHP	Real Academia de História Portugues

1 INTRODUÇÃO

No dia cinco de outubro de 2017, em Lisboa, a manifestação intitulada “Descolonizando Padre António Vieira” caminhava em direção à estátua do polêmico padre jesuíta. Para a ocasião, estava agendada uma série de intervenções artísticas que contava com a entrega de flores e recitação de poemas. A ideia era homenagear às vítimas da escravidão, denunciando a figura do padre jesuíta como um “esclavagista selectivo”. Ciente disso, um grupo de 15 *skinheads* cercou a estátua e escreveu no chão “portugueses primeiro”¹. O fato repercutiu e gerou diversos debates na mídia e nos círculos acadêmicos. Uma disputa sobre a representação histórica do padre se evidenciou na ocasião.

Nessa perspectiva, o referido episódio revela a seguinte constatação: a imagem do missionário jesuíta transbordou o século XVII. Não é nosso objetivo discernir o quão justas são as críticas ao jesuíta. Todavia, preferimos refletir: como a figura de António Vieira foi inventada? A quais projetos políticos sua imagem esteve associada?

De um modo, em Portugal, os trabalhos *Vieira na literatura anti-jesuítica*² e *O movimento anticlerical português oitocentista perante o Padre António Vieira*³ tratam das críticas literárias e históricas ao padre jesuíta feitas por grupos anticlericais, explicando como as desconfianças sobre o padre eram frutos de um empenhado esforço historiográfico e literário. De outro modo, o artigo escrito por Paulo Fernando da Motta de Oliveira⁴, apresentado no Terceiro Centenário da morte de António Vieira, de forma sintética, expõe uma análise da recepção do jesuíta pela

¹ FERREIRA, Nicolau; LOURO, Manuel. Estátua do padre António Vieira guardada por “neonazis”. **Público**, Lisboa, 5 out. 2017. Disponível em: <https://www.publico.pt/2017/10/05/sociedade/noticia/accao-de-protesto-contra-a-estatua-do-padre-antonio-vieira-barrada-por-neonazis-1787874>. Acesso em: 8 out. 2017.

² FRANCO, José Eduardo; REIS, Bruno Cardoso. **Vieira na literatura anti-jesuítica (século XVIII-XIX)**. Lisboa: Roma Editora, 1997.

³ VENTURA, António. O Movimento Anticlerical português oitocentista perante António Vieira. In: CONGRESSO INTERNACIONAL TERCEIRO CENTENÁRIO DA MORTE DO PADRE ANTÓNIO VIEIRA, Lisboa. **Actas** [...]. Braga: U.C.P.; P.P.C.J, 1999. v. 3 (Memoriabilia Cristiana, 9), p. 1845-1855.

⁴ OLIVEIRA, Paulo Fernando da Motta. Aspectos da recepção de Vieira por escritores portugueses oitocentistas. In: CONGRESSO INTERNACIONAL TERCEIRO CENTENÁRIO DA MORTE DO PADRE ANTÓNIO VIEIRA, Lisboa. **Actas** [...]. Braga: U.C.P.; P.P.C.J, 1999. v. 3. (Memoriabilia Cristiana, 9).

intelectualidade portuguesa do século XIX, refletindo sobre o desenvolvimento de uma ambiguidade que fora gerada em torno do padre inaciano. Tais estudos são exemplos de abordagens historiográficas a respeito da representação do missionário. Nesse sentido, faz-se necessário pensar a produção de escritas históricas sobre o padre na historiografia brasileira. A nossa primeira indagação é pensar quais as funções que o padre assumiu nas narrativas da Nação.

No final do século XIX, o jornal *Cidade do Salvador* estampou as seguintes palavras sobre o padre: “ao gênio de brilho incomparável, ao culto e mestre da língua portuguesa, ao diplomata abalisado, ao defensor impeterrito da liberdade dos brasileiros”.⁵ O periódico soteropolitano reproduzia uma série de três conferências proferidas no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) da Bahia em um texto de manifesto teor apologético. Nele, o jornal prestava homenagem a um notável personagem da história nacional e soteropolitana. A imagem de Antônio Vieira tomava o contorno de um grande personagem brasileiro, homem cujo amor ao Brasil é exemplar e digno de admiração. A data é emblemática. Trata-se de 1897, ano do segundo centenário da morte do padre jesuíta, representativo do desejo em imortalizar um grande gênio nacional, isto é, torná-lo resistente à grande quimera do tempo. Ao mesmo tempo que anunciava uma permanência, a comemoração deflagrava a morte. Afinal, para se adentrar no panteão dos notáveis homens da Nação, é preciso estar morto, tornar-se marca da diferença no tempo.

Filho de duas pátrias, o “Imperador da língua portuguesa”⁶, como quis Fernando Pessoa, transitou no processo de construção de duas narrativas nacionais. Segundo Alfredo Bosi, existe “um Vieira brasileiro, um Vieira português e um Vieira europeu”⁷, uma identidade compartilhada que tornou o padre Vieira ao mesmo tempo português, brasileiro e europeu. Com a efervescência da historiografia moderna, o padre seiscentista parecia indispensável às narrativas nacionalistas.

Paralela ao proselitismo nacional, a denúncia histórica surgia como uma das formas de discurso sobre Vieira. O antijesuitismo não poupou seus ataques à figura do padre. Ilustrado como um político disfarçado de religioso, Antônio Vieira, um dos

⁵ **Cidade do Salvador**, Salvador, ano 1, n. 175, 17 jul. 1897. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=763250&pesq=padre%20Antonio%20Vieira&past a=ano%20189>. Acesso em: 25 jan. 2016, p. 726.

⁶ PESSOA, Fernando. *In: PESSOA, Fernando. Obras de Fernando Pessoa*. Porto: Lello & Irmão Editores, 1986, v.1, p. 1164.

⁷ BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. 32. ed. São Paulo: Cultrix, 1995. p. 48.

ilustres representantes da Companhia de Jesus, tornou-se mote de ataques à Ordem. O forte antijesuitismo que se difundia pela Europa projetou sobre um dos emblemáticos membros da instituição religiosa o estigma do atraso e da culpa histórica.

São diversas as razões que alçaram o jesuíta ao *status* emblemático de figura histórica. É importante nos recordarmos que o vasto horizonte da experiência histórica do padre Vieira, uma vida permeada por inúmeras vicissitudes e peripécias, é ponte de estudo para diversos interesses⁸. Personagem das negociações diplomáticas com a Holanda na década de 1640, braço direito do rei D. João IV, ávido defensor da inserção dos judeus na sociedade portuguesa, profeta e alvo da inquisição são algumas das atribuições dadas ao padre seiscentista. Não é exagero afirmar que, para o estudo da história portuguesa e história colonial brasileira, o padre é ponto de reflexão para a compreensão de algumas das principais querelas históricas do século XVII.

A tese que apresentamos surgiu em decorrência de um estudo preliminar realizado ainda no mestrado. Na ocasião, ao fazermos um balanceamento das produções sobre Vieira, desconfiávamos que algumas das leituras presentes eram reelaborações de operações já lançadas no século XVIII e XIX. As anacronias “parnasiano em botão”⁹, “abolicionista precoce”¹⁰ e, sobretudo, “calculista maquiavélico”¹¹ são leituras que

⁸ Segundo levantamento bibliométrico, realizado entre 1977 e 2008, a obra de Vieira foi utilizada como objeto de estudo em 99 pesquisas distribuídas em três grandes áreas de estudos: Linguística, Letras e Artes (Letras, Literatura, Teoria Literária e Estudos Literários, Linguística, Língua Portuguesa e Música); Ciências Humanas (História, Educação, Psicologia, Ciência Política, Antropologia, Filosofia, Sociologia, Comunicação e Semiótica); e Multidisciplinar (Ciência da Religião). Ainda segundo a pesquisa, as temáticas mais abordadas são Antônio Vieira e o Brasil Colonial, O barroco na obra de Vieira, Vieira e a educação, Sermões do Padre Antônio Vieira, Vieira e a colonização dos índios, Profecias de Vieira e Língua e literatura na obra de Vieira. INOCENTINNI, Maria Cristina Piombato; FERREIRA JÚNIOR, Amarílio; BITTAR, Marisa; HAYASHI, Carlos Roberto Massao. A obra de Vieira na agenda das pesquisas acadêmicas do Brasil. **Educação Temática Digital**, Campinas, v. 14, n. 1, p. 96-120, jan./jun. 2012, p.103-108.

⁹ O artigo de Eugênio Gomes, “Vieira e Rui”, exalta os dotes linguísticos de Vieira a ponto de tratá-lo como parnasiano, um exímio beletrista. A anacronia na sua interpretação consiste em reduzir a obra vieiriana a uma produção literária cuja finalidade é a estética. GOMES, Eugênio. *Vieira e Rui*. In: GOMES, Eugênio. **Visões e Revisões**. Rio de Janeiro: Crítica, 1958. No que diz respeito a isso, Pécora é enfático ao afirmar que a noção de estética é imprópria ao discurso de Vieira, cujo efeito da retórica não é o gosto literário, mas a materialização da vontade divina nos homens. PÉCORA, Alcir. **Teatro do sacramento: a unidade teológico-retórico-política dos sermões de Antônio Vieira**. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp; São Paulo: EDUSP, 2008.

¹⁰ Ivan Lins acredita que a defesa de Vieira pela liberdade dos indígenas é indício suficiente para o considerarmos um abolicionista precoce. No entanto, o autor esquece que o mesmo Vieira propôs a entrada de escravos negros nas capitanias do norte. A preocupação com a liberdade negra não foi problemática para Vieira; estender sua defesa indígena à escravidão africana é, portanto, um equívoco empírico, pois até então não existem indícios disso na documentação do jesuíta. LINS, Ivan. **Aspectos do Padre Antônio Vieira**. 2. ed. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1962. p. 222.

¹¹ Trata-se de uma leitura moderna do fenômeno religioso. No que tange a esse aspecto, a historiografia vieiriana novecentista tendeu a dissociar os elementos políticos, teológicos e retóricos vieirianos. Autores

geraram inúmeros debates, essa última anacronia, tema amplamente investigado por Alcir Pécora em “Teatro do Sacramento”, procurava denunciar a figura de Vieira enquanto um típico caso barroco de contradição elementar entre a religiosidade e a política¹².

Enganam-se, os que acreditam que a influência do jesuíta incide somente na sociedade e cultura seiscentista. O autor dos *Sermões* ainda hoje é louvado por suas qualidades retóricas. Não é de surpreender a quantidade de trabalhos acadêmicos que aborda a vida do padre, já que o corpo documental deixado por ele é impressionantemente abundante e permite inúmeras relações históricas.

Desde o século XVIII, a vida de Antônio Vieira tem sido considerada um profícuo objeto de estudo e apreço literário. Perguntamo-nos as razões que motivaram e motivam o interesse por seu estudo, já que se difunde no imaginário social uma afeição quase mística pelo jesuíta, admiração que divide espaço com a denúncia histórica. Em outros termos, a vida de Vieira serve apenas para elucidar dúvidas sobre o passado colonial? Por que um jesuíta no século XVII divide opiniões calorosas, tornando-se palco de intensas disputas?

Para o estudo que apresentaremos a seguir, já não se trata de questionar quem foi Antônio Vieira, mas de repensar a construção do personagem na escrita da história.

renomados como João Lúcio de Azevedo, Hernani Cidadi, Luiz Palacin, Antônio Sérgio, Ivan Lins João e Francisco Lisboa, mesmo sob nítidas distinções teóricas e metodológicas, tiveram em comum a postura de dicotomizar religião e política. É então com a tese de Alcir Pécora, *Teatro do Sacramento* que se defende a ideia do modo sacramental como fundamento do pensamento de Vieira. Pécora demonstra como é indissociável a relação dos aspectos litúrgicos, retóricos e político-teológicos nas obras do jesuíta, que em Vieira deve ser pensada a partir do modelo eucarístico. Por mais que seu discurso demonstre as diversas facetas de um homem confuso, deveremos enxergar simultaneamente um Vieira missionário, pregador e diplomata. Cf. PÉCORA, Alcir. **Teatro do sacramento**: a unidade teológica-retórico-política dos sermões de Antônio Vieira. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp; São Paulo: EDUSP, 2008.

¹² O pressuposto de nossa pesquisa em grande medida tomou como ponto de partida as pesquisas realizadas no campo da crítica literária, como as feitas por João Adolfo Hansen e, sobretudo, Alcir Pécora. Dentre as diversas produções, destacamos “Teatro do Sacramento” e o capítulo de Hansen, “Pressupostos metafísicos e teológicos políticos na obra de Vieira”, texto que sintetiza diversas de suas contribuições para o tema. HANSEN, João Adolfo. Pressupostos metafísicos e teológicos políticos na obra de Vieira. In: DUARTE, Leite Pereira; ALVES, Maria Theresa Abelha (orgs.). **Padre Vieira**: 400 anos depois. Belo Horizonte: ED. PUC Minas, 2009.

O autor e o lugar originário da escrita

No hábito literário é também todo-poderosa a idéia de um sujeito único. É raro que os livros estejam assinados. Não existe o conceito de plágio: ficou estabelecido que todas as obras são obra de um único autor, que é intemporal e anônimo. A crítica costuma inventar autores: escolhe duas obras dissimiles – o *Tao Te King* e as *Mil e As mil e uma noites*, digamos – e as atribui a um mesmo autor, determinando, em seguida, com probidade a psicologia desse interessante *homme de lettres* [...].¹³

Em uma breve passagem do conto “Tlón, Uqbar, Orbis Tertius”, Jorge Luís Borges nos provoca um questionamento sobre o que é um autor. É possível conceber uma relação de atribuição natural e autêntica entre o texto e seu escritor? Até que ponto a unidade, autor e obra, nos possibilita uma reflexão sobre Antônio Vieira e a escrita da história?

A figura do autor é uma invenção moderna, conceito fundamentado no pressuposto substancialista de que entre texto e escritor existe uma relação de autenticidade. Era comum na Grécia Antiga que terceiros se apropriassem de textos. A originalidade de uma escrita não era pauta de uma política editorial como é em nossa contemporaneidade. Portanto, a ideia de plágio não era problemática. A função autor, como a concebemos, foi criada no fim do século XVIII, quando o benefício da propriedade passou a incorporar o campo da literatura. O próprio Antônio Vieira entendia a existência de somente um único “Autor” que, sob a figura de Deus, exerceria autoridade sobre a “palavra”¹⁴. Os homens, nessa episteme cristã, são apenas escritores.

Se na Antiguidade Grega bastava que fosse atestada a antiguidade do texto para a sua validação social; no mundo moderno, a figura do autor exercerá a força

¹³ BORGES, Jorge Luís. Tlón, Uqbar, Orbis Tertius. In: BORGES, Jorge Luís. **Ficções**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 26.

¹⁴ Com a engenhosidade que lhe é de costume, Antônio Vieira sustenta em sua hermenêutica a imagem de uma árvore em crescimento, um desdobramento da Verdade pulsante nos escritos bíblicos. O papel do autor enquanto leitor bíblico é dar prosseguimento à obra de seu mestre, revelar a sua completude. Assim, escreve: “Assim que podemos dizer em uma palavra que a primeira e principal fonte e os primeiros e principais fundamentos de toda esta nossa História é a Escritura Sagrada; com que vem a ser um só livro e um só Autor o que nela principalmente seguiremos: o livro, a Escritura; o Autor, Deus. Sobre estes fundamentos da primeira e suma Verdade entrará o discurso como arquiteto de toda esta grande fábrica, dispondo, ordenando, ajustando, combinando, inferindo e acrescentando tudo aquilo que por consequência e razão natural se segue e infere dos mesmos princípios, no qual modo de fábrica se não perde a primeira verdade dos fundamentos, mas vai crescendo, dilatando-se e frutificando, não em diversos, senão no mesmo corpo, como a árvore em suas raízes”. VIEIRA, Antônio. Livro Antepimeiro. In: ALEIXO, José Carlos Brandi (org.). **História do futuro**. Brasília: UNB, 2005. p. 52.

de uma exteriorização necessária para que um determinado texto possa adquirir certa notabilidade. Nesse sentido, quem escreve o texto adquire a posição de definir sua interpretação elementar e originária. O autor na modernidade é aquele que, tal como uma divindade, exerce a soberania de ditar os sentidos primeiros e últimos da sua escrita.

Na década de 1960, o conceito de autoria passaria por um dilaceramento de seus fundamentos epistemológicos. Em *A morte do autor*, texto escrito por Roland Barthes, no ano de 1968, é criticada a função de autoridade e originalidade que o autor possui com a escrita, já que morre para dar vida ao leitor. Esse processo Barthes denominou de morte do autor. Nesse sentido, o leitor se apropria dos significantes e os reelabora em um conjunto de experiências, reconfigurando completamente os sentidos da escrita – “um texto é feito de escrituras múltiplas, oriundas de várias culturas e que entram umas com as outras em diálogo, em paródia, em contestação; mas há um lugar onde essa multiplicidade se reúne, e esse lugar não é o autor, como se disse até o presente, é o leitor”¹⁵.

Certamente, as discussões sobre autoria recebem diversas contribuições. Um ano após a escrita da *Morte do Autor*, Michel Foucault publicou *O que é um autor?*. Assim como Barthes, Foucault põe em xeque o fundamento metafísico da autoria, mas conduz o problema a outras reflexões e argumentações. Na perspectiva foucaultiana, a noção de autor é tratada como um constructo moderno, do qual se pode compreender a função do autor na condução das leituras e no reconhecimento e na difusão dos discursos – “o nome do autor não é, pois, exatamente um nome próprio como os outros.”¹⁶

O conceito de autoria surge para criar um lugar originário da escrita, projetar uma criação virtual. Portanto, não existe como uma presença que antecede o tempo, um dado pela natureza. Quando a escrita é seu avesso significa que há um fluxo incessante de transbordagem. Não se trata de exaltar o gesto de escrever ou da “amarração de um sujeito em uma linguagem; trata-se da abertura de um espaço onde o sujeito que escreve não para de desaparecer”¹⁷. Se na escrita há um exercício que se

¹⁵ BARTHES, Roland. *A Morte do Autor*. In: BARTHES, Roland. **O rumor da língua**. São Paulo: editora brasiliense, 1988, p. 70.

¹⁶ FOUCAULT, Michel. *O que é um autor?*. In: FOUCAULT, Michel. **Estética: literatura e pintura, música e cinema**. Tradução: Inês Barbosa. Rio de Janeiro: Forense, 2011, p. 277. (Ditos e escritos, III).

¹⁷ *Ibidem*, p. 272.

desenvolve para além de suas regras, transgride sentidos, lugar onde a regularidade é experimentada em seu limite, em que dimensão o autor enquanto função exerce influência?

Afinal, se o autor é uma projeção, uma invenção da cultura, é prudente desconsiderar sua existência? Como invenção, a autoria exerce funções. Para Foucault, não é todo texto que possui autor. Ao lermos uma bula de remédio, não existe a identificação de quem o escreveu, diferente de um texto escrito por Marx que já evoca uma série de ideias preconcebidas. Mais do que um processo de identificação, o autor não é apenas aquele que elabora um texto, ele pode estar atrelado a um conjunto de textos. Pode ser um autor de uma teoria ou de um campo de saber, com quem é possível estabelecer “uma possibilidade infinita de discursos”¹⁸.

A atribuição de uma autoria não é espontânea. Trata-se de uma realização experimentada no tempo. A invenção do padre Vieira como autor surgiu em decorrência de operações que criaram o vínculo do indivíduo a um determinado conjunto de textos. Em outros termos, podemos inferir a existência desses arranjos como um projeto de construção da autoria:

Ela não se forma espontaneamente como a atribuição de um discurso a um indivíduo. É o resultado de uma operação complexa que constrói um certo ser de razão que se chama de autor. Sem dúvida, a esse ser de razão, tenta-se dar um status realista: seria, no indivíduo, uma instância "profunda", um poder "criador", um "projeto", o lugar originário da escrita. Mas, na verdade, o que no indivíduo é designado como autor (ou o que faz de um indivíduo um autor) é apenas a projeção, em termos sempre mais ou menos psicologizantes, do tratamento que se dá aos textos, das aproximações que se operam, dos traços que se estabelecem como pertinentes, das continuidades que se admitem ou das exclusões que se praticam.¹⁹

A função autor classifica e institui a ideia de obra, reúne uma diversidade de textos em uma unidade que pode ser explicada pela coerência do sujeito ligado a ele. Para tal, a compreensão do texto dentro dessa unidade, a obra, necessitou da perscrutação de uma história ou de sua biografia. Com isso, as contradições de um aglomerado de textos podem ser superadas. No conjunto desses escritos, que reunidos

¹⁸ *Ibidem*, p. 285.

¹⁹ *Ibidem*, p. 280-281.

tomam a forma de unidade, é possível projetar a coesão de um pensamento ou uma consciência, condição fundamental para a resolução das discontinuidades. O sujeito uno e coeso, sintomático de uma compreensão moderna de indivíduo, permite que o autor seja erigido.

A ideia de autoria instituída pela crítica do século XIX é desdobramento de uma prática de exegese cristã. São Jerônimo definiu os critérios básicos para identificação da autoria, a saber: constância, coerência teórica, unidade estilística e contexto. A compreensão do texto por meio da biografia é uma forma de definição do sujeito a partir de seu desenvolvimento de vida, carga de influência recebidas ou conjunto de suas vivências. O autor é, nesse sentido, compreendido por meio de uma lógica que identifica a unidade elementar do sujeito.

A função instituída liga-se ao universo jurídico e institucional, identifica e posiciona o indivíduo que escreve em uma condição que lhe permita ser julgado e analisado. O nome do autor não está situado no estado civil dos homens nem na ficção da obra, “mas na ruptura que instaura um certo grupo de discursos e seu modo singular de ser”²⁰, torna-se, com isso, objeto de disputa e de manejo político.

Antônio Vieira não surge no século XVII como autor, pelo menos não na acepção moderna do conceito. A referência que o nome carrega com a publicação dos seus sermões no século XVII²¹ tem a finalidade de instituir uma autoridade da palavra, do latim *auctoritas*²². Nesse caso, a evocação do nome Antônio Vieira não segue o propósito de firmar uma relação de propriedade, mas o de imbuir o nome de certa legitimidade religiosa àquele que pode falar em nome de Deus. Considerar a autoria de

²⁰ *Ibidem*, p. 278.

²¹ Aos 71 anos de idade, os seus sermões foram publicados a pedido da Companhia de Jesus, cujo propósito era o de tornar o texto veículo de edificação espiritual. O mesmo fato aconteceu com suas cartas, mais de 700, cuja publicação tinha o objetivo de servir como referência para outros inicianos. A obra *Sermões* reúne as versões escritas das prédicas oratórias manifestadas ao longo da experiência do missionário, ultrapassando 200 sermões, proferidos em diversas localidades. O primeiro volume foi editado em 1679, período em que Vieira estava em Lisboa, e o último volume organizado por ele foi publicado um ano após sua morte em Salvador. LIMA, Luís Felipe Silvério. **Sermões do padre Antônio Vieira**. São Paulo: Brasilianna Digital, 2010.

²² A equivalência do termo *auctoritas* em sua tradução portuguesa, autoridade, não é suficiente para que se compreenda o conceito proveniente do termo em latim. Segundo Giorgio Agamben, em *Estado de Exceção*, o termo *auctoritas* possui relação com outra noção, a de *potestas* (poder ou competência), conceitos fundamentais para a atividade política e comunitária da Roma Antiga. Nesse sentido, a *auctoritas* supõe sempre uma prática alheia que ela legitime, seria então, o próprio do exercício da *potestas*. AGAMBEN, Giorgio. *Auctoritas e Potestas*. In: AGAMBEN, Giorgio. **O Estado de Exceção**. Tradução: Iraci D. Poleti. São Paulo: Boitempo, 2003. p. 130.

Vieira no século XVII só é possível em uma hierarquização social que lhe permitiu alcançar certa autoridade²³, nesse caso religiosa.

Existiram algumas querelas em torno de autorias atribuídas ao padre. Um dos casos mais curiosos foi o da *Arte de Furtar*, texto que até meados do século XX era identificado como de Antônio Vieira²⁴. Outros documentos escritos sem assinatura tiveram suas identificações atreladas a Vieira recentemente com o projeto de José Eduardo Franco²⁵. Para todos os efeitos, o que pretendemos com nossa arguição não é explorar os processos de identificação de autoria, os quais em grande medida foram levados a cabo no século XX. Ainda assim, partimos da consideração de que só foi possível pensar a invenção de Vieira como autor quando o construíram como personagem histórico, em nosso caso, atrelando-o à uma narrativa nacional.

A compreensão dos textos de Vieira como uma obra demandou que sua história de vida fosse construída. Uma história de vida que pudesse configurar a unidade de um indivíduo. A apreciação de Vieira tanto por meio da literatura quanto por outros campos do saber partiu de um conhecimento histórico/biográfico instituído. Valemo-nos das palavras de Manoel Luiz Salgado Guimarães ao afirmar: “nossa própria disciplina tem a sua história, fruto de embates e tensões, disputas por memória, uma memória

²³ HANSEN, João Adolfo. Barroco, neobarroco e outras ruínas. **Teresa**: revista de literatura brasileira, São Paulo, Editora 34, n. 2, p. 10-66, 2001, p. 43.

²⁴ A *Arte de furtar* foi publicada pela primeira em 1743, impressa na cidade de Lisboa, pelo livreiro João Baptista Lerzo, proprietário de uma tipografia local. Na publicação consta o nome de Antônio Vieira. O manuscrito, composto em 1652, manteve-se inédito durante mais de noventa anos. Todavia, a autoria da obra, o local, o ano de impressão e o impressor indicados são falsos. Tratavam-se de estratégias de seu primeiro editor para que o livro pudesse circular, já que a temática do escrito gerava um mal-estar para a Coroa da época. Seguiram-se à publicação diversos embates, a autoria conferida ao padre Vieira foi colocada em xeque e inúmeras teorias surgiram. Em quase dois séculos, a autoria mais difundida e aceita foi a atribuída ao padre Vieira. Todavia, em 1941, o historiador jesuíta Francisco Rodrigues atribuiu a autoria do manuscrito ao também jesuíta Manoel da Costa, teoria mais aceita até o momento. Em 2010, a editora Quidnovi II republicou a *Arte de Furtar*, identificando Manoel da Costa como autor da obra. Roger Bismut entende que a razão da falsa atribuição: “foi o editor, este, que tomou sobre seus ombros a responsabilidade de identificar o Autor com o célebre Padre, possivelmente por motivos interesseiros, já que nome tão prestigioso era para facilitar a difusão da obra”. BISMUT, Roger. Introdução. In: COSTA, Manuel da. **Arte de Furtar**. Edição crítica, introdução e notas: Roger Bismut. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1991. p. 14. Cf. RODRIGUES, Francisco S. J. **O Autor da Arte de Furtar**: resolução de um antigo problema. Porto: Liv. Apostolado da Imprensa, 1941.

²⁵ O projeto, coordenado por José Eduardo Franco, reuniu toda a obra vieiriana, um esforço que contou com 42 pesquisadores, editando a obra em torno de 12 mil páginas, divididas em 30 volumes. O trabalho de pesquisa para a publicação mobilizou investigadores portugueses (37) e brasileiros (15) de diversas áreas do conhecimento. Os pesquisadores percorreram arquivos em dez países (Portugal, Brasil, Espanha, Itália, Holanda, França, Alemanha, Inglaterra, Estados Unidos e México). O trabalho teve patrocínio da Santa Casa de Misericórdia de Lisboa. Em 2015 lançados todos os volumes e estão disponíveis para comprar online.

disciplinar que, uma vez instituída, tende a canonizar autores e obras”²⁶. Portanto, *pari passu* à atribuição de Vieira como autor, o padre se tornava personagem de narrativas históricas. A partir das tramas nacionalistas do século XIX, os moldes do jesuíta enquanto figura histórica foram formatados.

A categorização de sua obra por critérios estilísticos esteve em coadunação com operações historiográficas correntes. Nesse sentido, a compreensão de Vieira como personagem objeto da literatura ou de uma narrativa nacional passa antes por uma arqueologia do conhecimento que o instituiu elementarmente como um personagem histórico. Para que seja possível compreender a invenção de Antônio Vieira enquanto personagem e autor, é necessário que se investiguem os procedimentos que instituíram sua história de vida como resultado de uma escrita da história.

Nesse horizonte amplo de possibilidades, optamos por examinar as operações historiográficas em torno da construção das narrativas nacionais brasileiras do século XIX, as quais, como veremos, estiveram em diálogo com outros processos historiográficos de fabricação. João Francisco Lisboa e Francisco Adolfo de Varnhagen foram os escritores que conferiram as imagens formulares de Vieira, como autor e personagem, para a narrativa nacional brasileira, a partir dos quais outros discursos se desdobraram. A função autor que Vieira exerceu e exerce no imaginário social em grande medida parte dessas matrizes interpretativas. Foi a história, em sua posição privilegiada de campo de saber e poder, que definiu a unidade de vida do padre, conferindo-lhe inteligibilidade para a lógica do mundo moderno.

Afinal, quem inventou o autor e personagem Antônio Vieira? Entendemos que talvez não seja possível responder a tal questão, ou melhor, não nos interessa estabelecer uma demarcação originária. Sabe-se que recentemente uma série de poesias de Gonçalo Soares da França foi publicada junto a um estudo introdutório de Francisco Topa²⁷. Entre elas, o escrito dedicou dois sonetos a Antônio Vieira.

²⁶ GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. A disputa pelo passado na cultura histórica oitocentista no Brasil. In: José Murilo de Carvalho (org.). **Nação e cidadania no Império**: novos horizontes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 97.

²⁷ Com o livro de Francisco Topa, um conjunto de sonetos de Gonçalo Soares da França, cuja autoria permanecia anônima, é apresentado. Segundo o autor, “é legítimo – e é necessário – resgatar do esquecimento autores e obras que não aspiram (ou não reúnem condições para aceder) ao estatuto de canônicos”. Topa procura resolver alguns “equivocos” e trazer à “luz” parte da poesia barroca. TOPA, Francisco. Introdução. In: TOPA, Francisco (ed.). **Um G(onç)alo renascido**: poesia inédita do brasílico Gonçalo Soares da França. Porto: SPC, 2012, p.11.

O que logo nos capturou a atenção foi o dedicado à morte do padre seiscentista. Nele, Soares da França faz uso da fênix como metáfora para uma reflexão sobre a morte:

À Morte do P.^e António Vieira

Se ao ficar entre as cinzas consumida
deve a Fénis o ser eternizada,
vida que Fénis foi sempre aclamada
nunca na morte pode não ser vida.

Para acabar a Fénis foi nascida
e para renascer foi acabada,
que os foros não lograra de afamada
se as pensões não sofrera de abatida.

Rendeu da Parca a Vieira o golpe forte,
mas se por singular Fénis o aclama,
mortal a idade, sem limite a morte,

menos à vida deve do que à chama,
pois achando na vida frágil sorte,
há de encontrar na morte eterna fama²⁸.

O soneto manifesta a ideia da eternização de Vieira por meio de seus escritos. A morte sedimenta um legado, a representação de uma eternidade. Não possui a equivalência da concepção moderna, na qual a finitude humana é tão somente o postulado de uma ausência. Portanto, se em vida Vieira foi aclamado, em sua morte não poderia deixar de existir vida, essa, sempre pulsante.

Em outro soneto, França tece a imagem de um gigante:

Suspende, /*se não/ queres retratar-te,
desse retrato, ó Célio, o pincel leve,
que quem imitação em nada teve
mal se pode imitar em qualquer parte.

Em vão queres, se queres empenhar-te
em copiar Vieira, pois se atreve
esse a quem foi o mundo espaço breve
a pouca esfera reduzi-lo a arte.

Bem que se apure com primor luzido
a tua fantasia delirante,
imitado será, não conferido.

²⁸ *Ibidem*, p. 75.

Que nos excessos deste grão gigante
só ficara o retrato parecido
se a cabeça admitira semelhante²⁹.

A representação que surge de Vieira é o de grão gigante, figura que de tão majestosa torna impossível sua cópia. França entende que a arte não é capaz de assimilar a magnitude do jesuíta, limitando-se tão somente a uma redução. No mesmo soneto, o poeta faz relação com o mundo e daí surge a condição imensurável de Vieira, cujo o próprio mundo foi um espaço breve, pequeno para o seu real tamanho.

O mais provável é que tal documentação tenha até mesmo antecedido a escrita da hagiografia de André de Barros³⁰, reconhecido como autor do primeiro escrito histórico sobre Vieira. Devido à ausência de maior informação sobre a questão, não é possível qualquer especulação sobre a relação entre os dois autores. Além disso, não nos interessa definir cronologicamente qual a primeira escrita. Porém, deve-se destacar que os escritos de França sobre Vieira só foram publicados tardiamente e, por isso, ressalvam-se os limites de sua difusão e influência.

A lógica que Soares da França toma da *historia magistra vitae* aplicada a Vieira transforma o padre em um ícone, figura exemplar. Se Vieira é uma fênix, só a foi, uma vez que esforços historiográficos lhe garantiram a condição de modelo moral. Contudo, não foram os sonetos de Soares da França que tornaram Vieira um personagem brasileiro, pois nem mesmo a ideia de Brasil enquanto nação tinha sido construída. Somado a isso, os sonetos não chegaram à publicação, e sua circulação foi inexpressiva. Vieira somente nascerá para o Brasil com o surgimento do IHGB e seu projeto de escrita da Nação.

Dom Romualdo Antônio de Seixas, arcebispo da Bahia, em 1854, foi encarregado pelo IHGB de aferir a nacionalidade de Antônio Vieira³¹. Chegou à

²⁹ *Ibidem*, p.71.

³⁰ Não se pode datar com precisão a produção dos poemas, mas sabemos por meio do estudo realizado por Francisco Topa da existência de um manuscrito, sem apresentação de título, códice de mão única e letra cuidada, com datação provável do início do século XVIII, cuja indicação surge no fólio de abertura: “Poesias / do seculo XVII / colligidas na Baía”. A primeira série do manuscrito é inteiramente dedicada à recolha de poemas de Gregório de Matos, mesmo que nome do autor baiano não seja explicitamente referido, provavelmente pelo fato de essa menção já ter sido feita no início da série, que se encontra desaparecido. A segunda série é uma miscelânea, com uma parte considerável dedicada ao Doutor Gonçalo Soares. Para Topa, não há dúvidas sobre a autoria dos poemas: “O conteúdo brasílico – e baiano – de alguns dos poemas e o facto de Gonçalo Soares da França ser, como vimos, designado noutras circunstâncias com esse título e sob essa forma (isto é, sem o último apelido) não suscita, em meu entender, quaisquer dúvidas de identificação”. *Ibidem*, p. 35.

³¹ BREVE memória acerca da naturalidade do Padre Antonio Vieira, da Companhia de Jesus, de que foi encarregado pelo IHGB o Arcebispo da Bahia, dom Romualdo Antônio de Seixas, membro honorário do

conclusão de que o padre era nascido em Portugal, mas enalteceu suas virtudes e qualidades demonstradas no Brasil. O documento denota a relevância que o estudo sobre o padre jesuíta assumia nos círculos intelectuais brasileiros da época. Alguns anos antes, em 1847, Varnhagen havia publicado o *Ensaio Histórico sobre as letras no Brasil*. Nele, o historiador, em uma breve passagem, projeta sobre Vieira a imagem de um grande literato que fez ecoar a imagem da obscura colônia na Europa. No entanto, será somente com o segundo tomo da primeira edição da *História Geral do Brazil*, publicado em 1857, que uma escrita brasileira abarcaria uma narrativa histórica da vida do padre Antônio Vieira. Junto a uma narrativa da Nação, a vida do padre era elemento constitutivo da escrita nacional.

No mesmo ano, o jornalista João Francisco Lisboa, naquele momento reconhecido nacionalmente pela publicação do *Jornal de Timon*³², escreveu sobre Vieira em “Apontamentos para a História do Maranhão”, texto que fez parte de seu polêmico jornal. Nele, Lisboa retratou Vieira como um dos personagens indispensáveis para se pensar a história do Maranhão. Entretanto, sua escrita, com a proposta de biografar a vida do jesuíta, despontaria na década de 1860, quando Lisboa esteve em missão de estudos em Portugal. Surgia, assim, o primeiro texto de modalidade biográfica dedicado exclusivamente ao estudo do padre.

As escritas de Varnhagen e Lisboa foram as primeiras narrativas sobre o padre jesuíta pela historiografia brasileira. Elas estão circunscritas em uma cena de produção do conhecimento histórico que nos permite compreendê-las como modelares. Nessa arqueologia de uma escrita da história, é possível compreender um conjunto de relações que, como um palimpsesto, será sobreposto por outras inscrições.

Ademais, essas escritas foram as referências que compuseram a cena de produção historiográfica sobre o padre, que compreende a presença do IHGB no século

mesmo Instituto, e de algumas sociedades nacionais e estrangeiras. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, t. 19, p. 5-32, 1856. p. 25

³² *Jornal de Timon* (1852-1853 / 1858) é o periódico referenciado de João Francisco Lisboa. José Murilo de Carvalho organizou o segundo e o terceiro folhetins do *Jornal de Timon*, nos quais Lisboa criticou o sistema político de Maranhão, textos conhecidos por denunciar a fraude, a violência e a corrupção da política e sociedade maranhense oitocentista. CARVALHO, José Murilo. Introdução – Lisboa e Timon: o drama dos liberais do império. In: LISBOA, João Francisco. **Jornal de Timon: partidos e eleições no Maranhão**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. Além da obra de Maria Lourdes Jannoti, recorrente em nossas citações e referências, um dos estudos que se destaca é o de Joaquim de Oliveira Gomes, responsável por realizar uma análise comparativa entre *Jornal do Timon* e *Incidente em Antares*, de Erico Veríssimo. Cf. GOMES, Joaquim de Oliveira. **Jornal de Timon e Incidente em Antares: perspectivas históricas, sociais e políticas em dois momentos da literatura brasileira**. 2003. Dissertação (Mestrado em Literatura) – Universidade Estadual Paulista, São José de Rio Preto, 2003.

XIX. É importante ressaltarmos que no século XX, precisamente em 1914 com o *Primeiro Congresso*³³, a figura de Vieira foi reprocessada a partir de demandas históricas que fogem ao nosso recorte. No evento, como aponta Lúcia Maria Paschoal Guimarães, a produção biográfica sobre o jesuíta foi um dos temas mais recorrentes – “no período colonial, privilegiava-se a biografia do padre Antônio Vieira e no tópico relativo à presença holandesa no Brasil, realçava-se a figura de Maurício de Nassau”³⁴. Nesse contexto, o IHGB comportou uma nova lógica de produção historiográfica, considerando que a relação entre Estado e sociedade, em uma conjuntura republicana, impeliu outras demandas históricas³⁵.

Empenhados em examinar a cultura histórica oitocentista, a abordagem historiográfica que promovemos em nossa pesquisa partiu da seguinte hipótese: para que Antônio Vieira pudesse exercer a função autor no século XIX, sua trajetória de vida deveria ser incorporada à trama nacional. Para isso, foram necessárias que escritas criassem o seu vínculo com a grande narrativa operante no Brasil oitocentista. Autor dos Sermões, autor das delirantes profecias messiânicas, autor do Papel Forte, autor barroco são algumas das funções que o jesuíta assume. Essa multiplicidade de funções surgiu em decorrência das disputas historiográficas em torno de sua presença na narrativa nacional brasileira. Como veremos, os embates que interditarão a imagem do padre atravessam os discursos de João Francisco Lisboa e Francisco Adolfo de Varnhagen, os escritores formulares de Vieira na historiografia brasileira.

³³ Na ausência de ambiente universitário no país, diferente do que acontecia na experiência europeia, coube às associações científicas promover os encontros, os simpósios e as conferências. No que concerne ao campo de interesses historiográficos, a primeira iniciativa teve a chancela do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Nesse cenário, surgiu o Primeiro Congresso de História Nacional, realizado entre 7 e 16 de setembro do ano de 1914. GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. *Primeiro Congresso de História Nacional: breve balanço da atividade historiográfica no alvorecer do século XX*. *Tempo*, Niterói, v. 9, n. 18, p. 147-170, jan./jun. 2005, p. 149.

³⁴ GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. *Da Escola Palatina ao Silogeu*: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938). 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Museu da República, 2007, p. 83.

³⁵ Segundo Guimarães, desde 1903, havia a necessidade de se repensar a produção das narrativas sobre a Nação. Nesse momento, o IHGB passava por outras demandas sociais que, influenciadas por manifestações cívicas, reconfiguraram os princípios orientadores do Instituto. “No período de 1910-1920, a intelectualidade brasileira vivenciava uma fase de efervescentes manifestações cívicas. À medida em que cresce este apostolado, reflexo da crise internacional que acabaria desaguando na primeira Grande Guerra, tomava corpo uma onda de interesse pelas questões nacionais. A ilusão ilustrada das nossas elites, nas palavras de Walnice Galvão, no fundo, constituía-se em uma das vertentes da versão nativa de um fenômeno de âmbito mundial, denominado por Maurice Agulhon de patriotismo modelo. GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. *Primeiro Congresso de História Nacional: breve balanço da atividade historiográfica no alvorecer do século XX*. *Tempo*, Niterói, v. 9, n. 18, p. 147-170, jan./jun. 2005, p. 150.

A função autor deriva dos campos de saber que instituem as regras e definem os parâmetros de uma dada tipologia de escrita. Isto é, as operações que instituem o autor “variam de acordo com as épocas e os tipos de discurso”³⁶. As operações de que trataremos devem ser historicizadas, compreendidas por seu funcionamento no discurso. São elas que editam, aglutinam, costuram rearranjos, criam as unidades e coesão de sentido para o sujeito. Nesse sentido, é crucial que façamos uma reflexão sobre a escrita da história e suas implicações.

O outro e o tempo da narrativa

O cônego Januário de Cunha Barbosa, secretário perpétuo do IHGB, discerne sobre a função da história em discurso de inauguração do Instituto, texto a partir do qual podemos compreender a relação da escrita da história com a cultura historiográfica no Brasil oitocentista.

A sorte geral da humanidade muito nos interessa, e nossa simpatia mais vivamente se abala quando se nos conta o que fizeram, o que pensaram, o que sofreram aqueles que nos precederam na cena do mundo: é isso o que fala à nossa imaginação, é isso o que ressuscita, por assim dizer, a vida do passado, e que nos faz ser presentes ao espetáculo animado das gerações sepultadas. Só deste arte a história nos pode oferecer importantíssimas lições; ela não deve representar os homens como instrumentos cegos do destino, empregados como peças de um maquinismo, que concorrem ao desempenho dos fins do seu inventor. A história os deve pintar tais quais foram na sua vida, obrando em liberdade, e fazendo-se responsáveis por suas ações.³⁷

Manoel Luiz Salgado Guimarães entende que o discurso do cônego revela uma tensão existente para a definição dos propósitos da disciplina no cenário brasileiro³⁸. Antes que Carl Von Martius tivesse produzido o manual *Como se deve escrever a História do Brasil*³⁹, uma série de debates configurou algumas das premissas

³⁶ FOUCAULT, *op. cit.*, p. 281.

³⁷ BARBOSA, Januário da Cunha. Discurso no ato de estatuir-se o IHGB. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, t. 1, p. 9-18, 1839, p.13.

³⁸ GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. A disputa pelo passado na cultura histórica oitocentista no Brasil. In: CARVALHO, José Murilo de (org.). **Nação e cidadania no Império: novos horizontes**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. v. 1, p. 93-122.

³⁹ MARTIUS, Carl F. P. von. Como se deve escrever a História do Brasil. In: MARTIUS, Carl F. P. von. **O Estado de Direito entre os autóctones do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1982.

da disciplina⁴⁰. O discurso de Januário Cunha assim como os de Raimundo José da Cunha Matos e Rodrigo de Souza da Silva Pontes são coetâneos à fundação de um grêmio letrado que procurou formular procedimentos para uma escrita da história nacional. Nesse cenário de debate, despontou uma escrita fundada em uma história filosófica, na qual a narrativa não se restringia a uma aglutinação cronológica de vestígio do passado, mas compreendia uma escrita que “fornecesse ao leitor um eixo de leitura, uma proposta de inteligibilidade para os fatos do passado submetidos agora a um trabalho de seleção e enredamento específicos”⁴¹. Estava sob questão um enredamento da Nação por meio do conhecimento histórico e geográfico.

O discurso inaugural do cônego Barbosa indica uma reformulação da concepção do *topos historia magistra vitae*, apoiado na reatualização da história universal como história da civilização⁴². Com a produção de narrativas sobre os personagens históricos brasileiros, presumia-se um efeito pedagógico, tal como presente nos textos ciceronianos. No entanto, a exemplaridade moral ao se retratar a vida de um ilustre brasileiro esteve em consonância com as demandas de organização política do Estado, “destinadas mais a preparação adequada para a ação do que propriamente voltada para o conhecimento do passado”⁴³.

Mais do repensar o pragmatismo do *topos* ciceroniano no cenário historiográfico brasileiro do século XIX, o uso do passado como instrumento de interseção no presente deve ser pensando em sua readequação com outra racionalidade de tempo. É importante levarmos em consideração que a ruptura política com Portugal, resultado da independência nacional, permitiu uma descontinuidade entre passado e presente. Isso foi traduzido por Raimundo José da Cunha Matos, um dos fundadores do Instituto, como uma diferença entre a história moderna e a história antiga do Império do Brasil⁴⁴.

⁴⁰ Manoel Luiz Salgado Guimarães entende que a existência de uma disputa por como se deveria escrever a história nacional já pode ser percebida no discurso inaugural de Januário da Cunha Barbosa. As propostas de Rodrigo de Souza da Silva Pontes (1799-1855) e Raimundo José da Cunha Matos (1776-1839) indicam que as tensões existem desde a formação do Instituto. GUIMARÃES, *op. cit.*, p. 108.

⁴¹ GUIMARÃES, *op. cit.*, p. 101.

⁴² *Ibidem*, p. 118.

⁴³ *Ibidem*, p. 109.

⁴⁴ MATOS, Raimundo José da Cunha. Dissertação acerca do sistema de escrever a história antiga e moderna do império do Brasil, **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro: t. 26, p. 121-143, 1863.

Para todos os efeitos, devemos pensar que a produção da escrita da história, em suas diversas abordagens narrativas, foi formulada sob uma episteme moderna, fundada no progresso e na aceleração. O gesto de ruptura criado pelas narrativas históricas é senão um sintoma da modernidade. É necessário que se questione, portanto, a relação entre tempo e escrita, indagando sobre os efeitos de uma escrita que se colocou como fundamental na organização política e na construção da identidade nacional.

Reinhard Koselleck, em *Futuro Passado*, discerne sobre a importância da história dos conceitos para compreender as configurações do tempo nos diversos processos históricos, fornecendo uma interessante chave de interpretação para o que o autor concebe enquanto modernidade. Partindo dessa premissa, Koselleck pensa como o tempo, tido comumente como elemento de análise genérica, pode ser investigado enquanto categoria histórica. Para tal, o autor entende que seja necessário relacionar o tempo a outras duas categorias humanas, a experiência e a expectativa. A razão de tal articulação se explica, pois, a experiência e a expectativa entrelaçam o passado e o futuro, sem os quais o historiador não pode compreender como o homem, ao construir sua relação com o tempo, dirige suas ações concretas no movimento social e político⁴⁵. Ao esboçar a dimensão meta-histórica da experiência, Koselleck a entende enquanto espaço ao qual os acontecimentos podem ser incorporados e onde podem ser lembrados, um passado atual. Já a expectativa é constituída em sua realização no hoje, refere-se a um futuro presente. Assim, surgem as duas metáforas espaciais do tempo, a saber: “espaços da experiência” e “horizontes da expectativa”.

Todo ato histórico se realiza com base na experiência e na expectativa dos agentes. Proponho, portanto, um par de categorias meta-históricas que estabelece uma condição fundamental de uma história possível. Ambas as categorias são apropriadas para tratar do tempo histórico, pois o passado e o futuro se entrelaçam na presencialidade da experiência e da expectativa. As categorias são capazes de identificar o tempo histórico também no âmbito da pesquisa empírica, pois elas, com um conteúdo enriquecido, orientam as unidades de ações concretas que realizam o movimento social e político.⁴⁶

⁴⁵ KOSELLECK, Reinhart. Espaço de experiência e horizonte de expectativa: duas categorias históricas. *In*: KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Tradução: Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira. Revisão: César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto Editora: PUC-Rio, 2006.

⁴⁶ KOSELLECK, Reinhart. Perspectivas historiográficas sobre os diferentes níveis do tempo. *In*: KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do tempo**: estudos sobre história. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2014, p. 307.

Para Koselleck, até a modernidade, as expectativas eram continuidades das experiências e, portanto, a escatologia poderia reproduzir-se infundavelmente quando os espaços da experiência não fossem substancialmente transformados. Para um homem pré-moderno, o limiar entre o passado e o presente é nebuloso e a ideia de progresso, por consequência, não é possível, já que inexiste uma distância considerável entre expectativa e espaço de experiência – para os profetas, a eternidade está em todo o tempo⁴⁷. A transformação dessa relação se deu quando o *profectus* foi substituído por um progresso mundano. O progresso, assim, conjurava as experiências e expectativas afetadas pelo coeficiente de variação temporal. Em outras palavras, o processo histórico é fruto de um contínuo aperfeiçoamento humano, um estado permanente de superação. Com isso, a figura de Deus seria despossada de sua autoridade e nesse momento não possuiria mais a chave para a abertura do devir histórico. Nesse sentido, a expectativa tornar-se-ia um abrir espaço para experiências, afinal, é com o contemplar dos horizontes que se consegue expandir os solos da experiência humana.

Isso significou uma separação entre as expectativas e as experiências passadas. O progresso colocava-se como uma contínua superação. “Se a história é única, também o futuro deve ser único, portanto, diferente do passado”⁴⁸. Assim, não se pode mais projetar o futuro como sombra de uma experiência passada. Dessa relação, Koselleck entende que se desdobrou outro indicador, a aceleração, elemento fundamental para o constante desenvolvimento do processo histórico. Por fim, o autor considera essa nova relação entre experiência e expectativa para entender a constituição básica da modernidade, afirmando que seu estatuto se firma na premissa que quanto menor a experiência, maior a expectativa.

⁴⁷ Para João Adolfo Hansen, é anacrônico associar a noção de progresso à concepção temporal utilizada pelo padre seiscentista: “Não se encontra, em toda a obra do jesuíta, a concepção da História como o processo apenas humano de transformações que subordinam o tempo quantitativamente ao contínuo de superações progressistas em direção à realização final da razão num futuro utópico”. Em outros termos, é inadequado afirmar que o desenvolvimento temporal pressupõe a superação do passado, como foi comum à modernidade oitocentista. Vieira defende que a eternidade está em todos os tempos. HANSEN, João Adolfo. Vieira, forma e função. **Revista da Biblioteca Mário de Andrade**, São Paulo, v. 55, p. 185-195, jan./dez. 1997, p. 185

⁴⁸ KOSELLECK, Reinhart. Espaço de experiência e horizonte de expectativa: duas categorias históricas. In: KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Tradução: Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira. Revisão: César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto-Ed.: PUC-Rio, 2006. p. 39.

A relação do homem com o tempo incidiu uma ruptura entre o presente e o passado. Influenciado pela psicanálise freudiana, para Michel de Certeau, o passado foi transformado em um “outro”, o que permitiu a fundação da escrita da história moderna. A historiografia é, em sua instância fundamental, o exercício de lidar com essa alteridade, a ausência: os fantasmas que perambulam e atormentam, infligindo a dor da perda. O discurso historiográfico é patológico, “uma infelicidade e ação apaixonada numa confrontação com esta morte que a nossa sociedade deixa de poder pensar como um modo de participação na vida”⁴⁹.

A história moderna constitui-se como uma disciplina fundamental na construção do homem ocidental. O discurso histórico é senão um exercício de luto necessário para enfrentar essa experiência da perda⁵⁰, nesse caso, a manifestação de uma ruptura com o passado. Diferente da melancolia, o luto é um trabalho consciente, uma reconfiguração dos sentidos para a vida em uma realidade que sofre com a perda de algo, o impacto radical da finitude humana materializado em um mal-estar generalizado.

A busca pelo progresso é que gerou o saudosismo, instaurou a ausência do passado. O que outrora firmava-se na eternidade se esvaiu no transcorrer do tempo e deixa apenas alguns rastros, lápides que servem para memorar a vida e para reforçar o desaparecimento. A história moderna é, para Certeau, uma tentativa frustrada, mas ainda necessária, de lidar com a morte:

A escrita não fala do passado senão para enterrá-lo. Ela é um túmulo no duplo sentido de que, através do mesmo texto, ela honra e elimina. Aqui a linguagem tem como função introduzir no *dizer* aquilo que não se *faz* mais. Ela exorciza a morte e a coloca no relato, que substitui pedagogicamente alguma coisa que o leitor deve crer e fazer. Este processo se repete em muitas outras formas não-científicas, desde o elogio fúnebre, na rua, até o enterro. Porém, diferentemente de outros “túmulos” artísticos ou sociais, a recondução do “morto” ou do passado, num lugar simbólico, articula-se, aqui, com o trabalho que visa a criar, no presente, um lugar (passado ou futuro) a preencher, um “dever-fazer”. A escrita acumula o produto deste trabalho. Através dele, libera o presente sem ter que nomeá-lo. Assim, pode-se dizer que ela faz mortos para que os vivos existam. Mais exatamente, ela recebe os mortos, feitos por uma mudança social, a fim de que seja marcado

⁴⁹ CERTEAU, Michel de. **A Escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982, p. 12.

⁵⁰ GUIMARÃES, Manuel L. Salgado. Expondo a História: imagens construindo o passado. In: GUIMARÃES, Manuel L. Salgado; RAMOS, Francisco Régis Lopes (org.). **Futuro do pretérito**: escrita da história e história do museu. Fortaleza: Instituto Frei Tito de Alencar, 2010, p. 48.

o espaço aberto por este passado e para que, no entanto, permaneça possível articular o que surge com o que desaparece.⁵¹

A morte nunca é facilmente deflagrada. Trata-se de um “outro” que sempre aparece como recalcado e, talvez por isso, houvesse uma imensa necessidade de escondê-lo, fazê-lo inexistente. Essa é uma das severas consequências da modernidade, já que os fantasmas sempre retornam a velha casa. Ao tentar combater o moribundo, a morte foi tratada como inominável.

As consequências desse luto desdobraram-se em uma sociedade impactada com a desritualização das tradições. Passou-se então a uma invenção sistemática dos mitos nacionais, como bem atesta Patrick J. Geary no estudo sobre a invenção europeia das propagandas étnico-nacionalistas⁵². Tornava-se necessário que um processo artificial de construção da tradição, cuja maior incumbência foi dada à História, fosse incorporado à agenda política do Estado moderno. Desse modo, o fenômeno de erupção das nacionalidades deve ser pensando em sua articulação com uma nova racionalidade de tempo. A História serviria para demarcar a separação com o passado, gesto de divisão necessário para que seja projetado no tempo um *telos*. Os mitos fundadores da nacionalidade anunciam o sentido da história ao passo que demarcam uma superação com o passado. A história enquanto disciplina serviria para evidenciar as etapas do progresso, lembrar ao homem o sentido do tempo.

A escrita da história cria alteridades, joga-as para a margem, transforma a diferença em objeto de intervenção, o que permite esquadrihar o outro, objetificá-lo em produto e, como tal, classificá-lo e atribuir-lhe usos e consumos. Para que sirva a uma didática da Nação, o outro – os personagens que compõem uma narrativa histórica – deve ser atravessado pelo tempo do progresso. O mesmo progresso, que não admite a improdutividade e gera o descarte, supõe o passado como produto, projeta seus sentidos, pensa-o por meio de um pragmatismo fabril.

⁵¹ CERTEAU, Michel de. **A Escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982. p.105.

⁵² GEARY, Patrick J. **O mito das nações**: a invenção do nacionalismo. Tradução: Fábio Pinto. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2005, p. 19.

A escrita da história: fabricando o passado

Enquanto historiadores, mergulhamos em um entrelaçamento de temporalidades, labirinto cujos percursos nunca nos levaram à compreensão dos sentidos originais. Ao passo que uma interpretação purista nos parece distante, os pontilhados do passado manifestam-se em efeitos subsequentes, desdobramentos que sub-repticiamente atingem outros estratos de tempo. Na medida em que pensamos a construção do passado como processo de múltiplas derivações, um efeito sob efeito, refletir sobre a fabricação de Antônio Vieira, um personagem tema de inúmeras narrativas, nos parece necessário para os que se interessam por uma abordagem historiográfica.

Afirmamos que, ao exercer a função autor, foi necessário que o personagem histórico Antônio Vieira fosse criado. No domínio da escrita da história, o padre assume diversas funções nas narrativas nacionais. Para compreender a história como operação será preciso entender o passado como representação, e como tal, produto e efeito. Em outros termos, ao tornar-se representação, o passado é atravessado pelos discursos que o interditam, autorizam e circunscrevem nos espaços de produção e consumo do saber.

O Vieira que surge em nossa consciência histórica não é abduzido diretamente de sua realidade histórica. Está eclipsada na imagem que se esculpe do jesuíta uma série de interdições históricas, ruídos de fabricações, da qual nos ocuparemos nas três partes que versam nosso desenvolvimento argumentativo.

As nossas inquietações surgiram de uma pesquisa sobre Antônio Vieira no século XVII, sobretudo, das relações entre seus tratados proféticos e o processo de restauração portuguesa da década de 1640. Mais do que reconhecer uma posição preliminar, ao me enxergar como um pesquisador sobre o padre Antônio Vieira, entendo a aproximação com o campo de estudos da historiografia⁵³ como uma ponte de reflexão

⁵³ Entender o passado como representação, ao passo que desafia o sonho moderno de captura ou tradução do passado, abre a possibilidade de compreensão das dinâmicas envolvidas nos processos de uso e conhecimento sobre a disciplina história. A janela que se abre torna necessária a reflexão sobre a escrita da história como operação, fabricação. As consequências disso tanto desembocam em uma autocrítica do fazer historiográfico, quando abrem a possibilidade da criação de um campo de investigação, geralmente denominado de História da Historiografia. A obra de Michel de Certeau, *A escrita da História*, é emblemática para uma autocrítica da historiografia, assim como tornou a própria escrita historiográfica documentação de análise. Dando prosseguimento às questões lançadas por Certeau, historiadores seguiram com a reflexão, adequando-a aos diversos objetos que surgiram em decorrência.

necessária sobre Vieira em nossa contemporaneidade. Parafraseamos as palavras de Manoel Luiz Salgado ao afirmar que: questionar memória e a sacralização de seus objetos é também uma reflexão sobre as relações que enredam a história e a memória, sobretudo, quando as articulações do conhecimento histórico não são conhecidas com “o presente em que se realiza”. Nesse sentido, a escrita sobre o passado pode “silenciar aspectos do presente, erigir referências canônicas para adentrar esse passado”⁵⁴.

Ao longo de nossa tese, trataremos da operação historiográfica sobre Vieira como responsável pela composição de algumas imagens. Nelas, existe o silenciamento de uma historicidade das interdições historiográficas. O efeito de sacralização de Vieira não torna evidente os seus processos de construção. Sob a aparência de uma temporalidade linear e purista, a imagem de Vieira pode ser desmontada, flagrada em suas articulações temporais.

Afirmamos no tópico anterior que a ideia de tempo moderno implica uma relação com determinada *episteme*. Nesse sentido, uma arqueologia de produção historiográfica nos ajudou no tópico anterior a recortar e definir as fronteiras de nosso objeto. Contudo, nos parece prudente agregar ao nosso quadro teórico uma reflexão sobre a história como campo de disputa e relação social, ideia que é fruto de aproximações com o contributo de Pierre Bourdieu.

Segundo Bourdieu, é possível compreender o historiador como uma posição dentro de um campo social – “para que um campo funcione, é preciso que haja objetos de disputas e pessoas prontas para disputar o jogo, dotadas de *habitus* que impliquem no conhecimento e no reconhecimento das leis imanentes do jogo, dos objetos de disputas [...]”⁵⁵. Por meio dessa perspectiva, consideramos que o reconhecimento de um dado grupo, mediante suas regras e sistematizações, legitima e identifica alguém enquanto um par. Trata-se de pensarmos as escritas de Lisboa e Varnhagen em um jogo de relações, inseridas em um *habitus*⁵⁶, que se configuram e são reconfiguradas por uma estrutura dinâmica.

⁵⁴ GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. A disputa pelo passado na cultura histórica oitocentista no Brasil. In: CARVALHO, José Murilo de (org.). **Nação e cidadania no Império: novos horizontes**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 98.

⁵⁵ BOURDIEU, Pierre. Algumas propriedades dos campos. In: BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983, p. 89.

⁵⁶ O *habitus* é um conjunto de princípios ordenadores que supõe uma estrutura estruturante, internalizada e incorporada por pessoas a partir de certa vivência em sociedade. “Os condicionamentos associados a uma classe particular de condições de existência que produzem *habitus*, sistemas de disposições duráveis

Inspirados nas leituras realizadas sobre os textos de Michel Foucault e de Pierre Bourdieu, compomos os instrumentos conceituais que nos permitem compreender – dentro do que entendemos por uma arqueologia de produção de conhecimento histórico moderno, na qual a construção de uma escrita da Nação promovida pelo IHGB se coloca como seu elemento constitutivo – a conformação de um campo social de disputas e de uma economia de relações simbólicas. Isto é, em um determinado conjunto de condição discursiva, há uma dinâmica de tensionamentos sociais, o que nos possibilita pensar em uma diversidade de escritas possíveis no IHGB do século XIX.

Destarte, entendemos a existência de dois núcleos de operações, correspondentes a duas narrativas que a historiografia brasileira do século XIX construiu do padre. Elas surgem no escopo de um intenso debate sobre a posse da representação do jesuíta. Nesse sentido, a produção do conhecimento histórico deve ser entendida em um campo de disputas intelectuais. No campo de batalha que surgiu, duas leituras despontaram. Francisco Adolfo de Varnhagen, ao implementar a ideia de Vieira como legítimo brasileiro, estimularia no próprio IHGB uma série de embates, daí surgiu o personagem antinacional, traidor da pátria, inventado com a biografia de João Francisco Lisboa, escrita na década de 1860.

Dessa consideração, uma série de decisões foi tomada para a composição de nossa metodologia. O nosso propósito é fazer uma história da produção de Antônio Vieira como resultado de operações historiográficas. Ao mesmo tempo, não queremos tornar o trabalho um exame exclusivo dos percursos de João Francisco Lisboa e Francisco Adolfo de Varnhagen. Como já mencionado anteriormente, a tese apresentada é fruto de um trabalho realizado por um pesquisador de Vieira, que incomodado com a sacralização da imagem do personagem e de seus usos, examina-o sob uma abordagem historiográfica. As escritas oitocentistas serão nosso ponto de partida, a partir das quais tangenciaremos discursos adjacentes – “a historiografia como campo específico e peculiar de investigação histórica deve ser compreendida como parte de uma cultura

e transponíveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, ou seja, como princípios geradores e organizadores de práticas e de representações”. BOURDIEU, Pierre. **O senso prático**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2011, p. 87.

histórica que supõe outros dispositivos coletivos de produção de sentido e significado para o passado”⁵⁷.

Conceber a escrita da história como invenção não nos é satisfatório se não consideramos as operações envolvidas nesse processo. Em toda escrita da história, haverá sempre referências de um passado maculado, rastro de interdições não evidentes, presença dissimulada pela ideia de que historiadores são tradutores do passado. Tal como um processo fabril, a escrita do passado é precedida pelos insumos de produção. Diferente da matéria-prima, o insumo é o conjunto de elementos presentes na feitura de algo, mas que não necessariamente está visível em seu formato final. Com isso, haverá de se considerar o não dito, sem o qual a feitura do produto não seria viável. Não enxergamos a maquinaria presente na tecelagem de uma roupa, mas sem ela seria impossível que o algodão tomasse a forma de um vestido. Ao compreendermos que a escrita da história está envolvida por insumos, caberá a nós olhar para o não dito, o que não está evidente (o lugar, os procedimentos, as demandas políticas) e, desse modo, pôr em xeque a imagem da escrita da história enquanto objeto cristalizado, interrogando seus usos e consumos.

Os próprios usos do conhecimento histórico são difusos, pois podem tanto inserir o mito na linguagem quanto descortinar os processos de construção do saber institucionalizados pela disciplina História. Desconstruir é pôr em evidência a historicidade das representações, implodir as estruturas que sustentam as lendas e os mitos, naturalizam os fenômenos históricos e as tradições e criam uma substância virtual, tão necessária ao mundo moderno.

A analogia do fazer historiográfico enquanto fabricação nos elucida como sua dinâmica se equipara a força produtiva das instituições e de suas sistematizações, cujo funcionamento depende dos meios materiais, dos procedimentos técnicos, das linguagens de circulação, dos processos de aceitação e de regulação⁵⁸. A

⁵⁷ SALGADO, *op. cit.*, p. 97.

⁵⁸ “De parte a parte, a história permanece configurada pelo sistema no qual se elabora. Hoje como ontem, é determinada por uma fabricação localizada em tal ou qual ponto deste sistema. Também a consideração deste lugar, no qual se produz, é a única que permite ao saber historiográfico escapar da inconsciência de uma classe que se desconhecera a si própria, como classe, nas relações de produção e, que, por isso, desconhecera a sociedade onde está inserida. A articulação da história com um lugar é a condição de uma análise da sociedade. Sabe-se, aliás, que tanto no marxismo quanto no freudianismo não existe análise que não seja integralmente dependente da situação criada por uma relação, social ou analítica.” CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982. p. 77.

instituição social erige-se como condição de linguagem científica, entidade que autoriza o historiador a falar em nome do passado.

Devemos pensar que uma determinada escrita está inserida em um horizonte de intensas relações sociais e que o seu reconhecimento e sua validade dependem da posição e função que seu autor ocupa no espaço social⁵⁹. Assim um artista, historiador ou filósofo deve ser pensado dentro de uma rede de conexões, responsável por definir sua posição entre seus pares. O reconhecimento e a validade de um discurso são alcançados com uso de capitais simbólicos⁶⁰ que podem se manifestar tanto por elementos estético quanto por metodologias ou mesmo vínculos institucionais. Um texto não é somente o que objetivamente está escrito nele, é instrumento e objeto de reconhecimento e prestígio. A sua difusão, a sua credibilidade e o seu poder de transformação estão associados aos processos de investimentos simbólicos e políticos.

Quem foram os intelectuais que escreveram sobre Vieira e em que campo eles estão circunscritos? Sabemos que no século XIX historiadores e romancistas receberam reconhecimento social. A literatura e a história viveram a euforia de um tempo em que refletir e criar projeções para o futuro passavam antes por essas duas disciplinas. A fabricação de Vieira, a exumação de sua imagem, servia aos projetos do Estado, interessava a grupos e tornou-se objeto de disputa política. Aos críticos antijesuíticos, o silenciamento do padre na escrita também serviu aos propósitos de um projeto de Nação. Para estes, Igreja e Estado são elementos necessariamente dissociáveis, não poderiam compor uma mesma gênese.

Partindo dessas considerações, estaremos constituindo uma análise desses discursos⁶¹, como dito anteriormente, estudo centrado no embate de

⁵⁹ O capital simbólico não possui equivalência a um ganho financeiro, de outro, o que está em negociação é o prestígio, a honra, o reconhecimento, a distinção moral. Há nos imbróglis intelectuais a disputa por capital simbólico. Vejamos como Bourdieu trata a questão “o capital do artista é um capital simbólico e nada é mais parecido com as disputas de honra entre os cabilas do que as disputas intelectuais. Em várias dessas disputas, o que está aparentemente em jogo (ter razão, triunfar com argumentos) esconde questões de honra. Desde as mais frívolas (nas disputas para saber o que se passou em Sarajevo, é Sarajevo que está em jogo?) até as mais "sérias" (como as disputas de prioridades). Esse capital simbólico de reconhecimento é um *percipi* suposto nas crenças das pessoas engajadas no campo” BORDIEU, Pierre. A economia dos bens simbólicos. In: BORDIEU, Pierre. **Razões práticas**: sobre a teoria da razão. 8. ed. Campinas: Papirus, 2007, p. 181-182.

⁶⁰ O espaço social é construído dentro de determinados princípios de diferenciação, que conjugam regras e capitais que agregam ou distinguem seus participantes. *Ibidem*, p. 19.

⁶¹ O conceito de discurso que operaremos provém de uma aproximação com o texto *A ordem do discurso*. Discurso, nesse sentido, é uma representação cultural da realidade, por meio do qual estão presentes interdições e relações de poder em sua feitura. Cf. FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edição Loyola, 2006.

interpretações de grupos e indivíduos, cujos investimentos podem ser entendidos como extensões de entraves e conflitos sociais existentes no Brasil do século XIX. Portanto, para além de uma história das ideias, compreendemos a necessidade de um mapeamento dos vínculos institucionais e das intervenções políticas presentes na formação desses discursos.

As duas operações correspondem às imagens mais representativas sobre Vieira no conjunto de produções historiográficas promovidas pelo IHGB no século XIX – período em que a historiografia brasileira esteve a serviço do Estado brasileiro na fomentação de sua identidade. A invenção de Antônio Vieira pela historiografia brasileira surgiu quando uma narrativa do Brasil estava em curso. Esse será o nosso recorte de pesquisa. O motivo pelo qual elencamos as escritas de Lisboa (a biografia de Vieira ⁶² e seus periódicos/notas ⁶³) e de Varnhagen ⁶⁴ como eixo de nossas documentações deve-se ao fato de que foram elas que definiram as duas matrizes de interpretação sobre Antônio Vieira para o problema da Nação durante todo o século XIX. Não são formas acabadas e tampouco foram as últimas a serem apresentadas, mas se constituíram como produções modelares. No século XX, outros cenários de produção

⁶² *A vida do padre Antônio Vieira* foi um texto escrito entre 1858 e 1863, ano em que morreu Lisboa. Todas as edições da biografia sobre Vieira são frutos de textos póstumos. A biografia em edição separada foi publicada em 1891. A primeira edição do texto que existe foi anexado a uma coletânea de textos organizada pelo seu amigo e admirador, Antônio Henriques Leal. Entre a edição dos textos de 1891 e a de 1865 não existe acréscimo de texto, trata-se de um recorte do primeiro, lógica que seguida pelas edições seguintes. No entanto, a edição da biografia que utilizaremos é a de 1964. Garantimos que não há nessa edições alterações que comprometam a construção textual. O que há é uma readequação das normas ortográficas, o que permite uma melhor experiência de leitura da biografia em nossa tese. Por esse motivo, faremos opção pela seguinte edição: LISBOA, João Francisco. **Vida do Padre Antônio Vieira**. Clássicos Jackson. vol. XIX. Rio de Janeiro: W. M. Jackson Inc., 1964.

⁶³ Na coletânea em que a biografia foi publicada pela primeira vez existem textos que foram frutos de seu principal periódico, *Jornal de Timon*, escrita que antecede a biografia e apresenta as primeiras interpretações de Lisboa sobre o padre seiscentista. Diferente da biografia, não possuímos uma edição do periódico que esteja readequada as normais gramaticais mais recentes, por isso, faremos teremos que fazer uso dela. É importante destacarmos que foi graças ao *Jornal de Timon* que Francisco Lisboa alcançou notoriedade intelectual, conquista lograda ainda em vida. No entanto, a sua produção histórica foi amplamente divulgada após sua morte com a publicação *Obras de João Francisco Lisboa, natural do Maranhão*, lançadas entre 1864 e 1865, por Antônio Henriques Leal e Luiz Carlos Pereira de Castro. A segunda edição dessas obras foi realizada no ano de 1901, reedição da primeira acrescida de apresentação de Teófilo Braga. A última edição foi lançada pela Academia Maranhense de Letras, na coleção Documentos Maranhenses, preservando o formato da primeira com quatro volumes. Optamos pelo uso da primeira edição. Além dessas escritas, cruzaremos as fontes com as informações fornecidas pelos biógrafos de Lisboa e seus pesquisadores. LISBOA, João Francisco. Prospecto. In: LISBOA, João Francisco. **Obras de João Francisco Lisboa, natural do Maranhão**: precedidos de uma notícia biográfica pelo Dr. Antônio Henriques Leal. 4 v. São Luís: Typographia de Belarmino Matos, 1864-1865.

⁶⁴ Utilizamos a *História Geral do Brazil*, primeira e, sobretudo, a segunda edição. A maior referência a Vieira surge nesses escritos. No entanto, fizemos pontes com outros textos, dos quais destacamos: *Florilégio da Poesia Brasileira*, *Ensaio histórico sobre as letras no Brasil*, *Os índios bravos e o Sr. Lisboa*, assim como algumas correspondências presentes em *Correspondência Ativa*.

surgiram. Em alguns dos quais, há um nítido tangenciamento das escritas de Varnhagen e Lisboa, mas esses não serão nossos objetos prioritários de análise.

Além das breves notícias e dos textos jornalísticos que apresentamos e colocamos em correlação com os discursos de Lisboa e Varnhagen, entendemos que foi necessário também pensá-los em uma interlocução com a historiografia portuguesa⁶⁵. Portanto, pretendemos incorporar ao conjunto de nossas documentações discursos que estiveram em conexão com as operações historiográficas dos dois historiadores oitocentistas em questão. Assim, poderemos discernir com maior amplitude as condições e as relações que interceptaram tais operações em uma abordagem metodológica que busca ramificações.

Desse modo, o objetivo de nossa tese é compreender a construção do personagem histórico Antônio Vieira a partir de duas narrativas nacionalistas, que ora convergem, ora não. As escritas em questão foram responsáveis por criar alteridades, produto de operações que transformaram Vieira em objeto de uso e consumo. É nesse sentido que o padre tornou-se autor, passou a exercer uma função discursiva, tornando-se fundamento originário da escrita. Definido o nosso objetivo, estabelecemos três problemáticas: (1) Ao tornar-se produto de uma fabricação, a figura do padre esteve imersa em um estado de disputa, a saber: quais embates interditaram os discursos sobre o padre? (2) Vieira era tema de discussão historiográfica lusitana desde o século XVIII. Como Varnhagen e Lisboa, ambos interlocutores da historiografia portuguesa, apropriaram-se do antijesuitismo e do proselitismo português? (3) Por fim, como personagem Vieira transformou-se em indivíduo nas narrativas, quais efeitos dessas operações nos discursos de Varnhagen e Lisboa?

As nossas três problemáticas correspondem a cada um dos nossos capítulos, que não esgotam todo o problema da escrita da história sobre Vieira, mas procuram examinar o funcionamento de duas estruturas formulares de interpretação. Dito isso, iremos apresentar a estrutura de nossa tese, tecido com o qual costuraremos

⁶⁵ Ao longo da tese referenciamos historiadores e intelectuais que de algum modo estiveram em diálogo com a feitura dos textos de Varnhagen e Lisboa. A hagiografia de André de Barros, *Vida do apostólico padre Antônio Vieira da Companhia de Jesus*, é a referência mais investigada por nós durante a pesquisa, referenciada diretamente pelos dois historiadores brasileiros. Nem sempre explícitas literalmente, outras relações também podem ser notadas, como alguns textos patrocinados pelo marquês de Pombal, *Maquinações de Antônio Vieira Jesuíta*; a biografia de Francisco de Alexandre Lobo, *Discurso histórico e crítico acerca do padre Antônio Vieira*; o bosquejo de Almeida Garret, *Bosquejo da história da poesia e língua portuguesa*; e o texto literário de Pinheiro Chagas, *Juramento da Duquesa*. As aproximações pessoais e acadêmicas também foram pontuadas, como foram os casos de Alexandre Herculano e Teófilo Braga. São essas as principais relações com a historiografia portuguesa e que estão diluídas ao longo do nosso texto.

nosso argumento. Cada capítulo abordará uma dimensão dos processos de fabricação mencionados.

Feitas as considerações introdutórias sobre o nosso estado da questão, passaremos a um exame mais específico sobre o cenário das disputas intelectuais do século XIX. A nossa tese está fundada no pressuposto de que Antônio Vieira não existe enquanto substância, elemento imune ao tempo. Conquanto, o entendemos como uma imagem, produto de discursos, de funções enunciativas que em correlação com outros interlocutores geram produtos díspares. Não existe um único Vieira; e ao dar vazão as suas formas discursivas, o padre torna-se instrumento de fala. Em nosso primeiro capítulo, “A intriga: as tensões e as disputas no campo de produção do saber histórico”, apresentamos os embates e as disputas que tangenciam a produção do padre nas escritas de Lisboa e Varnhagen.

Nessa sequência, fomos levados a investigar as posições do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro acerca do papel da Companhia de Jesus. Afinal, Vieira era um jesuíta, condição institucional polêmica para a historiografia moderna. Depois, situamos uma série de disputas sobre o papel dos inacianos na narrativa nacional brasileira. O tema da disputa é ponto comum em todo o capítulo. Logo em seguida tratamos das tensões entre as escritas de Lisboa e Varnhagen, propostas narrativas destoantes. Isso também nos encaminhou para o imbróglio pessoal e intelectual entre os dois historiadores. Com o nosso primeiro capítulo, podemos entender como a ambiguidade de Vieira possui relação com os campos de disputa que atravessam sua fabricação.

Procuramos com o nosso segundo capítulo, “As cinzas da fênix: Vieira e a herança portuguesa”, analisar como a ambiguidade apresentada em Varnhagen e Lisboa foi resultado de apropriações e aproximações com escritas portuguesas. Partimos do princípio que o Vieira que chega a Varnhagen é o personagem construído por André de Barros, jesuíta português que no século XVIII foi quem primeiro escreveu sobre Vieira, construindo uma biografia que elevou o padre à condição de ícone português. Em a *História Geral do Brasil* surgiu a imagem de Vieira enquanto português que ao Brasil devia as obrigações de pátria, um brasileiro por escolha, personagem importante para a regeneração moral e literária da Nação. Varnhagen incorporou o padre seiscentista em sua narrativa como ponte de apoio para a legitimidade da nacionalidade brasileira; afinal trata-se de um português criado em terras brasileiras, em relação às

quais possuía o sentimento de pertencimento. Portanto, a hipótese que sustentamos é a de que a imagem de Vieira estava assentada em um universo cultural português que servia a Varnhagen como ponte de relação entre Brasil e Portugal, articulação fundamental para a construção da gênese nacional que se aventava sobre o Brasil. Disso, foi construído a ambivalência nacional de Vieira, “Filho de duas pátrias”.

Ainda no nosso segundo capítulo, passamos a refletir sobre um segundo desdobramento da invenção de Vieira por André de Barros. Se a biografia de Barros projetou sobre Vieira a imagem de gênio e gigante da cultura portuguesa, uma interpretação de denúncia a sucedeu no século XVIII com o marquês de Pombal. O proselitismo do biógrafo jesuíta também gerou ideias contrárias às suas e teve João Francisco Lisboa como um dos seus principais antagonistas. Diferente de Varnhagen, Lisboa, inquieto com as interpretações elogiosas feitas ao jesuíta seiscentista, construiu um Vieira antes de tudo político, dialogando com uma série de referências antijesuíticas⁶⁶.

No terceiro capítulo de nossa tese, “A fragmentação e a dissimulação: o indivíduo e o jesuíta”, tratamos de como a ideia de indivíduo foi incutida na imagem do padre, operação responsável por gerar figuras multifacetadas do personagem. Partimos da compreensão de que a duplicidade de Vieira foi possível por meio da fragmentação existente entre o indivíduo Vieira e o jesuíta.

Em seguida, analisamos um estudo sobre os critérios que conferiram notabilidade aos indivíduos narrados e biografados, esforço reflexivo com o qual pudemos depreender o *topos*, palavra e ação, elementos estruturantes das tramas nacionais. Posteriormente, examinamos como a polêmica sobre o *Papel Forte*, documento de autoria aferida a Vieira e que propõe a venda de parte da colônia para os Países Baixos, impactou a imagem do padre. Seria possível considerá-lo um legítimo herói nacional? Postos os questionamentos e as condições de enunciação, procuramos compreender o funcionamento da ambiguidade, movimento encetado em uma oscilação

⁶⁶ A partir do estudo realizado por José Eduardo Franco e Bruno Reis, em *Vieira na Literatura Anti-jesuítica*, podemos pensar a relação entre o antijesuítismo e a escrita de Francisco Lisboa, da qual pode-se inferir um desdobramento da perspectiva de Pombal sobre a Companhia de Jesus e sobre um dos seus maiores representantes lusitanos. Portanto, passamos a entender a perspectiva pombalista enquanto resposta à grande efervescência de Vieira na cultura letrada, uma escrita de reação, cujo efeito possível é a desqualificação moral e histórica de Vieira. FRANCO, José Eduardo; REIS, Bruno Cardoso. **Vieira na literatura anti-jesuítica (século XVIII-XIX)**. Lisboa: Roma Editora, 1997.

que ia do gênio letrado ao jesuíta de coração duro. Ao fundo desse recorte, poderemos perceber a fragmentação do indivíduo em instâncias de personalidades.

Contudo, é importante que se esclareça que o estudo apresentado não pretende tomar as reflexões de Michel de Certeau sobre a operação historiográfica de modo instrumental. Compactuamos com a perspectiva de Francisco Régis Lopes sobre as reflexões de Certeau, que para além de uma leitura instrumental, entende a escrita da história como um campo de produção e imaginação do outro, o que nos leva a questionar a história moderna ocidental.⁶⁷

As estruturas que dão forma a figura do padre Antônio Vieira estão assentadas em estruturas discursivas que o sacralizam, procuram tornar o padre jesuíta um ente, ser imune ao tempo. Enquanto objeto de produção historiográfica, Antônio Vieira torna-se outro, condição para a invenção do autor e do personagem. Não é nossa pretensão desqualificar o texto vieirano, do qual sou entusiasmado leitor. Contudo, ao se considerar a permanência e grande difusão da escritura vieiriana como resultado único da genialidade retórica do padre, estaríamos eclipsando um longo investimento simbólico, espaço ocupado, sobretudo, por intelectuais portugueses e brasileiros. Para isso, uma abordagem historiográfica é necessária para que se examine as imagens estanques e cristalizadas, e se evidenciem os processos de interdições discursivas presentes em sua circulação.

Sobre a formulação autor e personagem, os textos do padre Antônio Vieira estão circunscritos em um conjunto de elementos que preconcebe os limites da interpretação, criam um lugar originário na escrita. A história como disciplina institucionalizada na modernidade pode exercer a função de delimitar o uso do passado, instituindo uma exterioridade arbitrária. Por tal razão, uma abordagem historiográfica

⁶⁷ Ao tratar das disputas em torno da literatura e história nas operações historiográfica de José de Alencar, Ramos expõe sua abordagem: “Ao encaminhar, dessa maneira, uma abordagem a partir de José de Alencar, filio-me claramente às indagações de Michel de Certeau a respeito da escrita da história na modernidade. Para Michel de Certeau, o estudo sobre a operação de dar sentido ao passado por meio da escrita envolve a identificação de lugares e procedimentos, e a própria maneira de compor a escrita (algo que, em certa medida, pode ser chamado de narrativa). Mas não basta fazer essas identificações. O que ele chama de “operação historiográfica” não é simplesmente a proposição de um método a ser seguido, como pode sugerir uma leitura mais instrumental, e sim o vislumbre do modo pelo qual uma maneira específica de dar sentido ao passado foi se constituindo: “a história moderna ocidental” Fundamental, para Michel de Certeau, é perceber como esse campo, possuidor e incentivador de possibilidades variadas, ergue-se na medida em que imagina o “outro”. Esse outro pode ser “o primitivo”, “a cultura popular”, “a oralidade”, mas sempre terá no “passado” uma espécie de “outro” constante.” RAMOS, Francisco Régis Lopes. José de Alencar e a operação historiográfica: fronteiras e disputas entre história e literatura. **História da historiografia**, Ouro Preto, n. 18, ago. 2015, p. 161.

sobre Antônio Vieira nos parece necessária. Ao colocar em perspectiva tal empreendimento, estaremos evidenciando as operações historiográficas que o impugnaram, por exemplo, a partir de uma lógica nacionalista – vigente em nosso tempo, sobretudo, em Portugal, onde existe uma afeição quase mística pelo autor dos *Sermões*.

Mais do que evidenciar a presença de uma operação historiográfica, exercício necessário para a compreensão do passado em nossa contemporaneidade, o nosso esforço analítico possibilitará a leitura do padre seiscentista sem curvar-se ao imperativo da nacionalidade, construção que estabelece no tempo um *telos*. Pelo prazer à leitura e à escrita, entendemos que nossa abordagem metodológica nos permitirá atravessar por caminhos infieis. Portanto, historicizarmos a fabricação do personagem e autor é, em determinado sentido, profanar Deus no Teatro da Crueldade⁶⁸.

⁶⁸ A referência a Antonin Artaud, em sua mais conhecida obra, *O Teatro e seu duplo*, deve ser entendida a partir da leitura de Jacques Derrida, *A escritura e a diferença*. A partir das inúmeras leituras possíveis da obra de Artaud, entendemos a crítica à noção tradicional de representação como contraponto à ideia de que o texto é dotado de um sentido prévio e arbitrário. Com isso, a ideia de representação em Artaud surge como um passar diante do ator, que transforma, transgride o texto. Portanto, representar não é reproduzir um presente, é transgredir o sentido original, o Verbo. “O que seus urros nos prometem, articulando-se com os nomes de existência, de carne, de vida, de teatro, de crueldade, é, antes da loucura e da obra, o sentido de uma arte que não dá ocasião para obras, a existência de um artista que não é mais a via ou a experiência que dão acesso a outra coisa além delas próprias, de uma palavra que é corpo, de um corpo que é teatro, de um teatro que é um texto porque não está mais submetido a uma escritura mais antiga que ele, a algum arquitexto ou arquipalavra”. DERRIDA, Jacques. **A escritura e a diferença**. São Paulo: Perspectiva, 1994, p. 115.

2 A INTRIGA: AS TENSÕES E AS DISPUTAS NO CAMPO DE PRODUÇÃO DO SABER HISTÓRICO

Agora é preciso começar. Como? Pelo quê? Pouco importa: podemos entrar em um morto da maneira que quisermos.
(Jean-Paul Sartre)⁶⁹

O termo intriga pode significar desavença, conluio, maquinação, enredo. Ao entendermos Francisco Adolfo de Varnhagen e João Francisco Lisboa como leitores de Vieira e, portanto, sujeitos da narrativa que estamos analisando, as intrigas que compõem o campo do saber serão fundamentais para estabelecermos as referências presentes no processo de fabricação do padre jesuíta. Com isso, podemos afirmar que as narrativas históricas surgem de desestabilizações, abalos, tensões, sinais de crises, entre os quais um é fundamental para a historiografia moderna: racionalizar o tempo.

Antes que possamos compreender como o personagem histórico e o autor surgiram nas narrativas de Lisboa e Varnhagen, será necessária uma análise das tensões que circundaram a fabricação de tais produções. A disputa pela representação histórica no campo historiográfico brasileiro remonta o próprio surgimento do modelo de escrita da história nacional, quando na ocasião o texto de Carl von Martius foi escolhido como perfil de escrita. Sabe-se que outros textos foram colocados em disputa, o que nos sugere que a prática concorrencial era comum nos oitocentos⁷⁰. Não podemos perder de

⁶⁹ SARTRE, Jean-Paul. Prefácio. In: SARTRE, Jean-Paul. **O idiota da família**: Gustave Flaubert de 1821 a 1857. Tradução: Julia da Rosa Simões. 1. ed. Porto Alegre: L&PM Editores, 2013, v. 1, p. 7.

⁷⁰ O artigo de Luís César Mendes analisa melhor a questão trazendo importantes considerações sobre outros projetos de escrita que estavam em jogo. O IHGB lançou o concurso em 1840, que escolheria um modelo para escrita histórica da nação. O prêmio para o vencedor seria “uma medalha de ouro, no valor de 200\$000 réis a quem apresentar o mais acertado Plano de se escrever a história antiga e moderna do Brasil”. O então vencedor, von Martius, já mantinha estreitos laços com o Instituto e esteve ciente das publicações de sua revista. Tratava-se de um estrangeiro, viajante e naturalista. Henrique Julio de Wallestein (1790-1843), cônsul geral da Rússia e sócio do Instituto, escreveu em 1843 e publicou somente em 1882: *Sobre o melhor plano de se escrever a história antiga e moderna do Brasil*. Para Wallestein, a escrita da história do Brasil deveria se dar pelo sistema de décadas. A narrativa se iniciaria com o descobrimento, cuja primeira década abarcaria o período de 1500 a 1510, momento em que a nau de Diogo Álvares Correa naufragaria. Dessa estrutura de tempo narrativo, a história do Brasil poderia ser contada até a independência, com a coroação de Pedro I. O concorrente de Martius acreditava que nenhum historiador nacional poderia tratar da história contemporânea, a fim de que não se expusesse a juízos temerários. Destacamos o projeto de von Martius que, além de estabelecer uma teoria das três raças, entende que somente pela manutenção da Monarquia é possível estabelecer uma organização entre todas as províncias, com as quais pudesse produzir uma série de narrativas provinciais, necessária para a composição da História do Brasil. Nesse sentido, Martius entende que o historiador filosófico deve se

vista a reflexão de Michel Pollack ao entender a memória e a identidade como “valores disputados em conflitos sociais e intergrupais”⁷¹. Para Manoel Luiz Salgado, a História enquanto disciplina é “fruto de embates e tensões, disputas por memória, uma memória disciplinar que, uma vez instituída, tende a canonizar autores e obras, constituindo panteão de nossos clássicos”⁷².

Podemos ainda considerar a formação de um espaço social que engloba as aproximações e disputas por posição. Por essa lógica, compartilhamos da compreensão de Bourdieu sobre o espaço social:

Essa estrutura não é imutável e a topologia que descreve um estado de posições sociais permite fundar uma análise dinâmica da conservação e da transformação da estrutura da distribuição das propriedades ativas e, assim, do espaço social. É isso que acredito expressar quando descrevo o espaço social global como um campo, isto é, ao mesmo tempo, como um campo de forças, cuja necessidade se impõe aos agentes que nele se encontram envolvidos, e como um campo de lutas, no interior do qual os agentes se enfrentam, com meios e fins diferenciados conforme sua posição na estrutura do campo de forças, contribuindo assim para a conservação ou a transformação de sua estrutura.⁷³

Ao compreendermos a escrita como produto e parte integrante das dinâmicas que compõem um espaço social, defendemos a hipótese de que o interesse em estudar o padre Vieira não surge somente pela riqueza e pelo volumoso conjunto documental deixado pelo jesuíta sobre os seiscentos. Ao longo do nosso capítulo, pretendemos apresentar as formas em que padre foi apropriado como produto cultural que servia a determinados projetos e demandas políticas. Mais do que o valor histórico em si, nos preocuparemos em compreendê-lo enquanto ferramenta, instrumento de representatividade que possui fins diversos. A proposta de nosso capítulo é apresentar como a figura do padre jesuíta surge no cenário historiográfico oitocentista em meio a

assumir enquanto um autor monárquico constitucional, escrevendo de forma nobre e popular, isto é, em uma linguagem não carregada por erudição ou por uma multidão de citações estereis. MENDES, Luís César Castrillon. Martius e o IHGB: disputas acerca da narrativa histórica oitocentista. **Boletim Historiar**, n. 16, p. 3-15, jul./set. 2016.

⁷¹ POLLAK, Michel. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-215, 1992, p. 205.

⁷² GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. A disputa pelo passado na cultura histórica oitocentista no Brasil. In: CARVALHO, José Murilo de (org.). **Nação e cidadania no Império: novos horizontes**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 97.

⁷³ BORDIEU, Pierre. A economia dos bens simbólicos. In: BORDIEU, Pierre. **Razões práticas: sobre a teoria da razão**. 8. ed. Campinas: Papius, 2007. p. 50.

disputas intelectuais, que de algum modo tangenciaram seus usos nas narrativas em questão. É nesse sentido que destacamos a necessidade de circunscrever o discurso de João Francisco Lisboa e Varnhagen no embate intelectual travado em algumas querelas, o qual não ficou somente restrito à figura do padre Antônio Vieira, como poderemos ver no primeiro tópico. Nele, investigaremos as interpretações sobre a Companhia de Jesus (CJ) e como delas surgiram perspectivas difusas sobre a Ordem.

No segundo tópico, passaremos a tratar de outra dimensão do embate. Nesse caso, apresentaremos a relação conflituosa entre os dois historiadores e como foi gerado um antagonismo intelectual claramente demarcado. No tópico subsequente, refletiremos sobre as escritas de Varnhagen e Lisboa, projetos com propostas distintas e que ocupam diferentes espaços dentro do campo de saber histórico no século XIX.

Com nossa proposta de reflexão, esperamos melhor delimitar a dimensão em que a ambiguidade se apresenta na leitura sobre o padre, a qual ao nosso ver excede a objetividade e empiria histórica. Tão polêmico quanto a própria vida de Vieira no século XVII foi o seu aparecimento no século XIX, quando surgiu nos espaços em que colidiam forças e tensões.

2.1 – O IHGB e a Companhia de Jesus

Em 1791, a Revolução Francesa transformou a igreja de Sainte Genevieve no *Panthéon*. Em 1840, Thomas Carlyle pronunciou conferências em Oxford, intituladas *Oll heroes, Izero-worship, and the heroic in history*. Dezesesseis anos depois, a Câmara dos Lordes aprovou a criação de uma *British Historical Portrait Gallery*, galeria onde foram estampados os grandes vultos britânicos de todos os tempos. Segundo Armelle Enders, o declínio dos monarcas e, sobretudo, o fortalecimento das nações estimularam o gosto europeu pelos grandes homens, assim como o interesse por seus cultos⁷⁴. Na metade do século XIX, no Brasil, apresentava-se um projeto similar aos citados, com o surgimento do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB).

⁷⁴ ENDERS, Armelle. O Plutarco brasileiro: a produção de vultos nacionais no segundo reinado. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 25, p. 41-62, 2000, p. 41.

Partindo da compreensão de Manoel Luiz Salgado Guimarães sobre o funcionamento do IHGB para consolidação da nacionalidade brasileira, por meio da formação de um saber histórico e geográfico, podemos considerar o Instituto uma das instituições nucleares para o projeto político em curso no Segundo Reinado⁷⁵. Com publicações trimestrais, a *Revista IHGB*, inaugurada em 1839, tinha por dever escrever uma narrativa da nação brasileira, assim como acerca de temas que tangenciassem a Geografia, a Geologia, a Arqueologia e a Etnografia. Atrelada a uma necessidade do Estado, couberam à instituição a formulação de uma política cultural oficial e a fabricação de uma identidade nacional.

A necessidade de uniformizar uma identidade fazia-se valer do esforço em produzir uma narrativa histórica que pudesse incorporar as diferentes pluralidades culturais e étnicas. Consciente das dificuldades envolvidas nesse projeto – já que o Brasil era socialmente marcado pelo trabalho escravo e pela existência de populações indígenas –, escreve José Bonifácio em 1813 sobre a necessidade de se representar o Brasileiro como amálgama da multirracialidade: “[...] amalgamação muito difícil será a liga de tanto metal heterogêneo, como brancos, mulatos, pretos livres e escravos, índios etc. etc. etc., em um corpo sólido e político”⁷⁶.

É certo que o processo de invenção da nacionalidade estava em curso em outras espacialidades históricas, mas é crucial apontarmos algumas de suas especificidades. Diferente de alguns processos que ocorreram no restante da América, a fabricação da concepção de Nação não se arregimentou em oposição à antiga metrópole portuguesa⁷⁷. Estado, Nação e Coroa foram noções formuladas como elementos do eixo central para a difusão do discurso historiográfico acerca do problema nacional. Assim, o Brasil, que então surgia, reconhecia-se enquanto uma entidade continuadora da missão civilizadora iniciada com a colonização portuguesa, como apresenta José Bonifácio:

⁷⁵ GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. **Historiografia e nação no Brasil: 1838-1857**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011, p. 115-142.

⁷⁶ BONIFÁCIO, José *apud* DIEH, Astor Antônio. **A cultura historiográfica brasileira: do IHGB aos anos 1930**. Passo Fundo: Ediupf, 1998, p. 24.

⁷⁷ Num processo peculiar, a construção da ideia de Nação não se assenta sobre uma oposição à antiga metrópole portuguesa; muito ao contrário, a nova Nação brasileira se reconhece enquanto continuadora de uma certa tarefa civilizadora iniciada pela colonização portuguesa. GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. **Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional**. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 6-27, 1998, p. 6.

Em geral busquei inspirações de patriotismo sem ser no ódio a portugueses, ou à estrangeira Europa, que nos beneficia com ilustração; tratei de pôr um dique à tanta declamação e servilismo à democracia; e procurei ir disciplinando produtivamente certas idéias soltas de nacionalidade [...].⁷⁸

A necessidade de consolidação de uma história nacional passava pela história colonial. Recorria-se ao passado colonial brasileiro, a fim de legitimar uma relação cultural com a Europa⁷⁹, o papel do homem branco português era central para a narrativa que se escrevia sobre a jovem nação brasileira. O remeter-se à importância portuguesa nas Américas não é tão somente destacar o seu papel histórico, mas criar uma relação de transcendência com os valores morais de civilização, aspecto fundamental para que fosse produzida a legitimidade geopolítica do Brasil no cenário internacional⁸⁰.

Cabia à História a função de criar a explicação vitalista do Brasil enquanto uma entidade espacial. Por meio da narrativa histórica, o sentido do tempo da Nação seria manifestado. Portanto, a função da disciplina era revelar, materializar em escrita o sentido imanente do Brasil. O conglomerado de fatos reunidos apontaria o desígnio trilhado pelos homens de outrora, um passado, o outro que retorna ao presente para lembrar-lhes o caminho. Em outros termos, trata-se do uso da *historia magistra vitae* não apenas como um adágio erudito, mas um “princípio organizador que justifica e ao mesmo tempo orienta as investigações do IHGB. Eternizar, salvar os fatos são fórmulas que provêm desse princípio”⁸¹. Mais do que um simples exercício de empiria, concernia à disciplina captar o movimento teleológico do tempo, compreender por meio de uma ideia de progresso o sentido histórico nacional.

⁷⁸ BONIFÁCIO, José *apud* DIEH, Astor Antônio. **A cultura historiográfica brasileira: do IHGB aos anos 1930**. Passo Fundo: Ediupf, 1998. p. 25.

⁷⁹ Formuladas a partir do modelo criado em 1840 pelo naturalista Carl von Martius, as produções historiográficas deveriam ser constituídas a partir das três noções de raça (branca, indígena e negra), até então vigentes no século XIX. Considerando tal modelo, Varnhagen colocou os homens brancos (portugueses) como protagonistas. Desta feita, o primeiro historiador brasileiro produziu sua narrativa recortando e selecionando os personagens aptos ao processo de formulação nacional, já que neles se assentariam as raízes da nacionalidade brasileira. Estudar o contexto colonial tornou-se uma prerrogativa indispensável para pensar a realidade do século XIX. Formular uma história brasileira passava antes pelo estudo dos homens coloniais e é nesse patamar que se instituiu a nacionalidade brasileira como desdobramento português: GUIMARÃES, *op. cit.*, p. 6-27.

⁸⁰ A questão será abordada em nosso segundo capítulo.

⁸¹ CEZAR, Temístocles. Lições sobre a escrita da história: as primeiras escolhas do IHGB. A historiografia brasileira entre os antigos e os modernos. *In*: NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das; GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal; GONÇALVES, Marcia de Almeida; GONTIJO, Rebeca (org.). **Estudos de historiografia brasileira**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2011, p. 97.

Antes de se fazer qualquer análise sobre a feitura do personagem histórico nos discursos historiográficos oitocentistas, é inevitável se compreender a leitura de historiadores sobre a CJ. Ser jesuíta é uma condição impossível de não se mencionar ao tratar da vida do padre Vieira, uma posição que não escapou de análise e observação, qualquer que fosse. A imagem da ordem religiosa era cercada de polêmica, já que no século XIX o antijesuitismo já estava bastante difundido na Europa e na América. As discussões no IHGB refletiam o contraste de opiniões existente em torno da importância da instituição para a escrita da Nação.⁸² Se não era possível promover um esquecimento da presença jesuítica nos trópicos, tornava-se crucial pensar qual o papel dos inicianos na narrativa da Nação.

Segundo Simone Tiago Domingos, é possível identificar três momentos distintos envolvendo a Companhia de Jesus na revista do IHGB⁸³. No primeiro, sob a coordenação do Cônego Januário da Cunha Barbosa, nas publicações entre os anos de 1839 e 1849, percebe-se teor favorável aos jesuítas. Diferente da perspectiva pombalina, o Cônego Barbosa justifica que o atraso brasileiro se deve em grande medida à escravidão e à presença dos africanos, o que explicaria o atraso da agricultura assim como da civilização dos índios e da sociedade. Nesse sentido, há uma distinção entre a atuação dos jesuítas, fundamentada nos princípios religiosos de catequização e desenvolvimento da fé, e do restante dos colonos, motivada pelo insaciável desejo de violência e escravidão.

A partir da década de 1850, os textos de abordagem mais crítica aos inicianos começam a surgir. Apesar de se considerar a importância da Companhia na civilização indígena, o jesuíta enquanto personagem civilizador abriu espaço para críticas que surgiram em decorrência dos imbrólios políticos em que a Ordem estivera envolvida. As críticas se dirigiam às grandes concessões obtidas e ao poder conquistado com o passar do tempo pela instituição. Seguindo tal entonação, começou-se a desenhar o jesuíta como uma ameaça para o Estado.

A crítica andava *pari passu* à consideração de que a ordem religiosa se apresentava como uma importante instituição no que diz respeito ao processo de

⁸² DOMINGOS, Simone Tiago. O retorno da Companhia de Jesus no Segundo Reinado: representações dos jesuítas nas páginas da Revista do IHGB (1839-1886). **Revista História e Cultura**, Franca, v. 3, n. 2, p. 338-355, 2014.

⁸³ *Ibidem*, p. 341.

catequização. Destacam-se dois artigos de J. C. Fernandes Pinheiro ⁸⁴, cuja argumentação trata da formação da CJ e do seu projeto pela tomada do poder absoluto. Segundo o sócio do IHGB, os soldados da Igreja eram estruturados tal como um *machinismo*, sistema centralizado na figura de um chefe que incorpora todos à hierarquia da instituição. Nesse caso, a história da Companhia de Jesus passou a ser explicada em dois estágios de desenvolvimento. O primeiro deles é o que passou a ser conhecido como a era dos santos – na qual se faz notar a referência aos homens de virtude, como Inácio de Loyola e Francisco de Borgia. Em seguida, a instituição iniciou o seu processo de degeneração moral. A presença dos jesuítas nos aspectos temporais da colonização passou a ser entendida como uma atividade incompatível com uma instituição de natureza religiosa. É então criada a ideia de um Estado dentro do Estado.

Em meados do século XIX, não era interessante ao Estado restaurar a Companhia com as atribuições políticas de outrora. Por um lado, o prestígio e o espaço de atividade que a instituição gozara no passado eram incompatíveis com o novo modelo de política que Dom Pedro II procurou implementar, o que ameaçava a formação de um Estado que centralizava sua dinâmica e representatividade na imagem do então imperador. Por outro lado, negar o papel da instituição na narrativa nacional não explicaria satisfatoriamente o seu sucesso no processo civilizatório do Brasil, o qual engloba tanto a catequese quanto o preparo dos indígenas para o trabalho.

Parte dessa recusa pode ser exemplificada no prefácio de Antônio Henriques Leal⁸⁵, escrito em 1871, o mesmo autor que reuniu os textos de Lisboa em sua obra completa. Leal defendia abertamente a expulsão dos inicianos como ação atrelada à transformação política brasileira por meio dos princípios formadores do estado liberal. Para o autor, a própria constituição hierárquica da Companhia, que gozava de certo poder e economia na Igreja Católica, não caberia em um Estado que procurava afirmar sua soberania. É nesse sentido que o autor afirma que a Ordem se tornou um “Estado dentro Estado”⁸⁶, um poder paralelo incompatível com a centralização política voltada ao Imperador. Além disso, a instituição era vista com certa desconfiança, já que o seu

⁸⁴ PINHEIRO, J. C. Fernandes. Ensaio sobre os jesuítas. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, t. 18, p. 71- 164, 1855; PINHEIRO, J. C. Fernandes. Breves reflexões sobre o systema de catechese seguido pelos jesuítas no Brazil. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, t. 19, p. 379-397, 1856.

⁸⁵ LEAL, Antonio H. Apontamentos para a história dos jesuítas, extrahidos dos chronistas da Companhia de Jesus. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, t. 34, p. 47-53, 1871.

⁸⁶ *Ibidem*, p. 52.

caráter internacionalista a tornara estranha dentro de uma unidade política fundada na ideia de Nação.

Destoando dessa perspectiva, o senador Cândido Mendes destacou a atividade jesuíta dos padres inacianos, dedicou-se a esclarecer a polêmica em torno da morte de João Bolés⁸⁷. Mendes queria afastar as críticas do padre Anchieta pela morte do calvinista, que em princípio teria acelerado a prisão e condenação do francês. Procurando redefinir a versão comum do fato, o senador recorre à obra ânuia, *Informação do Brasil e de suas capitânias*, esclarecendo o caso de Bolés que, após ser aprisionado, teria sido levado a Portugal e depois à Índia. Mais do que redefinir a objetividade do acontecimento, Mendes procurou por meio do caso resgatar a imagem da CJ, buscando esclarecer um dos problemas mais emblemáticos para os que enxergavam pejorativamente a Ordem.

É certo que a discussão em torno da relação entre a Companhia de Jesus e sua representação por meio do IHGB é permeada por outras nuances, as quais não nos cabe aprofundar neste estudo. No entanto, torna-se clara a ambiguidade presente nas posições adotadas dentro do próprio Instituto. De toda forma, elas nos apresentam a importância que a instituição possuiu no processo de construção da narrativa nacional. Favorável ou não, o Brasil que emerge do IHGB passa necessariamente pela experiência jesuítica nos trópicos.

O antijesuitismo é comum a Varnhagen e a Lisboa, mas se manifesta de diferentes maneiras em suas escritas. Um dos grandes colaboradores para a difusão da fobia aos inacianos na historiografia brasileira foi o segundo autor. O jornalista do *Jornal de Timon* afirmava que Vieira fazia parte de um período em que a Ordem esteve comprometida com as causas mundanas. Mais do que uma instituição religiosa, a Companhia de Jesus se tornaria uma máquina política, ideia muito próxima à defendida por Antônio Henriques Leal.

A biografia escrita por Francisco Lisboa se destacou no Brasil como modelo interpretativo amplamente apropriado pelos setores antijesuíticos, que enxergaram a

⁸⁷ Em missão com mais quatro companheiros, Jacques Le Balleur ficou conhecido por pregar a fé cristã calvinista. Depois de uma série de vicissitudes enfrentada nos trópicos, o pregador protestante foi preso em 1559 pela Câmara da cidade de São Vicente. O que se difundiu foi que a prisão foi pressionada pelos catequizadores jesuítas. Posteriormente, o calvinista foi torturado, já que poderia fornecer informações estratégicas sobre o Forte Coligny. Em 1567, Mem de Sá concordou com a condenação de Bolés por ser seguidor da fé protestante. O Calvinista foi levado a Salvador, onde foi executado em abril de 1567, na presença do padre José de Anchieta.

possibilidade de atacar uma das mais emblemáticas figuras da Companhia de Jesus. Lisboa rediscutiu a participação de Vieira e imprimiu sua marca para o campo de estudo vieiriano, escrevendo na década de 1860 a “Vida do padre Vieira”, texto que só foi lançado como biografia em publicação póstuma no ano de 1891⁸⁸. Nessa nova empreitada, o então jornalista, inquieto com as interpretações elogiosas feitas ao jesuíta seiscentista, construiu um Vieira essencialmente político. Para ele, a vida do jesuíta corresponde a uma fase em que a CJ estava mais voltada à conquista desenfreada pelo poder do que ao genuíno fazer religioso, comum nos primórdios da colonização.

Lisboa dedicou um número inteiro de seu jornal, *Jornal de Timon*, ao estudo da Ordem, citando documentos que fazem parte da constituição inaciana, como os “Exercícios” e “O Directoriun”, revelando certo grau de erudição. Ao situar o surgimento da instituição, apresenta um comparativo entre Lutero e Loyola. O historiador e jornalista deixa clara a predileção pelo reformado⁸⁹, mas entende que a Companhia de Jesus representou uma renovação necessária da Igreja Católica frente à expansão do protestantismo. Ao tratar da vida do fundador da Ordem, Lisboa procurou identificar algumas características de Loyola e relacioná-las aos fundamentos da CJ. No conjunto de observações⁹⁰, a ambição coletiva⁹¹ aparece como uma das características comuns a todos os jesuítas.

Combativos e destemidos, foi assim que Lisboa caracterizou os jesuítas no primeiro momento de sua história. A ambição nesse caso estava a serviço do genuíno compromisso religioso com a expansão da fé cristã. Ela que tornaria a Ordem implacável entre as demais. No Brasil, coube aos padres Manoel da Nóbrega e José de Anchieta empreender os primeiros esforços. Eram esses os tempos heroicos da Ordem no Brasil.

⁸⁸ É importante lembrarmos que o texto foi lançado em *Obras de João Francisco Lisboa*, Tomo IV, no ano de 1865. A edição separada e independente foi publicada somente em 1891.

⁸⁹ Assim escreve Lisboa: “Destes dous homens é todavia o protestante que nós preferimos”. LISBOA, João Francisco. Apontamentos para a História do Maranhão. In: **Obras de João Francisco Lisboa, natural do Maranhão**: precedidos de uma notícia biográfica pelo Dr. Antônio Henriques Leal. São Luís: Typographia de Belarmino Matos, 1865, v. 2, p. 349.

⁹⁰ Assim o jornalista maranhense sintetiza a imagem do fundador jesuíta: “Ignacio, esse não, que vive só, estranho ao rosto dos bomens, ebrio de jubilas a que ninguem se associa «sevéro e repórtado até 00 entuiasmo; mudo na dor; e indifferente a qualquer sympathia; sempre grave e «austero, sempre isolado, e bem que accessivel á ternura; sempre esquivo e remontado della. corno se «fôra um crime; humilde, despotico, ambicioso, e ao «mesmo tempo limpo de egoismo.” *Idem*.

⁹¹ Ao tratar do ingresso na Ordem, Lisboa afirma que os inacianos deveriam despir-se de suas ambições individuais e se comprometerem com as coletivas: “E uma vez admittidos, já lhes não era licito aceitar mais cargo algum fóra della; matava-se assim toda a pessoal ambição; obtinha-se uma abnegação completa, e accendia-se uma ‘immensa e devoradora ambição collectiva’”. *Ibidem*, p. 353.

Assim escreve Lisboa sobre a primeira fase da Companhia no Brasil:

Estes podem com razão chamar-se os tempos heroicos da companhia de Jesus no Brazil. Quasi tudo quanto se offerece ás vistas do observador é puro e sem mancha. Não alcançam os olhos por toda parte senão dedicação, sacrificio e trabalho abençoado com fructos copiosos. Os padres ajudam a expulsar os invasores estrangeiros, catechizam os selvagens, preservam as aldêas christãs da ruina, e abrigam os fracos da oppressão. Algumas lutas se travam por esta causa.; mas a sua humildade as desarrna, e esses breves tumultos compoem-se, sem tomarem o caracter funesto da guerra civil. Nunca a ambição politica de mando e de poder vem aggravar o mal, e afastar o bem, çomo nos tempos posteriores tantas vezes se viu.⁹²

Lisboa reforça a opinião de que existiram duas fases da história da Companhia de Jesus no Brasil. A segunda, que engloba a experiência histórica vieiriana, corresponderia ao momento em que os inicianos sedentos por poder se entregavam às ambições temporais. O padre Vieira não é só um mero representante dessa fase, mas o grande expoente e modelo de religioso que foi para sua época:

Vamos entrar na segunda idade dos jesuitas no Brazil. Foi aquella em que floreceram no Maranhão, e em que, ás antigas virtudes individuaes, juntaram em alto gráu a ambição collectiva da influencia politica e poder temporal.

Todas as mais ordens religiosas forneceram missionarios ás conquistas, nenhuma porém como a companhia de Jesus, cujos membros eram os missionarios por excellencia. Mas assim como entre as diverias ordens avultava e sobressahia a de S. Ignacio, assim entre todos os jesuitas realçava a grande figura do P. Antonio Vieira, brilhante personificação do instituto, em quem se resumiu todo o lustre e interesse daquelles tempos.⁹³

Veremos no próximo capítulo como a crítica à relação entre Estado e Igreja, advindas, sobretudo, de uma racionalidade iluminista, interceptou o discurso de Lisboa.

⁹² Assim escreve Lisboa sobre a primeira fase da Companhia no Brasil: “Estes podem com razão chamar-se os tempos heroicos da 'companhia de Jesus no Brazil. Quasi tudo quanto se offerece ás vistas do observador é puro e sem mancha. Não alcançam os olhos por toda parte senão dedicação, sacrificio e trabalho abençoado com fructos copiosos. Os padres ajudam a expulsar os invasores estrangeiros, catechizam os selvagens, preservam as aldêas christãs da ruina, e abrigam os fracos da oppressão. Algumas lutas se travam por esta causa.; mas a sua humildade as desarrna, e esses breves tumultos compoem-se, sem tomarem o caracter funesto da guerra civil. Nunca a ambição politica de mando e de poder vem aggravar o mal, e afastar o bem, çomo nos tempos posteriores tantas vezes se viu”. LISBOA, *op. cit.*, p. 398.

⁹³ *Ibidem*, p. 403-404.

Antônio Vieira se tornaria instrumento de denúncia, modelo pelo qual os abusos da Companhia de Jesus poderiam ser exemplificados.

Em Varnhagen, a soberania do Estado não poderia se deixar ser sobreposta pela influência da Igreja. Como bem aponta Nilo Odália, por mais compromissado que o historiador “possa estar com a religião como fator de civilização, associado nessa tarefa com o Estado, é um crítico implacável toda vez que a Igreja e seus pares, ou seus padres, agem de maneira a pôr em perigo a presença do Estado”⁹⁴.

Entre 1835 e 1838, o historiador escreveu *Notícia do Brasil*, seu primeiro ensaio de história, o que lhe permitiu ser admitido como sócio-correspondente na Academia de Ciências de Lisboa. O retorno ao Brasil se deu em 1840, ingressando no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro um ano depois. Em 1844, conseguiu obter a nacionalidade brasileira, o que alavancou sua entrada na carreira diplomática. É certo que Varnhagen se notabilizou com a escrita da *História Geral do Brasil* em dois volumes (1854-1857). A obra é reconhecida por fazer parte do processo de construção da identidade nacional brasileira. Optamos por investigar a segunda edição, publicada em 1870 que, de acordo com o próprio autor, é melhorada e aumentada. No que concerne ao tratamento dado ao jesuíta nas duas edições, percebemos a manutenção de uma proposta geral, acrescida de uma maior erudição. A análise que Varnhagen faz de Vieira segue a mesma lógica interpretativa. Na primeira edição, o autor dedica 52 duas páginas a Vieira; na seguinte, existe um acréscimo de 30 páginas. Por essas razões, priorizamos a edição aumentada⁹⁵.

Na escrita de Francisco Adolfo de Varnhagen, o papel da Companhia de Jesus é criticado sob a perspectiva de que a Ordem ameaçaria a soberania do Estado e, conseqüentemente, a Nação. No entanto, a crítica à perspectiva não se aplica absolutamente a Vieira. É comum vermos o historiador se referir ao padre como genial ou brilhante, o que nos faz questionar até que ponto a imagem do padre seiscentista esteve dissociada de sua Ordem, problema que só poderemos contemplar ao final do nosso terceiro capítulo. Com isso, propomos o seguinte questionamento: Antônio Vieira

⁹⁴ ODÁLIA, Nilo *apud* KHALED JR., Salah H. **Horizontes identitários: a construção da narrativa nacional brasileira pela historiografia do século XIX**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010, p. 187.

⁹⁵ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História geral do Brasil antes da sua separação e independência de Portugal**. 2. ed. aum. e melh. Rio de Janeiro: E. & H. Laemmert, 1877. Uma versão em pdf da obra pode ser adquirida por meio da biblioteca digital do Senado. Acessar: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/242428>.

figuraria no panteão dos grandes heróis nacionais mesmo com as várias denúncias históricas que a Companhia de Jesus sofreu? Para isso, devemos refletir sobre como foi operada a crítica aos inacianos e, posteriormente, entender qual a relação entre Vieira e a Companhia.

Em Varnhagen, a narrativa é, acima de tudo, nacional, sendo sua formação sempre dependente de uma adesão aos objetivos do Estado. Logo, a defesa das prerrogativas nacionais passa necessariamente pelos parâmetros oficiais que constituem a ideia de Estado. Partindo do pressuposto de que as ambições da Companhia de Jesus seriam um entrave para a nação brasileira, o historiador adere à perspectiva de que a Ordem seria um “Estado no outro Estado” e, por isso, uma ameaça:

Se os padres Jesuitas nas fronteiras do sul se haviam apresentado como cúmplices dos índios sublevados, do lado do norte apareceram elles igualmente accusados de promover hostilidades á execução do tratado. Desde que em 1753 fora de commissário principal de limites e capitão general do Pará o official de marinha, irmão de Pombal, Francisco Xavier de Mendonça, não deixaram elles de patentear por várias formas a sua opposição a que as novas fronteiras se chegassem a demarcar. E um dos meios que já empregaram, e que mais os comprometteram , foi o de fazerem acintemente retirar das aldeas , por onde deviam ir successivamente passando os commissarios , todos os mantimentos, canoas e remeiros «, afim de que aquelles, como succedia aos hespanhoes detidos no Orinoco, não podessem aproximar-se ás fronteiras. ". Estas informações chegavam á Corte, com as que do sul mandava Gomes Freire, e com outras que se surprehendiam na Europa, e que provavam que tudo era manejado por um plano concertado. Então Pombal conheceu o immenso poder da Companhia de Jesus , que constituia ja no Estado outro estado, e resolveu coartar-lhe a influencia⁹⁶

Ao referenciar a expulsão dos jesuítas por meio do decreto instituído por Pombal, Varnhagen procurou legitimar historicamente a argumentação de que as ambições por poder dos inacianos tornariam a instituição paralela ao Estado⁹⁷. Para Arno Wehling,

⁹⁶ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História geral do Brazil antes da sua separação e independência de Portugal**. 2. ed. aum. e melh. Rio de Janeiro: E. & H. Laemmert, 1877, t.2, p. 922-923.

⁹⁷ “O triunfo completo de Pombal se manifestou pela régia sanção dada à lei de 3 de setembro de 1759, que aboliu nos seus reinos a ordem dos jesuítas. Nada mais natural, na órbita do seu poder e regalia. Os jesuítas haviam sido admitidos, protegidos e doados, em Portugal e suas conquistas, pelo chefe supremo da nação, para que eles pudessem à mesma nação ser de proveito, como efetivamente foram. Por isso mesmo ninguém era mais competente do que o mesmo chefe para lhes retirar a proteção, e não os consentir mais no país, apenas visse que sua permanência produzia contínuos conflitos de autoridade, concorrendo a nivelar as barreiras que Cristo marcou entre Deus e César, entre a Igreja e o Estado, o

“os argumentos de Varnhagen contra os jesuítas são os de um adepto da razão de Estado contra as forças centrífugas que prejudiquem aqueles objetivos”⁹⁸.

Mesmo sendo cristão e consciente da função catequizadora para a formação moral e civilizadora, Varnhagen entende que existia uma resistência natural dos colonos à atividade desempenhada pela Ordem, como pode ser notada no trecho:

Não defenderemos os Jesuitas, como alguns, dizendo que elles no Brazil eram contra os mandões e em favor dos povos, quando a historia nos prova o contrario: que os mandões mais arbitrarios os protegiam sempre , e os povos sem pre contra elles se levantavam; e quando havendo elles feito 'voto de pobreza, eram, a pretexto dos seus collegios, tão ricos e manejavam tantos cabedaes e tinham tantos engenhos e terras e escravaria e até marinha e commercio; o que justamente contribuia para que os povos, por natural inveja , os amassem menos; ainda quando a isso não concorresse a excessiva influencia politica que a Companhia se arrogou sobre os povos e as Cortes ; da qual se originou o facto de que havendo a dita Companhia sido approvada por Paulo III, ainda não decorrera meio seculo quando ja, inclusivamente outros religiosos, a accusavam como degenerada do seu primitivo instituto.⁹⁹

É intrigante pensarmos como o historiador conduz sua argumentação por via da crítica popular que a instituição no momento suscitava. Contudo, sua narrativa é protagonizada por personagens, cuja posição no espaço social geralmente se situava nos altos estratos da sociedade, em outros termos o homem branco e de ascendência europeia. Logo, a representatividade popular, pouco expressa na escrita do historiador, nesse caso assume valor como forma de argumentação para a crítica aos inacianos.

A representação da igreja, por mais necessária que fosse à explicação do processo civilizatório brasileiro, esteve associada ao projeto de escrita do IHGB junto às demandas políticas de sua época, que já não estavam mais sedimentadas na relação substanciada entre Estado e Igreja. Característica do Padroado Régio brasileiro, a conjunção entre a teologia e a política foi ponto fundamental na constituição de 1824.

espiritual e o temporal, – o sacerdócio e o império”. VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brazil**. 6. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1959. t. 4, p. 140.

⁹⁸ WEHLING, Arno. **Estado, história, memória**: Varnhagen e a construção da identidade nacional. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p. 169.

⁹⁹ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História geral do Brazil antes da sua separação e independência de Portugal**. 2. ed. Rio de Janeiro: Laemmert, 1870. t. 2, p. 930.

No século XIX, a Igreja Católica defendia a permanência das cortes junto ao poder político. O papa Pio IX, por meio da defesa de um discurso religioso legitimador da monarquia, procurou fazer frente às perspectivas iluministas de uma razão de Estado. A fundamentação advinda da teologia de São Tomás de Aquino foi incorporada desde a Contrarreforma do século XVII. Postulava-se a lei natural divina. Uma das proposições estava fundamentada na ideia de que a lei da natureza descende das leis divinas e eternas. O princípio jurídico tomista foi muito difundido e defendido pelos jesuítas, na Espanha e em Portugal; e pelos dominicanos, na França. No período monárquico, a lógica tomista foi adotada pelos professores de Filosofia nas instituições de ensino secundário e nas de ensino superior. Segundo Fernando Arruda Campos, a adoção do tomismo no Brasil como corrente filosófica esteve presente desde a colônia, com a Companhia de Jesus, até o momento em que os jesuítas foram expulsos, no ano de 1758. O tomismo foi retomado na segunda metade do século XIX por intelectuais católicos, interessados em fundamentar a defesa do conservadorismo cristão com base no princípio¹⁰⁰.

A escrita do Instituto possuía na ideia de progresso sua arquitetura, um tempo do devir histórico, que enxergava no passado o seu *telos* ao mesmo tempo em que projetava no futuro um desenvolvimento. Trata-se de uma ruptura temporal fundada na progressão dos valores civilizatórios, concepção indispensável para se representar o crescimento e a emancipação nacional.

Sob essa lógica, por exemplo, a historiografia oitocentista poderia compreender a expulsão da Companhia de Jesus como uma ruptura necessária ao desenvolvimento nacional. Portanto, a própria Igreja, um dos alicerces da construção nacional varnhageriana, não esteve imune a uma ideia empregada de progresso.

Assim como João Francisco Lisboa, Varnhagen endossou a opinião sobre a Ordem como uma grande jogadora das disputas políticas coloniais¹⁰¹, pondo em xeque a

¹⁰⁰ MARTINS, Patrícia Carla de Melo. **Padroado Régio no auge do Império Brasil**. In: Anais do III Encontro Nacional do GT História das Religiões e Religiosidades – ANPUH – Questões teórico-metodológicas no estudo das religiões e religiosidades. IN: Revista Brasileira de História das Religiões. Maringá (PR) v. III, n.9, jan./2011, p.79-86.

¹⁰¹ “Certos abusos dos Jesuítas no Pará, chamando a si todo o algodão, em prejuízo dos moradores, provocaram contra eles uma regia reprehensão em 14 de outubro de 1718. Neste ultimo anno foi mandada construir iima nova cathedral na cidade de S. Luiz, applicando-se para isso o producto da venda de duzentos índios „que se deviam resgatar l. Deste modo o governo, ao passo que prohibia o jogo, era, como os Jesuítas, grande jogador, se é que não faziam ambos a banca”. VARNHAGEN, Francisco Adolfo

intenção de seus propósitos religiosos. Se a instituição que desvirtuada de seu caminho idôneo original é tida sob severas críticas pelo historiador brasileiro, não se pode aplicar absolutamente a mesma leitura a Antônio Vieira, um dos seus maiores expoentes. Como veremos adiante, Vieira não foi apropriado pelas operações historiográficas somente enquanto um jesuíta. Intercepta sua figura uma série de tensões e disputas, o que nos faz refletir sobre os usos políticos e sociais da representação histórica presentes em tais operações historiográficas.

Ao pôr em evidência as demandas de produção implementadas pelo Instituto, podemos inferir a necessidade de se correlacionar a religiosidade com os fundamentos da Nação. O problema erigido sobre a representação dos jesuítas na narrativa nacional nos levou a investigar as disputas em torno de segmentações intelectuais. Em parte, a feitura deste tópico nos serviu para situar a ambiguidade de Antônio Vieira em uma circunstância problemática para a historiografia oitocentista: ser jesuíta. Se o problema sobre a condição de jesuíta já se apresenta complexo, a dubiedade ainda tomará contornos mais drásticos.

2.2 – A escrita combativa

Varnhagen e João Francisco Lisboa compuseram o quadro de sócios do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. É tentador enquadrá-los sob uma premissa historiográfica homogênea e a partir dela deduzir um formato de produção. Ainda que ambos possuam a preocupação com o nacional, reduzi-los a tal aspecto é eclipsar uma série de considerações. Este tópico dará maior destaque ao discurso de João Francisco Lisboa, por manifestar aspectos peculiares para a época. A nossa ideia é a de compreender como a *História Geral do Brazil* e a *Vida do padre Antônio Vieira* estão situadas em projetos distintos de interceptação sobre os oitocentos, ora convergindo, ora não.

Indicado por Gonçalves Dias, João Francisco Lisboa ingressou como sócio no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, título conquistado por meio da publicação do *Jornal de Timon*, quando em 1855 conseguiu integrar uma comissão encarregada de pesquisar em Portugal documentos sobre o Brasil. Em terras lusitanas,

de. *História geral do Brazil antes da sua separação e independência de Portugal*. 2. ed. Rio de Janeiro: Laemmert, 1870. t. 2, p. 870.

Lisboa seguiu publicando os números onze e doze do *Jornal de Timon*, assim como a biografia de Odorico Mendes e do padre Vieira. Antes de falecer, em 26 de abril de 1863, esteve centrado na escrita da *Vida do Padre Antônio Vieira*. Antônio Henriques Leal, o biógrafo e amigo de Lisboa, organizou e publicou os seus textos, reunindo-os em uma obra¹⁰². Nela, encontra-se a biografia do padre Antônio Vieira.

O escritor maranhense possuía expressivas passagens em jornais locais¹⁰³ e significativa atividade político-partidária. Ao final da década de 1830, Lisboa ocuparia funções públicas, tornando-se secretário de governo. Ingressaria na política, chegando a ocupar em duas ocasiões a legislatura provincial. Em 1838, participou do Partido Liberal, assim como se dedicou à atividade de jornalista com o periódico *Crônica Maranhense*, momento em que movimentos rebeldes no estado eclodiam. Foi acusado de participar da Balaiada, fazendo-o se distanciar da política.¹⁰⁴ Segundo Janotti, a iniciativa de escrever o *Jornal de Timon* veio depois de uma decepção política¹⁰⁵. Nesse processo, o jornalista transformou-se também em historiador. O fluxo existente entre campos do saber deve ser entendido enquanto possibilidade e condição permitidas na historiografia oitocentista¹⁰⁶. Não podemos afirmar que existe uma unidade absoluta na postura que João Francisco Lisboa adota em seu periódico, podemos notar, conquanto, a coexistência de “múltiplas faces que o autor do Jornal reuniu, passando da advocacia para a política, na posição de deputado provincial no Maranhão, sendo, ao mesmo tempo, jornalista e, por fim, transformando-se em historiador”¹⁰⁷.

Nesse sentido, não podemos tratar da obra de modo integral como uma produção historiográfica, mas entendemos que existem momentos no jornal em que Lisboa assume a posição de historiador. Para tanto, há de se compreender um

¹⁰² JANOTTI, Maria de Lourdes. **João Francisco Lisboa**: jornalista e historiador. São Paulo: Ática, 1977, p. 29-31.

¹⁰³ João Francisco Lisboa possuiu larga experiência em jornais como *Farol Maranhense*, *Eco do Norte*, *O brasileiro*, *Crônica Maranhense*, *Publicador Maranhense* (1842-1855), assim como em alguns folhetins. A partir de 1852, publicaria o *Jornal de Timon* com periodicidade mensal nos primeiros cinco meses. Já os números entre seis e dez foram publicados em 1853. Lisboa voltaria a publicar o jornal em 1858, com os números onze e doze. Mudou-se para o Rio de Janeiro em 1855, onde escreveu para o *Correio Mercantil* e o *Jornal do Comércio*.

¹⁰⁴ SILVA, Jussara Rodrigues da. **Reformar os costumes pela história**: a historiografia de Francisco Lisboa no *Jornal de Timon* [manuscrito]. 2017. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2017, p. 33-37.

¹⁰⁵ Em 1840 João Francisco Lisboa é preterido pelo partido liberal por outro candidato da família Jansen. Segundo Maria de Lourdes Janotti, esse acontecimento foi decisivo para as publicações seguintes em jornais maranhenses, incluindo o *Jornal de Timon*. JANOTTI, *op. cit.*, p. 26.

¹⁰⁶ CEZAR, Temístocles. Livros de Plutarco: biografia e escrita da história no Brasil do século XIX. **Métis**: história & cultura, Caxias do Sul, v. 2, n. 3, p. 73-94, jan./jun. 2003, p.74.

¹⁰⁷ SILVA, *op.cit.*, p. 35

historiador enquanto uma posição dentro de um campo social. Por meio dessa perspectiva, consideramos que o reconhecimento de um dado grupo, por meio de suas regras e sistematizações, legitima e identifica alguém enquanto um par. Trata-se de pensarmos a classificação por meio de relações e negociações simbólicas¹⁰⁸. Nesse sentido, podemos entender essa relação de Lisboa com a função de historiador por intermédio do pensamento de Jussara Rodrigues da Silva, quando ela afirma que “Francisco Lisboa metamorfoseia-se primeiro em Timon para depois transformar-se em historiador”¹⁰⁹. O seu reconhecimento se dá quando o então jornalista maranhense foi convidado para compor o quadro de historiadores do IHGB, reconhecido por Varnhagen pela sua escrita com o *Jornal de Timon* (trataremos melhor da relação entre Lisboa e Varnhagen no próximo tópico).

Além do fato de que algumas considerações sobre o padre Vieira foram anunciadas no *Jornal de Timon*, sobretudo, em “Apontamentos para servirem à história do Maranhão”¹¹⁰, o exame do Jornal pode nos indicar alguns dos elementos constitutivos na formação profissional de Lisboa enquanto historiador. Um dos propósitos do periódico, escrito unicamente por Lisboa, era o de evidenciar os modos e costumes grosseiros da sociedade maranhense. Para José Veríssimo, a historiografia de Lisboa foi ditada por um olhar moralista, trata-se de um compêndio de lições morais¹¹¹.

Não fugiam da sua crítica os políticos, religiosos e letrados maranhenses, um nítido exemplo de misantropia. Para isso, João Francisco Lisboa criou o pseudônimo Timon, nome retirado do filósofo ateniense conhecido pelas suas sátiras e que lhe servia para projetar suas indignações contra a ideia que surgiu de *Atheenas Brasileira*. O tom empregado na feitura do jornal era irônico e permeado por um sarcasmo ácido, cuja finalidade era a de publicizar o simulacro social da sociedade maranhense¹¹².

¹⁰⁸ BOURDIEU, Pierre. **A Distinção**. São Paulo: EDUSP, 2007, p. 422-460.

¹⁰⁹ SILVA, *op.cit.*, p. 33.

¹¹⁰ Entre 1852 e 1853, foram publicados os primeiros dez números do jornal, compostos pelos seguintes textos: Uma história das eleições da Antiguidade aos tempos modernos encerrando-se com o texto Partidos e Eleições no Maranhão; pelo texto Timon a seus Leitores; Considerações Gerais e pela primeira parte dos Apontamentos, Notícias e Observações para servirem à História do Maranhão. Os dois últimos números foram publicados em 1858, referem-se à segunda parte dos Apontamentos, escritos após um intervalo entre 1853 e 1838.

¹¹¹ VERÍSSIMO, José. **Estudos de Literatura Brasileira**: segunda série. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1901, p. 198.

¹¹² SOARES, Flávio José da Silva. **Barbárie e simulacro no Jornal de Timon de João Francisco Lisboa**. 2002. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002.

Elaborada por uma elite política e econômica que emergia na cidade de São Luís, a ideia de *Athenas Brasileira* adivinha da necessidade de legitimidade histórica conferida por uma identidade, cuja herança seria construída por meio da civilização grega. Para compor tal articulação, o Maranhão, marcado pela escravidão, passou a dar primazia aos aspectos europeizantes, silenciando suas origens africanas e indígenas. Todo o *status* aferido a tal identidade explicaria também o surgimento de grandes figuras e notáveis intelectuais. A referência grega, assim como todas as características de civilidade evocadas por ela, servia como reafirmação nacional das lideranças intelectuais e sociais frente à condição periférica gerada pela distância geográfica, cultural e política. Somado a isso, havia a necessidade de se produzir uma contrapartida à Balaiada (1838-1841)¹¹³.

A contradição apontada pretendia expor a má condição de uma província distante, elitista, escravocrata, tomada por corrupção e hábitos repudiáveis. Para o jornalista, a elite local, ao se valer de um vertiginoso crescimento econômico, projetou o Maranhão como “berço ou a patente da genialidade brasileira em decorrência das suas contraditórias condições sociais. Por isso, a sátira de Lisboa pode ser pensada como ‘apesar de nascer, estar-se no Maranhão’”¹¹⁴.

Para contrapor à ideia de *Athenas Brasileira*, Lisboa denominava o Maranhão de o “obscuro canto do mundo”¹¹⁵. Não era sua intenção elevar a província à condição de centralidade, como era o desejo de parte dos seus contemporâneos locais. O jornal e suas análises históricas possuíam forte teor de denúncia, endereçado a uma elite que buscava legitimidade social por meio da construção de uma mitologia historiográfica.

De todo modo, o que procuramos salientar é que Vieira deve ser entendido nessa cena de criação discursiva. Lisboa, ao se transfigurar em Timon, reveste-se de declarada ironia¹¹⁶, fazendo uso de temas históricos com uma finalidade distinta da que

¹¹³ BORRALHO, José Henrique de Paula. **A Athenas Equinocial**: a literatura e a fundação de um Maranhão no Império brasileiro. São Luís: Edfunc, 2010.

¹¹⁴ BORRALHO, *op. cit.*, p. 32.

¹¹⁵ LISBOA, João Francisco. Prospecto. In: **Obras de João Francisco Lisboa, natural do Maranhão**: precedidos de uma notícia biográfica pelo Dr. Antônio Henriques Leal. São Luís: Typographia de Belarmino Matos, 1864. v. 1, p. 5.

¹¹⁶ É importante assinalarmos a relação entre ironia, um uso estilístico da escrita, e sua relação com as estruturas do discurso (estrutura estruturante). Ao referenciarmos Hayden White para a compreensão da questão não estamos adotando integralmente a ironia e toda sua implicância na compreensão do discurso historiográfico, que como apresentamos deve ser compreendido nas correlações de poder em torno de sua

fazia, por exemplo, Varnhagen, este, investido de prerrogativas científicas, pretendia com sua empiria examinar fontes e delas extrair a verdade histórica – que, como vimos, servia a um projeto de consolidação da nacionalidade brasileira. Assim, Lisboa preocupa-se menos em verificar a condição factual das coisas narradas do que em propor um debate, um modo de interceder efetivamente na realidade.

Para Jussara Rodrigues da Silva, Timon vai ao passado para falar do presente, esperando uma transformação efetiva no curso do tempo que afaste a sociedade em questão do seu provável futuro¹¹⁷. A historiadora afirma que a ironia em Lisboa pode ser explicada pela presença do ceticismo, modo de enxergar o ser social como um agente permeado por interesses, dissimulações, aspectos comuns ao exercício de quem governa. Desse modo, é possível compreender um olhar sobre o homem enquanto um personagem fraturado, constituído por duplicidades¹¹⁸.

Pode-se afirmar que o *Jornal de Timon* serviu para João Francisco Lisboa como ponto de partida para arguir os problemas de seu tempo. Portanto, o seu texto é menos propositivo e mais provocador. Ademais, o historiador maranhense aplica sistematicamente a desqualificação enquanto *topoi*, depreciando ora o personagem, ora o seu argumento. Todavia, esse recurso discursivo não é usado como fim em si mesmo. Por meio do jornal, Lisboa pretende promover uma transformação que encaminhe a sociedade maranhense. Assim, podemos inferir um modo satírico de lidar com o jogo de temporalidades. Segundo Alfredo Bosi, a sátira possui relação próxima com o presente. Mesmo que se faça uso dela como uma abordagem do passado, em grande medida ela se apresenta como uma prática política¹¹⁹. Com isso, podemos pensar que em Lisboa o exercício do discurso é concebido de modo claro e consciente enquanto uma ferramenta de intervenção política sobre a realidade.

feitura. No entanto, podemos pensar a ironia enquanto recurso consciente, dado de uma autocrítica amadurecida sobre o mundo, o que se desdobraria em um ceticismo radical sobre a realidade. A ironia para White é sintomática de uma crise da consciência histórica. A ironia enquanto recurso estilístico surge no momento em que se avultam críticas sobre as estruturas fundamentais da sociedade moderna, como a as instituições políticas, a religião e os costumes. A historiadora Jussara Rodrigues da Silva dedica um capítulo inteiro em sua tese para uma reflexão sobre a ironia e como pensá-la no discurso de Lisboa, fazendo aproximações entre Peter Gay e Hayden White. Recomendamos a leitura da tese já citada no corpo do nosso texto. WHITE, Hayden. **Meta-História**. A imaginação histórica do século XIX. São Paulo: Edusp, 1995, p. 25.

¹¹⁷ SILVA, *op. cit.* p. 72.

¹¹⁸ *Idem*, nota 327.

¹¹⁹ BOSI, Alfredo. **O ser e o tempo da poesia**. São Paulo: Cultrix, 1977, p. 172.

Para o historiador oitocentista, o jornal era uma forma de interceder sobre a realidade. O passado era uma ponte para que os costumes e as transformações sociais fossem levados a cabo. O uso da ironia era instrumento na relação com os seus interlocutores, recursos retóricos que poderiam dar vivacidade e potência à sua escrita. Uma das características que o próprio Lisboa reconhece como qualidade inerente ao padre Antônio Vieira, como veremos no último capítulo.

É bom lembrar que o jornal não era feito somente de temáticas históricas. O autor comentava sobre a cena política maranhense de sua época, os partidos políticos e, sobretudo, os problemas originados pela corrupção eleitoral. Ao tratar dos partidos políticos e das eleições no Maranhão oitocentista, Lisboa compõe uma imagem sobre a sociedade da província marcada pelo abuso dos interesses pessoais, pela corrupção, pela pobreza e pela violência. Nesse ensejo, o historiador procura desmontar todas as qualidades possíveis da sociedade maranhense e atacar a ideia de *Atheenas*. Diversas críticas surgiram em decorrência do seu ataque. Para publicizar sua defesa, é que Lisboa escreve o opúsculo publicado no Jornal, intitulado “Timon a seus leitores”¹²⁰. Certamente existia uma preocupação do historiador e jornalista em estabelecer limites com uma possível história do presente¹²¹. Pode-se afirmar que Lisboa escrevia para os maranhenses. A proposta de escrita histórica segue uma racionalidade, que pode ser compreendida se entendermos melhor a relação feita com a *historia magistra vitae*. Nesse ponto, o historiador chegava a condenar a erudição histórica, uma vez que se

¹²⁰ Corroboramos com a hipótese de Jussara Rodrigues da Silva, a qual afirma que o recurso do pseudônimo exerce a função de dissimular a autoria e criar uma marca de autoridade: “Pensamos, então, de que forma a omissão do nome próprio funcionou como mecanismo de validação dos relatos históricos de Francisco Lisboa. Para tanto, interessou-nos a definição dos motivos que levaram aquele autor a adotar o procedimento e, mais importante, como ele permitiu a identificação da autoridade do mesmo por meio de uma autoria construída às margens, por meio de Timon. Defendemos aqui que a utilização do pseudônimo funcionou no *Jornal de Timon* de forma dupla, como uma dissimulação do autor e como uma marca específica que permitia identificá-lo. Argumentamos, portanto, que o uso foi consciente e correspondia a uma estratégia que se relaciona com a organicidade do conjunto de textos que compõem o Jornal e o seu objetivo maior de reforma dos costumes maranhenses”. SILVA, *op. cit.*, p. 63.

¹²¹ Ao tratarmos da história do tempo presente não confundir com o conceito historiográfico criado na década de 1970. Para tal questão, citamos: “Não desconheço que a expressão História do Tempo Presente adquiriu legitimidade no campo historiográfico apenas a partir da fundação do Institut d’histoire du temps present, que surge em Paris em 1978. No entanto, os principais historiadores dessa tendência não ignoram que houve projetos de escrita da história do tempo presente desde Heródoto e Tucídides. [...] Assim, mesmo no século XIX, momento em que certas perspectivas historiográficas procuravam a identidade científica definindo a história como simplesmente conhecimento do passado (onde paradoxalmente Tucídides, historiador por excelência do tempo presente, era tido como mestre e modelo), encontra-se tentativas de se escrever sobre o presente, mesmo no Brasil”. CEZAR, Temístocles. Em nome do pai, mas não do patriarca. Ensaio sobre os limites da imparcialidade na obra de Varnhagen. **História**, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 207-240, 2005, p. 226. Sobre o Instituto de História do Tempo Presente: TIBURSKI, Eliete Lucia. **Escrita da história e tempo presente no Brasil oitocentista**. 2011. Dissertação (Mestrado em História) –UFRGS, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, 2011.

mostrava inteiramente inútil para as coisas do presente e do futuro¹²². A história possui uma finalidade pedagógica:

No meio destes perigos opostos, a única taboia de salvação, o norte fixo de todo o espírito judicioso deve ser a verdade nua e simples, sem nenhuma atenção ao numero dos seus adoradores ou dos seus inimigos. E sobretudo pelo seu culto que a história se chamou mestra da vida. [...] O ensino da história resulta portanto, mas é da infusão dos sentimentos de justiça e de moral, da aprovação e louvor constante do bem, e da condenação inexorável do mal. Radicando-se profundamente nos ânimos, e perpetuando-se de uma a outra geração, estas noções servem a prevenir, e tornam difícil, se não impossível, o regresso aos erros e crimes do passado.¹²³

O autor não dá destaque à erudição e à empiria que existem, por exemplo, em Varnhagen. A função da disciplina e a produção de sua narrativa se apresentavam entre ambos os historiadores de modo distinto. A *infusão de sentimentos* que podemos notar em Lisboa era fruto do embate e das provocações manifestados em seu discurso. Ao personalizar-se em Timon, o autor assume o papel moral de expor os erros, fazer justiça, para que uma transformação moral pudesse ser efetivada no presente.

A ideia de *historia magistra vitae* foi reprocessada no Brasil sempre atenta aos interesses do Estado Nacional¹²⁴. O *topos* ciceroniano foi adaptado à epistemologia moderna, o qual já não se aplicava ao estudo da história com a finalidade de replicar o passado, mas aprender com ele¹²⁵. Entendemos, a partir de Manoel Luiz Salgado, a possibilidade de pensar distintos regimes de historicidade “numa concepção de história

¹²² “[...] as circunstâncias, todavia variam e se disfarçam por tal modo sob os acidentes externos dos fatos, que escapam de ordinário à observação mais perspicaz, e tornam a lição erudita do passado inteiramente inútil como precaução para o presente e para o futuro”. LISBOA, *op. cit.*, p. 510-511.

¹²³ LISBOA, João Francisco. Apontamentos para a História do Maranhão. In: **Obras de João Francisco Lisboa, natural do Maranhão**: precedidos de uma notícia biográfica pelo Dr. Antônio Henriques Leal. São Luís: Typographia de Belarmino Matos, 1865. v. 3, p. 510-511.

¹²⁴ CALLARI, Cláudia. Os Institutos Históricos: do patronato de D. Pedro II à construção de Tiradentes. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 21, n. 40, p. 59-83, 2001, p. 74.

¹²⁵ ARAUJO, Valdei Lopes de. Sobre a permanência da expressão *historia magistra vitae* no século XIX brasileiro. In: NICOLAZZI, Fernando; MOLLO, Helena Miranda; ARAUJO, Valdei Lopes de (org.). **Aprender com a história? o passado e o futuro de uma questão**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011, p.137.

mestra da vida e aquela que percebe a história (disciplina) como a narrativa e a inteligibilidade de fatos que não se repetem”¹²⁶.

Não se trata de considerar uma retomada à *historia magistra vitae* ou o seu rompimento. Nas palavras de Valdeci Lopes de Araújo, os rótulos de tradicionais ou positivistas não comportam a prática historiográfica brasileira do século XIX:

A riqueza da historiografia oitocentista não pode ser encoberta por rótulos ingênuos como “tradicional”, “não crítica” ou “positivista” (...). Esses rótulos, herança de uma história das idéias muito rígidas, deveriam ser substituídos por objetos mais capazes de recuperar a complexidade dos fenômenos que nele se escondem, desde a formação de tradições de linguagens político-intelectuais e de conceitos histórico-sociais até a montagem de instituições e de ideologias.¹²⁷

A respeito de tais questões, não há consenso entre historiadores sobre a relação entre o uso do *topos* ciceroniano pela historiografia oitocentista. Em *Escrever vidas, narrar a história*, Maria da Glória Oliveira afirma que a função exemplar das biografias do IHGB, por mais que indicasse o uso do *topos*, deve ser ponderada como princípio orientador da atividade historiográfica, já que seu uso “aparece senão como argumento incidental em alguns textos pragmáticos”¹²⁸.

Entre os fundadores do Instituto, a *historia magistra vitae* é evocada como recurso muito próximo a uma epistemologia pré-moderna, na qual a diferença temporal, nas palavras da historiadora, é quase nula:

Entre os sócios do IHGB, a referência aos antigos assinala alguns balizamentos importantes no desdobramento das reflexões em torno da escrita da história. O que se percebe, sobretudo entre os fundadores do Instituto, é que a evocação de autores canônicos greco-latinos não se estabelece por meio de uma *démarche* historiográfica preocupada em compreender no que o passado difere do presente, mas se baseia em um jogo de identificações e analogias que, ao final, torna quase nula a distância entre os séculos.¹²⁹

¹²⁶ GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Entre as Luzes e o romantismo: as tensões da escrita da história no Brasil oitocentista. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. **Estudos sobre a escrita da história**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006. p. 68-85.

¹²⁷ ARAÚJO, Valdeci Lopes de. **A experiência do tempo**. Conceitos e Narrativas na Formação Nacional Brasileira (1813-1845). São Paulo: Hucitec, 2008, p. 220.

¹²⁸ OLIVEIRA, Maria da Glória. **Escrever vidas, narrar a história**. A biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011, p.18.

¹²⁹ *Ibidem*, p. 54.

Semelhante a tal afirmação, Temístocles Cezar considera não ter existido qualquer imbróglio entre antigos e modernos autores que sinalizasse o rompimento, nesse ponto, com a *historia magistra vitae*¹³⁰. Já no que tange à questão indígena, a reverência ao passado tomou posições distintas na historiografia. Em *Tempos Cruzados*, Rodrigo Turin afirma que somente a partir de 1870 a historiografia se abriria a um regime moderno¹³¹.

Afinal, é possível considerar a evocação da *historia magistra vitae* articulada a uma arqueologia de conhecimento histórico moderno? Preferimos pensar como Valdei Lopes de Araújo, o qual afirma que o uso do *topos* sofreu uma diluição de seu conceito que, adaptado a pressupostos modernos, tornou-se estrutural na condução pedagógica de uma moralidade cívica. A historiografia brasileira oitocentista não esteve em total descompasso com as reflexões produzidas na Europa, o que refuta a tese de que a modernidade teria chegado de forma tardia no cenário brasileiro¹³².

O uso retórico do *topos* passaria por uma transformação que, iniciada no século XVIII, foi ressignificada às dinâmicas modernas do século XIX¹³³. Portanto, a

¹³⁰ Assim, escreve Júlio Benvoglio: “O Dicionário de Bluteau revela que a história era descrita naquele tempo como “a narração de coisas memoráveis, que tem acontecido em algum lugar, em um certo tempo e com certas pessoas ou nações”²¹. E ainda citando Cícero, escreverá Bluteau que a “História é a testemunha do tempo, a luz da verdade, a vida da memória, a mestra da vida e a mensageira da Antiguidade”²². No Dicionário de Moraes e Silva, História é a narração de sucessos civis, militares ou políticos. Ambos testemunham uma compreensão tradicional da história mais ou menos então corrente, visto não existirem no Brasil ou em Portugal manuais de teoria da história, de modo que os clássicos, como Heródoto, Tucídides, Políbio, Tácito e Cícero continuavam surgindo como índices de autoridade, expressando o ideal característico da história magistra vitae. O culto à erudição, aliás, era preservado no cultivo aos estudos clássicos, nos cursos jurídicos, na tribuna e na imprensa”. BENTIVOGLIO, Julio. A História no Brasil imperial: a produção historiográfica na RIHGB. **História: Questões & Debates**, Curitiba, Editora UFPR, v. 63, n. 2, p. 287-315, jul./dez. 2015, p. 294.

¹³¹ TURIN, Rodrigo. **Tempos Cruzados**: escrita etnográfica e tempo histórico no Brasil oitocentista. 2009. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009, p.172.

¹³² “Assim não acredito em atraso significativo na abertura de um campo moderno de experiência em nosso contexto. Essa afirmação parece ser reforçada por um amplo conjunto de pesquisas realizadas nos últimos anos para o contexto das primeiras décadas do século XIX. Refiro-me aqui particularmente aos trabalhos de João Paulo Pimentel e de jovens pesquisadores que em suas investigações têm apontado para um cenário de temporalização e historicização da realidade brasileira dessas primeiras décadas, lembro especialmente os trabalhos, com diferentes níveis de amadurecimento, de Bruno Franco Medeiros (USP), Bruno Diniz (UFOP) e Giorgio Lacerda sobre as obras de Alfonso Beauchamp e visconde de Cairu, e a linguagem do providencialismo, respectivamente, de Cristiane Camacho, sobre as novas formas de agenciamento do passado no contexto periodista nos anos de independência, e o de Flávia Varella sobre a obra e os contextos da história do Brasil de John Armitage nos anos de 1830, apenas para citar alguns exemplos que conheço mais de perto”. ARAUJO, Valdei Lopes de. Sobre a permanência da expressão *historia magistra vitae* no século XIX brasileiro. In: NICOLAZZI, Fernando; MOLLO, Helena Miranda; ARAUJO, Valdei Lopes de (org.). **Aprender com a história?** o passado e o futuro de uma questão. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011. p.138-139.

¹³³ *Ibidem*, p.143-145.

sua evocação não significa necessariamente adesão a uma concepção pré-moderna de história:

Ao mesmo tempo, o etapismo das filosofias da história permitiu tirar lições do passado, já que pela sua análise é possível vislumbrar o futuro, mesmo que esse já não fosse concebido em termos de repetição do passado. Assim, o *topos* pode ser adaptado a esse novo tipo de lição histórica: é possível aprender com o passado, mas não imitá-lo, como é fundamental na concepção ciceroniana. Em resumo, o simples uso retórico dos *topoi* ciceronianos não qualifica uma concepção de história como pré-moderna, pois o fundamental seria entender quais os procedimentos necessários para aprender com a história.¹³⁴

Podemos inferir, dessa forma, que os ensinamentos do passado na ciência moderna estão atrelados ao exercício de diferenciação temporal. O historiador vai ao passado com a finalidade de intuir um valor moral, mas o demarca como outro. O valor pedagógico da história moderna está a serviço de uma ideia de progresso, mas se manifesta diferentemente nos historiadores oitocentistas. O que a história nos oitocentos poderia mostrar tem maior relação com o projeto político que envolve a sua feitura. Nesse horizonte, diversos usos do *topos* podem ser considerados dentro de uma gama de possibilidades que comporte uma prática historiográfica moderna.

É possível compreender que com a modernidade, a *historia magistra vitae* não se extinguiu, mas se dissolveu. Valdei Lopes de Araújo entende que somado a dissolução, há o seu estreitamento, a perda da centralidade para a experiência do tempo. Com isso, o uso do termo pode indicar apenas uma forma protocolar da linguagem¹³⁵. Nesse sentido, é prudente considerarmos que o conceito, como em uma via dupla, estabelece horizontes e define limites para a experiência e para formas de histórias possíveis¹³⁶. Em todo caso, é necessário que se compreenda o *topos* dentro de um estudo particular das narrativas em questão. De acordo com Araújo, a experiência do tempo moderno, que surgiu entre as décadas de 1820 e de 1830, gerou uma crise conceitual, responsável por reações colaterais diversas e ambíguas¹³⁷.

¹³⁴ ARAUJO, Valdei Lopes. História dos conceitos: problemas e desafios para uma leitura da modernidade ibérica. **Almanack Braziliense**, n. 7, p. 47-55, maio 2008, p. 55.

¹³⁵ KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006. p. 42.

¹³⁶ *Ibidem*, p. 251-266.

¹³⁷ ARAUJO, Valdei Lopes de. Sobre a permanência da expressão *historia magistra vitae* no século XIX brasileiro. In: NICOLAZZI, Fernando; MOLLO, Helena Miranda; ARAUJO, Valdei Lopes de (org.). **Aprender com a história?** o passado e o futuro de uma questão. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011. p. 184.

Em Francisco Adolfo de Varnhagen, a ideia de *historia magistra vitae* relaciona-se com a noção de dever. O historiador explora de outra forma a dimensão pedagógica. A história, cuja incumbência se arregimentava no sentido do dever cívico, era disciplina da empiria para com a preservação do passado: “obrigados pelo dever, para nós já sagrado, de legar ao Brasil, onde nascemos, tão completa, quanto caiba em nossas forças [...] a História Geral de sua civilização, até à nova era”¹³⁸. É importante notar que o próprio Varnhagen foi adepto da escrita biográfica, escrevendo entre os anos de 1839 e 1867¹³⁹ sobre diversas personalidades históricas, destacando-se: militares, médicos, advogados, fidalgos e poetas. Entretanto, não há qualquer registro de seus textos biográficos sobre indivíduos jesuítas. Os únicos religiosos biografados foram: o bispo D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho, o franciscano Frei Manoel de Santa Maria Itaparica e o regular Domingos Caldas Barboza. No mais, o que importante considerar é que Varnhagen utiliza a exemplaridade dos homens notáveis como recurso pedagógico, tema que retomaremos em nosso último capítulo. Para diversos fins e meios, é possível perceber o uso do *topos* nas narrativas historiográficas de forma plural e diluída.

De outro modo, Lisboa estava imbuído por um claro e manifesto compromisso combativo, atacando a ideia do Maranhão como *Atheenas Brasileira*. Nela, toda a construção identitária que reforçava os costumes locais, ao ver de Timon, era condenável. Considerava, portanto, a *Atheenas* como uma falsa representação, uma realidade fantasmagórica. Nesse sentido, o cenário político, se não era objetivo de ataque direto, foi de todo modo tangenciado pela crítica à história maranhense. O

¹³⁸ VARNHAGEN, *op. cit.* 1917. p. 25.

¹³⁹ No volume de 1839 (vol. I) da Revista do IHGB, seção com o título “Biographia dos Brasileiros distintos por Letras, Armas, Virtudes, &c.”, Varnhagen foi autor de uma biografia D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho. No volume de 1840 (vol.II), escreveu sobre Salvador Correa de Sá Benevides. No volume de 1843 (vol.V), escreveu sobre João Fernandes Vieira, novamente sobre Salvador Corrêa de Sá e Benevides, Ignácio de Andrade Souto Maior Rendon, Martim Afonso de Souza, Francisco de Mello Franco, Gaspar Gonçalves de Araújo e Pero Lopes de Sousa. Em 1844 (vol.VI), escreveu novamente sobre Pero Lopes de Sousa. Em 1846 (vol. VIII), foi autor de textos biográficos sobre Eusébio de Mattos. Em 1847 (vol. XIX): Antônio José da Silva, Manoel Botelho de Oliveira, Vicente Coelho de Seabra e Marquês de Paranaguá. Em 1848 (vol. XX): João de Brito Lima e Frei Manoel de Santa Maria Itaparica. Em 1849 (vol. XII): Thomaz Antônio Gonzaga. Em 1850 (vol. XIII): Bento Teixeira Pinto, Tomás Antônio Gonzaga e Inácio J. de Alvarenga Peixoto. Em 1851: (vol. XIV): Domingos Caldas Barboza. Em 1852 (vol. XV): Antônio Moraes da Silva. Em 1858 (vol. XXI): Gabriel Soares de Sousa. Em 1862 (vol. XXV): Jorge de Albuquerque Maranhão. Em 1867 (vol. XXX): Varnhagen escreveu dois artigos com os títulos: “Naturalidade de Dom Antonio Filippe Camarão” e “Naturalidade de D. Antonio Filippe Camarão – 2º artigo”

passado colonial explicaria, assim, os modos nefastos de tal sociedade que, assentados sob uma política violenta, submetia populações indígenas ao terror.

João Francisco Lisboa reconhecia a posição periférica do Maranhão e não podemos notar qualquer tentativa de se produzir uma narrativa apologética do Maranhão. Como afirma Jussara Rodrigues, há uma “interpretação da história maranhense como marginal e o desprezo da corte com a província expresso na opção de Francisco Lisboa em não escrever uma história geral do Maranhão”¹⁴⁰.

A crítica de Lisboa dirige-se a um projeto de construção da identidade provincial, cujo maior propósito era o de elevar a população das províncias a um primeiro patamar, rejeitando a condição de apêndice da identidade nacional. Para isso, criou-se um ideal de sociedade maranhense, a *Atheenas Brasileira*, o qual, para João Francisco Lisboa, era ilusório, produto de uma falsa euforia. A história serviria ao propósito de escancarar a realidade maranhense, apresentando suas origens e, por meio de seu exame, redefinindo os hábitos e costumes. O historiador e jornalista, autor de *Timon*, assumindo a responsabilidade de tal propósito, emprega em sua narrativa um tom combativo. É com essa premissa que devemos conceber sua operação historiográfica. Ela está a todo momento tensionando forças com outros projetos. Nessa conjugação de disputas é que podemos melhor compreender a construção do padre Antônio Vieira. O personagem jesuíta surge em meio a um cenário que tem no primeiro momento a sociedade e literatura maranhense como interlocutores. Ao passo que a obra de Lisboa alcança outras especialidades, como historiadores portugueses e o próprio Varnhagen, outras relações somam-se ao quadro de disputas. Pouco antes de morrer, Lisboa escrevia e pesquisava sobre o padre Vieira, obra inacabada justamente no momento em que o jornalista e historiador somava diversas polêmicas sobre a sua escrita.

Maria de Lourdes Janotti apresenta diversas ambiguidades que atravessam o *Jornal de Timon*. Entre as questões elencadas, estão: Lisboa ter denunciado a democracia sem ter se assumido republicano; e ter criticado a escravidão e não ser abolicionista. A falta de convicção de Lisboa ao longo da escrita do *Jornal*, aspecto

¹⁴⁰ SILVA, *op. cit.*, p.139.

presente no drama da geração dos liberais de sua época, não era tão evidente em Varnhagen¹⁴¹, cuja narrativa era coesa e convicta de um determinado projeto.

Em outro manejo de produção, devemos pensar a *História Geral do Brazil* de Varnhagen como uma escrita menos combativa e mais propositiva, servindo a um projeto central de construção de identidade nacional. O tom combativo de Varnhagen pode ser visto em outros textos, como *Os índios bravos e o Sr. Lisboa, Timon 3º*, dos quais trataremos no próximo tópico.

Certamente, a biografia do padre Antônio Vieira, escrita por Lisboa, possui diferenças com o *Jornal do Timon*. Afinal, os propósitos da biografia e do periódico, assim como os interlocutores em questão, são distintos, o que não invalida a sua pertinência para a nossa reflexão. Além do fato de que a figura do padre surge no periódico, o *Jornal de Timon* nos serve para que examinemos o processo de consolidação da escrita de Lisboa enquanto historiador e, com isso, diferenciá-lo da operação historiográfica de Varnhagen.

2.3 – O imbróglio entre Varnhagen e Lisboa

A relação entre João Francisco Lisboa e Varnhagen se iniciou de forma amistosa. A recente tese de Jussara Rodrigues da Silva, texto ao qual devemos parte importante das informações extraídas sobre as conexões intelectuais e políticas do historiador maranhense, aponta Varnhagen como um dos maiores interlocutores de Lisboa¹⁴². Pode-se afirmar que Varnhagen se tornou parte importante da formação de Lisboa como historiador, relação estreitada no momento em que o então jornalista esteve envolvido na comissão responsável pela coleta de documentos sobre o Brasil em Portugal.

Segundo Maria de Lourdes Janotti, é difícil caracterizar a relação de influência do IHGH com Lisboa, já que este foi responsável por dirigir críticas à

¹⁴¹ JANOTTI, Maria de Lourdes. **João Francisco Lisboa**: jornalista e historiador. São Paulo: Ática, 1977. p. 320.

¹⁴² O outro é Gonçalves Dias, conterrâneo que o ajudou na obtenção de arquivos e no apontamento de alguns esclarecimentos sobre a história maranhense que só estavam disponíveis na cidade Rio de Janeiro, sobretudo no IHGB. Cf. SILVA, Jussara Rodrigues da. **Reformar os costumes pela história**: a historiografia de Francisco Lisboa no Jornal de Timon [manuscrito]. 2017. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2017. p. 26.

Instituição sobre o caso dos indígenas, como veremos adiante. No entanto, a influência de referenciais textuais como o manual de von Martius e as publicações de Varnhagen parecem ter sido fundamentais para a seleção de temas abordados pelo historiador¹⁴³.

Varnhagen, a princípio, nutria grande admiração pelos trabalhos do Timon maranhense, como pode ser notado nas páginas da primeira edição da *História Geral do Brasil*:

Resta-me agora cumprir também, como devo, para com todos os que me coadjuvaram com a chegas e auxílios para esla obra, ja de documentos originaes, ja de copias, ja de impressos que eu não possuía. Ajude-me pois o publico a manifestar a gratidão que a Historia geral do Brazil deve aos subsídios que para elle forneceram do Brazil principalmente os Srs. visconde de Uruguay, Francisco Xavier Paes Barreto, Antônio de Meneses Vasconcellos de Drummond, João Francisco Lisboa, Manuel Ferreira Lagos, João José Ferreira dos Santos, Cândido Mendes de Almeida, e Antônio* José da Serra Gomes; de Portugal os Srs. Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara, Jorge César de Figaniere, João Nogueira Gandra e José Manuel Severo Aureliano Basto. ¹⁴⁴

Um dos pontos de convergência foi a crítica comum de ambos ao que Varnhagen denunciava como “perigoso brasileirismo caboclo”¹⁴⁵. O historiador, que em 1841 chamava atenção para o estudo das línguas indígenas¹⁴⁶, publicou em 1849 um texto, criticando os que apontavam o indígena enquanto legítimo representante da Nação¹⁴⁷. Entoando tal afirmação, Lisboa destilou sua crítica com notável ironia àqueles que se debruçaram sobre o índio nas investigações históricas do IHGB:

¹⁴³ JANOTTI, *op. cit.*, p. 150-153, nota 1.

¹⁴⁴ A citação se encontra em uma nota referente à página 97, na 7ª nota do livro. VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História geral do Brasil**, isto é, do descobrimento deste Estado, hoje império independente, escrita em presença de muitos documentos autênticos recolhidos nos arquivos do Brasil, de Portugal, da Espanha e da Holanda. Por um sócio do Instituto Histórico do Brasil, Natural de Sorocaba. Madrid: Imprensa de J. Del Rio, 1857. t. 2, p. 557.

¹⁴⁵ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Correspondência ativa**. Coligida e anotada por Clado Lessa. Rio de Janeiro: INL/ MEC, 1961. p. 235.

¹⁴⁶ No ano de 1841, o historiador defendia a “necessidade” de se conhecer aqueles que estavam aqui antes da chegada dos portugueses, propondo a criação de uma seção de etnografia no IHGB. Cf. VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Memória sobre a necessidade do estudo e ensino das línguas indígenas do Brasil. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, t. 3, p. 53-63, 1841.

¹⁴⁷ Citamos a passagem da tese de Evandro dos Santos, em que se discute a questão: “em seu Memorial orgânico, de 1849, a matéria assumiria um tom mais aberto e mais político. A questão das formas de inclusão dos índios na organização disposta pelo poder imperial passaria a mobilizar as reflexões de Varnhagen. Suas impressões marcadamente contrárias à associação daqueles à ideia de nacionalidade seriam confirmadas pela publicação, como anexo ao segundo volume de sua História geral do Brasil, do Discurso preliminar – Os índios perante a nacionalidade brasileira, em 1857. No primeiro volume da História geral, estavam grafados também argumentos na mesma direção. Como se pode notar, ao longo da

O Instituto Historico e Geographico do Brazil, que foi fundado, vive e prospéra sob a immediata protecção do Imperador, nada recommenda tam sollicitamente aos seus socios correspondentes, como a remessa de noticias circunstanciadas sobre os costumes dos indios,-a significação em vulgar do nome de cada nação ou tribu como traziam elies o cabelos – se dormiam em redes ou no chão-se de lado ou resupinos -- se traziam os beijos, ventas e orelhas furadas-de que eram os batoques -- como expressa ou expressava cada uma das tribus as palavras – *sol*, lua , fogo, agua, peixe, mel, pé, mão, cabelo, boca, nariz, olhos e, quaes os numeros enfim até onde podiam contar? Todo o mundo compreende certamente o alcance, utilidade e deleite destas curiosas e laboriosas investigações. Mas a que não podemos soffrer de boa sombra, na nossa qualidade de grego, do mais puro sangue de Athenas, é que nos queiram obrigar a volver trezentos annos atraz, passando-se as ficções do romance e da poesia para a historia e vida real. O perigo está imminente. que Timon recêa a cada instante lêr nos annuncios do - Diário do Piága - a noticia de haver desembarcado em Javireé o excellentissimo presidente rarigboia, vindo de Guanabára, a bordo do vapor imperial-Tupan.¹⁴⁸

Retribuindo o apoio indireto, Varnhagen revela grande satisfação ao “ver corroboradas as nossas conjecturas acerca da escassez da antiga população indígena no nosso país por um benemérito escritor do Maranhão”¹⁴⁹. Os dois historiadores estreitaram laços quando João Francisco Lisboa viajou para Portugal, por meio do IHGB, para fazer pesquisa documental. Nessa empreitada, uma série de correspondências foi trocada entre ambos. Nelas, Lisboa solicitava conselhos para lidar com a crítica às fontes e chegou a considerar o seu colega historiador como mestre¹⁵⁰. É importante salientar que para Lisboa essa foi sua primeira missão de estudos no exterior.

Janotti afirma que o uso do método que Lisboa applicava sobre as fontes, sobretudo, a dos cronistas, representava a adesão a um “sistema historiográfico novo”¹⁵¹,

década em que divulga seu trabalho”. Cf. SANTOS, Evandro. **Ensaio sobre a constituição de uma ética historiográfica no Brasil oitocentista**: Francisco Adolfo de Varnhagen, o historiador no tempo. 2014. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, 2014, p. 87-88.

¹⁴⁸ LISBOA, João Francisco. Apontamentos para a História do Maranhão. In: **Obras de João Francisco Lisboa, natural do Maranhão**: precedidos de uma notícia biográfica pelo Dr. Antônio Henriques Leal. São Luís: Typographia de Belarmino Matos, 1865, v. 2, p. 201-202.

¹⁴⁹ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História geral do Brasil**, isto é, do descobrimento deste Estado, hoje império independente, escrita em presença de muitos documentos autênticos recolhidos nos arquivos do Brasil, de Portugal, da Espanha e da Holanda. Por um sócio do Instituto Histórico do Brasil, Natural de Sorocaba. Madrid: Imprensa de J. Del Rio, 1854, t.1, p. 483

¹⁵⁰ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Correspondência Ativa**. Coligida e anotada por Clado Lessa. Rio de Janeiro: INL/NEC, 1961. p. 69.

¹⁵¹ JANOTTI, *op. cit.*, p. 158, nota 1.

do qual Varnhagen e grande parte dos historiadores do IHGB faziam parte. No entanto, o uso peculiar que Lisboa realizava do método científico foi ponto de divergência entre ele e Varnhagen, que o alertava sobre o pouco rigor de crítica documental submetido às fontes.

Lisboa compreendia que a verificação da verdade histórica poderia se dar de diferentes modos. Fundia o relato e a documentação à narrativa, ao passo que também fazia uso das notas de fim para citar documentos na íntegra, criando espaço para que comentários pudessem ser feitos e chamando atenção do leitor para o que era essencial. Ademais, algumas de suas análises contavam com sua participação como testemunha ocular, foi o caso da eleição de 1846, ocasião em que Lisboa se propôs a escrever sobre o fato e também se colocou como fonte, mesmo que ainda houvesse o uso de jornais públicos para corroborar a veracidade de factuaisidades. Assim, a distinção entre sujeito e objeto da pesquisa, fundamentos teóricos da ciência histórica nos oitocentos, estava comprometida. Como ressalta Temístocles Cezar, nem sempre os historiadores conseguiram apagar sua presença nos textos, condição comum a Lisboa, assim como a Varnhagen¹⁵². Ao que nos parece, certa variedade e autonomia de abordagens já aparecia na historiografia dos oitocentos, como bem apontado por Valdeci Lopes de Araújo¹⁵³

A relação, antes amistosa, passou a outro patamar. A principal querela de fato se deu com a diferença de opinião de ambos os historiadores quanto à escravidão, desencadeando tensões que envolveriam outros historiadores da época. Varnhagen defendia claramente a escravidão indígena no processo de colonização – “assim longe de condenarmos que se fizesse uso da coação pela força para civilizar os nossos Índios, estamos persuadidos que não era possível haver empregado outro meio”¹⁵⁴. Segundo Salah Hassan Khaled Junior, a defesa de tal escravidão era necessária para o

¹⁵² CEZAR, Temístocles. Varnhagen em movimento: breve antologia de uma existência. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, p.159-207, 2007, p. 161.

¹⁵³ Cf. ARAUJO, Valdeci Lopes de. Historiografia, nação e os regimes de autonomia na vida letrada no Império do Brasil. **Varia historia**, Belo Horizonte, v. 31, n. 56, p. 365-400, ago. 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010487752015000200365&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 10 jan. 2019.

¹⁵⁴ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História geral do Brasil**, isto é, do descobrimento deste Estado, hoje império independente, escrita em presença de muitos documentos autênticos recolhidos nos arquivos do Brasil, de Portugal, da Espanha e da Holanda. Por um sócio do Instituto Histórico do Brasil, Natural de Sorocaba. Madrid: Imprensa de J. Del Rio, 1857. t. 2, p. 21.

desenvolvimento da civilização brasileira, apresentava-se como legitimação da colonização portuguesa¹⁵⁵.

Para Lisboa, não se tratava somente de demonstrar o quão condenável foi a escravidão, mas, sobretudo, de expor sua ineficiência:

Deveras o Brasil não poderia civilizar-se sem a escravidão dos indígenas, conseguida pela força, e pela guerra? São com efeito vãos e ilusórios, simples fantasia de cabeças ocas, os meios brandos e persuasivos da catequese? Ou por outra, e generalizando estas ideias, a coação e o terror, a escravidão e a guerra, são os grandes e verdadeiros instrumentos de civilização e de propaganda religiosa? Estarão as sociedades humanas condenadas sem regresso á dura alternativa de perecerem ou barbarizarem-se, a não se dividirem por precaução em classes de opressores e oprimidos, de senhores e de escravos, sempre que os elementos de que se compuserem, em relação à inteligência e à polícia social, tocarem os dois extremos opostos? Que valor finalmente têm os exemplos antigos e modernos, e as diversas autoridades que o autor invoca em abono da sua opinião? ¹⁵⁶

Não nos cabe aqui adentrar sobre a questão da escravidão, o que requer uma série de outras reflexões que tangencia diversamente os discursos de Lisboa e Varnhagen. De outro modo, procuramos entendê-la como uma das pontes de desestabilização para a referida relação entre tais historiadores.

Nesse sentido, podemos notar que a polêmica se acirrou após a morte do jornalista maranhense, quando Antônio Henriques Leal editou e publicou a obra de seu amigo, reafirmando no texto de apresentação da obra uma passagem do *Jornal de Timon*, escrito quando Lisboa esteve em Portugal. Na ocasião, Lisboa afirmava que algumas ideias postuladas por Varnhagen, na primeira edição da *História Geral do Brazil*, já teriam sido apresentadas em seu jornal. Ideias que o próprio Lisboa refutaria posteriormente. Vejamos:

Mas entretanto que esta mudança se operava no nosso espirito, o illustre historiador do Brazil, que ja no primeiro volume da Historia Geral, publicado em i855, abundára em algumas das nossas idéas, e fôra até muito além d'ellas, agora no egnndo, reproduzindo-as, e desinvolvendo-as, não só justifica os colúniadores, e condemna os indigenas, como propõe formalmente o emprego da fôrça, da guerra, e

¹⁵⁵ JUNIOR, S. H. K. **A construção da narrativa nacional brasileira**: a escrita da nação em Barbosa, Martius e Varnhagen. Rio Grande do Sul: UFRGS, 2007, p. 97-98.

¹⁵⁶ LISBOA, João Francisco. Considerações gerais. In: **Obras de João Francisco Lisboa, natural do Maranhão**: precedidos de uma notícia biográfica pelo Dr. Antônio Henriques Leal. São Luís: Typographia de Belarmino Matos, 1864. v. 1, p. 483-484.

da escravidão para converter e civilisar as tribus selvagens que ainda restam, reliquias das antigas devastações. « Não podendo, pela nossa parte, acceitar e ses pretendidos meio de Civilisação, que aliás sempre reputamos tão iníquos como funestas, julgamos conveniente, no interesse da história patria, aproveitar a oportunidade para fazer o seu exame e refutação. Á medida que avançarmos neste trabalho, ver- esta tambem como, em que, e porque as nossas idéas se modificaram.¹⁵⁷

Em tal passagem, Varnhagen foi criticado por sua posição acerca do problema da escravidão, além de que foi sugerida a prática de plágio com a escrita da *História do Brazil*.

Em *Os índios bravos e o Sr. Lisboa, Timon 3^o*¹⁵⁸, escrito por Varnhagen em 1867 e publicado pela Imprensa Liberal de Lima, o historiador oferece respostas às críticas advindas de João Francisco Lisboa quando desaprovou abertamente a *História Geral do Brazil* em o *Jornal de Timon*. A troca de ríspidas e ácidas críticas entre os intelectuais, tensões comuns a dinâmica de configuração de um campo intelectual¹⁵⁹, abriu um campo de disputa entre Varnhagen e João Francisco Lisboa. É certo que o texto publicado em 1867 é fruto do desenvolvimento de um texto anterior, lançado em 1859, com o nome *Diatribes contra a timonice*, em relação ao qual Varnhagen declara explicitamente o intuito de transformá-lo em material anexo à segunda edição da *História Geral do Brazil*. Nele, o historiador afirma:

Passarei a ocupar-me do Sr. João Francisco Lisboa, e da sua nota de 46 páginas em breviário publicada no fim do Jornal do Timon, nos. 11 e 12. Na dita nota meu antagonista, mais que a História Geral se ocupa de mim, e de certas ideias que, com respeito aos nossos índios como político e como cidadão, professava eu, como adiante mostrarei, desde 1840; antes de começar a trabalhar na dita obra; – ideias que depois

¹⁵⁷ LISBOA, João Francisco. **Obras de João Francisco Lisboa, natural do Maranhão**: precedidos de uma notícia biográfica pelo Dr. Antônio Henriques Leal. São Luís: Typographia de Belarmino Matos, 1865 v. 3, p. 465-466.

¹⁵⁸ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Os índios bravos e o Sr. Lisboa, Timon 3^o**. Pelo autor da História geral do Brazil. Apostilla e nota G aos n^o 11 e 12 do Jornal do Timon; contendo 26 cartas ineditas do jornalista, e um extracto do folheto Diatribes contra a timonice, etc. Lima: Imprensa Liberal, 1867.

¹⁵⁹ As tensões são componentes presentes na configuração de um campo intelectual: “Para que funcione un campo, es necesario que haya algo en juego y gente dispuesta a jugar, que esté: dotada de los habitus que implican el conocimiento y reconocimiento de las leyes inmanentes al juego, de lo que está en juego, etcétera”. BOURDIEU, Pierre. **Campo de poder, campo intelectual**: itinerário de un concepto. s/l: Montessor, 2002, p. 120. As tensões no campo intelectual oitocentista foram tantas que passaram a tomar proporções pessoais. Algumas disputas passaram a ter duelos armados, inclusive culminando em mortes. As disputas são sintomáticas da relação em que se constituía a prática intelectual no Brasil do século XIX. REMEDI, José Marinho Rodrigues. Intelectuais e honorabilidade: o papel dos duelos como forma de pertencimento ao campo social. **Métis**: história & cultura, Caxias do Sul, v. 8, n. 15, p. 167-184, jan./jun. 2009.

defendi em 1852, num Discurso que li em uma sessão da Academia da Historia em Madrid, e veio a ser publicado apenso ao 2º volume da Historia Geral.¹⁶⁰

Na citação acima podemos notar a necessidade de Varnhagen em datar para o leitor o tempo em que suas reflexões sobre a questão indígena foram iniciadas. A nota, publicada por Varnhagen um ano antes da morte de Lisboa, contava ainda com correspondências trocadas entre os dois autores. A polêmica estava situada entre duas querelas: a acusação de plágio e a questão indígena na narrativa histórica.

Quando publicizada a polêmica, Leal assumiu a responsabilidade por responder algumas das questões deferidas contra Francisco Lisboa, já falecido naquele momento, mobilizando outros escritores, como Gonçalves de Magalhães, Joaquim Serra, Inocêncio da Silva e Lopes de Mendonça. Todos ressaltaram as qualidades intelectuais e morais de Lisboa, assim como os aspectos estilísticos do uso da linguagem em seus textos.

Defendendo-se da crítica de Leal de que algumas das ideias expostas na primeira edição da *História Geral do Brazil* já haviam sido pronunciadas por Lisboa no *Jornal de Timon*¹⁶¹, Varnhagen tenta demonstrar que, no momento em que Lisboa publicou o Jornal, sua obra já estava em processo de impressão¹⁶². Somada a tal argumentação, o historiador contra-ataca com uma crítica sobre a metodologia de Lisboa, colocando-a em suspeição quando afirma que o processo de pesquisa do jornalista maranhense se baseava em estudos semanais, os quais eram publicados na semana seguinte à investigação, revelando a falta de rigor científico de Lisboa. Nesse

¹⁶⁰ LISBOA, João Francisco *apud* SANTOS, Evandro. **Ensaio sobre a constituição de uma ética historiográfica no Brasil oitocentista**: Francisco Adolfo de Varnhagen, o historiador no tempo. 2014. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, 2014, p. 90

¹⁶¹ A questão é bem discutida por Evandro Santos em sua tese. Cf. SANTOS, Evandro. **Ensaio sobre a constituição de uma ética historiográfica no Brasil oitocentista**: Francisco Adolfo de Varnhagen, o historiador no tempo. 2014. p. 85-101.

¹⁶² “O meu 1º tomo estava de todo impresso em setembro de 1854; porém teve de esperar a chegada de Paris das gravuras, e do papel que havia mandado vir para as capas, e que por tardar muito foi substituído por outro bastante mau”. VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Os índios bravos e o Sr. Lisboa, Timon 3º**. Pelo autor da Historia geral do Brazil. Apostilla e nota G aos nº 11 e 12 do Jornal do Timon; contendo 26 cartas ineditas do jornalista, e um extracto do folheto Diatribe contra a timonice, etc. Lima: Imprensa Liberal, 1867. p. 4.

sentido, tal prática foi utilizada como argumento para expor a falta de convicção nas afirmações do então jornalista¹⁶³.

Varnhagen ainda questionou a própria originalidade do pseudônimo Timon, compreendia-o como um “triste plágio”, uma vez que o barão de Cormenin já o havia usado na França. Desse modo, Varnhagen tenta explorar a questão do plágio e, com isso, devolver a acusação, deixando ainda mais explícito que a querela excedia o campo do debate sobre a história. Tratava-se, como podemos notar, de uma disputa por legitimidade da escrita. Ao digladiar por vias letradas e intelectuais, o que estava em jogo era a primazia de fala sobre a história nacional, referindo-se, portanto, a um capital de valor simbólico.

Além do tom bélico das palavras proferidas em *Os índios bravos e o Sr. Lisboa, Timon 3º*, o texto servia para sanar questionamentos sobre a questão indígena e a escravidão. O historiador revela que só não adiantou sua defesa, porque estava ocupado com outros estudos:

Pelo que respeita às tendências do autor da Historia Geral de evitar toda discussão, creio haver padecido notável engano o jornalista de Timon. Em busca de querer evitá-la eu procurei, por meio do Memorial Organico, provocá-la no país sobre a questão da civilização dos índios, ponto que considero vital para o nosso progresso e desenvolvimento nacional. O que alguma vez escrevi ao Sr. J. F. Lisboa, e do que ele provavelmente conservaria lembrança, foi que eu não pensava distrair-me muito de meus estudos e perder o tempo, dando desfrute ao público como o Sr..... saindo (lembro-me até da frase) à rua a jogar às pedradas com os críticos..... e que provavelmente só responderia a todos na 2ª edição que pensava publicar antes de muito.¹⁶⁴

Para Varnhagen, João Francisco Lisboa, assim como os demais críticos que vislumbravam uma imagem positiva dos índios, é de algum modo ingênuo em sua leitura sobre a carta de Pero Vaz de Caminha. Nesse sentido, seria Américo Vespúcio

¹⁶³ Varnhagen expõe um momento da correspondência em que Lisboa afirma que “[...] era natural que quanto publicara se ressentisse da precipitação com que estudara e escrevera”. VARNHAGEN, Francisco Adolfo de *apud* SILVA, Jussara Rodrigues da. **Reformar os costumes pela história**: a historiografia de Francisco Lisboa no Jornal de Timon [manuscrito]. 2017. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2017. p. 71.

¹⁶⁴ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Os índios bravos e o Sr. Lisboa, Timon 3º**. Pelo autor da Historia geral do Brazil. Apostilla e nota G aos nº 11 e 12 do Jornal do Timon; contendo 26 cartas ineditas do jornalista, e um extracto do folheto Diatribe contra a timonice, etc. Lima: Imprensa Liberal, 1867. p. 21.

uma alternativa melhor para uma visão imparcial sobre a questão¹⁶⁵. É interessante notarmos que o próprio Varnhagen possuía uma visão positiva sobre os povos indígenas, mas que foi transformada pela experiência de sua viagem no início de 1840, quando visitou o interior do império¹⁶⁶.

A crítica de Lisboa, que outrora coadunava com a leitura varnhageriana, passou a condenar a perspectiva colonizadora. É importante destacarmos a mudança de postura. Em 1858, os números onze e quinze do *Jornal de Timon* foram publicados em Portugal. Ao chegarem no exterior, os textos receberam elogios e também refutações¹⁶⁷. A partir delas, uma revisão historiográfica transformaria algumas das perspectivas assumidas pelo então jornalista e historiador. Assim, Lisboa promoveu uma série de modificações em ideias que antes defendia. Por isso, é que podemos perceber incongruência com os textos escritos pós-1858. Entre tais mudanças, podemos identificar a aproximação com as ideias defendidas por Gonçalves Dias no tocante à legislação sobre a escravidão indígena e africana.

Para o jornalista, tratava-se de um uso abusivo da força e do poderio bélico. Nessa linha argumentativa, acrescentou-se o fato de que a *História Geral do Brazil* legitimou historicamente todo o emprego de violência:

em que a condenação dos invasores é inevitável. Mas entretanto que esta mudança se operava no nosso espírito, o illustre historiador do Brazil, que já no primeiro volume da Historia Geral, publicado em 1855, abundára em algumas das nossas idéas, e fôra até muito além d'ellas, agora no segndo, reproduzindo-as, e desinvolvendo-as, não só justifica os colúniadores, e condena os indigenas, como propõe formalmente o emprego da fôrça, da guerra, e da escravidão para converter e civilisar as tribus selvagens que ainda restam, reliquias das antigas devastações.¹⁶⁸

¹⁶⁵ SANTOS, *op.cit.*, p. 100.

¹⁶⁶ Em uma viagem no início de 1840, quando visitava o interior do império, Varnhagen teve uma experiência traumática. A ameaça que sofreu por índios no transcórre de sua viagem, o fez considerá-los selvagens. O historiador reconhece que a experiência o transformou significativamente e a desenvolve no texto em que se defende e ataca João Francisco Lisboa. VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Os Índios bravos e o Sr. Lisboa**. Lima: Imprensa Liberal, 1867. p. 36-38.

¹⁶⁷ Infelizmente, não dispomos de informações mais específicas sobre as críticas. Nesse sentido, pela ausência de correspondências ou de outros documentos que apresentem com detalhes as críticas, apresentamos a informação tendo como referência a tese de Jussara Rodrigues da Silva, já citada ao longo da nossa arguição. SILVA, *op. cit.*

¹⁶⁸ LISBOA, João Francisco. Apontamentos para a História do Maranhão. In: **Obras de João Francisco Lisboa, natural do Maranhão**: precedidos de uma notícia biográfica pelo Dr. Antônio Henriques Leal. São Luís: Typographia de Belarmino Matos, 1865. v. 3, p. 466.

Não é possível considerar Lisboa um intelectual indianista, por mais que possua simpatia com Gonçalves Dias. Pode-se afirmar, no entanto, com as devidas ponderações, que a interpretação de Lisboa sobre Vieira no Maranhão reverberou em Capistrano de Abreu. Além do período em que foram produzidas, as duas escritas são distintas em seus propósitos e suas filiações. Como aponta Janotti, uma das dualidades de Lisboa foi ser republicano e não apoiar o abolicionismo. Diferente disso foi Capistrano de Abreu, cuja trajetória intelectual singular e cujas filiações historiográficas distintas requerem outro esforço analítico. Infelizmente, não incorporamos as escritas de Abreu como parte do nosso interesse de estudo. As razões para tal são duas: a primeira é a de que o historiador esteve envolvido em conjuntura e período de produção historiográfica bem distintos dos que Varnhagen e Lisboa partilharam; a segunda é a de que Antônio Vieira, por mais que esteja presente em sua narrativa, não ocupa um lugar tão significativo quanto ocupou em a *História Geral do Brazil* e a *Vida do padre Antônio Vieira*.¹⁶⁹.

Em *Capítulos da História Colonial*, Abreu projetou sobre Vieira a imagem de defensor indígena¹⁷⁰. É verdade que há uma enorme distância entre tais operações. Quanto a isso, ressaltamos que Lisboa não elevou Vieira à posição de paladino indigenista, a função do jesuíta é a de estabelecer um antagonismo com o Maranhão:

Antonio Vieira concluiu a sua exposição, requerendo medidas promptas e energicas, que liberta sem a prégação da fé, e a desforçassem das violencias inauditas que padecia, pois tendo a Deus feito tão absoluta, e tão isenta, não era bem que até a mesma salvação dos indios fosse neste estado captiva como elles. Essas medidas, tantas vezes, e tão profusamente indicada pelo illustre missionario, se resumiam comtudo em uma só – immensa, é verdade, e capital – as missões absolutamente independentes da jurisdição temporal dos

¹⁶⁹ FALCON, Francisco José Calazans. O Brasil de Capistrano de Abreu: características de sua produção Historiográfica. **Trajetos**, Fortaleza, v. 3, n. 5, p. 65-77, 2004.

¹⁷⁰ A ideia de defensor dos índios é explícita na seguinte citação: “Em seguida à primeira leva embarcou no Tejo o padre Vieira acompanhado de outros três jesuítas, que a 16 de janeiro de 53, véspera de S. Antão, fundearam diante da capital do estado. Afinal chegavam defensores aos índios”. ABREU, Capistrano de. **Capítulos da História Colonial (1500-1800)**. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998, p. 124. Ao dar prosseguimento ao problema da escravidão, Abreu afirma que o desrespeito aos indígenas se intensificou com a saída de Vieira do Maranhão, o que só foi ser cessado em 1680: “Os anos seguintes à partida de Antônio Vieira para a Europa em 1661 assinalam-se pela legislação caótica a respeito de aldeias, jurisdição espiritual e temporal, descimentos, salários e escravidão dos índios. Em 1680 uma lei proibiu que os índios fossem escravizados, única solução lógica e justa, se houvesse gente bastante honesta e bastante enérgica para fazê-la respeitada”. *Ibidem*, p. 128.

governadores, e de qualquer outros quaesquer officiaes da republica.¹⁷¹

Tanto em *Apontamentos para a História do Maranhão*, quanto na biografia sobre Vieira, Lisboa dá grande visibilidade à trama do jesuíta no Maranhão. É no primeiro texto que o Timon referencia o recurso irônico do padre Vieira, para dar vivacidade ao seu sarcasmo: “e o famoso padre Antônio Vieira, zombando a seu modo, e usando dos costumados trocadilhos disse que o Maranhão, não queria significar outra coisa, senão maranha-grande”¹⁷²

Como é possível deduzir, Vieira assume no arco narrativo sobre as missões no Maranhão a função de expor a condição do local. Tratava-se de um espaço despossuído de moralidade, sem qualquer senso de civilidade entre os colonos. Lisboa afirma que “a mesma imoralidade que S. Francisco Xavier encontrou na Índia, e os primeiros missionários do Brasil na Bahia, encontrou Vieira no Estado do Maranhão”¹⁷³. O Estado do Maranhão padecia de uma presença religiosa¹⁷⁴, afinal a própria “Belém esteve muitos anos sem matriz”¹⁷⁵, onde eram abundantes “as intrigas, os ódios, os falsos testemunhos, os roubos, e os adultérios mais escandalosos”¹⁷⁶. Os próprios índios domesticados sofriam a ausência de doutrina, já que seus senhores estavam em condição desajustada¹⁷⁷.

Não é sem ressalvas que a imagem do missionário jesuíta recebia a alcunha de ambicioso. Mesmo combatendo as imoralidades do Maranhão, as pretensões

¹⁷¹ LISBOA, João Francisco. Vida do padre Antônio Vieira. In: **Obras de João Francisco Lisboa, natural do Maranhão**: precedidos de uma notícia biográfica pelo Dr. Antônio Henriques Leal. São Luís: Typographia de Belarmino Matos, 1865. v. 4, p. 368.

¹⁷² LISBOA, João Francisco. Apontamentos para a História do Maranhão. In: **Obras de João Francisco Lisboa, natural do Maranhão**: precedidos de uma notícia biográfica pelo Dr. Antônio Henriques Leal. São Luís: Typographia de Belarmino Matos, 1865. v. 3, p. 30.

¹⁷³ LISBOA, João Francisco. Vida do padre Antônio Vieira. In: **Obras de João Francisco Lisboa, natural do Maranhão**: precedidos de uma notícia biográfica pelo Dr. Antônio Henriques Leal. São Luís: Typographia de Belarmino Matos, 1865. v. 4, p. 358-359.

¹⁷⁴ “Quase ninguém ouvia missas ou pregação, e menos se confessava; muitos morriam sem sacramentos, porque a tão poucos padres, inda que tivessem maior zelo, não era possível acudir a tão largas distâncias, principalmente tendo de caminhar a pé, que no país não havia então nenhum género de cavalgadura”. *Ibidem*, p. 359.

¹⁷⁵ *Idem*.

¹⁷⁶ “As necessidades esperituaes que padeciam os portuguezes, e os vícios que entre eles lavravam, e faziam sentir com maior damno entre os índios domésticos, muitos dos quaes eram verdadeiros pagões, e de christãos só tinham o nome; pois da sua instrução religiosa não havia menor cuidado, nem da parte dos senhores, nem da parte dos religiosos, uns e outros homens da vida pouco ajustada, sobre ignorantes das línguas indígenas, sem cujo conhecimento era sempre vão e perdido todo o trabalho de conversão.” *Ibidem*, p. 360.

¹⁷⁷ *Idem*.

ambiciosas do padre e de sua Ordem tornaram-se mote de uma crítica que perpassa todas as fases da escrita biográfica sobre o padre:

Mas em tudo isto o que se mostrava mais que muito evidente, era o crescimento progressivo das pretensões ambiciosas da companhia e de seu ilustre representante. Já ele se não contentava de exercer sobre os índios, isto é, sobre a parte mais considerável da população do estado naquele tempo, uma jurisdição independente dos governadores; já propunha também a exclusão das outras ordens, e por fim a criação de um pequeno exército.¹⁷⁸

As missões de Antônio Vieira no Maranhão sintetizam a ambiguidade em torno de sua fabricação. O historiador as utiliza como contraponto de uma imoralidade histórica no Maranhão, procurando revelar, por meio do protagonismo do padre, o combate do jesuíta contra os hábitos e costumes nefastos daquele lugar, sobretudo, as práticas violentas contra os indígenas.

O sutil apologismo de Lisboa se contrapõe ao seu antijesuitismo, o que fica claro à medida que a narrativa prossegue, quando o perfil ambicioso da Companhia de Jesus também é apontado e, com ele, a fórmula de denúncia que tomava a Ordem como um *Estado dentro do Estado*, da qual tratamos no primeiro tópico deste capítulo.

Mesmo considerando o importante papel de Vieira em combater as degradações maranhenses, o jornalista e historiador questionou as razões que motivaram a viagem empenhada pelo jesuíta:

O P. Vieira fizera esta viagem do Maranhão á côrte como simples missionario que não vinha a outro' fim mais que a pedir providencias a bem da liberdade e conversão dos indios, suas desamparadas ovelhas, conseguido o que, muito a seu contento, tornou a voltar á longiqua missão, onde ainda se deteve para mais de seis longos annos. Nada pois o obrigava, ao menos aparentemente, a involver-se com estrondo nesta ardua e melindrosa contenda, em que se achava empenhado um inimigo tão poderoso e tanto para temer como era o sancto-officio. Porque motivo pois se lançou de novo tão fóra de proposito na luta e no perigo? Acaso opprimido neste conflicto, invocaria o rei, ou exigiria mesmo o auxílio das suas luzes? ou o seu amor proprio de auctar o impelliria a sair em defesa da propria obra? ou finalmente levava-o a sua conhecida inclinação á controversia e á disputa, e a vaidade que o impellia a ostentar-se nas grandes scenas? O mais provavel é que todos estes motivos actuassem mais ou menos no seu animo.¹⁷⁹

¹⁷⁸ *Ibidem*, p. 368.

¹⁷⁹ *Ibidem*, p. 76.

Lisboa aponta um conjunto de razões que levou Vieira ao Maranhão. O jesuíta que saiu em uma jornada missionária, distante das regalias europeias, o fez por razões que podem parecer contraditórias em si. Afinal, a viagem poderia ser explicada tanto como uma fuga das acusações inquisitoriais¹⁸⁰, quanto pelo amor à sua atividade missionária, ou como salienta o biógrafo: pela vaidade e inclinação à controvérsia, essas últimas, características típicas de um homem ambicioso. No mais, a conjunção desses fatos nos indica como Lisboa projeta sobre Vieira a ideia de um homem essencialmente contraditório. A hipótese que sustentamos é a de que a ideia de contradição está assentada na compreensão moderna de que a atividade religiosa é essencialmente incongruente com a prática política, o que por consequência levou o padre jesuíta a uma história de vida amargurada pelas desilusões. Problemática a qual daremos prosseguimento nos próximos capítulos.

É nesse ponto que podemos depreender como o embate intelectual pôde reverberar na leitura que João Francisco Lisboa construiu sobre Vieira. Lisboa partiu da premissa que Vieira era um homem essencialmente político e, por meio dessa matriz interpretativa, construiu uma série de denúncias históricas. Não podemos esquecer, no entanto, que a ambiguidade tangencia tanto o discurso de Varnhagen quanto o de João Francisco Lisboa. Partimos da hipótese de que o interesse sobre o padre jesuíta surge enquanto instrumento de disputa por representatividade social e política. Nesse sentido, o padre tomou formas que melhor convinham aos interesses de suas respectivas produções que, em conformidade com os interlocutores previstos, criaram demandas de

¹⁸⁰ A partir de 1649, passaram a surgir rumores de que Vieira estava envolvido na produção de obras proféticas, o que era preocupante para a época, pois a distância entre a heterodoxia e a ortodoxia era bastante curta quando se tratava de uma obra com dimensões escatológicas. O jesuíta Martin Leitão, confrade de Vieira, o acusou em janeiro de 1649 de possuir livros proféticos. Somado a isso, em janeiro do ano seguinte, o jesuíta Pedro de Almeida afirmou que Vieira estivera transitando pela Europa com livros proibidos. Já mergulhado em um ambiente de desconfiança e animosidade, a crise de Vieira chega ao estopim em outubro, quando o frade Antônio Serpa, capelão do Marquês de Nice, declarou ter ouvido do próprio jesuíta, quando estivera em Paris, que para a cidade francesa era conveniente a abertura de sinagogas públicas. Vieira tocou em uma das questões mais sensíveis para a cultura ibérica, já que a inserção de judeus e cristãos novos na sociedade portuguesa não era bem quista pelos dominicanos, rivais históricos da Companhia (ordem responsável por conduzir administrativamente o Tribunal do Santo Ofício). Um mal-estar generalizado se formou na ordem dos inicianos, a ponto de ser solicitado o afastamento de Vieira da instituição. Em meio às tensões e pressões que ora eclodiam da sua própria instituição, ora se materializavam com a constante ameaça inquisitorial, Vieira foi salvo pelo forte prestígio junto ao rei, salvaguardado pela autoridade real. No entanto, não devemos pensar que a reputação e a influência do padre saíram imunes, pois a presença do jesuíta junto aos assuntos da corte colocou em xeque a imagem de D. João IV. Mediante essa delicada situação, Vieira considerou por bem voltar ao Brasil em 1653, aproveitando a oportunidade de coordenar as missões do Maranhão e do Grão-Pará, cuja pretensão inicial consistia em libertar os indígenas da escravidão instituída por colonos locais. MACEDO, Gil Eduardo de Albuquerque. **As chaves para o Mundo do Quinto Império**: as imagens de mundo na História do Futuro do Padre Antônio Vieira. 1. ed. Lisboa: Theya Editores, 2016, p. 50-51.

produção específicas. Com isso, reiteramos a observação feita por Ronaldo Vainfas, o qual pondera que a crítica acentuada em torno do padre jesuíta também caminhou com o entusiasmo de Lisboa “com o combate travado por Vieira contra os colonos escravistas”¹⁸¹.

A figura do padre Vieira surge no Brasil no centro de uma intensa disputa. É certo que existe no conjunto dos documentos deixado pelo padre um valor histórico, assim como é inegável que sua operação historiográfica nos oitocentos tramitou entre diversas querelas. A primeira a ser considerada é a de que a Companhia de Jesus era uma ordem religiosa, cuja representatividade na narrativa nacional tornou-se difusa e objeto de polêmica.

Dada a polêmica sobre o papel da ordem religiosa na escrita da Nação, desconsiderar a condição institucional de Vieira se tornaria quase impossível para a historiografia oitocentista. Varnhagen e Lisboa partilharam da mesma perspectiva sobre a instituição, mas incorporam o padre de modo distinto em cada uma de suas produções historiográficas. Com isso, não se tratava somente de considerar Vieira mais um integrante da Companhia de Jesus. Questionamo-nos, portanto: seria prudente afirmar que sua reputação transbordava a condição de inaciano?

O uso de Vieira nas operações de Lisboa e Varnhagen seguiu lógicas diferentes, o padre participou de distintos projetos de narrativas, assim como foi tangenciado por uma clara disputa historiográfica. O padre seiscentista foi, como já afirmamos, instrumento de autoridade e representatividade histórica, sendo incorporado em arranjos que lhe conferiram imagens diferentes. Entretanto, uma problemática antecede a nossa reflexão: a figura do padre já era saudada e denunciada na historiografia portuguesa desde o século XVIII. Sua imagem era carregada por uma profunda relação de dicotomia.

Em nosso próximo capítulo, “As cinzas da fênix: Vieira e a herança portuguesa”, procuraremos compreender como a invenção do jesuíta na cultura portuguesa foi construída e como essa representação atravessou os discursos dos historiadores Francisco Adolfo Varnhagen e João Francisco Lisboa. A partir dessa reflexão é que então teremos a noção da dimensão do padre Antônio Vieira para além

¹⁸¹ VAINFAS, Ronaldo. **Antônio Vieira: jesuíta do rei**. São Paulo, Companhia das Letras, 2011, p. 314.

de um membro da Companhia de Jesus. Afinal, trata-se também ícone nacional português.

3 AS CINZAS DA FÊNIX: VIEIRA E A HERANÇA PORTUGUESA

Bem hasta tu, heroes, prodígio, apostolo santo,
De duas pátrias filho e de ambas ilustre e gloria!
Bem haja o teu labor, eterno na memoria
Do brasileiro paiz, por quem luctaste tanto!
(Amélia Rodrigues)¹⁸²

O trecho citado acima é da poetisa soteropolitana Amélia Rodrigues, proferido na comemoração do segundo centenário de morte do padre Vieira, realizada na cidade de Salvador. O discurso proselitista é sintomático de uma imagem que circulou amplamente pelo circuito letrado brasileiro do século XIX. A ambivalência da nacionalidade do padre jesuíta é um fenômeno peculiar, produto de uma operação historiográfica que surgiu com o IHGB. O Vieira brasileiro nascia ao mesmo tempo em que a nacionalidade brasileira tomava sua primeira forma.

Legitimada e projetada pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a escrita de Varnhagen serviu a um projeto brasileiro de nação, responsável por fundar alguns dos mitos da nacionalidade. Vejamos então como o historiador brasileiro envolveu o jesuíta em um manto de simbologias nacionalistas:

(...) digamos delle duas palavras já que, durante mais de um terço de século, tamanho papel representa, na história dos dois estados brasilio — maranhenses, este homem notável. Bem que nascido em Portugal, Vieira viveu a maior parte do tempo no Brazil, e aqui morreu; do mesmo modo que seus pais, seu irmão, e outros parentes..Elle próprio dizia: que pelo segundo nascimento devia ao Brazil as obrigações de pátria; e certo é que associado ao seu brilhante nome ajudou no século XVII, a fazer ressoar na Europa o desta então obscura colônia”.¹⁸³

¹⁸² **Cidade do Salvador**, Salvador, ano 1, n. 173, 15 jul. 1897. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=763250&pesq=padre%20Antonio%20Vieira&past a=ano%20189>. Acesso em: 25 jan. 2016; [PADRE Antonio Vieira]. **Cidade do Salvador**, Salvador, ano 1, n. 175, 17 jul. 1897. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=763250&pesq=padre%20Antonio%20Vieira&past a=ano%20189>. Acesso em: 25 jan. 2016.

¹⁸³ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História geral do Brazil antes da sua separação e independência de Portugal**. 2. ed. aum. e melh. Rio de Janeiro: E. & H. Laemmert, 1877, p. 726.

De modo análogo, João Francisco Lisboa, em “Apontamento para a História da província do Maranhão”, trata brevemente do padre Vieira. Com a finalidade de introduzir e informar sua posterior escrita biográfica, escreve assim o jornalista maranhense:

Este homem extraordinario nasceu, sim, em Portugal, mas passou a maior parte da sua vida no Brazil, já na Babia, já no Maranhão e Grão-Pará. Durante quase oito annos que demorou entre nós, resumiu na Sua pessoa toda a existencia politica e religiosa desta obscura colonia, cujo nome, associado ao seu, fez ressoar na Europa. E elle mesmo escrevendo ao marquez das Minas, em 1673, diz em proprios termos: Que pelo segundo nascimento devia ao Brazil as obrigações de patria.¹⁸⁴

As similaridades aparentes nas citações de Varnhagen e Lisboa nos indicam ao menos a relevância em se estudar um personagem de vulto internacional. Lisboa entende o caráter extraordinário do padre e, assim como Varnhagen, é categórico ao afirmar, com as mesmas palavras, que o jesuíta fez ressoar a obscura colônia na Europa.

De um modo, Varnhagen, ao tratar o padre Vieira como indivíduo que com o Brasil tem as obrigações de pátria, respondia a uma série de dúvidas a respeito da nacionalidade do jesuíta. De outro modo, Lisboa é enfático ao afirmar que “nasceu, sim, em Portugal”, o que evidencia uma dúvida sobre a nacionalidade do jesuíta. Considerava-se que o nascimento do padre tivesse ocorrido na América portuguesa. O Dr. Mello Moraes sustentou a tese de que o jesuíta teria nascido na Bahia e, logo, uma série de debates foi gerada. Em 1854, Dom Romualdo Antônio de Seixas, arcebispo da Bahia, foi encarregado pelo IHGB de provar a nacionalidade de Antônio Vieira, tema envolto em muita paixão.

O arcebispo concluiu, por meio de uma pesquisa documental, que Antônio Vieira teria nascido na cidade de Lisboa, em 6 de fevereiro de 1608. Para isso, Seixas recorreu a importantes referências, tais como Rocha Pitta e o biógrafo português, André de Barros, além de notas contidas nas mais importantes enciclopédias e manuais biográficos da época, como a *Biografia universal antiga e moderna, por uma sociedade de homens de letras e de sábios* (publicada em Paris no ano de 1827), o *Novo dicionário histórico e crítico* de Jacques Jorge Cheauffapiê (Amsterdam, 1756) e o *Dicionário*

¹⁸⁴ LISBOA, João Francisco. Apontamentos para a História do Maranhão. In: **Obras de João Francisco Lisboa, natural do Maranhão**: precedidos de uma notícia biográfica pelo Dr. Antônio Henriques Leal. São Luís: Typographia de Belarmino Matos, 1865. v. 2, p. 417.

Histórico de F.X. de Feller (Paris, 1842). Todos os escritos referenciados pelo arcebispo são unânimes em cravar o nascimento de Vieira em 6 de fevereiro de 1608 na cidade de Lisboa.

No entanto, Romualdo Seixas destaca o orgulho que tem do jesuíta, indivíduo que com o Brasil possui uma relação de segundo nascimento, citando a carta que o padre escreve ao Marquês de Minas e da qual surge a emblemática frase que repercutirá fortemente em Varnhagen: “que ao Brasil deve o segundo nascimento as obrigações de Pátria”¹⁸⁵. Por fim, Seixas afirma que “resta só que, satisfeito o Brasil com a subida honra, ninguém lhe contesta, de haver creado em seu seio esse homem notável, e servido de amplíssimo teatro de suas heroicas virtudes”¹⁸⁶.

O padre jesuíta não faria parte do *Plutarco Brasileiro*¹⁸⁷, obra que reuniria os grandes homens brasileiros do período colonial. Mesmo que Vieira não tenha recebido um capítulo dedicado a ele, João Manuel Pereira da Silva não deixa de reverenciá-lo, o “Bossuet dos sacerdotes lusitanos”, tomando-o inclusive como referência maior para os que o sucederam:

Após o celebre Jesuíta Antonio Vieira, que, comquanto nascido em Lisboa, respirou infante, e moço, os ares abençoados do Brazil, no Brazil se iaspirou em muitos dos seus melhores sermões, e no Brazil morreu, e se sepultou; após o padre Antonio Vieira, que é sem rival o primeiro pregador da lingua portugueza, o Bossuet dos sacerdotes Lusitanos, brilhou contemporaneo oulro Jesuita, o padre Antonio de Sá, nascido no Rio de Janeiro em 1627, appellidado em Portugal – Príncipe da Oratoria Ecclesiatica, com tanta mais razão quanta o mesmo padre Vieira costumava dizer, que não era sensível sua ausencia, quando pregava Antonio de Sá: são estes os dous mais celebrese mais antigos oradores sagrados, que conta a língua portugueza; oradores, que Roma admirou, e a Itália applaudiu; entre os modernos dous gozaram tambem das honras da primeira linha; dous são tidos em conta de se poderem aproximar do padre Antonio Vieira, cuja classica reputação, no entanto, affugenta comparações.¹⁸⁸

¹⁸⁵ BREVE memória acerca da naturalidade do Padre Antônio Vieira da Companhia de Jesus, de que foi encarregado pelo IHGB o Arcebispo da Bahia, D. Romualdo Antônio de Seixas, membro honorário do mesmo Instituto, e de algumas sociedades nacionais e estrangeiras. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, t. 19, p. 5-32, 1856. p. 25

¹⁸⁶ *Idem*.

¹⁸⁷ Em 1847, João Manuel Pereira da Silva, político e historiador, lançou *O Plutarco brasileiro*, revisado e ampliado no ano de 1868, recebendo o título *Os varões ilustres do Brazil durante os tempos coloniais*.

¹⁸⁸ SILVA, J. M. Pereira da. **O Plutarco Brasileiro**. Rio de Janeiro: LVF, 1847. v. 1, p.126-127.

Nessa relação, Vieira é ilustrado como o pregador que daria início a uma série de notáveis pregadores, um fundador original, exemplo da magnificência do Brasil, país que, mesmo não sendo sua pátria-mãe, recebeu a glória de tê-lo educado, o acolhido na maior parte da sua vida e o sepultado:

Antonio Pereira de Souza Caldas, além de poeta lyrico, gozou de fama de profundo literato, e de orador sagrado da primeira força; a litteratura portugueza conta alguns grandes prégadores; em primeiro logar, e sem rival, o Jesuita Antouio Vieira; logo apóz Antonio de Sá, Antonio Pereira de Souza Caldas, Frey Francisco de São Carlos, Diogo de Paiva de Andrade, e Luiz de Granada; e como que a natureza querendo provar a magnificencia d'esta terra do Brazil, fez com que, já que lhe escapára a gloria de ser a patria do padre Antonio Vieira, ao menos no Brazil fosse elle educado, e no Brazil residisse a maior parte de sua vida.¹⁸⁹

Por um lado, se não era possível declarar Vieira como genuinamente brasileiro, sua descendência portuguesa e o amor declarado à pátria brasileira, tal como enxergou Varnhagen, tornariam o padre peça de uma engenhosa articulação. Se o jesuíta seiscentista não se configura como unicamente brasileiro, uma identidade compartilhada legitimaria sua presença na gênese brasileira que se aventava por parte da intelectualidade brasileira do século XIX. Por outro lado, Lisboa não tinha dúvida a respeito da nacionalidade do padre seiscentista. Mesmo que reconheça sua importância e seu grande destaque na trama política do século XIX, o considerava um legítimo português, cuja obediência estava acima até de sua escolha religiosa.

É sem dúvida Francisco Adolfo de Varnhagen um dos que confere grande visibilidade histórica a Antônio Vieira pela importância que exerceu na cultura histórica brasileira oitocentista. As inúmeras passagens do jesuíta pela colônia poderiam nos explicar em parte a sua pertinência histórica, mas estaríamos simplificando radicalmente a questão. O Antônio Vieira que chegou a Varnhagen era um personagem histórico já reverenciado por escritas nacionalistas portuguesas, um gênio saudado por expressivos intelectuais portugueses. Nesse sentido, para que se entenda como a ambivalente nacionalidade do padre jesuíta foi fabricada, é necessário que compreendamos como o personagem português foi construído.

Segundo João Lúcio de Azevedo, em *História de Antônio Vieira*, a primeira biografia de Vieira (1746), escrita pelo jesuíta André de Barros, era até o ano

¹⁸⁹ *Ibidem*, p. 108.

de 1891 “a fonte de toda a informação”¹⁹⁰. Isto é, para Azevedo, as obras escritas entre os anos de 1746 e 1891¹⁹¹ estiveram condicionadas às informações fornecidas pela biografia de André de Barros, até então uma das poucas fontes de estudo sobre Vieira. Nesse sentido, para compreendermos como os escritores do século XIX se apropriaram de Vieira, teremos que recuar um século e entender primeiramente como o personagem foi construído em 1746.

Na escrita de Francisco Adolfo de Varnhagen, a ideia que se produz é a do Brasil enquanto força continuadora do processo civilizatório, iniciado por sua metrópole. Nessa matriz de produção narrativa, a referência a Vieira serviu a Varnhagen como importante peça de composição.

Por meio dessa premissa é que estruturamos nosso capítulo, entendemos como necessário o estudo do universo cultural português que o padre jesuíta esteve inserido, esforço por meio do qual podemos compreender a invenção do jesuíta seiscentista em uma arqueologia da produção do conhecimento histórico. A ponte de aproximação de Varnhagen com a historiografia portuguesa se deu com a hagiografia de André de Barros, primeira narrativa histórica sobre o Vieira, escrita no século XVII. Para isso, comparamos a escrita de Varnhagen com a de Barros. Dando prosseguimento ao argumento, em nosso segundo tópico, analisamos como surgiu o personagem luso-brasileiro, uma operação feita por Varnhagen de adaptação de um personagem saudado na cultura portuguesa para o projeto identitário brasileiro. No último momento, enveredaremos pelo discurso antijesuítico, que surge como antítese do proselitismo aventado por André de Barros. Nesse tópico, refletiremos sobre a aproximação de João Francisco Lisboa com uma escrita que se tipifica como de denúncia.

190 Segundo João Lúcio de Azevedo, até a obra de João Francisco Lisboa, todos os escritores basearam-se na obra de André de Barros como fonte secundária para a compreensão da vida e obra de Vieira. Segundo Azevedo, João F. Lisboa rompeu com a referência dada a Barros, pois revisitou a documentação vieiriana e trouxe à luz aspectos até então não investigados, reformulando as análises antiquadas. Cf. AZEVEDO, João Lúcio. **História de Antônio Vieira**. São Paulo: Alameda, 2008. p. 9. Outro fato que corrobora a tese defendida por João Lúcio de Azevedo encontra-se em uma passagem da obra de Francisco Alexandre Lobo, autor oitocentista que escreve: “as principaes fontes, de que recolhi os successos, foram as próprias obras de Vieira, a sua vida, composta por André de Barros ', e os escriptos do século”. LOBO, Francisco Alexandre. **Discurso histórico e crítico acerca do padre Antônio Vieira**. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1897, p. 6.

191 Para Azevedo, 1891 é a data em que a obra de João Francisco Lisboa, escrita em 1865, foi finalmente publicada em livro independente, obra que incidiu uma ruptura com a biografia de Barros, já que Lisboa foi o único autor do século XIX que mergulhou nos arquivos e trouxe à luz documentações antes não conhecidas.

3.1 – “De Tubal a nós”

O “imperador da língua portuguesa”¹⁹², assim o padre Antônio Vieira foi tratado por Fernando Pessoa. O famoso trecho de Pessoa sobre o padre jesuíta não será objeto de nossa apreciação literária, mas nos debruçaremos sobre ele, a fim de entendê-lo como uma ressignificação de operações anteriores. Portanto, o reconhecimento e as honrarias do poeta português não devem ser entendidos como um elogio avulso. A fabricação de Vieira e o desenvolvimento da nacionalidade portuguesa se confundem. Nesse sentido, há de se pensar sobre como o padre foi projetado enquanto cânone nacional português.

A feita desse tópico pode parecer à primeira vista deslocada da nossa argumentação central. Partimos do pressuposto de que o padre Antônio Vieira esteve inserido em um universo cultural, do qual o mito¹⁹³ do universalismo¹⁹⁴ surge enquanto elemento de organicidade nacional. A formulação sobre o império lusitano pressupõe a constituição de uma conjunção entre diferentes cânones. Não se trata de uma operação sistematizada, antes refere-se a escritas avulsas que, reunidas posteriormente, deram formatação a projetos de identidades. Nesse sentido, Antônio Vieira, que em seus sermões e suas profecias apregoava o universalismo cristão como fundamento do império lusitano, foi projetado enquanto um dos cânones da nacionalidade portuguesa.

Se entendermos que Varnhagen idealizou o Brasil como desenvolvimento moral e cívico de uma presença portuguesa nos trópicos, é necessário refletir sobre qual ideia de Portugal esteve assentada a operação de Varnhagen. A ideia de que a natureza portuguesa é dotada de vocação universal se revela em autores como Fernando Pessoa,

¹⁹² PESSOA, Fernando. **Obras de Fernando Pessoa**. Porto: Lello & Irmão Editores, 1986. v.1, p. 1164.

¹⁹³ Tomaremos a definição de mito português a partir da reflexão produzida por Manuel Cândido Pimentel: “o mito de Portugal, tal como aqui o interpreto, constitui um sistema de representações vitais, uma organização de valores mentais, afectivos, gnosiológicos, éticos e espirituais que se foi formando sob o efeito das injunções da história e ao longo das circunstâncias dos Portugueses na história, que se confunde com a ideia da nacionalidade e sua permanência no tempo”. PIMENTEL, Manuel Cândido. O mito de Portugal nas suas raízes culturais. In: MATOS, Artur Teodoro de; LAGES, Mário Ferreira (coord.). **Portugal: percursos de interculturalidade**. Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, 2008. v. 3, p. 10.

¹⁹⁴ Para Manuel Cândido Pimentel, existem cinco estratos na composição do mito de Portugal, cada qual com um núcleo de interpretação basilar. No primeiro se constitui a origem de Portugal a partir de sua descendência romana, o segundo estrato é explicado por um conjunto de narrativas medievais designado genericamente por *matéria da Bretanha*; o quarto estrato é formado pelo milenarismo; o quinto estrato é formado pelo mito judaico do império universal. Antônio Vieira, nessa perspectiva, transita entre o segundo, quarto e quinto estratos, foi erigido enquanto um dos baluartes do mito do império e, nesse sentido, passou a ser peça-chave para outros escritores como Fernando Pessoa e Agostinho da Silva. *Ibidem*.

Bandarra e o próprio Antônio Vieira, alguns de seus maiores expoentes. Esse mito surgiu com a obra de Flavius Josephus, *De Antiquitate Judaica*, no século I a.C., e ganhou força no final século XVI, com a obra de Fernão de Oliveira, *História de Portugal*. De acordo com Manuel Cândido Pimentel, Fernão de Oliveira fundamentou a descendência portuguesa por meio de uma genealogia histórica que liga os tubales aos lusitanos¹⁹⁵. No século XVII, autores como Vieira partiram dessa premissa e construíram sobre a figura de Tubal a aura de um homem desbravador, do qual procedem os povos marítimos – “porque esta benção, esta herança, este morgado, este patrimônio, era só devido aos Portuguezes, por legítima sucessão de pais e avós: derivado seu direito de Noé e Japhet, de Japhet a Tubal, de Tubal a nós, que somos seus descendentes e sucessores”¹⁹⁶. Nesses termos, a própria condição de vanguarda ultramarina conquistada pelos lusitanos no século XV tornou-se a argumentação comum para justificativa da universalidade nacional portuguesa. A obra de Fernão de Oliveira é editada no livro de José Eduardo Franco como anexo, com sua transcrição, atualização e anotação¹⁹⁷.

As inúmeras contribuições e releituras que biógrafos, historiadores e literatos fizeram a partir dos cânones nos levam a pensar uma dissipação das referências e dos fundadores de tal mito, tornando-se herança para uma didática da Nação, fundamental para a própria formação do Estado português. Nesse sentido, podemos enxergar nessa tradição tanto o próprio Vieira, como os seus comentadores e estudiosos, em um diálogo¹⁹⁸ que se costura com linhas de tempos distintos e constitui-se como

¹⁹⁵ PIMENTEL, Manuel Cândido. O mito de Portugal nas suas raízes culturais. In: MATOS, Artur Teodoro de; LAGES, Mário Ferreira (coord.). **Portugal: percursos de interculturalidade**. Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, 2008. v. 3, p. 27.

¹⁹⁶ VIEIRA, Antônio. Sermão do Granulatório e panegyrico. In: VIEIRA, Antônio. **Sermões**. Lisboa: Lello e Irmão, 1951. v. XV, p. 10.

¹⁹⁷ OLIVEIRA, Fernão de. *apud* FRANCO, José Eduardo. História de Portugal. In: FRANCO, José Eduardo. **O mito de Portugal: a primeira História de Portugal e a sua função política**. Lisboa: Roma Editora e Fundação Maria Manuela e Vasco de Albuquerque d'Orey, 2000, p. 349-494.

¹⁹⁸ A ideia que trazemos de diálogo deve ser lida por meio do conceito de dialogismo de Mikhail Bakhtin. Para Bakhtin, em todo texto há a recepção e percepção de um enunciado, processo responsável por criar um espaço comum entre o locutor e seu locutário. Com isso, pode-se compreender que o texto está sempre circunscrito em uma teia de referência, um entrecruzamento de vozes, movimento que produz um diálogo necessário, do qual os elementos extralinguísticos são componentes. É necessário ressaltarmos que só em Bakhtin o dialogismo aparece de três formas. Não é nosso objetivo tecer uma reflexão mais profunda do filósofo russo, tomamos o seu texto como uma importante inspiração. Cf. BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. 4 ed. Martins Fontes: São Paulo, 2003. Cf. MORSON, Gary Saul; EMERSON, Caryl. **Mikhail Bakhtin: criação de uma prosaística**. Tradução: Antônio de Pádua Danesi. São Paulo: Edusp, 2008. Dito isso, já afirmamos em nossos prolegômenos que os destinatários de uma escrita são indefinidos, o remetente, por mais objetivo que seja, não possui o domínio de como vão ler sua obra e quantos o farão. O efeito em cadeia que a referência de um texto cria gera um metadiálogo, aproxima autores em espaços e tempos diferentes, leituras e reações que podem fugir do que se espera

uma amálgama de historicidades, cujo corpo não podemos nunca dissecar por completo, somente acompanhar em alguns dos rastros os efeitos produzidos.

Os maiores defensores da nacionalidade portuguesa em grande parte sustentaram-se no mito de que o império português, por seu pioneirismo ultramarino, possuía *status* de universalidade e centralidade mundial. Para isso, a lenda de D. Afonso Henriques foi erigida enquanto marco da nacionalidade portuguesa. A gênese da nacionalidade portuguesa é constantemente relacionada ao papel de D. Afonso Henriques, o príncipe que foi reconhecido oficialmente como primeiro rei português e, por suas façanhas, recebeu o título de Conquistador ou Fundador. Sua importância reside no fato de que lutou pelo reconhecimento da independência monárquica de Portugal, só concedido pelo Santo Pontífice em 1179, por intermédio da bula *Manifestis Probatum*¹⁹⁹. A lendária *Batalha de Ourique* se revestiu de um caráter mítico, pois, a partir dela, D. Afonso Henriques se proclamaria *Rex Portugallensis* (Rei dos portugueses). Nessa conjuntura, ocorreu um longo processo interno de reforma política. Não queremos nos aprofundar nessa via de análise, mas não podemos ignorar a importância desse evento para a consolidação do caráter eminentemente profético que esteve associado à formação da Coroa Portuguesa: um dia antes da batalha, Jesus teria aparecido em sonho a Afonso Henriques, prometendo a Portugal um futuro glorioso e afirmando que o surgimento daquele reino só poderia ser explicado por razões estritamente religiosas. No século XV, a lenda é divulgada com a *Crônica do Cister*²⁰⁰,

inicialmente. Ao mesmo tempo, o metadiálogo pode não possuir referência explícita, o que torna possível que uma determinada ideia não esteja associada ao seu autor. Por exemplo, é comum sofrermos a influência da obra de Schopenhauer sem nunca o ter lido. De modo análogo, o mito do império português certamente possui escritores que contribuíram para o seu surgimento e desenvolvimento, mas a sua difusão chegou a ponto de ser impreciso o reconhecimento de sua autoria.

¹⁹⁹ Em 23 de Maio de 1179, o Papa Alexandre III emitiu a *Manifestis Probatum*, declarando o Condado Portucalense independente do Reino de Leão e D. Afonso Henriques, o soberano do reino português. Segundo José Antunes, o documento demarca juridicamente a independência de Portugal perante o cenário ibérico da época. ANTUNES, José. Iberismo Político Medieval e a Bula *Manifestis Probatum* como Marco Jurídico de Divisão. **Revista História das ideias**, Coimbra, v. 30, p. 31-34, 2010.

²⁰⁰ Trata-se do Manuscrito de Bernardo de Brito (1569-1617), datado de 1597, escrito em Alcobça. Disponível

em:
<http://catalogo.bnportugal.gov.pt/ipac20/ipac.jsp?profile=bn&source=~!bnp&view=subscriptionssummary&uri=full=3100024~!1846463~!2&ri=1&aspect=subtab13&menu=search&ipp=20&spp=20&staffonly=&term=lus%C3%83%C2%ADadas&index=.TW&uindex=&aspect=subtab13&menu=search&ri=1>
Acesso em: 10 jan. 2019.

escrita em 1602, cuja autoria foi concedida ao Fr. Bernardo de Brito²⁰¹. Nela, o religioso da ordem cisterciense afirma que a aparição de Cristo ao futuro rei era um presságio de um futuro messiânico e glorioso, fundamental para os propósitos divinos²⁰².

Enquanto os demais processos de fomentação nacional estavam voltados para a delimitação de fronteiras territoriais, o patriotismo português se alimentou da ideia de que o território português é a extensão de todo o mundo. São diversos os autores que contribuíram para a formação de uma mitologia nacional, esforço responsável por produzir diversos projetos políticos, em seus mais distintos recortes de tempo e espaço. Nesse sentido, tanto o estudo da obra vieiriana quanto a sua leitura e ressignificação pela historiografia passam pela discussão do tema. O curioso é pensar que, à medida que Antônio Vieira é reconhecido como uma das mais importantes figuras nacionais, os seus biógrafos e estudiosos o reinseriram no mito do império português, o qual no século XVIII já estava atrelado a outra cena, na qual as demandas sociais e os interesses políticos apresentam uma nova reconfiguração.

No século XVIII, as expectativas proféticas passaram a conviver com o despotismo português, cujo efeito de secularização fazia-se sentir na atenuação do teor profético típico do império português. Houve, nesse sentido, um processo de desmitologização do mito de Portugal, rompendo o ideário de glória messiânica e predestinação imperial. No século XVIII, a “crítica dos Estrangeirados” criou a ideia de

²⁰¹ Nascido em Almeida, Frei Bernardo de Brito foi filho do Capitão Pedro Cardoso de Andrade, que serviu nas guerras da Itália e da Flandres, sendo Mestre de Campo. Foi enviado por seu pai para estudar em Roma e em Florença. Em 23 de Fevereiro de 1585, quando já havia Regressado a Portugal, decidiu ingressar para a Ordem de Cister, professando votos na Abadia de Alcobaça, em Alcobaça. Em 12 de abril de 1606, doutorou-se em Teologia pela Faculdade de Teologia, na Universidade de Coimbra. Lá, iniciou um projeto para redigir uma história de Portugal. Projetada para ser escrita em oito volumes, a obra tinha por objetivo narrar a história da *Monarchia Lusitana até sua contemporaneidade*. Aos 28 anos de idade, publicou o primeiro volume com a primeira parte da *Monarchia Lusitana*, texto dedicado a D. Filipe I de Portugal. Com a aprovação do rei, Bernardo de Brito recebeu a Carta Régia de 3 de abril de 1597, estimulando-o a dar continuidade à publicação. Após a sua morte, quando havia já sido escrito o segundo volume, o projeto ganhou continuidade com o frei Antônio Brandão. GOEL, Matthias. Bernardo de Brito: A Misunderstood Portuguese Chronicler. **e-JPH**, Porto, v. 15, n. 2, p. 30-44, dez. 2017, p. 31-38

²⁰² Com a *Crônica do Cister*, difunde-se a lenda de que a aparição de Cristo ao futuro rei era um presságio de um futuro messiânico e glorioso, fundamental para os propósitos divinos. Segundo Luís Palacín, a lenda se arraigou profundamente nos mais diversos estratos da sociedade portuguesa quinhentista, criando um contexto de expectativa profética. Com base nessa crença, surgiram alguns dos mais importantes profetas lusitanos, como foi o caso de Bandarra, Santo Isidoro e Fernão Gomes. Neles, a ideia de Portugal esteve associada a uma clara expectativa profética. Isto é, nessa conjuntura a ideia de Portugal enquanto entidade universal fundava-se em uma premissa essencialmente religiosa. PALACIN, Luís. **A crítica de Vieira ao Sistema Colonial: um estudo da consciência possível**. In: PALACIN, Luís. **Vieira e a visão trágica do Barroco**. São Paulo: Editora Hucitec, 1986. p. 31.

decadência, que, “feito o trânsito pelo Marquês de Pombal e o despotismo, atingiria o seu decisivo cume com a Geração de 70”²⁰³. Foi nesse cenário que uma estratégia sistemática de Vieira foi levada a cabo por Pombal. Com Luís António Verney (1713-1792), em *O Verdadeiro Método de Estudar* (1746), um diagnóstico do reino procurava estabelecer a imagem de um Portugal vitimado pelo atraso econômico e cultural.

No século XIX português, o elemento da decadência, mesmo que tenha permanecido em processos de releitura, fundia-se ao mito de Portugal. A formação de um olhar mítico, já não demarcado pela experiência atlântica portuguesa, fundava Portugal sob uma perspectiva europeia, priorizando o cenário europeu como pano de fundo para um elogio nacionalista. Uma série de autores repensou Portugal nesse período, o mito português ganhava maior pluralidade²⁰⁴.

Ao mesmo tempo em que se flagravam transformações, o “universalismo” do reino português andava lado a lado à teoria da decadência. Não devemos tomar desmitologização como um processo absoluto, por mais que tenha gerado, como aponta Manuel Cândido Pimentel, uma sensação coletiva de inanição. Mesmo em pleno século XVII, o elogio à universalidade portuguesa conseguiria gerar reverberações. Já no século XX, o mito português retomaria com intensidade e seria apropriado pela política de estado salazarista. Antônio Vieira e o mito do império português vão transitar em espaços de duplicidades.

O exemplo mais emblemático dessa permanência manifestou-se em Fernando Pessoa que, no século XX, apresentou uma ideia de império cultural, na qual os diálogos com Antônio Vieira e Bandarra estão evidentes. Assim, entendemos que as ideias de “fraternidade universal” e “país atlântico” são uma reverberação do mito do império português. A questão fica mais evidente quando o próprio Pessoa enumera os três grandes profetas portugueses, entre eles: Bandarra, Antônio Vieira e aquele que escreve o livro à beira mágoa (o próprio Pessoa); além de elevar o jesuíta seiscentista à condição de imperador da língua portuguesa. Com isso, o poeta elabora a ideia que

²⁰³ PIMENTEL, *op. cit.*, p. 15.

²⁰⁴ “Foi o momento inicial de uma autognose que aluiria fortemente as mais arraigadas crenças propostas pelo mito. Do iluminismo transitaria para o socialismo utópico de um Antero de Quental e o positivismo de um Teófilo Braga – as matrizes políticas fortes no quadro das opções da segunda metade de Novecentos, vingasse embora a de Teófilo –, vindo a desaguar no meio revolucionário da Primeira República, em cujo contexto a autognose deu os contrários da ideia de decadência, nomeadamente com o Integralismo Lu si tano de António Sardinha e o Saudosismo de Teixeira de Pascoaes, áugures de um novo Portugal, de uma nova imagem que teve sobretudo em Pascoaes e na Renascença Portuguesa a sua expressão mais completa”. *Idem*.

existe em Portugal uma inclinação transoceânica e universal, dando destaque à língua portuguesa como elemento fundamental de sua concepção de império e, diferente de Vieira, não subordina a concepção de pátria aos poderes temporais. Inúmeros autores já se debruçaram sobre o tema, mas destacamos o artigo de Hiudéa Tempesta Rodrigues Boberg por estabelecer um comparativo entre as noções vieirianas de império e a leitura de Pessoa sobre o tema²⁰⁵. No artigo, a autora afirma que as proposições de Pessoa expressam a ideia de um império voltado para a necessidade de se cultivar o espírito civilizacional, de projetar-se no mundo.

O também novecentista, Jaime Cortesão, atribuiu o elemento estruturante da identidade nacional a uma vocação atlântica²⁰⁶. Evidencia-se, conscientemente ou não, a proximidade das ideias de Cortesão com a noção vieiriana de homem *mundanus*. De todo modo, o ideal de português formulado está voltado para o elogio à expansão, ao desejo da conquista, uma natureza, cujo pressuposto se funda na ideia de que Portugal transborda sua geografia. É interessante destacarmos que Cortesão era um ávido crítico da Companhia de Jesus, ao mesmo tempo em que se aproximava de algumas contribuições vieirianas.

²⁰⁵ A autora estabelece dez pontos de comparação, a saber: “1) defende a ideia de uma “fraternidade universal”, que certamente dependerá de “um meio de comunicação igual”, e por isso reivindica que a base da pátria e das relações sociais é o idioma: ...não somos irmãos, socialmente falando, senão daquelles que fallam a nossa língua – e tanto mais quanto mais fallem a nossa lingua, isto é, quanto mais nella ponham, como nós, por ella ser a lingua-mãe delles, como nossa, toda a sentimentalidade instintiva, toda a tradição accumulada, que a estructura, o som, o jogo syntactico e idiomatico trazem em si. 2) exalta a potencialidade da língua portuguesa, quer por sua riqueza gramatical quer pelo conjunto de escritores que a ilustra; 3) preocupa-se com o patrimônio lingüístico e cultural que o PortugalAtlântico foi capaz de reunir, na sua extensão geográfica; 4) ressalta o número significativo de falantes; 5) investe na capacidade que a língua teria de se impor, espiritual e culturalmente, atendendo a uma natural tendência para o universalismo, da mesma maneira que uma vez já se impôs, materialmente, pelas descobertas, que eram, segundo o poeta, “um acto cultural”; 6) observa a necessidade de estreitar os “naturaes vinculos espirituais” com o Brasil, para efetuar a propaganda que seus projetos culturais solicitavam; 7) não destina para Portugal, como Vieira o fizera, as rédeas do império futuro: “Como o imperio, neste schema, é espiritual, não há mister que seja imposto ou construido por uma só nação: pode sel-o por mais que uma, desde que espiritualmente sejam a mesma, que o são se fallarem a mesma lingua”; 8) compreende um espaço transoceânico para o Quinto Império e não apenas geográfico: “Portugal não é propriamente um paiz europeu: mais rigorosamente se lhe poderá chamar um paiz atlantico – o paiz atlantico por excellencia”; 9) ao contrário do que Vieira concebia, não subordina a construção do império ao jugo dos poderes temporais: “Acima da idéa do Imperio portuguez, subordinado ao espirito definido pela lingua portugueza, não há formula politica nem idéa religiosa” 10) preocupa-se com a preservação do idioma, a ponto de sugerir a fixação do “etymologismo orthographic”: “É bem o systema que, como por milagre, representa e se ajusta à missão historica de Portugal...”. BOBERG, Hiudéa Tempesta Rodrigues. Padre Vieira e Pessoa: a língua portuguesa como veículo da pátria da espiritualidade. **Revista Letras**, Curitiba, n. 59, p. 35-45, jan./jun. 2003, p. 41-42.

²⁰⁶ Ver em *Portugal e o Atlântico*, de Leonor Freire Costa, texto que resultado de um discurso proferido no simpósio internacional «Novos Mundos – Neue Welten. Portugal e a Época dos Descobrimentos» no Deutsches Historisches Museum, em Berlim, 23 a 25 de novembro de 2006. Disponível em: http://www.dhm.de/archiv/ausstellungen/neue-welten/p_t/docs/Leonor_Freire_Costa.pdf. Acesso em: 10 de junho de 2016.

Nesse sentido, a nossa questão não se limita a expor os limites dessa contradição, mas refletir como a difusão do mito se arraigou de tal modo que as referências a seus escritores se diluíram, tornaram-se um insumo básico para os diferentes projetos de Nação que surgiram em Portugal. A tradição do mito conta com inúmeras e diversas contribuições, cada uma atendendo as demandas de seu tempo, da qual só nos é possível seguir alguns rastros e com eles perceber que, no emaranhado de temporalidades, a ideia da universalidade portuguesa sobrevive como uma herança.

Antes que Fernando Pessoa pudesse tratar Antônio Vieira como Imperador da língua portuguesa, foi a biografia de André de Barros que elevou o jesuíta à condição de ilustre português, uma vez que Barros, também jesuíta, projetou sobre Vieira o *status* de gênio letrado, cuja potência literária pode traduzir com maestria a vocação atlântica portuguesa. Para o novecentista José Fernandes de Souza, os contemporâneos do jesuíta não souberam reconhecer o devido valor do padre. A partir da sua primeira biografia, a imagem do célebre jesuíta foi tratada dignamente, refere-se à época em que soou para a “memória de Vieira a hora da justiça”²⁰⁷. É nessa perspectiva que devemos refletir sobre o surgimento do jesuíta para a escrita da história em Portugal. Antônio Vieira nascia em pleno século XVII, pouco antes da expulsão do jesuíta e da irrupção das teorias da decadência portuguesa. Por meio do apologismo jesuítico de André de Barros e da denúncia histórica do marquês de Pombal, a figura do personagem histórico tomou suas primeiras formas.

Tanto o pai quanto o filho, José Adolfo Varnhagen, possuíram estreita relação com a cultura e as instituições de saberes portuguesas. O historiador estudou matemática no Real Colégio Militar, terminou os seus estudos na Real Academia de Fortificação, além de combater nas hostes liberais, chegando a alcançar o posto de 2º tenente de artilharia. Até 1840, Varnhagen permaneceu em Portugal. No mesmo ano, o futuro historiador retornaria ao Brasil, onde não permaneceria muito tempo, já que em 1842 estaria em terras lusitanas para dar continuidade à sua sólida formação portuguesa quando sua relação com a Academia das Ciências de Lisboa é iniciada. Nela, tanto Varnhagen pai quanto o filho conseguiram alçar à categoria de sócios-livres²⁰⁸. A

²⁰⁷ SOUZA, José Fernandes de. Notícia biográfica. **Trechos selectos do padre Antônio Vieira**: publicação comemorativa do bicentenário de sua morte. Lisboa: Tipografia Minerva, 1887, p. 8.

²⁰⁸ Segundo Clado Ribeiro de Lessa, a submissão do texto “Reflexões críticas...”, submetida no ano de 1838, recebeu o patrocínio do barão de Eschwege. Na ocasião, o texto teria sido lido na sessão acadêmica de 7 de novembro de 1838 e as deliberações foram positivas para a publicação e o custeio do primeiro trabalho de Varnhagen, o que o faria também sócio-correspondente, feito conquistado com pouco mais de

instituição que se renovou com um novo fôlego nacionalista, sob a direção do secretário perpétuo, Joaquim José da Costa de Macedo, e com o notável apoio de D. Fernando II, celebrado rei-consorte português, restabeleceu um novo projeto, construindo uma rede de conexões internacionais com academias e grupos intelectuais que despontavam em outros espaços.

É nessa conjuntura que é desenvolvida a formação intelectual de Francisco Varnhagen. Os novos trabalhos que surgiam procuraram pensar não somente a história portuguesa mas também suas relações ultramarinas. A experiência que o historiador brasileiro iria acumular pode ser percebida em uma série de aproximações com intelectuais portugueses, alguns já conceituados e outros que viriam a despontar, como foi o caso de Alexandre Herculano²⁰⁹. Segundo Daniel Estudante Protásio, uma nova geração de estudiosos da história surgia²¹⁰.

Imbuída de um conceito romântico, fundado em uma aproximação entre a história e a literatura, uma emergente imprensa de divulgação popular surgia. No que concerne a relação entre a história e a literatura, é fundamental pontuarmos certa consideração. E para isso, tomamos as palavras de Francisco Régis Lopes, ao “perceber como elas se usam para se fazer legítimas”²¹¹. Para além de considerar a perenidade entre a cientificidade da história e a ficcionalidade da fábula nas narrativas históricas e nos romances literários, tal relação também nos apresenta as disputas por legitimidade entre a história e literatura. Jovens autores como Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara (1809-1879), Diogo Kopke (1808-1844) e Herculano (1810-1877) faziam parte de uma nova geração de estudiosos entusiasmados com a descoberta de novas fontes e a redefinição das origens nacionais lusitanas.

vinte e três anos. O fato geraria um enorme entusiasmo, devido muito as palavras elogiosas com as quais o vice-presidente, Frei Francisco de São Luís, Cardeal Saraiva, recebeu o texto, na sua própria classe acadêmica, a de Literatura e Belas-Letras. LESSA, Clado Ribeiro de. Vida e obra de Varnhagen (1ª parte). **Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, Departamento de Imprensa Nacional, v. 223, p. 102-103, 1954.

²⁰⁹ “Acréscenta-se que, seis anos mais velho do que Varnhagen, Herculano foi diretor das bibliotecas régias dos palácios das Necessidades e da Ajuda; e que, a partir de 1839, Eschwege aparece como sócio efetivo substituto da classe de ciências naturais da Academia, nas listas de membros da instituição Por volta de 1841, Varnhagen é tido por “grande amigo” de Herculano”. PROTÁSIO, Daniel Estudante. Francisco Adolfo de Varnhagen e algumas linhas de força da historiografia portuguesa do seu tempo (1839-1841). **História da historiografia**, Ouro Preto, n. 14, p. 27-43, abr. 2014, p. 31.

²¹⁰ *Ibidem*, p. 30.

²¹¹ RAMOS, Francisco Régis Lopez. José de Alencar e a operação historiográfica: fronteiras e disputas entre história e literatura. **História da Historiografia**, v. 18, p. 160-177, 2015, p.170.

Herculano, inclusive, ficaria conhecido na década de 1840 pela publicação de sua *História de Portugal*, reconhecida como a primeira obra historiográfica moderna portuguesa. Nela, o historiador português contesta a veracidade científica do mito da *Batalha de Ourique*. A ideia do pioneirismo ultramarino ainda é colocada como fundamento da nacionalidade portuguesa. O mito fundador que Herculano promoverá é reprocessado sob uma lógica laica, o que de algum modo reverberaria na narrativa de Varnhagen e na sua postura perante o papel da igreja na história brasileira. Isto é, ao laicizar as origens ultramarinas portuguesas, Herculano procura pontua-la como objeto da história, estabelecendo um limite entre a fábula e a ciência, operação que também podemos notar na escrita varnhageriana.

Em 1839, Varnhagen colaboraria com o periódico *O panorama*, fundado em 1837 e dirigido durante dois anos pelo então amigo Herculano²¹². A revista, que servia como veículo discursivo para uma nova geração de intelectuais, foi responsável por aproximar estudiosos portugueses e brasileiros, tornando o Brasil um dos temas de estudo. Com isso, a partir de 1839, começariam a surgir importantes trabalhos de Francisco Adolfo de Varnhagen, os quais culminariam na escrita do seu clássico *História Geral do Brazil*²¹³. Os trabalhos foram publicados na *Colecção de notícias para a história e geografia das nações ultramarinas*²¹⁴, da Academia das Ciências de Lisboa; e na tipografia da Sociedade Propagadora de Conhecimentos Úteis, onde *O panorama*²¹⁵ costumava ser impresso. Durante esse tempo, o jovem historiador brasileiro manteve contato mais próximo com o vice-presidente da Academia, Frei

²¹² Durante dois anos, a revista *O panorama* foi dirigida por Alexandre Herculano, de 6 de maio do ano de 1837 a 13 de julho de 1839. CATROGA, Fernando. Alexandre Herculano e o historicismo romântico. In: TORRALBA, Luís Reis; MENDES, José Amado; CATROGA, Fernando. **História da História em Portugal** (Séculos XIX e XX). Lisboa: Círculo dos Leitores, 1996, p. 41.

²¹³ Segundo Daniel Estudante Protásio: “É na Colecção de notícias para a história e geografia das nações ultramarinas, da Academia das Ciências; na Revista trimestral, do Instituto; e na tipografia da Sociedade Propagadora de Conhecimentos Úteis, onde era impresso O panorama, que Varnhagen vai projectando fontes e textos historiográficos progressivamente mais sistemáticos, maduros e aprofundados, os quais irão culminar na sua História geral do Brasil (de 1854/1857, primeiro e segundo volumes, respectivamente)”. PROTÁSIO, Daniel Estudante. Francisco Adolfo de Varnhagen e algumas linhas de força da historiografia portuguesa do seu tempo (1839-1841). **História da historiografia**, Ouro Preto, n. 14, p. 27-43, abr. 2014. p. 28. Os documentos referenciados por Protásio são: VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Diário da navegação da armada, que foi à terra do Brasil sob a capitania-mor de Martim Afonso de Sousa, escrito por seu irmão Pero Lopes de Sousa, publicado por [...]**. Lisboa: Tipografia da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis, 1839; VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Revista Universal Lisbonense**, n. 3, 14 out. 1841.

²¹⁴ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Colecção de notícias para a história e geografia das nações ultramarinas que vivem nos domínios portugueses**[...]. Lisboa: Tipografia da Academia das Ciências de Lisboa, 1839. v. 5, n. 2.

²¹⁵ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **O panorama**, n. 119, 10 ago.1839c; VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **O panorama**, n. 141, 11 jan. 1840.

Francisco de São Luís, além do já mencionado Alexandre Herculano, uma das figuras mais importantes da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis.

Varnhagen circulou entre uma intelectualidade portuguesa bastante expressiva. Possuía uma amizade com Almeida Garrett, sendo inclusive seu vizinho quando morou na zona do Chiado. Outro relacionamento a ser destacado é com o barão de Eschwege e, além desse, principalmente, o mantido com D. Fernando II: “a convivência com D. Fernando II foi também, ao que parece, franca e aberta; e Varnhagen terá certamente utilizado a biblioteca do rei”²¹⁶. No que diz respeito a tais aproximações, podemos pensar em como elas foram fundamentais para o desenvolvimento da formação intelectual do jovem historiador. Destarte, podemos depreender como Varnhagen esteve presente na construção de um novo projeto de nacionalidade português, agora mais voltado ao pensamento político liberal. O historiador brasileiro respirou as mais entusiastas ideias nacionalistas portuguesas da década de 1830-1840, ao mesmo tempo em que foi influenciado pelas ideias românticas e pelo espírito cientificista da época. Pode-se afirmar que tal geração de historiadores esteve comprometida com uma consolidação das identidades nacionais por meio de processos narrativos convencionados como científicos para época.

Isso não quer dizer que uma série de intelectuais de tempos anteriores fosse renegada como referências e aproximações pelos historiadores. Não se pode afirmar que a geração que surgiu em 1839 se estabeleceu em uma relação de ruptura total. É comum percebermos a procura por patrocínio, “impulso e a amizade de homens mais velhos, já com uma obra e um percurso intelectual e acadêmico marcados”²¹⁷. São exemplos disso: João Pedro Ribeiro (1758-1839) e Frei Francisco de São Luís, futuro Cardeal Saraiva (1766-1845) que, após 1834, surgem na Academia das Ciências de Lisboa como membros tutelares. Grande parte da historiografia portuguesa moderna, de algum modo, apropriou-se de substratos culturais já difundidos em uma tradição letrada portuguesa, sobretudo, os historiadores que se propunham a representar um certo ideal de Portugal, como apresentado no tópico anterior. É nesse sentido que devemos pensar o

²¹⁶ PEREIRA, Paulo; CARNEIRO, José Martins. **O Palácio da Pena**. Londres: IPPAR: Scala Publishers, 1999, p. 16.

²¹⁷ PROTÁSIO, Daniel Estudante. Francisco Adolfo de Varnhagen e algumas linhas de força da historiografia portuguesa do seu tempo (1839-1841). **História da historiografia**, Ouro Preto, n. 14, p. 27-43, abr. 2014. p. 30.

desdobramento de uma escrita fundamental para a invenção de Antônio Vieira no imaginário social português, a hagiografia escrita pelo padre André de Barros.

Escrita 57 anos após a morte de Antônio Vieira, a hagiografia deixada por André de Barros (1675-1754), *Vida do apostólico Padre Antônio Vieira*²¹⁸, é um extenso texto que narra a vida e importância do jesuíta para Portugal. A hagiografia do jesuíta foi dividida em cinco grandes partes (“livros”). A seguir faremos uma síntese dos temas e da divisão cronológica da narrativa. No livro I, Barros discorre sobre o nascimento de Vieira até o momento em que o jesuíta viajou para o Maranhão. No segundo Livro, Barros prossegue dando destaque à missão do Maranhão, contando com riquezas de detalhes as peripécias que o jesuíta enfrentou: os conflitos com os colonos, o naufrágio e o aprisionamento por parte de corsários holandeses que o levaram à ilha dos Açores. No desenvolvimento da narrativa, Barros menciona a acusação inquisitorial, que denomina Letrados, ainda em 1656. O terceiro livro prossegue com a mesma tônica heroica, destacando as dificuldades da missão como argumento fundamental para a defesa da heroicidade de Vieira.

É importante destacarmos que no transcurso de toda a narrativa algumas documentações, sobretudo as correspondências, surgem para dar a vivacidade e o efeito de real, como se faz notar na carta da rainha regente em 1659, texto em que ela fornece apoio à missão liderada pelo “Padre Grande”, apelido dado pelo indígenas a Vieira, como lembra André de Barros. Grande parte do terceiro e quarto livro prossegue com detalhes que chamam a atenção pela cuidadosa pesquisa documental. No que tange a esse aspecto, o esforço de leitura e erudição de Barros estão bem mais voltados para a experiência missionária de Vieira do que para outros momentos da vida do missionário. Contudo, o autor não deixa de pontuar as passagens problemáticas do personagem seiscentista. Nos momentos missionários finais de Vieira na colônia, Barros coloca a providência divina como elemento de vingança. No quinto e último livro, traz considerações gerais sobre Vieira, dedicando-se a textos independentes que tratam das qualidades genéricas do padre. Entre eles, destacam-se: “Zelo da fé contra o judaísmo”; “De sua esperança”; “ Sua caridade e Amor de Deus”; De sua religiosa pobreza”; “De sua obediência”;” De sua paciência e perseguições”; “Perseguido em seus escritos”; “Sua humildade”; “Amor que teve a Companhia de Jesus”; “Eminência de sua

²¹⁸ Uma cópia do livro encontra-se digitalizada. BARROS, André de. **Vida do apostólico padre Antonio Vieyra da Companhia de Jesus**. Lisboa: Nova Officina Sylviana, 1746. Disponível em: <https://archive.org/details/vidadoapostolico00barr/page/n2>. Acesso em: 30 abr. 2016.

sabedorias”; “Ilustre prova de sabedoria na afamada obra manuscrita *Clavis Prophetarum*”; e, sobretudo, “De seu amor, serviços à pátria”.

Encomendada pela Academia Real da História Portuguesa, a hagiografia esteve inserida no projeto identitário, que procuramos enquadrar como protonacional. Vejamos como o biógrafo jesuíta declara Vieira como a “glória da nossa Nação”, personagem fundamental para a história de Portugal, selecionando fragmentos de sua vida e produzindo uma escrita exemplar, recortando e criando um personagem apto a uma grande narrativa nacional:

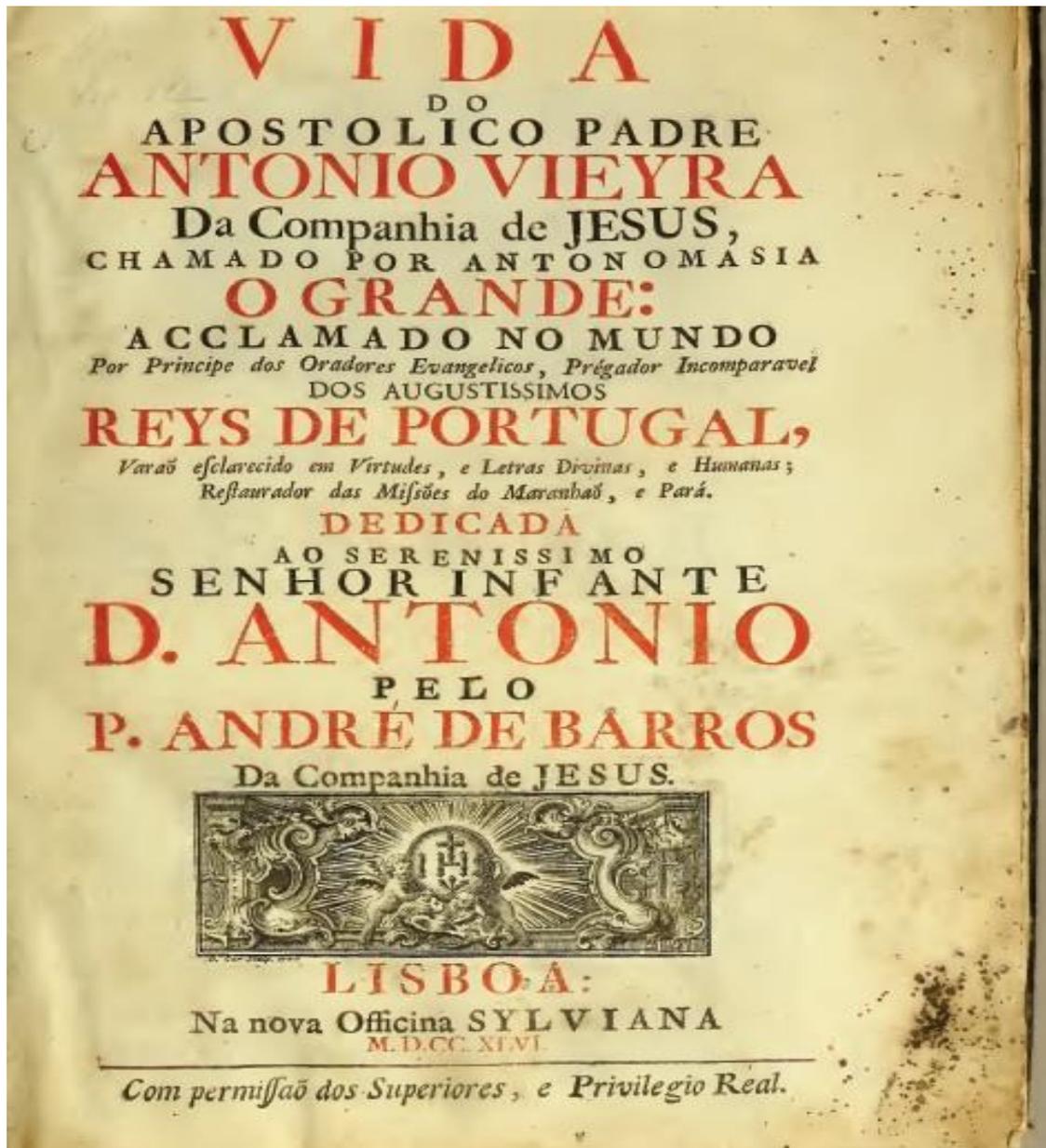
O Padre Antonio Vieyra, gloria da nossa nação, inveja das estranhas, ilustre imortal da Companhia de Jesus, é o elevado assunto desta história. A Pátria lhe deu o título de Grande, o Mundo todo o admirou ainda maior, e será seu nome em todos os séculos ocupação da fama. [...] Nós porém, não para dar luz, mas para a receber do mesmo argumento oferecemos aos desejos da Pátria deste pequeno retrato, que dirá em mudas vozes ao Universo ser a Lusitânia região tão feliz que em todas as idades costuma produzir homens gigantes.²¹⁹

Logo na contracapa o autor apresenta Vieira, tratando-o como gigante, não só para Portugal, como para o restante do mundo. Um homem destinado a se entregar ao mundo, que ainda na infância viajara à Bahia e lá já se anunciava um grande orador. Um gigante que desde o berço já estivera destinado a servir à Companhia e restaurar a coroa portuguesa, fazer de sua pátria a *Cabeça do Mundo*, mesmo que enfrentando inúmeros obstáculos. É exemplar disso o trecho em que André de Barros narra o enfrentamento de Vieira diante da casa Habsburgo quando esteve em Roma a fim de garantir a legitimidade e o reconhecimento da coroa no processo de restauração. O jesuíta setecentista assim escreve: “Aquela vida, que estava reservada para o ser de muitas almas, soube resoluto evitar este golpe, obedecendo tão heroicamente o seu prelado que sem temer os horrores com que é famosa a campanha de Roma nos Caniculares, fazia no meio deles daquela Cúria, mas fazia triunfando de um Rey, e de um Duque, que temerão os desígnios que podia influir na Grão Cabeça do Mundo está só a Cabeça de Portugal”²²⁰. A direção dada por Barros no desenvolvimento narrativo da biografia cria a ideia de que a vida do jesuíta esteve designada a revelar não só a grandiosidade de Portugal perante o mundo mas também a sua distinta genialidade.

²¹⁹ *Ibidem*, p. 2

²²⁰ BARROS, *op. cit.*, p. 48-49.

Figura 1 – Contracapa da hagiografia de André de Barros.



Fonte: BARROS, André de. **Vida do apostólico padre Antonio Vieyra da Companhia de Jesus.** Lisboa: Nova Officina Sylviana, 1746. p. 1.

Aqui é interessante notarmos como a ideia do português como o homem do *mundanus*, cuja pátria é todo o mundo, foi reapropriada por André de Barros. Resguardadas as especificidades históricas de cada tempo, o mito do português como homem universal, surgido no século XVI com a obra de Fernão de Oliveira, se desdobrou na tradição letrada portuguesa, que teve em Vieira um dos seus maiores entusiastas, como mencionado no tópico anterior. Portanto, a ideia de que em cada português existe uma natureza desbravadora, expansionista, dádiva herdada pela figura

bíblica de Tubal e que culminaria com o pioneirismo ultramarino reaparece indiretamente em André de Barros, com o objetivo claro de colocar Vieira como um dos maiores expoentes de Portugal, restaurador do orgulho lusitano. Assim, essa ideia percorre toda a obra, em suas seiscentos e oitenta e seis páginas, dando enfoque às constantes viagens de Vieira tanto para Holanda, França, Suécia, Roma, Londres ou Espanha, quanto pelo Novo Mundo. Seja por sua qualidade oratória, diplomática ou teológica, o Vieira de Barros é um homem invejado por todas as pátrias, desbravador do mundo, cujo objetivo era fazer grande sua *Nação* e seu Deus, fazendo jus à ideia de universalidade portuguesa.

De modo análogo, em Varnhagen a experiência diplomática do padre pela Europa ratifica o empenho do historiador em validar o reconhecimento internacional de sua narrativa. Em o *Ensaio histórico sobre as letras no Brasil*, texto escrito em 1847, Varnhagen entende o padre como um indivíduo de distinto compromisso moral, um verdadeiro agente da regeneração colonial brasileira, personagem responsável por projetar internacionalmente a imagem do Brasil:

O pe. Vieira, com seu gênio vivo e grande eloquência, foi, por meio de seus sermões, um dos mais poderosos agentes que contribuíram para a regeneração moral, e até literária, da nova colônia. As suas lições e os seus estímulos deram ainda aos púlpitos, além de outros pregadores brasileiros.²²¹

O trecho citado acima nos faz recordar a necessidade de legitimação geopolítica externa de uma pretensa soberania nacional. Nesse sentido, o Vieira de Varnhagen é, a princípio, um dos personagens que projetou o valor do Brasil pela Europa. Semelhante ao que pode ser visto na biografia de André de Barros, o historiador brasileiro exalta o valor de Vieira perante o Mundo – “e certo é que associado ao seu brilhante nome ajudou no século XVII, a fazer ressoar na Europa o desta então obscura colônia”²²². Nesse sentido, Vieira passou a ser incorporado à narrativa nacional brasileira como personagem de visibilidade brasileira em meio ao cenário europeu.

²²¹ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Ensaio Histórico sobre as letras no Brasil [1847]**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, s/d. p. 4. Disponível em: http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/livros_eletronicos/ensaiohistorico.pdf. Acesso em: 10 jan. 2016.

²²² *Ibidem*, p. 726.

Portanto, no processo de seleção dos personagens que compõem a costura de uma narrativa nacionalista, a experiência política e diplomática dos agentes históricos surge como um importante critério de escolha. É fundamental ressaltarmos que Varnhagen possuía significativa experiência diplomática. Para Mauro Filho, o historiador e diplomata brasileiro sabia que o processo de afirmação nacional não se promoveria em um vazio político sul-americano:

Atento a essa dimensão, dedicou-se a questão da navegação do rio Amazonas e das fronteiras com potências europeias ao Norte, nas Guianas. Ademais, sua ampla experiência diplomática adquirida em missões permanentes na América do Sul – Santiago, Lima e Quito, além de viagens de negociação a Assunção e Caracas – e na Europa – Lisboa, Madri e Viena - conferiu-lhe ampla visão do panorama mundial.²²³

A diplomacia está presente na escrita do historiador como uma dimensão, um instrumento de representatividade. Nesse caso, podemos pensar a experiência diplomática do padre Vieira na década de 1640²²⁴ e a influência e o sucesso de suas pregações em Roma na década de 1670²²⁵ como episódios exemplares de projeção

²²³ VIEIRA, Mauro. Prefácio. In: LIMA, Sérgio Eduardo Moreira (org.). **Varnhagen (1816-1878): diplomacia e pensamento estratégico**. Brasília: Funag, 2016, p. 8.

²²⁴ Não é exagero afirmar que de fato o padre esteve diretamente envolvido nas principais tramas diplomáticas do século XVII. É interessante trazer uma síntese dos imbrólios que o jesuíta esteve envolvido. O ingresso de Vieira no campo da diplomacia foi sem dúvida impulsionado pela necessidade de se preservar a soberania lusitana. As primeiras investidas do jesuíta nos assuntos diplomáticos da coroa ocorreram em 1646, quando D. João IV o mandou, junto a Francisco Coutinho e D. Vasco Luís da Gama (O marquês de Nize), monitorar o andamento das negociações de Portugal em Haia e na França, ocupando cada diplomata citado de coordenar uma missão diferente. É importante recordarmos as tensões que rondavam Portugal, um reinado que se restaurava politicamente de uma união política com a Espanha, que pouco privilegiava a corte e a elite portuguesa interna. Nesse momento de indecisão, Portugal, que já estava em pé de guerra com a Holanda e vivia o temor castelhano, encontrou na diplomacia uma tentativa de se reerguer perante o cenário “internacional”. O plano se dava da seguinte forma: aproximar-se da França e seduzi-la a uma guerra contra Castela e, ao mesmo tempo, firmar um acordo de paz com a Holanda, garantindo sua preciosa colônia na América. Vieira participa das negociações com a monarquia francesa a partir de 1646, quando a França já havia iniciado o processo de paz com a Espanha (desde 1641), o que punha em xeque as pretensões lusitanas. Em fevereiro de 1646, o jesuíta partiu para Orleans, desembarcando antes em La Rochele; chegando a Paris, onde iniciou o seu plano, logo se deparou com a resistência francesa em aceitá-lo. Ora, a aliança junto a Portugal traria pouco benefício ao país, que não considerava razoáveis as tentativas lusitanas de derrubar a todo custo a casa Habsburgo. Sem obter êxito nessa primeira etapa, o jesuíta se encaminhou para os Países Baixos, onde, no dia primeiro de abril de 1646, se encontrou em Rouen com os judeus e os cristãos novos portugueses, proprietários de importantes fontes de renda. Vieira os considerava o sustentáculo econômico para a restauração portuguesa e dava o primeiro passo para um futuro plano de inseri-los na malha social lusitana, prometendo-lhes honrarias e privilégios sociais. MACEDO, Gil Eduardo de Albuquerque. **As chaves para o mundo do Quinto Império: as imagens de mundo na história do futuro do Padre Antônio Vieira**. 1. ed. Lisboa: Theya Editores, 2016. p. 105.

²²⁵ Em agosto de 1669, Vieira passaria a viver em Roma, residindo por seis anos com o dever de defender a canonização dos “Quarenta Mártires Jesuítas”. Sua estadia não passou despercebida, já que seus sermões lograram boa reputação entre a Cúria. Sua influência sobre o Pontífice era tão considerável que o

diplomática na Europa, revestindo a imagem do padre de um valor político e diplomático.

Para chegar a tal imagem, inventada por Barros e apropriada por Varnhagen, o biógrafo faz da infância de Vieira um ponto de partida prospectivo. A trama biográfica é tomada pelas inúmeras vicissitudes enfrentadas por Vieira, que só reforçam suas qualidades, expressam a força que o jesuíta possui para superá-las. Para Barros, a enfermidade que tomou Vieira ainda garoto, logo em seu ingresso na Bahia, já renunciava sua grandeza. Fernão Cardim, provincial da Companhia de Jesus, acalmava Cristóvão Vieira de Ravasco e D. Maria de Azevedo, os pais de Vieira, ao afirmar que “não morreria o menino, porque Deus o guardava para cousas grandes, para crédito da Nação Portuguesa, e para honra da Companhia de Jesus”²²⁶.

O texto, que traz uma impressionante riqueza de informações, sintetiza a passagem do padre pela educação inaciana, revelando a sua disposição para conquistas grandes. Como não poderia deixar de ocorrer, a escolha de Vieira aos dezessete anos como redator da carta *Ânuua*²²⁷ e a prematura atuação como docente da cadeira de Retórica no colégio de Olinda são tratadas como indícios de sua notável qualidade intelectual. Contudo, o gênio afortunado de Vieira não poderia recair sobre si sem que ele fosse destinado a cumprir os desígnios maiores da Companhia:

Dos quase 17 anos tinha feito voto de se empregar todo na conversão dos Gentios; e com ele desígnio se aplicou, e soube com excelência as duas línguas do Brasil, e Angola. Por este mesmo tempo cremos que correrão os cinco anos, que nos consta gastou nas aldeãs do Brasil, aplicando-se todo á doutrina dos índios, e anelando à conversão de toda aquela Gentilidade. Logo então declarou a seus maiores os intentos, e o voto, que tinha de gastar a vida entre os buçaes, e incultos Braliz, deixando a profissão das letras; mas não foi então admitido, nem ouvido. Agora não o prendendo a aura do aplauso, antes crescendo em zelo, teve por suspeitosa a gloria das escolas, e pediu com repetidas instâncias, que o houvessem por escuso de mais graves estudos.²²⁸

jesuíta conseguiria a suspensão de sua pena. Sabe-se que sua influência também rendeu frutos com a suspensão da aditividade inquisitorial em Portugal entre os anos de 1675 e 1681.

²²⁶ BARROS, André de. Notícia previa. In: BARROS, André de. **Vida do apostólico padre Antonio Vieira da Companhia de Jesus**. Lisboa: Nova Officina Sylviana, 1746. p. 6.

²²⁷ Correspondência escrita anualmente por regimentos locais da Companhia, que deveriam informar aos superiores jesuítas em Roma sobre os progressos e as dificuldades missionárias. Cf. TORRES LONDOÑO, Fernando. Escrevendo cartas jesuítas: escrita e missão no século XVI. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 22, n. 43, p. 11-32, 2002.

²²⁸ BARROS, *op. cit.*, p. 14-15.

O padre, que pretendia reivindicar seus desígnios missionários, abstando-se da prestigiosa atividade de escrita e erudição, é representado por Barros como amálgama de um nobre erudito, além de zeloso e determinado missionário. Nesse sentido, desenhar Vieira somente como um homem das letras não o faria personagem heroico suficiente. A entrega e a provação do jesuíta nas inúmeras peripécias deveriam atestar sua heroicidade religiosa. Se Vieira foi “Gigante”, só o foi, pois sua relação com o divino o tornou. Sob a perspectiva teológica comum na formação jesuítica, o indivíduo não deve existir sem que se esvazie de sua personalidade. A ideia reelaborada de Thomas de Kempis, em *a Imitação de Cristo*²²⁹, na qual o fiel deve então incorporar a figura de Cristo, reconstruir cenas, reviver os passos do messias, funda o ideal de heroicidade em que o elogio e a honra atribuídos ao religioso devem estar ligados em profusa relação com o *logos* divino. Com isso, a ideia de sacrifício e heroicidade foi projetada na figura de Loyola, cuja vida se tornaria símbolo e referência para sua instituição. Segundo Spencer Custódio Filho, Loyola acreditava que toda sua experiência de vida era tomada por um valor universal, o que legitimava propô-la a outros²³⁰.

Considerando que a obra do jesuíta André de Barros é uma escrita com manifesto objetivo religioso, logo nela estão implícitas algumas relações de interlocução, pelas quais se afirma que um discurso religioso transita narrativamente entre o plano temporal e o espiritual²³¹. É a partir dessa premissa que se funda a linguagem religiosa, ela é elaborada na relação entre Deus e homens, em uma relação de submissão à vontade e à providência divina. Sob esta orientação que ordens religiosas tais como a Companhia de Jesus projetam na atividade escrita, procedida por códigos linguísticos que as legitimam e as identificam, uma fundamentação metafísica e uma função didática para a narrativa religiosa.

²²⁹ Foi lida por Loyola em Manresa, período em que se recuperava dos danos sofridos na guerra de Pamplona e em que se dedicava à leitura de obra, tais como a de Jacopo Varazze e Rodolfo da Saxônia, *Vita Christi*.

²³⁰ CUSTÓDIO, Spencer Filho. **Os Exercícios Espirituais de Santo Inácio de Loyola: um manual de estudo**. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004, p. 14.

²³¹ ORLANDI, Eni Pulcinelli. **A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso**. 2. ed. rev. e ampl. Campinas: Pontes, 1987, p. 239-262.

Se pensarmos em termos mais específicos, veremos que as normas de confecção das narrativas jesuíticas seguem uma tônica. Claudio Acquaviva²³², Superior Geral entre 1581 e 1615, propõe um conjunto de temas, dividido em três blocos, sobre a escrita jesuítica:

O primeiro diz respeito às atividades dos jesuítas, como as fundações e os progressos dos colégios e casas, os nomes dos fundadores e as respostas que as cidades davam à presença dos jesuítas. O segundo conjunto de temas seria dos sucessos “prósperos y adversos” da Companhia. O terceiro deveria abordar as virtudes e grandes gestos dos jesuítas mortos, com destaque para a vida santa que cultivaram. Estas orientações e indicações temáticas serviram de norte para a produção historiográfica dos jesuítas. Ao instruir os provinciais sobre os temas merecedores de figurar nos registros históricos, Aquaviva definia os contornos da imagem da Companhia que gostaria de deixar para a posteridade.²³³

As orientações de Acquaviva apresentam as estruturas das narrativas empreendidas por sua Ordem. Objeto de interdições institucionais, a escrita jesuítica é também uma prática de demarcação de identidade religiosa – “o que está em jogo são a memória e a identidade da ordem”²³⁴.

Com uma escrita reconhecida e legitimada enquanto religiosa, o que está em questão é a disputa pela representação divina, pois em tese é o que garante o padrão de uma ortodoxia cristã, uma autoridade que excede a existência humana. A genialidade de Antônio Vieira é apresentada por Barros como resultado de um desejo transcendente. Não é sem razão que a obra centraliza a narrativa na atuação missionária de Vieira no Maranhão, onde o jesuíta provou sua entrega à nobre causa de sua instituição. Segundo Barros, Vieira, que assombrado com o pensamento das almas que se perdiam enquanto esteve em Portugal, “condenava por ócio qualquer outro emprego; e nem podia sossegar, até não fazer de seu sacrifício ao Redentor [...] Resolve-se com coração, e desengano heroico a cortar por tudo de um golpe, trocando a Corte pelas brenhas, e passar-se a dedicar-se para sempre às missões do Maranhão”²³⁵.

²³² Claudio Acquaviva (1543-1615) foi um padre jesuíta italiano, Superior General da Companhia entre os anos de 1581 e 1615. Ficou reconhecido pelo crescimento do número de inacianos em sua gestão e por ter compilado a *Ratio Studiorum*, documento de orientação da ordem, para os colégios jesuítas.

²³³ OLIVEIRA, Paulo Rogério Melo de. Um estilo jesuítico de escrita da história: notas sobre estilo e história na historiografia jesuítica. **História da historiografia**, Ouro Preto, n. 7, p. 266-278, nov./dez. 2011, p. 268.

²³⁴ *Ibidem*, p. 267.

²³⁵ BARROS, André de. Notícia previa. In: BARROS, André de. **Vida do apostólico padre Antonio Vieyra da Companhia de Jesus**. Lisboa: Nova Officina Sylviana, 1746. p. 301.

Em Varnhagen, a representação da Igreja, por mais necessária que fosse à explicação do processo civilizatório brasileiro, esteve associada ao projeto identitário do IHGB, cujas narrativas produzidas estiveram fundadas sobre outra lógica de tempo. Nesse sentido, a escrita do Instituto esteve alicerçada na ideia de progresso, estruturada em um tempo do devir histórico, cujo passado, o *telos*, projetou sobre o futuro uma linha de desenvolvimento evolutivo. Isto é, a ruptura temporal de que estamos tratando firma-se em uma progressão dos valores civilizatórios, necessária para representar o crescimento e a emancipação da Nação.

Por mais que a origem portuguesa seja apreciada, existe uma ruptura entre passado e futuro inexistente em André de Barros. A descendência portuguesa como gênese não aparece no sentido bíblico do termo, no qual o tempo é permeado pela eternidade. Portugal lançou o Brasil à condição de civilização, preparando-o para uma emancipação futura, um estágio de avanço. É sob tal perspectiva que a figura da Igreja deve ser entendida. Varnhagen concebe a religiosidade como fundamental para a formação nacional brasileira, mas não a entende no sentido em que foi empregada por André de Barros.

Em meados do século XIX, a relação entre Estado e Igreja não deixava de sofrer severas críticas, advindas, sobretudo, de uma racionalidade iluminista. Como afirmado anteriormente, em Varnhagen, a relação do Estado com a Igreja possui limites e aproximações:

Dirão que havia chegado, na Terra de Santa Cruz, ao auge a corrupção, o roubo e o escandalo. Cremo-lo: mas também cremos em Deus, e em que vencido o inimigo, houvera tudo remediado com o poder da lei, um coração robusto, que a soubesse fazer cumprir. A existencia de Lycurgo podéra ser um mytho: fabula não é. A observancia da religião e o poder das boas leis podem melhorar os homens e as gerações; e são effectivamente quem os melhora para Deus e a sociedade.²³⁶

Citando a figura de Licurgo, legislador que fundamentaria os aspectos religiosos da legislação espartana, o historiador brasileiro entende que o fundamento legal de uma sociedade deve possuir relação com a religião. Para o caso brasileiro, trata-se do Cristianismo católico, elemento promovedor de transformação civilizatória.

²³⁶ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História geral do Brazil antes da sua separação e independência de Portugal**. 2. ed. aum. e melh. Rio de Janeiro: E. & H. Laemmert, 1877, t.1, p.465.

Entretanto, a soberania do Estado não poderia se deixar ser sobreposta pela influência da Igreja ou por suas ordens. Sob essa lógica, por exemplo, o historiador oitocentista compreende a expulsão da Companhia de Jesus como uma ruptura necessária ao desenvolvimento nacional, como foi abordado no capítulo anterior. Portanto, a própria Igreja, um dos alicerces da construção nacional varnhageriana, não esteve imune a uma ideia empregada de progresso. Nesse sentido, as referências que chegam, por meio da obra de André de Barros, estão conjugadas a uma nova relação que se esboça entre escrita e tempo, a partir da qual se funda um projeto de Nação. Com essas considerações é que então poderemos estabelecer as relações circunscritas na fabricação de Vieira na *História Geral do Brazil*.

Compreender a obra de Barros como uma biografia é insuficiente se não a considerarmos enquanto uma escrita que possuía as produções hagiográficas católicas como uma importante referência. A escrita sobre os santos, homens de dignidade que compunham a história da Igreja, é uma prática institucionalizada pela Igreja Católica que remonta o século II d.C. – “provém do culto dos mártires que, durante algum tempo, foram os únicos santos venerados pelos cristãos e conservaram no seio da Igreja um considerável prestígio”²³⁷. A escrita sobre a heroicidade e o martírio de um religioso servia como instrumento pedagógico – sua vida era exemplar, modelo de uma moralidade.

Na hagiografia de André de Barros, no entanto, é necessário atentar para questões específicas. Em língua portuguesa, a primeira hagiografia foi produzida em 1513 por D. Manuel, momento em que foram publicados a *Vita Sancti Brandani Abbatis*²³⁸ e a *Vita Sanctae Seniorinae Virginis*²³⁹, por exemplo. Destacou-se então a

²³⁷ VAUCHEZ, André. O Santo. In: LE GOFF, Jacques (dir.). **O homem medieval**. Lisboa: Presença, 1989, p. 212.

²³⁸ Trata-se da hagiografia do monge irlandês São Brandão (484-577), a *Vita Sancti Brendani* foi uma hagiografia escrita em diversas línguas. A cópia mais antiga teria sido escrita em latim eclesiástico por volta do século X. Foi um dos escritos mais copiados da alta Idade Média. A hagiografia conta a viagem de São Brandão que, acompanhado por um numeroso grupo de monges, sai da sua abadia de Shanakeel, costa ocidental da Irlanda, em trajeto que tem como destino a Ilha das Delícias. A escrita hagiográfica recorre à ideia medieval de peregrinação. ASFORA, Wanessa. A ideia da peregrinatio na Navigatio Sancti Brendani Abbatis. **Brathair**, Rio de Janeiro, v. 1, p. 3-17, 2003, p. 6-8.

²³⁹ A *Vita Sanctae Seniorinae Virginis* é uma escrita em latim datada do século XVII que narra a vida da Santa Senhorinha de Basto. Em língua portuguesa arcaica, a hagiografia recebeu o nome de *Vida e Milagres de Santa Senhorinha*. OLIVEIRA, Heverton Rodrigues de. **Santidade, peregrinação e milagres no Ocidente Peninsular**: a hagiografia de Santa Senhorinha de Basto (século XII). 2016. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016, p. 15.

*Flos Sanctorum*²⁴⁰, a coleção foi reeditada posteriormente diversas vezes, também datada do início do século XVI. Diferente de tal hagiografia, escrita patrocinada pela Coroa e Igreja, a biografia não possui relação necessária com uma narrativa religiosa anterior. O papel do indivíduo na narrativa submete-se à providência divina, em uma assimetria fundamental da interlocução, cujas lacunas da factualidade estão no âmbito do inefável²⁴¹. Em uma hagiografia, o ser narrado é submetido ao *logos* divino. Para ele e por ele todos os fatos guardam relação entre si.

Segundo Reinhart Koselleck, a *historia magistra vitae*, *topos* ciceroniano difundido no Ocidente por cerca de dois mil anos, tornava a história humana instrumento apropriado para “comprovar doutrinas morais, teológicas, jurídicas ou políticas”²⁴². O percurso histórico dos notáveis homens seria então capaz de atribuir o sentido de imortalidade à história, servindo de instrução para a vida. De acordo com François Hartog, o regime de historicidade antigo, seguindo o modelo de retórica amplamente associado a Cícero, tornava a opção pela narração de vida um forte instrumento pedagógico²⁴³. Surgida no contexto helenístico, a *historia magistra vitae* foi apropriada pelo cristianismo católico nas escritas hagiográficas, nas quais o martírio dos santos e sua devoção à fé cristã são exemplares, oferecendo caminhos para uma vida ideal. Para a formalização de sua escrita, foram desenvolvidos técnicas textuais e procedimentos que passavam pelo crivo da Igreja.

São com essas observações que devemos atentar para a relação de Varnhagen com André de Barros, costurada entre formas de se conceber o tempo

²⁴⁰ Foi uma coleção hagiográfica da vida de santos, importante para a iconografia da Arte cristã. A versão em português recebeu um acréscimo textual, como aponta Cristina Sobral: “Dos dezessete textos acrescentados pelo tradutor português do *Flos Sanctorum* de 1513, só dois mereceram verbete próprio, Iria e Gonçalo, apesar de outros serem igualmente sobre santos portugueses (como Veríssimo, Máxima e Júlia, ou Goldofre, por exemplo) e de outros ainda conterem informação exclusivamente portuguesa, como S. António”. SOBRAL, Cristina. Hagiografia em Portugal: Balanço e Perspectivas. **Revista Medievalista**, Lisboa, v. 3, n. 3, p. 1-18, 2007, p. 3

²⁴¹ Segundo Eni Pulcinelli Orlandi, a continuidade do discurso depende da reversibilidade entre os locutores. Em um discurso autoritário, a reversibilidade tende a zero, a monossomia. No discurso religioso, há uma assimetria fundamental, já que os homens não podem ocupar o lugar de Deus, o Locutor. Daí há a ilusão de reversibilidade, já que a palavra Divina pode ser representada, não em sua totalidade, pelo padre, por uma pessoa ou instituição legitimada. Nesse sentido, o que foge a compreensão dos homens está no âmbito do inefável, lugar obscurecido a capacidade da racionalidade humanidade. ORLANDI, Eni Pulcinelli. O discurso religioso. In: ORLANDI, Eni Pulcinelli. **A linguagem e seu funcionamento**: as formas do discurso. 2. ed. rev. e ampl. Campinas: Pontes, 1987. p. 239-262.

²⁴² KOSELLECK, Reinhart. História Magistra Vitae: sobre a dissolução do topos na história moderna em movimento. In: KOSELLECK, R. **Futuro Passado**. Rio de Janeiro: Ed. PUC Rio: Contratempo, 2006, p. 45.

²⁴³ HARTOG, François. Tempos do mundo, história, escrita da história. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado (org.). **Estudos sobre a escrita da história**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006, p. 16.

diferentes. Os elementos que compõe o universo religioso e místico presentes nos discursos de Barros são apropriados por Varnhagen em um movimento de adaptação para os seus propósitos identitários. Considerando tais condições históricas é que daremos prosseguimento a análise do personagem luso-brasileiro.

3.2 - O gigante luso-brasileiro

A hagiografia de Barros surge em um contexto de transição e tensionamentos sociais, escrita comprometida com um determinado projeto político. D. João V, por meio do Decreto de 8 de dezembro de 1720, criou a Academia Real da História Portuguesa, iniciativa que esteve em consonância com a criação de Academias Régias no restante da Europa. O objetivo manifesto da instituição era o de escrever a história de Portugal e de suas conquistas, como expresso no próprio decreto oficial de 1720²⁴⁴. A instituição era composta por 50 sócios, dentre os quais, 40 eram da Academia de Anônimos e das Conferências Discretas e os outros 10, escolhidos diretamente pelo Rei, representantes das elites ou da Igreja.

No decreto evidencia-se a preocupação da coroa em construir uma narrativa dos reinos portugueses. A preocupação em resguardar os arquivos e perpetuar a memória das conquistas é evidente, mas a sua relação com a história eclesiástica não deve ser entendida como secundária. No arcabouço desse constructo, a gênese do glorioso império português passava necessariamente pelo seu vínculo com o cristianismo católico. Ao inferirmos isso, não estamos tão somente pensando a relação como fruto de uma jogada da Coroa em busca de legitimidade política em uma Europa, onde o reconhecimento da Igreja Católica ainda era fundamental. É certo que as referências culturais letradas existentes até o século XVIII eram em sua maioria escritas por religiosos, mas a preocupação em aproximar seculares e eclesiásticos em uma instituição era parte de uma articulação necessária para o projeto político da Coroa.

Por meio dos sucessivos decretos e alvarás²⁴⁵, as funções desempenhadas pela instituição se expandiram ano após ano. Com o decreto de 14 de agosto de 1721,

²⁴⁴ O documento é intitulado de *Decreto porque Elrei N. Senhor D. João V foi servido instituir a Academia Real da História Portuguesa*.

²⁴⁵ As informações sobre os estatutos e decretos foram acessados por meio do seguinte documento: **Coleção dos documentos, estatutos e memórias da Academia Real da História Portuguesa, que**

cabia-lhe decidir sobre as medidas necessárias à conservação dos monumentos, assim como regular a demolição de estátuas e monumentos. Já o Decreto de 29 de Abril de 1722²⁴⁶ outorgou a licença à Academia para a impressão de todas as obras acadêmicas, as quais também deveriam ser examinadas por quatro dos seus censores. Graças aos decretos de 1724 e 1725 e ao suporte financeiro recebido, por sua vez, a instituição esteve munida dos recursos necessários para confecção de seus livros, contando com mão de obra específica. Assim, foi lançado em 1727 o primeiro volume da *História da Academia*²⁴⁷, com autoria de Manoel Telles da Silva²⁴⁸, que escreveu sobre a criação da instituição, ressaltando sua importância para a preservação da história de Portugal e o reconhecimento de sua glória.

A escrita de Telles da Silva²⁴⁹ inaugurou as bases das escritas que apareceriam em seguida. Os estudos históricos e as biografias que viriam a ser produzidos deveriam compor parte de uma narrativa maior. As histórias dos notáveis portugueses não recairiam sobre a trama do indivíduo como protagonista absoluto. A notabilidade e genialidade saudadas nas produções biográficas estavam subordinadas a um grande enredo: deveriam ser homens que serviram a um propósito que excedesse os seus interesses particulares. Os percursos dos grandes homens portugueses estiveram amparados nas contribuições de cada um para formação soberana e religiosa da monarquia portuguesa.

Se a institucionalização científica da história por meio da Academia Real da História Portuguesa nos permite pensar uma busca por legitimidade de escrita, é possível concluir que nesse aspecto as escritas historiográficas promovidas pela instituição já indicam uma certa aproximação com uma epistemologia moderna. É possível perceber que no século XVIII havia uma certa transição na forma como se

neste ano de 1721, se compuseram e se imprimiram por ordem dos seus censores, dedicada a el rei nosso senhor, seu augustíssimo protetor e ordenada pelo conde de Villamayor, secretário da mesma academia. Lisboa Ocidental, na oficina de Pascoal da Sylva, Impresso de S. Majestade real. MDCCXXI. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/72>. Acesso: 15 dez. 2017.

²⁴⁶ COLEÇÃO dos documentos, estatutos e memórias da Academia Real da História Portuguesa. **História da historiografia**, Ouro Preto, n. 3, p. 216-235, set. 2009, p. 218.

²⁴⁷ MARQUES, Ana Luísa dos Santos. **Arte, ciência e história no Livro português do século XVIII**. 2014, 505 f. Tese (Doutorado em Belas Artes) -- Faculdade de Belas-Artes, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2014, p. 186.

²⁴⁸ Segundo Ana Luísa da Silva Marques, o texto também foi escrito por Marquês do Alegrete, José da Cunha Brochado, Marquês de Abrantes, Padre Manuel Caetano de Sousa. *Idem*.

²⁴⁹ SILVA, Manoel Telles da. **História da Academia Real da História Portuguesa**. Lisboa: Officina de Joseph Antonio Sylva, 1727. s/p.

concebia a disciplina e sua relação com a fomentação de identidades sociais. A História já ensaiava seu uso como instrumento de produção de identidades e articulação entre grupos sociais.

Nesse sentido, a Academia Real da História Portuguesa foi uma tentativa do rei e de sua corte de consolidação da identidade, projeto em que se pretendia formar as bases para uma didática da história e geografia portuguesas, exemplo de como a Coroa dependia das instituições para sua consolidação. Para tanto, D. João V pretendia fazer de Lisboa não só uma capital do poder régio, mas um centro de produção e difusão cultural. Segundo Iris Kantor, o projeto encetado pelo então rei “acompanhou-se portanto duma centralização cultural, onde a solidez da rede acadêmica e o mecenato régio, sobretudo com a Academia Real da História Portuguesa, vão a par com uma migração dos homens de talento para a capital.”²⁵⁰

A relação imbricada entre Estado e instituições indica um complexo fluxo de jogos e negociações políticas. Nesse sentido, D. João V não só criou uma instituição, cujo objetivo era construir uma cultura comum, mas propiciou a integração e a socialização das elites dirigentes leigas e eclesiásticas²⁵¹, ponte para uma possível consolidação do Estado, apontando uma direção para uma pretensa uniformização da *Pátria*, na qual a escrita de sua história era fundamental.

A escrita da história deveria não só reconhecer a glória lusitana mas também ressaltar a sua grandiosidade perante seus vizinhos, enaltecer Portugal no cenário geopolítico europeu. Para tal empreendimento, fez-se uso de elementos culturais já bem difundidos na sociedade portuguesa²⁵². A ideia que se projetava de Portugal esteve alicerçada no mito do universalismo ultramarino, fundado em uma concepção profética de império, tipificada nas escritas de Fernão de Oliveira, João de Barros, Camões e

²⁵⁰ MOTA, Isabel Ferreira da. **A Academia Real da História**: os intelectuais, o poder cultural e o poder monárquico no século XVIII. Coimbra: Minerva, 2003, p. 197.

²⁵¹ KANTOR, Iris. **Esquecidos e Renascidos**: historiografia acadêmica luso-americana (1724-1759). São Paulo: Hucitec, 2004, p. 30.

²⁵² A gênese da nacionalidade portuguesa é constantemente relacionada ao papel de D. Afonso Henriques, o príncipe que foi reconhecido oficialmente como primeiro rei português e, por suas façanhas, recebeu o título de Conquistador ou Fundador. Somado a isso, foi construído sobre a *Batalha de Ourique* um marco histórico, que versa sobre o aparecimento de Jesus em sonho a Afonso Henriques, um dia antes da batalha, prometendo a Portugal um futuro glorioso e afirmando que o surgimento daquele reino só poderia ser explicado por razões estritamente religiosas. PIMENTEL, Manuel Cândido. O Mito de Portugal nas suas raízes culturais. In: LAGES, Mário; MATOS, Artur (coord.). **Portugal**: percursos de Interculturalidade. Lisboa: Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, 2008. v. 3, p. 7-50. p. 11.

Antônio Vieira, nas quais é nítida a ideia de Portugal enquanto grande desbravador dos mares, pioneiro do novo mundo ou grande império universal.

A institucionalização da história no século XVIII era sintomática de uma abertura para a sociedade secular. No entanto, o projeto de uma escrita sobre a pátria portuguesa não está circunscrito completamente em uma operação moderna. Nesse aspecto, é importante considerar que inexiste na obra de Barros uma relação de tempo fundada na ideia de progresso.

É evidente que o que está em voga é a construção dos reinos portugueses, ou como expresso em algumas dessas obras, a história da *Pátria*. Embora parte da historiografia portuguesa sustente a tese de que no século XVII e XVIII a identidade nacional já abraçava todo o seu território, sabemos que a identidade portuguesa apenas indiciava discursos setoriais, não permitindo globalizações válidas para toda a sociedade²⁵³. Nem todos os portugueses conheciam o mapa territorial de Portugal, assim como a Coroa não dispunha de recursos para a difusão de sua didática. A identidade portuguesa ainda era incipiente, talvez seja pertinente referir-se a ela, tal como proposto por Hobsbawm, como fenômeno de uma protonacionalidade²⁵⁴. O próprio termo nação era dúbio, pois poderia relacionar-se a uma ideia de comunidade portuguesa global ou às localidades de nascimento, comunidades indígenas ou redes de parentesco, construção ainda proveniente da noção de *natio-onis*²⁵⁵.

O termo mais usual para definir toda a comunidade portuguesa era *Pátria*, utilizado no discurso manifestado pela Coroa e por algumas instituições portuguesas. Embora tais discursos reivindicassem uma identidade que cobrisse toda a extensão

²⁵³ CABRAL, Manuel Villaverde. A identidade nacional portuguesa: conteúdo e relevância. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 46, n. 3, p.513-533, 2003, p. 522.

²⁵⁴ HOBBSAWM, Eric J. **Nações e nacionalismo**: desde 1780. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

²⁵⁵ Queremos alertar o leitor para a distinção entre o conceito moderno de nação, vigente a partir do século XIX, e a concepção de *natio-onis*, comum aos séculos XVI e XVII, para que se evitem possíveis leituras anacrônicas. Robert Lenoble esgarça o conceito de *natio-onis*, entendendo que sua matriz conceitual está estreitamente ligada à noção de natureza. Para tanto, o historiador investiga a origem etimológica de *natio-onis* e percebe que ela deriva da palavra latina *natura*, que, por sua vez, se liga à raiz *nasci* (nascer). Queremos dizer com isso que o termo *natio-onis* designou uma identidade forjada em uma experiência direta com o local de nascimento, pois nele se desenvolveu toda uma rede de parentescos e linhagens familiares, explicação vitalista para um conjunto de existências que são compreendidas como “naturais”. Com base nisso, passamos a entender a ideia pré-moderna de nação como referência a uma rede de parentescos, responsável por criar uma identificação com o local de nascimento. A diversidade étnica e o pouco controle político nem sempre permitiram a construção de uma identidade que abarcasse toda a extensão territorial que uma monarquia nacional tinha a seu dispor, ou seja, em uma zona territorial demarcada por uma Coroa poderia haver diversas nacionalidades. LENOBLE, Robert. **História da ideia de natureza**. Lisboa: Edições 70, 2002, p. 193.

territorial, na prática essa premissa não se confirmou; por mais apaixonada que fosse a noção de pátria, teremos de considerá-la uma manifestação setorizada, expressão de grupos próximos à Coroa – “os discursos seiscentistas sobre a identidade portuguesa apenas indiciem imaginários sectoriais, não permitindo globalizações válidas para toda a sociedade”²⁵⁶.

No século XIX, couberam às instituições promovedoras das nacionalidades modernas falar em nome do passado e construir os mitos fundadores e uma memória virtual. Se a institucionalização científica da história por meio da Academia Real da História Portuguesa nos permite pensar em uma busca pela legitimidade da ciência, é possível concluir que nesse aspecto as escritas historiográficas promovidas pela Instituição já indicam uma certa aproximação com a modernidade. Com isso, no século XVIII havia uma certa transição na forma como se concebia a disciplina e sua relação com a fomentação de identidades sociais. A disciplina História ensaiava seu uso como instrumento de produção de identidades e articulação entre grupos sociais.

Ainda que a institucionalização e abertura da escrita histórica por instituições seculares indiquem uma proximidade da disciplina História com a modernidade, isso não se pode afirmar quanto à relação entre narrativa e temporalidade. Desse modo, é impossível pensar um conceito de progresso na hagiografia de João de Barros, já que não existe relação de superioridade entre futuro e passado, mas somente a ideia de que a reverência ao passado conduz conhecimento. Se a eternidade está em todos os tempos, seria impossível enxergar no tempo uma sobreposição de estágios evolutivos.

A ideia substancialista que fundamenta a noção de tempo na narrativa de Varnhagen não é a do tempo eterno. O devir ao qual está submetido Vieira é de uma racionalidade moderna, da qual o progresso surge como força motriz. Os sucessivos estágios do avanço civilizatório brasileiro, que pressupõem uma gênese, deflagram a condição de superação do passado. No entanto, o mesmo passado adquire a referência de valor originário, capaz de indicar os sentidos e os rumos da moderna história brasileira. Enquanto Barros vislumbra o passado português como uma forma acabada e pronta de entidade política e religiosa, a reverência que Varnhagen faz a Portugal é de

²⁵⁶ SILVA, Ana Cristina Nogueira da; HESPANHA, António Manuel *apud* CABRAL, Manuel Villaverde. A identidade nacional portuguesa: conteúdo e relevância. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 46, n. 3 p.513-533, 2003, p. 522.

outra ordem de sentido. O historiador brasileiro projeta a experiência portuguesa nos trópicos como um ponto de partida, o que pressupõe um processo evolutivo, no qual a soberania brasileira, adquirida com a independência de 1822, é uma forma superior de organicidade histórica.

É fundamental notarmos que a hagiografia é produzida treze anos antes da expulsão dos jesuítas em Portugal. Neste contexto, a obra de Barros já representa os últimos esforços para legitimar a presença dos jesuítas no cenário político português, uma vez que a influência da Ordem já vinha sendo enfraquecida desde o começo do século XVIII²⁵⁷. Afinal, a Companhia de Jesus encontrou na história “um eficiente meio de defender-se dos ataques dos seus adversários. Travam-se, nos domínios da história, verdadeiras batalhas sobre o passado. Batalhas em que o que está em jogo é o domínio do passado, ou melhor, o poder de imprimir uma visão do passado no presente”²⁵⁸. A figura do célebre jesuíta, escritor de uma extensa escrita, parecia uma oportunidade única para prestigiar a presença da Companhia em terras lusitanas.

A hagiografia escrita por Barros representava o intercruzamento da história de Portugal e da história eclesiástica lusitana, aproximação responsável por formar as bases de uma explicação substancialista de Portugal enquanto Império universal. Tão importante quanto isso, a figura religiosa do padre também serviu como ponto de apoio para criar a legitimidade entre a sua instituição e uma ainda incipiente nacionalidade, a Companhia de Jesus. No Brasil, a operação é feita mediante arranjo discursivo, atende a interesses distintos e, portanto, um outro Vieira surge. Todavia, é inegável a importância da obra de Barros para os estudos que vieram posteriormente. Uma das razões se deve ao fato de que, com a biografia, a imagem de Vieira se esvazia do julgo heterodoxo cristalizado durante os episódios do jesuíta seiscentista junto à inquisição.

Por isso, em meio a uma série de suspeitas, não nos parece estranha a escolha do renomado escritor jesuíta, responsável por um conjunto monumental de

²⁵⁷ Podemos afirmar que a obra respondia parte das críticas existente nas elites seculares quanto à presença dos inicianos nos assuntos políticos. Para tais, o atraso português devia-se à presença destrutiva da ordem nos assuntos públicos. A argumentação era a de que os inicianos impediam o desenvolvimento político, financeiro e científico português. Surgia então o mito do complô jesuítico, no qual os membros da Companhia passaram a ser vistos a partir de uma doutrina e uma prática de índole autocrática, setorista, ultramontana e, sobretudo, antinacional. FRANCO, José Eduardo; REIS, Bruno Cardoso. **Vieira na literatura anti-jesuítica**. Lisboa: Roma Editora: Fundação Maria Manuela e Vasco de Albuquerque d'Orey, 1997, p. 25

²⁵⁸ OLIVEIRA, Paulo Rogério Melo de. Um estilo jesuítico de escrita da história: notas sobre estilo e história na historiografia jesuítica. **História da historiografia**, Ouro Preto, n. 7, p. 266-278, nov./dez. 2011, p. 269.

obras, do qual grande parte faz alusão elogiosa ao “glorioso” reino português. Contudo, a Academia Real da História Portuguesa precisava de uma série de instituições que autorizasse e atribuísse credibilidade à biografia.

Na obra, a dedicatória ao rei D. João V foi procedida por outros documentos, formando uma longa apresentação. A licença do padre Ignacio da Sylveira, jesuíta provincial de Portugal, maior autoridade da Companhia em terras portuguesas, inicia a série de documentos. Em seguida, apresentam-se os pareceres do Santo Ofício, sobretudo, aqueles iniciados pela avaliação de D. João Evangelista, renomado cônego regular e consultor do Santo Ofício. Acreditamos na força das licenças do Santo Ofício, que evocavam credibilidade por si só e expressavam o reconhecimento de um jesuíta que, no século passado, fora condenado e proibido de fazer pregações²⁵⁹.

Mesmo que junto à Santa Sé, Vieira tenha conseguido revogar sua pena²⁶⁰, sua imagem ficou maculada em terras portuguesas. Por isso, a autorização do Santo Ofício, ainda que feita mais de cinquenta anos após a morte do padre, deveria servir para pôr fim às suspeitas heréticas de outrora, mesmo que arestas continuassem soltas²⁶¹.

²⁵⁹ É importante recordar o imbróglia inquisitorial em que Vieira esteve envolvido. Em meio às tensões que vivenciou nas missões do Maranhão, o jesuíta recebeu a notícia do falecimento de D. João IV, o que abalou mais ainda as suas expectativas, pois o processo de restauração política portuguesa estava ameaçado. Em 1659, em uma carta escrita ao Padre André Fernandes, intitulada “Esperanças de Portugal”, Vieira profetizou a ressurreição do Rei D. João IV. No texto, o autor sustenta sua argumentação com base no mito da aparição de Cristo a Afonso Henriques, citando explicitamente o profeta Bandarra. O retorno de Vieira a Portugal só ocorreu no ano de 1661 em uma condição bem hostil, quando fora expulso pelos colonos do Maranhão junto com os demais jesuítas. Ao regressar às terras lusas, D. Luísa de Gusmão (viúva de D. João IV) já havia ocupado a regência da coroa, tempo em que deveria permanecer até a maioridade do seu filho. Nesse momento-chave, Vieira reconquistou o seu prestígio, tornando-se confessor da rainha, e voltou a articular-se politicamente, dando continuidade ao projeto iniciado pelo antigo rei, o que não durou muito tempo. Em 1662, D. Afonso VI antecipou seu reinado, aplicando um golpe, apoiado por alguns condes da corte, e afastou definitivamente sua mãe dos assuntos públicos. O então novo rei não concedeu apoio a Vieira, que se viu desprotegido e suscetível aos ataques inquisitoriais dos dominicanos. No mesmo ano, o padre, tal como alguns membros da corte que estiveram próximos à rainha, foi exilado e enviado à cidade do Porto, sendo transferido no ano seguinte para Coimbra, onde ficou recluso em cárcere domiciliar. Em junho de 1663, o Tribunal convocou Vieira a prestar esclarecimentos sobre a carta, “Esperanças de Portugal”, sendo declarado réu em outubro, acusado de heresia. Entre os anos de 1666 e 1667, escreve a “Defesa Perante o Tribunal do Santo Ofício”. Em 1667, D. Afonso cede a regência a D. Pedro. Em dezembro do mesmo ano, o Tribunal sentenciou Vieira à pena de reclusão em uma casa da Companhia, censurou suas pregações públicas, proibindo-o de tratar dos temas abordados em seus textos de defesa e, por fim, também estabeleceu que o pagamento integral das custas do processo seria do padre.

²⁶⁰ No ano de 1668, D. Afonso cede a regência a D. Pedro, de quem Vieira foi confessor quando era criança. Devido à situação política favorável, o jesuíta, por sua influência perante a Coroa, consegue a revogação das penalidades imputadas a ele anteriormente.

²⁶¹ Assim trata Michel de Certeau sobre a censura nas produções hagiográficas: “Sempre apoiada em regras que caracterizam um estatuto da sociedade eclesiástica, a censura clerical extrai da massa da literatura hagiográfica uma parte “conforme” a norma do saber: esta parte será canônica e canonizável”. O resto, que é o principal, é julgado severamente, mas tolerado por causa de sua utilidade para o povo”.

Na apresentação, seguem aos pareceres, a autorização do ordinário D. J. Arcebispo, elevado cargo na estrutura hierárquica dos religiosos regulares; a avaliação de um representante designado pelo Paço, D. Joseph Barboza; além das licenças de Pereira Costa e Vaz de Carvalho. Essas licenças e autorizações investiam sobre a figura do padre uma credibilidade antes não existente.

O Antônio Vieira ilustrado é o amálgama de uma expoente genialidade letrada junto a bravura heroica, sempre fiel à Companhia e mais ainda à Pátria. Barros constrói uma figura histórica, da qual os portugueses devem sentir orgulho e, para tal, tenta fazer justiça, reparando a memória do religioso para posteridade. Portanto, a obra não só tem por finalidade homenagear um personagem mas também a de colocá-lo em um panteão de heróis, que está se formulando a partir da concepção de Portugal enquanto Nação.

É então que o biógrafo jesuíta atribui efeito de imortalidade a Antônio Vieira que, por não caber no mundo, eleva-se a uma condição de grandeza:

Morrem finalmente os heróis, e com sentimentos universais falecem aquelas vidas, que mereciam ser imortais. Foram iguais aos outros homens no nascer, e parece o não deviam ser no acabar, mas sobem a região melhor almas tão grandes; tão coroadas de fama e de honra, que por não caberem já no Mundo, as leva a mais estendidos espaços a sua mesma grandeza.²⁶²

O morto torna-se belo, o lastro de sua ausência assim o torna. Contudo, seria possível afirmar que, como uma estátua, Vieira se tornaria um objeto imóvel no tempo? O autor dos aclamados *Sermões* agora habita o mundo, cujo deus é o mesmo que Schreber venerava? Criaturas que mortas já não podem bifurcar caminhos? É certo que a lápide que se construiu ganhou contornos que em 1689 não possuía. Para Barros, Vieira renasce para morrer novamente – morrer com a justiça que lhe era devida, ao passo que isso também representa o interesse em preservá-lo, torná-lo resistente ao tempo.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. 2. ed. Tradução: Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 200. p. 272.

²⁶² BARROS, André de. Notícia previa. In: BARROS, André de. **Vida do apostólico padre Antonio Vieyra da Companhia de Jesus**. Lisboa: Nova Officina Sylviana, 1746. p. 489

A hagiografia de Barros permitiu a reativação da figura de Vieira nos círculos de leitura e produção intelectual. É então que André de Barros tece a imagem de “Fênix português”:

Achamos notícia de haver um livro com título: Dies memorabiles Patris Antonil Vieyra. Se na verdade o houve entre seus papeis, um raro tesouro, com que depois de sepultado renasceria muito mais glorioso nessa História o nosso Fênix português.²⁶³

Se a referência à figura da Fênix²⁶⁴ serviu-lhe para ilustrar a capacidade regenerativa de Vieira ao longo do tempo, não nos cabe avaliar o quão “glorioso” é Vieira nesse renascimento. Barros esteve certo sobre o renascimento do padre, mas não seria a única estátua esculpida. A hagiografia escrita por André de Barros, além de reinstaurar a figura de Vieira no mito do império português, criou o personagem histórico que se desdobrou em outras tantas biografias e literaturas, das quais sempre podemos inferir um novo processo de fabricação.

A questão talvez fique mais evidente ao percebermos que, mesmo após o sucesso do despotismo esclarecido português, materializado com o conjunto de transformações iniciado pelo marquês de Pombal em 1759²⁶⁵, a escrita de Barros continuou sendo difundida. A imagem de Vieira sofreria o pesado ataque da literatura antijesuítica, crítica à problemática filiação institucional do padre. Ao resgatar Vieira, André de Barros não só abriu portas para o antijesuitismo mas também reforçou a contribuição do padre para a tradição do mito do império português. Por essa via de mão dupla, a imagem do padre transitou em uma ambivalente relação de admiração e fobia. Barros talvez não previsse que, ao escrever sobre o gigante e aclamado jesuíta do

²⁶³ *Ibidem*, s/p.

²⁶⁴ Nota-se o uso do termo na coletânea de Matias Pereira da Silva, intitulada de *Fênix Renascida*, publicada em 1716 e 1728, obra que reúne poesias de autores portugueses. Não sabemos até que ponto a metáfora de Barros possui relação com a obra, mas é viável pensar a imagem como analogia de uma certa ideia de imortalidade conferida a pessoas notáveis.

²⁶⁵ Cerca de uma década após a publicação do livro, em um período em que a intervenção jesuítica já fora apartada do Estado e o antijesuitismo paulatinamente ganhava força, surgiu a política pombalina. Sebastião José de Carvalho e Melo, marquês de Pombal, secretário do Estado do Reino, é reconhecido por implementar um conjunto de reformas que definia uma nova estrutura política lusitana. Assim Pombal, como os demais defensores do despotismo esclarecido, defendia o discurso de que as novas transformações foram responsáveis por modernizar a máquina estatal portuguesa sob a premissa de uma política ilustrada, capaz de renovar o ensino, fortalecer a indústria e economia portuguesas já desgastadas pela antiga intervenção jesuítica. O novo regime, implementado pelo então secretário do Estado, instituiu uma racionalidade histórica fundada no argumento de que o desenvolvimento político e científico era incompatível com as intervenções religiosas. Cf. FALCON, Francisco José Calazans. **A Época Pombalina** (Política Econômica e Monarquia Ilustrada). São Paulo: Ática, 1982.

século XVII, estaria permitindo surgir escritas contrárias à sua, questão que será abordada em nosso próximo tópico.

É certo que a escrita barrosiana continuou a produzir efeitos. A Academia Real da História Portuguesa encerrou suas atividades em 1776, sendo substituída quatro anos mais tarde pela Academia Real de Ciências de Lisboa. A hagiografia de Barros se reinscreveu em uma nova racionalidade histórica, filiando-se a novas instituições, somando-se a um novo conjunto de práticas que reconfigurou o seu sentido primeiro. Falecido oito anos após a publicação de sua obra, o jesuíta não chegou a ver como a figura de Vieira ganhou contornos e faces distintos. Mesmo nas mais distantes ranhuras desse palimpsesto, o rastro do gigante e do “fénix português” permaneceu, como em um efeito cascata, sempre em movimento.

No processo de construção da narrativa nacional brasileira, promovido pelo IHGB em articulação com o Estado, a figura do padre jesuíta foi incorporada dentro de uma operação peculiar. O aclamado autor dos *Sermões*, ao mesmo tempo em que evocava o seu prestígio, já tão difundido pela Europa, não deixava de suscitar os receios que sua filiação institucional poderia deflagrar. Qual Vieira interessava aos historiadores brasileiros?

O Vieira que chega a Varnhagen é o personagem já construído por André de Barros, elemento constitutivo de uma cultura de exaltação portuguesa. Nesse aspecto, o uso de Vieira na narrativa varnhageriana coadunava com ideia de um Brasil que deve à ação civilizatória portuguesa o motor propulsor de seu desenvolvimento, gênese de uma concepção de natureza nacional. A escrita de André de Barros criou Vieira enquanto referência, ao passo que estabeleceu o jesuíta em uma tradição e um imaginário coletivo favoráveis à idealização de gênio e herói. São essas referências que Varnhagen coloca como insumo produtivo em sua narrativa.

Nesse sentido, Vieira esteve enquadrado como um dos elementos de consolidação da colonização. O jesuíta integrou o plano português de civilização brasileira, um dos expoentes nesse processo. Podemos afirmar que a referência a Vieira esteve inscrita dentro da perspectiva que Varnhagen assumiu para constituir uma história, sua pretensão foi a de estabelecer a legitimidade nacional integrada a uma continuidade portuguesa. O padre, que fez iluminar a colônia diante da Europa, foi inserido na fabricação do mito da nacionalidade brasileira, construção de uma

transcendência que funde o Brasil a Portugal²⁶⁶. Nesse sentido, cabe lembrar a orientação historiográfica na qual os escritos promovidos pelo IHGB estavam circunscritos.

Em outros termos, somado ao fato de que a documentação vieiriana era significativamente vasta sobre os aspectos políticos e culturais da colônia, Vieira foi um português criado e educado em terras brasileiras, sua ascendência portuguesa foi importante para o historiador brasileiro que o pôde entender como peça fundamental dentro de uma narrativa que buscava legitimar a história nacional a partir da sua herança europeia. Curiosamente, a ascendência portuguesa de Vieira e seu amor ao Brasil, ao qual devia “obrigação a pátria”, em certos aspectos, possuem semelhança com a própria vida de Francisco Adolfo de Varnhagen, que experienciou um complexo processo de adoção de naturalidade.

Varnhagen vivenciou um dilema: estar distante de sua pátria e narrar sua história, ao mesmo tempo em que teve de brigar pelo reconhecimento de sua nacionalidade. Para o historiador Temístocles Cezar, entre os anos 1841 e 1842, um complexo e contraditório processo marcaria a adoção da nacionalidade brasileira. A questão ainda esteve relacionada à promoção hierárquica de Varnhagen no interior do exército português²⁶⁷. Por conta disso, o historiador e diplomata sofreria ironias e desconfianças acerca de sua lealdade à nação brasileira.

Transferido para o Brasil em 1809, Friedrich de Varnhagen recebeu a missão de dar início à siderurgia nacional na Real Fábrica de Ferro de São João de Ipanema, sediada na cidade de Sorocaba, onde Francisco Adolfo de Varnhagen viveu os sete primeiros anos de sua vida. No ano da independência do Brasil, Friedrich de Varnhagen viajaria à Europa com uma licença ilimitada para circular pelo continente, deixando o restante da família no Rio de Janeiro. Em outubro de 1823,

²⁶⁶ “Podemos entender que a tarefa de construir um passado comum requeria a inscrição da Nação num território reconhecido e recortado por limites bem conhecidos, não apenas porque se delimitava o espaço do outro, mas porque também se visava conjugar a relação dos grupos dispersos no território com um espaço e um centro em comum, buscando-se assim, constituir um sentido de afinidade mais amplo entre todos os que se julgava reunir num dado momento. A ideia mesma da identidade seria adensada pela atribuição da ideia de transcendência ao centro, a saber, pela construção de contiguidade idealizada deste com um outro centro e outro espaço muito afastado, a antiga Metrópole e a Europa Ocidental. Desse modo, a operação do centro em direção as suas partes deixariam de ser apenas representadas, para ser transubstanciada no espaço como um dos elementos da construção mitológica (...)”. PEIXOTO, Renato Amado. **Cartografias imaginárias**: estudos sobre a construção da história do espaço nacional brasileiro e a relação história e espaço. Natal: EDUFRN; Campina Grande: EDUEPB, 2011, p. 14.

²⁶⁷ CEZAR, Temístocles. Varnhagen em movimento: breve antologia de uma existência. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, p. 159-207, 2007, p. 168-169.

Varnhagen pai levaria os seus filhos para Portugal. Na Europa, Francisco Adolfo de Varnhagen iniciaria seus estudos e sua carreira e residiria a maior parte da sua vida. Em Lisboa, no ano de 1825, ingressaria no Real Colégio da Luz. Já em 1833, ingressaria no exército português²⁶⁸, quando esse lutava pela restauração portuguesa. A decisão, ainda que apontada pelo próprio Varnhagen como fanatismo da idade, permitiu que ele conquistasse notável promoção hierárquica.

Do seu ingresso no exército decorre um problema que perduraria por toda sua vida. Em 1840, Varnhagen partiu para o Brasil ao saber que tramitava uma lei que permitiria a repatriação de brasileiros que viviam no exterior, aproveitando a oportunidade para reforçar seus laços patrióticos. O propósito era o de reconquistar sua nacionalidade, condição ameaçada pela experiência militar portuguesa. Desse modo, arquitetou um plano: solicitaria uma improvável ascensão hierárquica ao seu superior militar, o que forçaria o seu desligamento do exército²⁶⁹. Não sabia Varnhagen que seu processo já tinha sido aprovado e, portanto, estava definida sua nacionalidade.

Brasileiro por decreto e historiador por ato oficial, Varnhagen foi nomeado, em 19 de maio de 1842, adido de primeira classe na legação brasileira em Portugal, feito conquistado em grande medida pela publicação de *Reflexões críticas sobre o escripto do seculo XVI*. Seria o início da sua jornada nos arquivos europeus. Em abril de 1851, embarcou para o Brasil em decorrência da convocação do ministro Paulino José Soares de Sousa, cujo intuito era o de recrutar um diplomata na condição de *expert* em história e geografia, conhecimentos necessários para as negociações a respeito dos

²⁶⁸ Assim escreve Temístocles Cezar sobre a questão: “No final de 1825, em Lisboa, Varnhagen ingressa no Real Colegio da Luz, onde durante sete anos obtém excelentes resultados em vários cursos, de acordo com seu próprio depoimento. Em 1832, ele estava, “se quisesse”, apto a engajar-se no Exército português, que lhe oferecia certas vantagens: “honras de cadete com vencimento quase igual ao de Alferes”. No entanto, ele “tinha só vistas de servir” no seu país, e se recusa a iniciar uma carreira em Portugal. Em julho de 1833, estando em férias, é surpreendido pela “restauração de Lisboa pelas armas do Immortal e Augusto Fundador do nosso Imperio” e “levado com muitos outros brasileiros pelo entusiasmo de uma lucta tão justa contra um tyranno usurpador em pró de uma princeza e umas instituições emanadas do nosso solo, julguei dever empunhar as armas”. A atitude quase irrefletida de Varnhagen é recompensada pelo governo português sem, faz questão de precisar, “preceder requerimento” de sua parte. Assim, em menos de três meses passa de “cadete alumno” a “Official de Artilharia”. Nesse posto, participa do “resto da campanha a favor da causa Constitucional”. A pressa com que Varnhagen tomou essa decisão revelou-se um grave erro: “achando-me assim, quase sem o pensar, engajado no serviço de um reino estranho, sem me haver lembrado de munir-me para isso da necessaria licença do nosso Governo, como manda a lei.” Tal esquecimento tornou-se o problema mais difícil a ser superado no processo para reconhecê-lo como brasileiro.” *Ibidem*, p. 166-167.

²⁶⁹ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Correspondência ativa**. Coligida e anotada por Clado Lessa. Rio de Janeiro: INL/ MEC, 1961. p. 101.

limites entre as repúblicas hispano-americanas e as Guianas europeias²⁷⁰. Embora historiador e diplomata de renome e destaque nacional, seu processo de reconhecimento de naturalidade geraria certas ironias, como a suscitada por José Inácio de Abreu e Lima, que considerava Varnhagen filho de alemão e de uma senhora que não era brasileira²⁷¹. Abreu e Lima lamentava ainda que a obra *História Geral do Brazil* tivesse sido escrita por um estrangeiro – “era doloroso ver, dizem os editores, que a História do Brasil tivesse se tornado uma especulação estrangeira”²⁷².

Em certa medida, é possível perceber certa similaridade com a imagem de Antônio Vieira, personagem também envolto por uma polêmica acerca de sua nacionalidade. É nesse sentido que Varnhagen, ao afirmar que o jesuíta fazia ressoar na Europa a obscura colônia, entende que o valor de um personagem histórico nacional não se limita ao seu local de nascimento. Condição análoga a dele que, enquanto historiador e diplomata, filho de pai estrangeiro, figura saudada na cultura portuguesa e que passara boa parte de sua vida longe de sua pátria, teve de provar ser um legítimo indivíduo brasileiro.

O Vieira que serve aos interesses e aos elogios de Varnhagen passa por essas projeções de valores. Se para alguns, Vieira não se enquadrava como um ilustre personagem nacional; para Varnhagen, o personagem possui grande relevância. Evidencia-se que o polêmico jesuíta, aquele que mesmo fazendo parte de uma instituição adversa às opiniões do historiador brasileiro, ocuparia um significativo espaço em sua escrita. O padre é um dos exemplos mais claros na articulação que Varnhagen faz do mito nacional brasileiro. Antônio Vieira para Varnhagen é um personagem histórico, nascido em Portugal, espacialidade que na escrita do historiador fundava os mitos da Nação, e indivíduo que com o Brasil possui seu dever de pátria. Nesse sentido, cabe afirmar que o personagem ilustrado por Varnhagen serviria a um

²⁷⁰ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Memoria sobre os trabalhos que se podem consultar nas negociações de limites do Império, com algumas lembranças para a demarcação destes**. BN/RJ: mss. 21 folhas 7, 4, 87.

²⁷¹ No texto em que refuta Abreu e Lima, Varnhagen afirma que sua mãe teria nascido em São Paulo, em contrapartida à afirmação de Abreu e Lima, na qual considerava Varnhagen “filho de alemão e de uma senhora que não era brasileira”. Cf. VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Réplica apologetica de um escriptor calumniado e juizo final de um plagiario diffamador que se intitula general**. Madrid: d. Dominguez, 1846, p. 5.

²⁷² LIMA, José Inácio de Abreu e. **Resposta ao Cônego Januário da Cunha Barbosa. Análise do primeiro juízo de Francisco Adolpho Varnhagen acerca do compêndio da História do Brazil**. Recife: Tipografia M Faria, 1844, p. 117.

projeto de escrita da Nação, sendo colocado como veículo de representação histórica nacional e transnacional.

3.3 – O antijesuitismo português e João Francisco Lisboa

O autor mais citado por João Francisco Lisboa em sua biografia sobre Vieira não é Varnhagen ou qualquer outro historiador que tenha escrito sobre o padre, mas André de Barros. Na maioria das passagens em que o escritor português é citado, uma relação de dicotomia é gerada. Lisboa faz questão de evidenciar o incômodo com o panegirista e também jesuíta.

A indignação de Lisboa dirige-se à argumentação de Barros ao narrar o retorno de Vieira ao Brasil, explicando-o por meio da vocação missionária do padre seiscentista. Entendemos que a crítica direcionada ao biógrafo jesuíta, recorrente em diversos momentos da obra de Lisboa, possua relação com uma matriz de produção narrativa tipificada como de denúncia histórica. A exemplo do que estamos afirmando, é importante notar que André de Barros é citado 34 vezes no texto biográfico. É preponderante o recurso da refutação ao texto proselitista do escrito setecentista, crítica que se desdobra em dois segmentos: (1) suposta imprecisão das informações fornecidas por Barros; (2) comentários de teor irônico quanto ao apologismo denunciado por Lisboa. Pela extensa quantidade de citações sobre o biógrafo jesuíta, optamos por selecionar o momento em que Lisboa sintetiza toda a sua indignação com Barros:

É difícil atinar com a verdade neste ponto, como em alguns outros da vida do nosso jesuíta; as suas obras são mudas a tal respeito, e André ele Barro jesuíta como ele, e antes panegirista que historiador, tendo de atender igualmente à glória do seu herói, e ao interesses da sua ordem, omite, falsifica, atenua, obscurece e enreda em palavras túrgidas e sibilinas todos os pontos espinhosos e delicados, como este.²⁷³

Em grande medida, o antagonismo gerado em relação a André de Barros pode ser explicado pela relação de João Francisco Lisboa com a literatura antijesuítica.

²⁷³ LISBOA, João Francisco. **Vida do Padre Antônio Vieira**. Clássicos Jackson. vol. XIX. Rio de Janeiro: W. M. Jackson Inc., 1964, p. 273.

O texto biográfico foi produzido durante a estadia de Lisboa em Portugal. Na ocasião, o historiador circulou pelos arquivos e estabeleceu contatos com escritores portugueses.

No ano de 1858, os números onze e doze do *Jornal de Timon* foram publicados em terras portuguesas. Afirmamos no capítulo anterior que a experiência em Portugal fez Lisboa redefinir sua prática historiográfica, tendo delimitado com maior precisão a temática da escravidão. Segundo Lisboa, a experiência com a historiografia portuguesa, assim como o contato com um conjunto de novas documentações, o transformou a ponto dele refutar ideias apresentadas antes de 1858²⁷⁴.

É certo que a influência da sua biografia alcançaria autores como Teófilo Braga²⁷⁵, um fiel entusiasta do historiador brasileiro, que anos mais tarde consideraria João Francisco Lisboa “o mais completo e consciencioso sobre o célebre pregador jesuíta”²⁷⁶. Teófilo Braga, no segundo centenário da morte do padre Antônio Vieira, evento realizado em 1897 assumiu uma nítida postura antijesuítica sobre o padre²⁷⁷. De

²⁷⁴ “Pois bem, é justamente acerca da ocasião e intensidade dos abusos e dos seus resultados, que as nossas idéas de então se acham boje consideravelmente modificadas. Um estudo mais aprofundado da materia, e o exame sobretudo dos documentos officiaes, isto é, da correspondencia havida entre os governos da metropole e das colonias, pela maior parte inedita e pouco conhecida, nos habilita hoje para proferirmos um novo julgamento, em que a condenação dos invasores é inevitavel”. LISBOA, João Francisco. Prospecto. In: **Obras de João Francisco Lisboa, natural do Maranhão**: precedidos de uma notícia biográfica pelo Dr. Antônio Henriques Leal. São Luís: Typographia de Belarmino Matos, 1865. v. 3, p. 465.

²⁷⁵ Teófilo Braga (1843-1924) foi um intelectual com formação acadêmica em Direito, que possuiu significativas produções historiográficas no século XIX. Entre os anos de 1872 e 1910, regeu a cadeira de Literaturas Modernas no Curso Superior de Letras, na cidade de Lisboa. Republicano convicto e militante, ficou conhecido pela identificação com o socialismo, além do fato de que se tornou um ávido defensor das ideias anticlericais. Em 1915, tornou-se Presidente da República. No campo intelectual, aproximou-se do positivismo, dentre suas obras destacam-se: *História das ideias republicanas em Portugal* (1880), *História da poesia popular portuguesa* (1902-1905), *Traços gerais da Filosofia Positivista* (1877), *Sistema de Sociologia* (1884), *História do Teatro Português* (1870-1871) e *História da Universidade de Coimbra* (1892-1902).

²⁷⁶ BRAGA, Teófilo *apud* VENTURA, Antônio. O movimento anticlerical português oitocentista perante Antônio Vieira. In: CONGRESSO INTERNACIONAL TERCEIRO CENTENÁRIO DA MORTE DO PADRE ANTÓNIO VIEIRA, Lisboa. *Actas* [...]. Braga: U.C.P.; P.P.C.J, 1999. v. 3, p. 1845-1855. (Memoriabilia Cristiana, 9).

²⁷⁷ Já no final do século XIX, essas duas dimensões tornam-se cada vez mais dicotômicas. À época do segundo centenário de morte de Antônio Vieira, realizado em 1897, o evento com pretensão comemorativa foi palco de intensos debates. É interessante notarmos como, nos momentos que o precederam, a figura de Vieira foi largamente discutida. Se por um lado o colunista da revista *Nação*, o jesuíta Zuzarte de Mendonça, e Fernando Pedroso dedicaram dois artigos, na mesma revista, a Vieira, quando fizeram apologia ao jesuíta por defender o seu nacionalismo e seu amor ao cristianismo; por outro lado, houve também a crítica realizada por Teófilo Braga, que associou Vieira à imagem de um oportunista político. Em meio a esse panorama de exaltação e crítica, a vida de Vieira tornou-se objeto de discussão e reflexão. O que estava em jogo era refletir sobre a pertinência de sua vida para a história nacional portuguesa. Se podemos notar um grupo de intelectuais preocupado em instituir uma ruptura com o passado clerical português; em contrapartida, enxergamos um projeto nacionalista fortemente alimentado pelo saudosismo eclesiástico. Por mais que o caráter de denúncia tenha dualizado opiniões, o fato é que o elogio vieiriano e sua fundamentação nacional alimentaram-se de um embate no qual havia

todo modo, podemos especular que a experiência de João Francisco Lisboa o transformou enquanto historiador, ao mesmo tempo em que podemos afirmar que sua obra também incidiu sobre as produções portuguesas.

A citação presente no início do nosso segundo capítulo refere-se a um momento anterior à produção da biografia – “durante quase oito anos que demorou entre nós, resumiu na Sua pessoa toda a existencia politica e religiosa desta obscura colonia, cujo nome, associado ao seu, fez ressoar na Europa.”²⁷⁸. Notemos que a passagem em muitos aspectos se assemelha ao olhar de Varnhagen sobre a devoção nacional de Vieira. No texto que compõe os *Apontamentos da história da província do Maranhão*, Lisboa considera Vieira “um verdadeiro compatriota nosso”²⁷⁹. A intenção declarada era a de “compreender perfeitamente a missão do P. Antonio Vieira no Maranhão”²⁸⁰.

Nessa escrita, o padre assume um papel de antagonista contra as forças escravistas da sociedade maranhense, interlocutores-alvo da denúncia historiográfica de João Francisco Lisboa naquele momento. Dessa forma, é possível identificarmos uma certa quebra, descontinuidades que ligam as duas narrativas. Na biografia sobre Vieira, a crítica antijesuítica aparece de modo acentuado. Nela, a ideia de Vieira como um homem essencialmente político é explorada e ganha formas mais irônicas e ácidas. É justamente no texto de modalidade biográfica que a nacionalidade de Vieira aparece como portuguesa, afinal “o patriotismo português, paixão dominante, que sempre

um claro projeto concorrencial. A coexistência desses dois olhares esteve profundamente arraigada a setores da sociedade portuguesa, tornando o jesuíta instrumento de disputa social e política. Cf. VENTURA, Antônio. O Movimento Anticlerical português oitocentista perante Antônio Vieira. In: CONGRESSO INTERNACIONAL TERCEIRO CENTENÁRIO DA MORTE DO PADRE ANTÔNIO VIEIRA, Lisboa. *Actas* [...]. Braga: U.C.P.; P.P.C.J, 1999. v. 3, p. 1845-1855. (Memoriabilia Cristiana, 9); MARQUES, João Francisco. No bicentenário da morte do P. Antônio Vieira: o juízo positivista de Teófilo Braga. In: CONGRESSO INTERNACIONAL TERCEIRO CENTENÁRIO DA MORTE DO PADRE ANTÔNIO VIEIRA, Lisboa. *Actas* [...]. Braga: U.C.P.; P.P.C.J, 1999. v. 3, p. 1895-1919. (Memoriabilia Cristiana, 9).

²⁷⁸ LISBOA, João Francisco. Apontamentos para a História do Maranhão. In: **Obras de João Francisco Lisboa, natural do Maranhão**; precedidos de uma notícia biográfica pelo Dr. Antônio Henriques Leal. São Luís: Typographia de Belarmino Matos, 1865. v. 2, p. 417.

²⁷⁹ “De modo que é a vida de um verdadeiro compatriota nosso que vamos escrever; e esta tarefa seria já de si grata ao auctor, quando não fosse tambem indispensavel, pois não será facil comprehender perfeitamente a missão do P. Antonio Vieira no Maranhão e Grão-Pará, se não tivermos tambem um perfeito conhecimento da sua vida, character, engenho e produções”. *Idem*.

²⁸⁰ *Idem*.

ocupou o seu coração, o enchia e abrasava então mais do que nunca, não desfalecido ainda nem pelos gelos da velhice”²⁸¹.

Entretanto, é importante que se esclareça que a crítica sobre o jesuitismo de Vieira tangencia as duas escritas de Lisboa sobre o padre²⁸², ainda que seja desenvolvida com mais afinco no texto biográfico, escrita com o nítido propósito de evidenciar o verdadeiro perfil do padre: o político. Com tal pretensão, a ideia era a de explorar o polêmico *Papel Forte*, documento escrito por Vieira com a intenção de entregar parte do Brasil para Holanda, a fim de produzir a imagem de traidor. Nesse sentido, não fazia sentido considerá-lo um compatriota brasileiro. São com essas considerações preliminares que devemos pensar de que modo a operação historiográfica de João Francisco Lisboa estabeleceu proximidades com as escritas antijesuíticas que circulavam em Portugal.

Diferente do que se costuma afirmar, Pombal não instaurou uma política anticongregacionista²⁸³. A crítica de Pombal se dirigia à Companhia de Jesus como instituição e, nesse sentido, o então marquês sabia que relegar todo o conjunto de referências de uma tradição letrada religiosa punha em risco uma série de negociações políticas ainda necessária para a manutenção do poder. Assim, a obra de Barros não deixou de circular, chegando ao século XIX como uma importante referência para uma didática da Nação, mas a contrapartida foi o surgimento de uma série de produções de ataque à Companhia e, conseqüentemente, a uma de suas principais figuras históricas: Antônio Vieira.

O escrito *Maquinações de António Vieira Jesuíta*²⁸⁴ inscreveu Vieira em uma teoria do complô jesuítico²⁸⁵, fazendo uso de uma já existente cultura de aversão

²⁸¹ LISBOA, João Francisco. **Vida do Padre Antônio Vieira**. Clássicos Jackson. vol. XIX. Rio de Janeiro: W. M. Jackson Inc., 1964, p.9.

²⁸² Antônio Henriques Leal entende que a perspectiva muito particular de Lisboa, com a qual concordamos, já se apresentava quando o maranhense escrevia o *Jornal de Timon*, em *Apontamentos para História do Maranhão*. “Afasta-se Lisboa já neste primeiro trabalho, escripto no Maranhão, do commum dos biographos. Nem segue as louvaminhas do panegyrista André de Barros, nem os vituperios da Deducção Chronologica ou as censuras muitas vezes apaixonadas do bispo de Vizeu”. LEAL, Antônio Henriques. Notícias acerca da vida. In: **Obras de João Francisco Lisboa, natural do Maranhão**; precedidos de uma notícia biográfica pelo Dr. Antônio Henriques Leal. São Luís: Typographia de Belarmino Matos, 1864. v. 1, p. 149.

²⁸³ FRANCO, José Eduardo; REIS, Bruno Cardoso. **Vieira na literatura anti-jesuítica**. Lisboa: Roma Editora: Fundação Maria Manuela e Vasco de Albuquerque d’Orey, 1997. p. 60.

²⁸⁴ **Maquinações de António Vieira Jesuíta**. Biblioteca Nacional de Lisboa, códices ms. n. 2673-2679.

²⁸⁵ “A escolha da Societas Iesu como bode expiatória de todo um passado político decadente que se queria corrigir, só se pode perceber no contexto decadente que se queria corrigir, só se pode perceber no contexto de afirmação de uma nova mentalidade iluminista que prescreve e responde a objectivos novos

aos inacianos, a qual Michel Leroy considerou como mito jesuíta²⁸⁶. Com o claro propósito de pejar a imagem do padre, no documento elaborado a pedido do Marquês de Pombal, destacam-se duas teses. A primeira delas foi a de que o jesuíta, por sua descendência e filiação hebraica, foi escritor de profecias falsas²⁸⁷. Tratava-se de uma clara tentativa de circunscrever Vieira em uma posição herética que, como vimos, André de Barros procurou resolver com a escrita da hagiografia. A segunda denúncia, cuja finalidade foi a de apontar a suposta tentativa dos inacianos em construir um Estado dentro do Estado²⁸⁸, diz respeito às missões no Maranhão e no Grão-Pará. Essa última tese tangenciou com maior efetividade a historiografia brasileira e, de algum modo, reverberaria em Francisco Lisboa.

Por esse motivo, investiremos nossos esforços nas obras que reverberaram tal interpretação, responsáveis por inscrever Vieira, no que José Eduardo Franco denominou de “literatura antijesuítica”²⁸⁹. A Companhia, que já surge em conflituoso cenário político, acumulou inúmeras tensões dentro da própria Igreja e com grupos políticos seculares. Nesse ponto, foi atacada primeiramente pelo despotismo esclarecido e, posteriormente, pelo laicismo. Pedro Calafate afirma que o discurso iluminista português do século XVIII, ao introduzir o tema da decadência, criou sobre a Companhia de Jesus o estigma da queda e, conseqüentemente, projetou a regeneração portuguesa no século XVIII, isto é, “a recuperação das glórias do nosso século XVI,

para a sociedade e para o Estado. Neste caso, uma ideologia do poder – regalista e nacionalizante – que procurou eliminar todos aqueles poderes ou forças sócio-culturais e religiosas, apelidades de ultramontanas, que poderia procurar ou efectivamente procuraram resistir, de algum modo, à ascensão de um Estado centralizante, despótico e todo poderoso”. FRANCO, José Eduardo; REIS, Bruno Cardoso. **Vieira na literatura anti-jesuítica**. Lisboa: Roma Editora: Fundação Maria Manuela e Vasco de Albuquerque d’Orey, 1997. p. 53.

²⁸⁶ LEROY, Michel. **Le Mythe Jésuite**: de Béranger à Michelet. Paris: PUF, 1992.

²⁸⁷ Ideia defendida no primeiro tomo, que recebeu o título de *Contém as intrigas praticadas por ele no Reinado do Senhor Rei Dom João IV para surpreender a sua real confiança*. Para isso, atribuiu-se autoria às *Trovas de Bandarra*. Cf. **Maquinações de António Vieira Jesuíta**. Biblioteca Nacional de Lisboa, códices ms. n.º 2673-2679

²⁸⁸ Tese defendida no quinto tomo, *Contém duas Cartas sobre as Missões, ou antes conquistas do Rio DOS Paros, do Maranhão etc.* Cf. *Idem*.

²⁸⁹ José Eduardo Franco e Bruno Cardoso apresentam a *literatura antijesuítica* como um conjunto de escritas, historiográficas e literárias, cujo propósito foi o de depreciar a imagem e as produções dos membros da Companhia de Jesus. A obra faz diálogo com *Le Mythe Jésuite*, de Michel Leroy, autor que estudou o fenômeno das escritas de denúncia contra a Companhia na França. Em *Vieira na Literatura Anti-Jesuítica*, os autores entendem que em Portugal foi o Marquês o fundador do mito, inscrito e projetado no contexto do despotismo esclarecido. Partindo dessa perspectiva, é que examinam o desenvolvimento do antijesuitismo nas escritas sobre o padre Vieira, revelando suas transformações e adaptações durante o século XVIII e XIX. Cf. FRANCO; REIS, *op. cit.*

depois obscurecida pela malícia dos jesuítas que terão maquinado para sufocar o zelo e o clamor dos sábios”²⁹⁰.

É possível considerar que a crítica à Companhia estivesse amparada em uma política incompatível com as noções de Estado praticadas pela ordem religiosa e pela monarquia portuguesa anterior ao século XVIII. Sabe-se que o projeto de um Estado como entidade autônoma existe no pensamento político medieval, como argumenta Gilberto Bercovici²⁹¹, mas se desenvolve na Idade Moderna em pelo menos duas correntes de pensamento.

Segundo Alcir Pécora, o Estado em Vieira e seus jesuítas contemporâneos é orgânico²⁹², uma entidade emanada por Deus e que tem por dever natural o cumprimento dos seus desígnios. Nesse sentido, é problemático aproximarmos a atividade política da Companhia das teorias políticas de Maquiavel, corrente de pensamento existente no século XVII, pois para o pensador o ideal de Estado tem como um de seus alicerces a segregação entre o Governo e as forças eclesiásticas²⁹³. Se existe uma *razão de Estado* portuguesa no século XVII, ela está mais próxima do que pensou o jesuíta Giovanni Botero (1544-1617), autor do clássico *Della ragion di Stato*, publicado em 1589, e proponente da ideia de que toda organização política é criada e regida pela *lei divina*. Opondo-se claramente a Maquiavel, autor proibido em terras lusitanas, a obra de Botero influenciou profundamente a *razão de Estado* na sociedade e na cultura ibéricas do século XVII, já que era uma referência indispensável na articulação necessária entre moral cristã e política²⁹⁴.

²⁹⁰ CALAFATE, Pedro *apud ibidem*, p. 39.

²⁹¹ BERCOVICI, Gilberto. **Soberania e constituição**: para uma crítica do constitucionalismo. São Paulo: Quartier Latin, 2005, p. 53.

²⁹² PÉCORA, Alcir. **Teatro do Sacramento**: a unidade teológico-retórico-política dos sermões de Antônio Vieira. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp; São Paulo: Edusp, 2008. p. 209.

²⁹³ A tese de Ribeiro, *Se faz preciso misturar o agro com o doce*, sintetiza bem a noção de *Razão de Estado* na Idade Moderna. Segundo a autora, a originalidade de Maquiavel “estaria na independência da teologia e da moral cristã, assim como os clássicos gregos. Nesse sentido, Maquiavel teria lançado a base de questões muito modernas, como a criação da ciência política e da autonomização do objeto político”. Cf. RIBEIRO, Mônica da Silva. **Se faz preciso misturar o agro com o doce**: administração de Gomes Freire de Andrade, Rio de Janeiro e centro-sul da América portuguesa (1748-1763). 2010. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Niterói, 2010. p. 24.

²⁹⁴ Para Botero, “Maquiavel teria edificado a arte de governar o Estado com falta de consciência moral. Assim, tencionou proporcionar uma introdução à política repleta de exemplos históricos, um guia para o Estado e o exercício do poder que não se alijasse dos princípios da moral cristã”. PEREIRA, Marcus Aurélio de Paula *apud* RIBEIRO, Mônica da Silva. **Se faz preciso misturar o agro com o doce**: administração de Gomes Freire de Andrade, Rio de Janeiro e centro-sul da América portuguesa (1748-

É importante considerarmos tal questão, pois existe uma complexidade de fundamentações políticas no século XVII, a qual possivelmente pode ter causado incompreensão em déspotas e pensadores oitocentistas. É certo que o despotismo esclarecido defendido por Pombal arregimentava-se em pressupostos políticos estranhos aos praticados por inacianos. Com o ideal de Estado laico, pressupunham-se como incompatíveis as leis divinas com um Estado humano, invariavelmente decaído em sua natureza²⁹⁵. A segregação entre política e religião, amplamente apropriada pelos déspotas oitocentistas, tornou-se elementar na formação de um pensamento político moderno.

O projeto de Estado articulado por Pombal esteve assentado em uma noção de política apartada das instituições religiosas, essas que outrora conferiram à monarquia portuguesa sua legitimidade cultural. Com isso, foi empreendida uma campanha difamatória em que se denunciava o atraso e os malefícios da presença da Companhia em Portugal, pois a instituição desvirtuava-se do seu compromisso religioso. Os jesuítas, que possuíam notável força política na burocracia das monarquias, assim como grande presença nos centros de produção do saber (sobretudo nas universidades), tornaram-se objetos de intensos ataques. Como parte de um discurso estratégico, foi fundamental elencar personagens, alvos centrais da denúncia histórica. O mesmo Vieira, que havia sido apropriado por André de Barros em uma escrita apologética à Companhia e ao reino português, tornou-se exemplar para a denúncia iluminista em Portugal do século XVIII.

1763). 2010. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Niterói, 2010. p. 26.

²⁹⁵ O Estado Laico não foi uma invenção iluminista, os reformados pressupunham como incompatíveis as leis divinas com um Estado humano. Além de proporem uma significativa redução da intervenção institucional da Igreja na relação entre homem e Deus, os reformados defendiam a premissa de que a Igreja e o corpo político da sociedade são unidades independentes, afirmação derivada da “premissa luterana fundamental, aquela que reza que o homem, por sua natureza decaída, é incapaz de compreender a vontade de Deus e, portanto, de viver segundo uma lei autêntica”. Essa ideia em tese o fez perder a fé em um Estado justo e divino, afinal era inconcebível para a Igreja Católica a incorporação de uma teoria que dissociasse radicalmente a política da fé, pois isso comprometeria a pretensa influência da instituição no contexto de formação dos estados monárquicos europeus. Indo de encontro a isso, a Contrarreforma redefiniu o lugar da Igreja na formação do pensamento político moderno. Segundo Bellarmino, em *Dos membros da Igreja*, o equívoco luterano “está em não reconhecer que a sociedade política não é concedida por Deus, mas apenas criada pelos homens, e, portanto, que ‘o fundamento do domínio não se encontra na graça, porém na natureza’”. O jesuíta Francisco Suarez (1548-1617), tal qual o também inaciano Luís de Molina (1535-1600), renomados teólogos da segunda escolástica, defendiam que o Estado era guardião da justiça, do bem comum e da preservação das leis de Deus. Para eles, o homem que não vivesse em sociedade e hierarquia política estaria fadado naturalmente à degradação. Tanto a Igreja quanto o Estado, em suas diferentes competências, possuíam o objetivo comum de garantir a ordem divina em terra. SKINNER, Quentin. **As fundações do pensamento político moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 444.

A caracterização de Vieira por Pombal, em o *Compêndio Histórico da Universidade de Coimbra*²⁹⁶, segue os seguintes elementos, como apontam José Eduardo Franco e Bruno Cardoso Reis:

Vieira é caracterizado como uma figura exemplar de manifestação histórica do diabólico e do mal. Vieira é caracterizado como homem de uma ambição mórbida e sem escrúpulos, que não teve pejo em manipular os homens de seu tempo pela exploração da ignorância e do fanatismo, sujeitando-os. Mais: Vieira é colocado a par de feiticeiros ou de outras entidades esotéricas, pois não se eximiu de recorrer a meios e a artes pagãs e mágicas para fazer triunfar o seu nome e a sua influência sócio-cultural e política, acarretando a desgraça para o país.²⁹⁷

É interessante notarmos a seguinte ambiguidade: ao mesmo tempo em que se evocam os aspectos *heréticos* do padre jesuíta, a ideia messiânica que sustenta o mito da nacionalidade portuguesa não é suspensa, logo essa receberia forte contribuição do jesuíta seiscentista. Assim escreve José van den Basselaar: “os inimigos que Pombal visava eliminar efectivamente não eram os sabastianistas, mas os jesuítas. Entre eles se achava, paradoxalmente, o Padre Antônio Vieira, que falecera no fim do século anterior”²⁹⁸. O mito do império português era de algum modo importante para uma didática da Nação. O marquês de Pombal tinha pelo jesuíta um “ódio implacável, considerando-o como a epítome da perfídia jesuítica, queurgia espalhar por todos os ventos – o que o não impediu de executar várias propostas que Vieira fizera no reinado de D.João IV”²⁹⁹. Destarte, podemos arguir que o antijesuitismo de Pombal era paradoxal, já que, consciente ou não, procurou preservar alguns elementos proféticos que, diluídos em uma tradição profética lusitana, possuíam certo valor simbólico. A sua crítica foi direcionada à Instituição e o seu propósito era o de enfraquecê-la politicamente, projetando na ordem religiosa uma culpa pelo atraso histórico. Para isso, a *persona* de alguns membros da Ordem foi atacada e, nessa estratégia, Vieira colocado

²⁹⁶ Cf. **Compêndio Histórico do Estado da Universidade de Coimbra**. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1772. Segundo Franco e Reis, a publicação é de responsabilidade da Junta da Província Literária, instituição criada por decreto no ano de 1770. FRANCO, José Eduardo; REIS, Bruno Cardoso. **Vieira na literatura anti-jesuítica**. Lisboa: Roma Editora: Fundação Maria Manuela e Vasco de Albuquerque d'Orey, 1997, p.45.

²⁹⁷ FRANCO; REIS, *op. cit.*, p. 46-47.

²⁹⁸ BASSELAAR, José van den. **O Sebastianismo**: história sumária. Lisboa: ICLP, 1987, p. 157.

²⁹⁹ *Idem*.

à margem da ortodoxia cristã, por mais que o padre tenha formulado algumas das premissas sebastianistas do reino português.

Como apresenta José Eduardo Franco, o antijesuitismo não é uma forma acabada e cristalizada. Nas reatualizações do antijesuitismo português, há de se notar algumas adaptações. Em meados do século XIX, autores como Alexandre Herculano, Almeida Garret e Rebelo da Silva, contemporâneos de João Francisco Lisboa e Varnhagen, apropriaram-se do antijesuitismo em articulações bem distintas. Herculano é um caso emblemático e pode sintetizar nosso raciocínio. O historiador português em uma obra polêmica³⁰⁰, *História das origens e estabelecimento da Inquisição em Portugal*, apropria-se do complô jesuítico para tratar da decadência da Igreja Católica portuguesa³⁰¹. O historiador chega a afirmar que quem exerceu o comando da Igreja foi o Geral da Companhia de Jesus.

Entretanto, o típico discurso antijesuítico, fabricado por Pombal, é resignificado ao tratar da figura de Antônio Vieira. Herculano afirma que o padre jesuíta foi um dos que sofreram um intenso desgaste, reconhecendo como injusto o ataque panfletário de Pombal. Conforme José Eduardo Franco e Bruno Reis, essa aparente contradição pode ser explicada pela “identificação com um gênio das letras perseguido, levando-o a ignorar a sua qualidade de jesuíta e a valorizar, ao invés, a sua grandeza literária”³⁰²

Almeida Garret e Pinheiro Chagas, nomes que abordaremos no nosso próximo capítulo, deixam claro como a recepção do antijesuitismo foi difusa e sua vinculação a Vieira nem sempre foi integral. Nesse sentido, o que podemos depreender

³⁰⁰ Parafrazeamos Giuseppe Marcocci: “De facto, os agentes e os interesses que levaram à fundação da Inquisição em 1536 são ainda pouco conhecidos. Na origem de um prolongado silêncio historiográfico está, de acordo com a minha perspectiva, a produção de Herculano, cuja reconstrução – baseada no conflito entre a corte de D. João III, a cúria papal e os procuradores dos cristãos-novos em Roma – continua a ser dominante, quase como um fantasma que paira sobre todos os estudos posteriores dedicados ao assunto. Seguramente que a tríade identificada por Herculano teve uma importância significativa, mas isso não deve obliterar a existência de outros factores, que não foram tomados em consideração por um historiador liberal como Herculano, preocupado sobretudo em condenar o absolutismo e a cega intolerância da coroa no século XVI para denunciar o perigo do centralismo da monarquia em Portugal nos dias em que vivia. Assim, apesar do longo estudo que Jorge Borges de Macedo consagrou à História da origem e do estabelecimento da Inquisição em Portugal, a falta de uma leitura crítica da obra de Herculano acabou por tornar dominante a sua interpretação entre os historiadores”. MARCOCCI, Giuseppe. A fundação da Inquisição em Portugal: um novo olhar. **Lusitania Sacra**, n. 23, p. 17-40, jan./jun. 2011, p. 18-19.

³⁰¹ HERCULANO, Alexandre. **História das origens e estabelecimento da Inquisição em Portugal**. Lisboa: Livraria Bertrand; Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, s/d.

³⁰² FRANCO; REIS, *op. cit.*, p. 68.

é a importância que o personagem adquiriu para um universo cultural que se construiu sobre o mito do império português, no qual Vieira surge como um estandarte, um gênio indispensável para a cultura portuguesa, operação que possui na biografia de André de Barros a sua grande orquestração.

Pensar em uma ditocomia, nesse aspecto, inviabiliza a construção do nosso argumento. João Francisco Lisboa, por maior oposição que faça a hagiografia de André de Barros, não incorpora o antijesuitismo como Pombal o idealizou para Antônio Vieira,. O historiador maranhense, assim como Varnhagen, conviveu com Alexandre Herculano, com quem conversava sobre o trabalho historiográfico e a quem admirava pelo seu “talento, muito conforme a meu modo de pensar”³⁰³. A proximidade com Herculano nos sugere que o antijesuitismo português foi adaptado por Lisboa, com certas ressalvas.

Defendemos a hipótese de que Lisboa não adotou o antijesuitismo de modo integral, como pode parecer à primeira vista. O historiador brasileiro, em sua biografia de Vieira, pondera e chega a criticar o marquês de Pombal, por meio da leitura que faz de *Deduções Cronológicas*:

O auctor da conhecida *Dedução Cronológicas*, obra publicada em nome de João Seabra da Silva, mas que muitos julgam inspirada, senão imediatamente dictada pelo marquez de Pombal, fundado nesta carta, crimina ao P. Antonio Vieira como cumplice na viagem do principe ao Alemtejo, attribuindo-lhe o intento de suscitar a desunião a e discórdia , entre elle e el-rei, tudo para favorecer os interesses da Companhia. Reprova com rasão o auctor a doutrina immoral com que aconselha e estimula o patriotismo, e exceptuado ele e mais alguns pouco, por meio da compra e da corrupção, porém no mais é evidentemente injusto. Além ele que o seu espirito de difamação sistemática contra os jesuitas levava este escriptor a excessos e aberrações incríveis, que quasi atingem a manía e ao furor.³⁰⁴

A passagem em que Lisboa critica as *Deduções cronológicas* se refere à missão diplomática de Vieira em Roma com a finalidade de propor o casamento de D. Teodósio com D. Maria Teresa de Áustria, filha do rei espanhol. A incumbência

³⁰³ PEREGRINO JÚNIOR. Prefácio: significação e importância da obra de João Francisco Lisboa. In: LISBOA, João Francisco. **Vida do padre Antônio Vieira**. São Paulo: Gráfica Editora Brasileira Ltda, Clássicos Jackson, 1948. v. 19, p. 22.

³⁰⁴ LISBOA, João Francisco. A vida do padre Antônio Vieira. In: **Obras de João Francisco Lisboa, natural do Maranhão**: precedidos de uma notícia biográfica pelo Dr. Antônio Henriques Leal. São Luís: Typographia de Belarmino Matos, 1865. v. 4, p. 189.

acabou gerando inúmeros inconvenientes, recebendo Vieira, inclusive, ameaça de morte. Em *Deduções*, foi construída a teoria de que a querela foi uma manobra de Vieira para enfraquecer o rei de Portugal, favorecendo o fortalecimento da Companhia de Jesus. Nesse caso, João Francisco Lisboa apresenta suas ressalvas em relação à teoria do complô jesuítico, considerando, inclusive, que as difamações sistemáticas beiravam a aberração.

O historiador não chega a ilustrar Vieira como um profeta herético, assim como não reiterava a ideia pombalina de que as tramas diplomáticas do padre tinham o objetivo de iniciar um golpe político orquestrado pela Companhia de Jesus. Mais do que estabelecer uma distância com o antijesuitismo de Pombal, Lisboa tinha uma opinião coesa durante todo o texto biográfico de que a fidelidade de Vieira era para com o nacionalismo português. Daí surgia o núcleo de sua crítica: considerar Vieira um indivíduo político por excelência. Assim, o conjunto de todas as experiências diplomáticas de Vieira foi classificado como fracassado e até covarde. Mesmo que reconhecesse o sentimento de pertencimento nacional, o jornalista não poupou ao jesuíta críticas:

O fogo do patriotismo, que abrasava o coração de António Vieira levava a actos sublimes de desinteresse e sacrifício, escaldava-lhe o cérebro, e impelia-o a ideias disparatadas, e a projetos temerários e absurdos. Iludido sem dúvida pela efêmera grandeza de Portugal depois das conquistas de África, e da descoberta do Oriente, e alucinado pelas suas interpretações visionárias dos profetas capacitou-se firmemente de que a Portugal estava reservado o centro do mundo, ideia extravagante que inculcou mais tarde em um livro que lhe foi ocasião de grandes trabalhos.³⁰⁵

Lisboa não refuta a ideia de Vieira enquanto um patriota português, mas qualifica seu ímpeto nacional como absurdo e temerário. Nesse sentido, os escritos proféticos do padre lhe renderam as seguintes palavras: “enredo tenebroso de uma política imoral, não passaria duma dessas concepções cerebrinas e absurdas, pelo teor do Quinto Império, e da Clave dos Profetas, que mais desilustram, que recomendam o seu talento”³⁰⁶.

³⁰⁵ *Ibidem*, p. 347.

³⁰⁶ *Ibidem*, p. 179.

O historiador é enfático ao desconsiderar a importância de D. João IV, e por consequência, a de Antônio Vieira (braço direito e homem de confiança do rei) no processo de restauração política, iniciado na década de 1640. Lisboa entende que a independência conquistada com a separação das coroas ibéricas se deve em grande medida ao desinteresse do rei espanhol com o imbróglio:

Ao escrevermos este capítulo da missão a Roma, façamos uma derradeira consideração, se rigorosa e severa, nem por isso menos justa. Grande foi sempre a reputação do Jesuíta Antônio Vieira como português extremamente amante da pátria. D. João IV andou sempre em foro de restaurador da independência nacional, e ainda hoje, passados mais de dois séculos, como tal o festeja e aclama o espírito antiibérico do povo suscitado e avivado diante de novas ameaças de anexação; mas a história imparcial, compulsando os documentos pesando as ações, e fundando-se na própria confissão dos culpados, pronunciará sem escrúpulos e sem peidades que se nesta tremenda crise, a alguém deveu Portugal a sua salvação, foi ao monarca espanhol, que na sua cegueira e imprevidência política recusou a compra que se oferecia por preço tão vantajoso.³⁰⁷

São com essas palavras que João Francisco Lisboa reduz a aura profética do império português, revelando, por entre as minúcias de todos os entraves e fracassos diplomáticos, a pouca importância que Portugal tinha diante de outras monarquias da época. Com isso, ao passo que desmontava a feitura de Antônio Vieira como um gigante nacional, a glória histórica de Portugal era desmitificada. A crítica direcionada à relação sensível entre Vieira e a nacionalidade portuguesa nos põe a pensar o antijesuitismo de João Francisco como operação particular dentro do que se apresentava nas produções intelectuais portuguesas do século XIX, como o próprio afirma.

João Francisco Lisboa não relacionou Vieira a qualquer construção identitária nacional. Não projetou sobre o padre jesuíta um modelo exemplar de nacionalidade, quer fosse português (mesmo reconhecendo o patriotismo lusitano), quer brasileiro. Ao mesmo tempo, recusou alguns dos exageros pombalinos. Talvez um dos grandes propósitos do historiador maranhense fosse revelar a contradição elementar do padre: um político vestido de religioso, relação contraditória em si, e, portanto, fadada aos fracassos de sua época.

É certo que o autor e o personagem histórico construídos pela intelectualidade portuguesa do século XVII estão circunscritos em uma arqueologia de

³⁰⁷ *Ibidem*, p. 178.

conhecimento histórico diferente da que foi elaborada pela historiografia brasileira. Com isso, há de se considerar uma ressignificação desses elementos culturais, interlocuções que possuem diversos níveis de apropriação discursiva. Tratam-se de operações que reatualizaram referências provenientes da historiografia portuguesa, a qual, desde o século XVIII, produzia representações sobre o padre.

Varnhagen e Lisboa se articularam cada um a uma das matrizes de operação. É certo que, nessas articulações, elementos foram apropriados pelos historiadores e, com elas, foi possível pensar as adaptações possíveis no cenário historiográfico que circunscrevia cada um deles. De um modo, o Vieira inventado por Varnhagen esteve alinhado a uma engenhosa articulação discursiva. Era um homem de duas pátrias, ambíguo, não no sentido pejorativo que o termo pode evocar, mas um personagem que, ao mesmo tempo que reforçava a herança portuguesa, possuía o compromisso moral com a nação que escolheu amar. É por meio dessa imagem que Varnhagen costurou a sua narrativa, a qual coadunava com o projeto mais amplo adotado pelo IHGB, o de consagrar a herança portuguesa.

De outro modo, João Francisco Lisboa se aproximou das teorias antijesuíticas, empregadas desde o marquês de Pombal, concebendo uma escrita reativa, antagônica à produção de André de Barros. Não por coincidência, Barros foi o biógrafo mais refutado e citado por Lisboa. No entanto, o historiador brasileiro não incorporou integralmente as teorias do complô jesuítico a sua narrativa. Se o intuito foi o de evidenciar a personalidade política do padre jesuíta, Lisboa também desvelou as fragilidades da restauração portuguesa de 1640 e o glamour do império português. Com o ceticismo que lhe era característico, Lisboa procurou inserir Vieira em uma trama política. Nela, foi possível enxergar um personagem dúbio, dissimulado em si. Para chegar a tal conclusão, o jornalista partiu da incongruência entre política e religiosidade, uma prática jesuítica, a seu ver, absurda. No que diz respeito à nacionalidade do jesuíta, Lisboa o entendia como um português. Tratava-se de um português e não brasileiro, como quis Varnhagen. Restavam, ao Vieira de Lisboa, o reconhecimento de suas qualidades letradas e sua participação nas missões do Maranhão.

É preciso ressaltar que o padre Vieira apresentado por João Francisco Lisboa não figurou integralmente como um vilão, assim como não foi tipificado como herói em Varnhagen. Uma zona nebulosa foi criada sobre o personagem, sobretudo, devido ao episódio do Papel Forte. Para compreender como a ambiguidade tomou seus

contornos narrativos, apresentaremos em nosso próximo capítulo a construção do indivíduo nas operações de ambos os historiadores.

4 ENTRE A FRAGMENTAÇÃO E A DISSIMULAÇÃO: O JESUÍTA E O INDIVÍDUO

Se a história faz os grandes homens, então os historiadores que fazem a história (que a “purificam”) são os verdadeiros mestres do jogo. Fazedores da história, eles controlam os destinos dos grandes homens, ou, dito de outro modo, os vivos controlam os mortos e os mortos servem aos vivos.

(Temístocles Cezar)³⁰⁸

Controverso e polêmico são duas atribuições dadas a Antônio Vieira recorrentes nas produções oitocentistas sobre o padre. Não obstante sua presença nas narrativas nacionalistas garanta-lhe o *status* de indispensável, um personagem que se envolveu em algumas das principais tramas portuguesas do século XVII – como os imbróglios inquisitoriais e os impasses diplomáticos com os Países Baixos e o reino Espanhol – não poderia ficar imune às hesitações e aos receios de historiadores e estudiosos sobre o século XVII. Sem que se observem os valores morais projetados sobre o padre, é prudente afirmar que tanto Varnhagen quanto João Francisco Lisboa consideraram-no um indivíduo extraordinário. Afinal, para qualquer que seja o fim, o ato de biografar ou de dar ênfase a um percurso histórico de um personagem retira-o da condição de ser ordinário.

Afirmamos no capítulo anterior que a fabricação de Vieira deve ser compreendida, em sua primeira instância, sob a perspectiva de um investimento simbólico promovido pela historiografia brasileira do século XIX, divulgada amplamente com a escrita de Francisco Adolfo de Varnhagen. Nela, a imagem de Vieira é a do português que com o Brasil tinha as obrigações de pátria, o homem que fez ecoar o nome da colônia portuguesa pela Europa, participou do processo brasileiro de regeneração moral. De outro modo, no próprio proselitismo surgia também a ressalva do jesuíta enquanto homem de coração duro, orador que falava mais ao entendimento do que a fé.

³⁰⁸ CEZAR, Temístocles. Lição sobre a escrita da História: Historiografia e Nação no Brasil do século XIX. *Diálogos*, DHI/UEM, v. 8, n. 1, p. 11-29, 2004, p. 24.

O jesuíta foi elencado como modelo de sua instituição, indivíduo exemplar para os seus pares e, por isso, distinto pela potência de sua influência. Assim, Lisboa o ilustraria em sua denúncia antijesuítica. Sem embargo, o fenômeno da ambiguidade tangenciaria a leitura que João Francisco Lisboa realizou sobre a vida do padre Vieira. Como afirmado desde o segundo capítulo, o padre Vieira desempenhou mais de uma função na escrita combativa de Lisboa. O antijesuitismo apropriado por tal historiador difere, em proporção e finalidade, daquele que se apresentou com o Marquês de Pombal. Vieira representava a dualidade: gênio das letras e traidor nacional. Portanto, o objetivo do nosso capítulo é analisar como a relação entre a função autor e personagem adquire dinâmicas distintas nas escritas de João Francisco Lisboa e Francisco Adolfo de Varnhagen.

Para atender ao objetivo de nosso capítulo, dividimos a nossa argumentação em quatro vias de análise. No primeiro momento, apresentamos como foram construídos a noção de Vieira como indivíduo e os parâmetros que o conduziram para a formulação de um grande homem. Com isso, investigamos as noções de biografia e os critérios adotados para que se pudesse conferir-lhe *status* de notabilidade. Nesse sentido, procuramos compreender o processo de consolidação do *topos*, palavra e da ação, fórmula básica para a composição dos personagens nas tramas da Nação.

Não havia muito dúvida sobre a condição extraordinária do padre, mas foi possível tê-lo como um legítimo herói? Em nosso segundo tópico, propomos a análise sobre o *Papel Forte*, autoria conferida a Vieira no polêmico caso sobre a venda de parte da colônia para os Países Baixos. Além de emblemático, o caso diplomático legou alguns problemas para construção de Vieira enquanto um indivíduo notável, distinto dos demais.

Em nosso terceiro tópico, procuramos refletir como a ambivalência do padre jesuíta foi produzida a partir de um gesto de divisão, fragmentação do personagem em facetas. As operações historiográficas, que oscilaram entre o elogio patriótico e a crítica ao vínculo jesuítico do padre, construíram um personagem difuso. Por fim, em nosso último tópico analisaremos como a fragmentação do personagem gerou o problema da contradição do padre jesuíta. É importante compreendermos que tais operações não se preocupavam, necessariamente, em analisar as contradições históricas de Antônio Vieira por meio de sua cultura. A contradição, nesse caso, foi projetada, resultado de um estranhamento, no qual a diferença é vista como contraditória em si. Isto é, uma

idealização necessária para tornar o padre um objeto classificável e funcional aos olhos e propósitos das narrativas de Lisboa e Varnhagen.

4.1 – A produção do indivíduo na narrativa da Nação: a luva e a pluma

De todos os *ilustres* jesuítas, Vieira é, sem dúvida, o que possui maior destaque na *História geral do Brazil* de Varnhagen. Um levantamento quantitativo das referências feitas ao padre nos possibilita afirmar isso³⁰⁹. Por mais que tal coleta permita inferir o destaque dado ao jesuíta, o que nos interessa é pensar como o historiador brasileiro circunscreveu Vieira, em outros termos: como é feito o recorte do personagem. A partir dessa identificação, podemos compreender como a construção de Vieira esteve articulada a outros projetos. Para que isso seja possível, é imprescindível pensarmos, inicialmente, sobre a questão biográfica e a construção do indivíduo, conceitos que interceptam diferentemente o discurso de Varnhagen e o de João Francisco Lisboa.

No discurso inaugural de IHGB, Januário da Cunha Barbosa tece a imagem do historiador como purificador, cujo dever é o “fazer a história da nação torna-se uma missão sacerdotal”³¹⁰; afinal, “pode-se pensar que o próprio IHGB, enquanto instituição, encarne uma figura de herói; um herói que seria um agente coletivo.”³¹¹. O heroísmo consiste em trazer à luz o percurso de notáveis homens para o presente. Dessa proposição, as biografias históricas modernas surgem como veículos efetivos, modelo de discurso bastante produzido e consumido pelo público leitor do século XIX.

Para existir o conceito de biografia, seria necessário que o indivíduo fosse inventado. Trata-se de uma formulação cultural fundada na noção de *cogito ergo sum*, da qual se desdobrou uma longa tradição filosófica que postularia o indivíduo como uma categoria abstrata e transcendente. Em *A experiência burguesa da Rainha Vitória a*

³⁰⁹ Fizemos um levantamento quantitativo dos termos “Nóbrega”, “Anchieta” e “Antonio Vieira”. São esses os três jesuítas mais citados por Varnhagen na segunda edição da *História Geral do Brazil* (Tomo 1 e 2). O padre Anchieta surge na escrita de Varnhagen com 17 citações diretas; o termo “Nóbrega” aparece em 28 momentos. O padre Antônio Vieira, que é tratado somente por “Vieira” (nesse caso, tivemos o cuidado com as aparições do termo, o qual poderia se referir também a João Fernandes Vieira, por exemplo), foi referenciado em 68 ocasiões. É importante salientar que o levantamento quantitativo possui suas limitações. A ideia não é mensurar o prestígio que Varnhagen confere ou não a cada um dos referidos jesuítas, mas apresentar um quadro de ocorrência.

³¹⁰ CEZAR, Temístocles. Lição sobre a escrita da História: Historiografia e Nação no Brasil do século XIX. *Diálogos*, DHI/UEM, v. 8, n. 1, p. 11-29, 2004. p. 24.

³¹¹ *Ibidem*, p. 23.

*Freud: a educação dos sentidos*³¹², o historiador Peter Gay disserta sobre a emergência da burguesia do século XIX e sua relação com a abundância dos escritos de diários. Esses, tratados geralmente por meio de qualidades humanas que os tornariam “amigo íntimo”, sinalizavam a valorização da vida privada, constituição básica da individualidade³¹³.

Nesse sentido, o *indivíduo* seria sintomático da modernidade, na qual a noção que prevaleceu do *Eu* manifestou-se na ideia de homem como sujeito de absoluta autonomia, ente de unidade moral coesa. Trata-se de um conceito histórico amplamente difundido no século XIX, um dos pilares da modernidade. Partindo do pressuposto teórico de Stuart Hall, podemos correlacioná-lo à construção de Vieira por meio do modo de sujeito do Iluminismo. Nesse caso, o sujeito do Iluminismo se baseia numa concepção abstrata de indivíduo centrado, unificado e dotado de capacidades de razão, de consciência e de ação, cujo ‘centro’ consistia num núcleo interior, cuja energia se manifesta com seu nascimento e com ele se desenvolvia, ainda que permanecesse essencialmente o mesmo indivíduo – contínuo ou ‘idêntico’ a ele – ao longo da sua existência³¹⁴.

Partindo do entendimento de que João Francisco Lisboa tinha por intuito a produção de uma biografia, cujo propósito era dar unidade de sentido à vida, o uso do indivíduo na sua narrativa segue uma lógica prospectiva e retrospectiva³¹⁵. As tensões são resolvidas em desfechos narrativos, responsáveis por dar unicidade às contradições sob uma perspectiva fatídica. Se pensarmos que a biografia cria uma ilusão, entenderemos que o Vieira biografado é um personagem cujo sentido pode ser extraído

³¹² GAY, Peter. **A experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud: a educação dos sentidos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

³¹³ *Ibidem*, p. 19.

³¹⁴ HALL, Stuart. **A identidade Cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Dp&a Editora, 2005.

³¹⁵ Sabemos dos problemas e das limitações que residem em uma produção biográfica. A reconstrução da vida de um indivíduo nunca é total e o processo de seleção dos aspectos e elementos que irão compor um quadro de vida é impulsionado por critérios de avaliação de seu biógrafo. Segundo Pierre Bourdieu, a biografia é a ilusão de que a vida de um indivíduo constitui um todo coerente e orientado, projeto original que pode ser deduzido pelas etapas e sucessões lógicas e intencionais de seu grande ator. É certo que contradições, desencontros e tensões de uma experiência individual quando traduzidas em escrita biográfica geralmente são aglutinados em um conjunto coerente de intenções que se desenvolve para um determinado fim, aponta uma direção fatídica, da qual é possível sempre extrair uma lógica prospectiva e retrospectiva. Nesse sentido, é possível pensar a biografia como produto de uma fabricação, de um projeto idealizado por seu biógrafo que, do conjunto complexo das contradições, encontros e desencontros de seu biografado, extrai o sentido e a intenção desejada. Todavia, pensar a biografia de Vieira por João Francisco não é tão somente compreender a direção dada à vida do jesuíta, é antes investigar no seu processo de fabricação as demandas institucionais e suas articulações com um projeto de narrativa oficial da Nação. BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. *In*: BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas: sobre a teoria da razão**. 8. ed. Campinas: Papirus, 2007. p. 18.

e apresentado de forma linear, absoluta e lógica - “ assim ia crescendo de dia para dia, no meio destes esplêndidos triunfos oratórios, a reputação do P. Antônio Vieira, e com ela, e na mesma proporção, devia medrar a sua inata ambição”³¹⁶. Com essas palavras, Lisboa estrutura a linha narrativa da vida do padre jesuíta que para todos os efeitos é movida pela” inata ambição”.

No entanto, a ideia de ilusão biográfica sugerida por Bourdieu gera, em algum sentido, um problema para a nossa arguição. Certamente, as biografias modernas são sintomáticas de determinada epistemologia – são filhas da modernidade e carregam consigo o desejo de racionalizar a complexidade da vida. Não estamos desconsiderando a premissa de uma ilusão biográfica: a de que toda escrita do indivíduo gera uma ilusão, um desvio. Alexandre de Sá Avelar trata do problema das produções biográficas, apresentando suas diversas renovações, as quais sugerem que não podemos tratar a biografia como uma modalidade rígida de escrita³¹⁷. A tentativa de produção de unicidade biográfica é, nesse sentido, um problema correlato à modernidade e não necessariamente ao formato de escrita biográfico. A pretensão em se produzir um todo coerente gera também ambiguidades. Por isso, será necessário historicizar os modelos de biografia difundidos no século XIX.

Maria da Glória Oliveira afirma que a biografia se tornou um gênero de produção historiográfico, legitimado e regulado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro a partir de 1839. Lido na sessão inaugural do IHGB, em 1838, o discurso de Januário da Cunha Barbosa, já manifestava as bases das formulações teóricas do Instituto, que, como podemos ver, incorporava da *historia magistra vitae a exempla*³¹⁸, com a qual poderia “conferir imortalidade à vida das histórias instrutivas”³¹⁹:

Na vida dos grandes homens aprende-se a conhecer as aplicações da honra, a apreciar a glória e a afrontar os perigos ... O livro de Plutarco é uma excelente escola do homem, porque oferece em todos os

³¹⁶LISBOA, João Francisco. **Vida do Padre Antônio Vieira**. Clássicos Jackson. vol. XIX. Rio de Janeiro: W. M. Jackson Inc., 1964, p.18.

³¹⁷ AVELAR, Alexandre de Sá. Figurações da escrita biográfica. **ArtCultura**, Uberlândia, v. 13, n. 22, p. 137-155, jan./jun. 2011.

³¹⁸ François Hartog entende que o uso da *exempla* possui função argumentativa, é utilizada como instrumento de persuasão. Foi por meio do relato dos homens notáveis, célebres, que construíram modelos de imitação. A *exempla*, surgida na Antiguidade Clássica, incorporava-se à lógica temporal, cujo ideal do futuro era tido como imitação do passado. HARTOG, François. **Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

³¹⁹ KOSELLECK, Reinhart. *Historia magistra vitae*. **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto-Ed.: PUC-Rio, 2006. p. 43.

gêneros os mais nobres exemplos de magnanimidade; ahi se encontra descoberta toda a Antigüidade.³²⁰

A ideia colocada de grande homem em certa medida é diferente da formulação clássica do herói plutarquiano. O primeiro, construção iluminista, estava sedimentado no tempo moderno, imbuído pela dinâmica da aceleração – “contiguidade entre passado, presente e futuro, remetendo à ideia de perfectibilidade do gênero humano”³²¹. Era, portanto, o indivíduo modelar de uma coletividade. A referência a Plutarco pode ser entendida como uma tentativa de legitimação cultural e incorporação da biografia no escopo das diretrizes de pesquisa e escrita nacional. Não se trata de tão somente um exercício de erudição, cuja funcionalidade se restringe à condição de apêndice. Segundo Temístocles Cezar, a biografia dos grandes homens é um projeto historiográfico, com o qual se pode compreender o movimento do tempo por meio das transformações geradas pelos homens notáveis:

Portadora de exempla, todos positivos, a biografia dos grandes homens é um projeto de ordem historiográfica muitas vezes provado anteriormente. Não se trata de uma posição irrefletida, mas de um sinônimo aproximado do movimento da história. O mundo se transforma graças aos grandes homens. O projeto tem, portanto, uma verdadeira pertinência histórica. Nesse contexto, a aparição de Plutarco, espécie de justificação erudita da proposta, torna-se quase obrigatória: "O livro de Plutarco he uma excelente escola do homem, porque offerece em todos os generos os mais nobres exemplos de magnanimidade; ahi se encontra descuberta toda a antiguidade; cada homem celebre apparece ahi com seu genio, com seus talentos, com suas virtudes e com a influencia que exercêra sobre seu seculo; ahi se aprende como o genio dá movimentos a povos inteiros, por suas leis, por suas conquistas, por sua eloquencia; ahi vidas brilhantes e mortes illustres ensinão a amar a gloria, a apreciar as suas causas, a prever os seus resultados, e a acautelarmo-nos daquelles perigos, que seguem como sombras".³²²

³²⁰ BARBOSA, Januário da Cunha. Discurso do Primeiro Secretário Perpétuo do Instituto. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, t. 1, p. 9-17, 1839, p. 14.

³²¹ OLIVEIRA, Maria da Graça. Biografia e historia magistra vitae: sobre a exemplaridade das vidas ilustres no Brasil oitocentista. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 22, n. 42, p. 273-294, dez. 2015, p. 277.

³²² CEZAR, Temístocles. Lição sobre a escrita da História: Historiografia e Nação no Brasil do século XIX. **Diálogos**, DHI/UEM, v. 8, n. 1, p. 11-29, 2004. p. 25.

Até o ano de 1899, o IHGB lançou 154 textos com a denominação de biografia ou apontamentos biográficos³²³. No segundo número da sua revista, uma seção foi criada para apresentação de textos de tal natureza. Foi conferido à seção o título de “Biographia dos Brasileiros Distinctos por Lettras, Armas, Virtudes, Etc”.

Mais do que uma produção isolada do indivíduo, a biografia esteve incorporada ao projeto de escrita da história nacional³²⁴. Não se tratava de considerá-la apenas um gênero avulso no discurso de apresentação e sem qualquer expressão. A regularidade de publicação e o interesse manifestado pelos sócios da Instituição na sua feitura indicam a dimensão que o gênero possuía na historiografia oitocentista. A biografia surgia como modalidade de escrita que se submetia aos procedimentos da crítica metodológica³²⁵, tornar-se-ia, portanto, ofício do historiador. Destarte, podemos pensar sua feitura em consonância com o projeto identitário do Instituto.

Tristão de Alencar Araripe, sócio do IHGB, ao argumentar sobre a função do historiador, afirma que um dos seus deveres é o de “apresentar a veneração dos posteriores a memória dos varões beneméritos, que engrandeceram essa pátria com proezas generosas, invenções úteis, e obras excelentes”³²⁶. Ao biografar os distintos homens, o que estava sendo feito era imortalizar as vidas de figuras notáveis, tornando-as resistente ao tempo para que servissem de exemplo aos homens da Nação. Para o presidente do IHGB, S. Leopoldo, o Instituto pretendia cooperar “desta arte para ressurgirem à nova vida escritores, que com direito a imortalidade jaziam, ou por modéstia ou maliciosidade, sepultados no esquecimento”³²⁷.

Mais do que elementares na dinâmica editorial do IHGB, as escritas biográficas se tornaram capital intelectual, servindo de meio para que alguns sócios

³²³ Até 1849, a seção manteve-se bastante fecunda com um total de 72 notícias biográficas. A partir do ano de 1850 até o ano de 1860, é possível perceber grande declínio nas publicações, totalizando 16 publicações. Entre 1861 e 1870, o número sobe para 26, muito próximo ao da década seguinte que contou com 27. Foi então que, a partir de 1883, o declínio tornou-se mais evidente.

³²⁴ CEZAR, Temístocles. Livros de Plutarco: biografia e escrita da história no Brasil do século XIX. *Métis: História & Cultura*, Caxias do Sul, v. 2, n. 3, p. 73-94, jan./ jun. 2003. p. 74.

³²⁵ Entre 1839 e 1849, a edição e impressão de textos biográficos seguiam o regimento usual dos outros formatos da revista. Antes de serem apreciados pelos membros da Comissão de História, os textos eram lidos em sessões plenárias. Na avaliação, registravam-se pareceres favoráveis ou não à publicação. Trata-se de um procedimento editorial próximo ao que se faz atualmente nos periódicos acadêmicos, o que nos permite pensar elementos estruturantes na composição dos textos biográficos do Instituto.

³²⁶ ARARIPE, Tristão de Alencar. Indicações sobre a história nacional. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, t. 57, pt. 2, p. 259-290, 1894, p. 273.

³²⁷ SÃO LEOPOLDO, Visconde de. O Instituto Histórico Brasileiro é o representante das ideias de Ilustração, que em diferentes épocas se manifestaram neste continente. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, t. 1, p. 61-76, 1839, p. 64-68.

adquirissem prestígio e destaque. Muitos escritores manifestaram interesse pelo gênero, já que os textos carregavam suas assinaturas. As biografias assim cumpriam a importante função: “propiciavam certa visibilidade aos membros da instituição”³²⁸.

Ao todo, foram 29 notícias biográficas que Varnhagen escreveu entre 1840 e 1867 – nenhuma delas sobre o padre Antônio Vieira. Para Armelle Enders, as produções biográficas devem ser entendidas como apontamentos, elementos ornamentais, como pode ser constatado em Carl von Martius, autor de *Como se deve escrever a história do Brasil*, que “aliás não escreve uma só palavra a respeito dos grandes homens ou dos heróis”³²⁹. Enders prossegue afirmando que Varnhagen é autor de numerosas notícias biográficas na *Revista do IHGB*, mas, para ele, assim como para a maioria dos historiadores brasileiros que se entregaram a tal exercício, trata-se simplesmente de “esboços”, de “apontamentos”. Nessa perspectiva, o material biográfico serviu apenas para “colorir afrescos mais vastos, para ornar a História geral com alguns retratos”³³⁰.

François Dosse entende que existiu um “eclipse” da biografia nas duas últimas décadas dos oitocentos, o que indica que a defesa do estatuto historiográfico da escrita biográfica não era consensual no campo historiográfico³³¹. Mesmo não sendo considerada uma prática de absoluto consenso entre historiadores oitocentistas, conforme defende Maria da Glória Oliveira, as biografias não devem ser compreendidas como uma produção ornamental. O próprio Varnhagen foi considerado por José Honório Rodrigues como o propulsor da biografia no Brasil oitocentista³³². Em determinados aspectos, elas se fundiram à produção de uma narrativa em sua dimensão macronacional. Como afirma Evandro dos Santos, “se a história não poderia resumir-se à crônica (ou seja, às reduções apressadas e desvinculadas de seu contexto), tampouco a escrita biográfica”³³³ teria tal tratamento. Para corroborar a defesa de sua hipótese, a

³²⁸ OLIVEIRA, Maria da Glória de. Traçando vidas de brasileiros distintos com escrupulosa exatidão: biografia, erudição e escrita da história na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1839-1850). *História*, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 154-178, 2007. p. 163.

³²⁹ ENDERS, Armelle. O Plutarco brasileiro: a produção de vultos nacionais no segundo reinado. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 25, p. 41-62, 2000, p. 42

³³⁰ *Idem*.

³³¹ DOSSE, François. *O desafio biográfico: escrever uma vida*. São Paulo: EDUSP, 2009. p. 170-173.

³³² RODRIGUES, José Honório. *Teoria da história do Brasil: introdução metodológica*. 2. ed. rev., aum. e il. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957. v. 1, p. 277.

³³³ SANTOS, Evandro. A História geral do Brasil, de Francisco Adolfo de Varnhagen: apontamentos sobre o gênero biográfico na escrita da história Oitocentista. *História da historiografia*, Ouro Preto, n. 9, p. 88-105, ago. 2012. p. 93.

historiadora cita a carta de Varnhagen ao Imperador, na qual ele justifica a importância da biografia no projeto identitário da Nação:

E aqui repetirei de novo a V.M.I. o que já Lhe disse em 1851, que o motivo principal porque eu emprehendera o florilégio e escrevia biographias de Brasileiros de todas as províncias era para ir assim enfeixando-as todas e fazendo bater os corações dos de umas províncias em favor dos das outras, infiltrando a todos nobres sentimentos de patriotismo de nação, único sentimento que é capaz de desterrar o provincialismo excessivo, do mesmo modo que desterra o egoísmo, levando-nos a morrer pela pátria ou pelo soberano que personifica seus interesses, sua honra e sua gloria.³³⁴

As biografias, além de capturarem o registro da vida de brasileiros ilustres, eram partes de um esforço, o qual Varnhagen entendia como necessário aos propósitos de sua *História Geral do Brazil*. As biografias promoveriam a unidade e da integridade do Brasil, integrando narrativas das províncias e as articulando com um império futuro.

Se a fórmula das biografias na seção da revista do Instituto era a de eternizar a vida dos homens distintos, colocando-os como modelo de vida no presente, a biografia escrita por João Francisco Lisboa se distanciava em parte de tal propósito. O moralismo presente na biografia sobre Vieira não tinha o objetivo de colocar o padre jesuíta como modelo. O caráter de denúncia presente no texto muito se deve a proximidade com a *teoria do complô jesuítico*, como desenvolvido no capítulo anterior. Costa Lima, em artigo publicado em 1967, afirmou que a historiografia de Lisboa sofria de miopia histórica e que a biografia escrita sobre o padre era resultado de um racionalismo moralizador de seu tempo³³⁵. Diferente do que propõe o crítico, não temos a pretensão de deslegitimar Lisboa enquanto historiador, mas é inegável que o padre jesuíta é alvo de uma moralidade declarada, a nosso ver, difusa em alguns momentos.

As biografias de José de Anchieta e de Manoel da Nóbrega, escritas por Ignácio Accioli de Cerqueira e Silva, o mesmo autor que escreveu *Memórias históricas e políticas da província da Bahia*, são exemplos de escritos biográficos produzidos

³³⁴ **Carta ao Imperador D. Pedro II** [14/07/1857] *apud* OLIVEIRA, Maria da Glória de. Traçando vidas de brasileiros distintos com escrupulosa exatidão: biografia, erudição e escrita da história na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1839-1850). *História*, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 154-178, 2007, p. 172.

³³⁵ COSTA LIMA, Luiz Costa. João Francisco Lisboa: a presença da ruptura. *Vozes*, n. 8, ago. 1967, p. 707.

sobre jesuítas notáveis. Diferente do que foi feito por Ignácio Accioli, o homem biografado por Lisboa foi notável historicamente, mas não serviu de exemplo para o presente. O historiador maranhense parte da premissa de que Vieira era o maior expoente da sua ordem no Brasil, modelo de uma prática jesuítica brasileira:

Todas as mais ordens religiosas forneceram missionarios ás conquistas, nenhuma porém como a companhia de Jesus, cujos membros eram os missionarios por excellencia. Mas assim como entre as diverias ordens avultava e sobressahia a de S. Ignacio, assim entre todos os jesuitas realçava a grande figura do P. Antonio Vieira, brilhante personificação do instituto, em quem se resumiu todo o lustre e interesse daquelles tempos.³³⁶

Como abordado em nosso primeiro capítulo, Lisboa dividiu a história da Companhia de Jesus em duas fases. Os tempos heroicos e o tempo que sobreveio, momento em que a Ordem esteve mais interessada nas tramas políticas da época. Nesse cenário conjectural, Antônio Vieira surge como maior expoente jesuíta. Não se trata de deduzir o particular pelo todo. O que está sendo colocado é uma inversão nessa articulação, em que investigar Vieira é perscrutar a história da Ordem na colônia. Com isso, o jesuíta se tornou pano de fundo de uma escrita combativa e de denúncia histórica.

Além de não ser uma biografia anexada à revista do Instituto, a escrita sobre o padre jesuíta foi resultado de textos publicados no *Jornal de Timon*, os quais possuíam interlocutores e propostas peculiares, como foi apresentado em nosso primeiro capítulo. Não nos cabe considerá-la uma produção como as demais, mas há certamente pontos de convergência que interessam a nossa reflexão. Entendemos que era necessário algum grau de notabilidade para que alguém compusesse o quadro de personagens em uma narrativa histórica. Para compreender melhor tal, será necessário recuarmos e então investigarmos um modelo de escrita já assentado no século XVI e que possuiu certa influência sobre o IHGB.

³³⁶ LISBOA, João Francisco. Apontamentos para a História do Maranhão. *In: Obras de João Francisco Lisboa, natural do Maranhão*: precedidos de uma notícia biográfica pelo Dr. Antônio Henriques Leal. São Luís: Typographia de Belarmino Matos, 1864-1965. v. 2, p. 403-404.

Segundo Maria da Glória Oliveira, a ideia de homem distinto estava correlacionada ao que não era comum, nem do povo³³⁷. A palavra e a ação, *topos* da cultura portuguesa, estavam sedimentadas no ideal de humanismo cívico *sui generis*³³⁸, servindo como fontes balizadoras nas produções bibliográficas. O trecho de Camões no canto V dos *Lusíadas*, “mas nua mão a pena e noutra a lança”³³⁹, é sintomático de uma ideia que possuiu grande receptividade na historiografia oitocentista. Na literatura espanhola, Miguel de Cervantes e Calderón de La Barca, e em Portugal, João de Barros, eram expoentes da fórmula pluma e espada, modelo estruturante de notabilidade que postulou o que se tornaria digno de ser imortalizado e louvado. Afinal, “Distinctos por Letras, Armas, Virtudes” compunha o título da seção até que no ano 1850 receberia o nome “Biographias de brasileiros distintos ou de indivíduos illustres que serviram no Brasil”, mantendo a mesma fórmula de organização editorial.

A conjunção entre a palavra e a ação provinha da cultura ibérica. A hipótese que defendemos é a de que, anterior à formação do IHGB, foram construídos, mesmo que de modo efêmero, esboços de escrita sobre o Brasil, que encetavam o heroico e o lírico como elementos de estrutura narrativa. Ao que parece, o *topos*, apresentado pela Academia dos Esquecidos, era uma adaptação da lança e pluma de Camões. Essas serviram como motes de produção para a identificação dos homens notáveis da América Portuguesa e se desdobram na constituição do IHGB enquanto instituição promotora do saber histórico.

Parece-nos prudente considerar que essas iniciativas serviram como um dos insumos para as narrativas promovidas pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Ademais, o Instituto fazia questão de prestar homenagem às iniciativas letradas do século passado, o que, para Raphael Silva Fagundes, constituiria um fio condutor³⁴⁰. É

³³⁷ OLIVEIRA, Maria da Glória de. Traçando vidas de brasileiros distintos com escrupulosa exatidão: biografia, erudição e escrita da história na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1839-1850). *História*, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 154-178, 2007. p. 165.

³³⁸ REBELO, Luís de Sousa. *A tradição clássica na literatura portuguesa*. Lisboa: Horizonte Universitário, 1982, p. 39

³³⁹ O trecho é retirado de *Os Lusíadas*, canto V: “Vai César so[b]jugando toda França e as armas não lhe impedem a ciência; Mas nua mão a pena e noutra a lança, Igualava de Cícero a eloquência. O que de Cipião se sabe e alcança É nas comédias grande experiência. Lia Alexandro a Homero de maneira Que sempre lhe sabe à cabeceira. Enfim, não houve forte Capitão Que não fosse também douto e ciente Da Lácia, Grega ou Bárbara nação, Senão da Portuguesa tão-somente. Sem vergonha o não digo: que a razão De algum não ser por versos excelente É não se ver prezado o verso e rima: Porque quem não sabe arte, não na estima”. CAMÕES, Luís de. *Os Lusíadas* [Canto V, 96a e 97a estrofes]. In: CAMÕES, Luís de. **Obra Completa**. Rio de Janeiro: Aguilar Editora, 1963, p. 136.

³⁴⁰ FAGUNDES, Raphael Silva. O novo fio de lã: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o fio da história no labirinto da política. *Albuquerque: revista de história*, v. 8, n. 15, p. 42-66, jan./jun. 2016.

evidente que existem diferenças significativas entre as instituições que possuíam propostas e sistematizações distintas³⁴¹. Elas estiveram alicerçadas em epistemologias distintas³⁴² e, por isso, qualquer comparação deve ser ponderada.

A orientação sugerida pela Academia era a de que em todas as sessões fossem desenvolvidos “dois argumentos ou assuntos, um heroico e outro lírico”³⁴³ e dispostas quatro lentes: história eclesiástica, história militar, história política e história moderna³⁴⁴. Isto é, a orientação para a narrativa que tinha por recorte a América Portuguesa, estabelecida no século XVIII, era a de que a escrita sobre o Brasil deveria privilegiar os esforços heroicos em conjunto com as iniciativas letradas. Parâmetros que muito se assemelhavam aos das academias europeias, já que era fundamental que a escrita desse visibilidade às práticas intelectuais do espaço do qual fazia menção. No escopo de tais narrativas, percebia-se a adoção de temas gongóricos, o mecenato, assim como assuntos de teor jocoso, praxes em maior parte das academias europeias.

Importantes nomes se destacaram na Academia, em especial, o de Rocha Pita. No entanto, são os escritos de Gonçalo Soares da França³⁴⁵, sobretudo, a *Dissertações da história eclesiástica do Brasil*, que interessa a nossa problemática.

³⁴¹ Cf. DIAS, Fabiana. Da Gênese do Campo Historiográfico: Erudição e Pragmatismo nas Associações Literárias dos Séculos XVIII e XIX. *Revista de Teoria da História*, v. 4, n. 2, p. 18-33, dez. 2010.

³⁴² Segundo Iris Kantor, a Academia Brasílica dos Esquecidos (1724), assim como a efêmera Academia Brasílica dos Renascidos (1759), possuía o desejo de escrever uma história portuguesa na América. Para a autora, trata-se da produção do cânon historiográfico luso-americano, uma pré-história da historiografia brasileira. Portanto, é problemático considerar o esforço da academia como uma iniciativa nacionalista. KANTOR, Iris. **Esquecidos e renascidos**: historiografia acadêmica luso-americana (1724-1759). São Paulo: Hucitec, 2004. Cabe ressaltar que até então o Brasil era constituído por uma heterogeneidade de identidades. O que certamente existiam eram sentimentos de nativismo que se apresentavam distintamente em cada localidade, como bem apontado por Evaldo Cabral de Melo. Isto é, antes dos oitocentos, havia tão somente uma forma tímida e embrionária de identidade, que, por sua vez, ainda estava ligada à sua vinculação portuguesa, o que para colonos traduzia-se em orgulho por sua descendência lusitana. MELO, Evaldo Cabral de. Uma nova Lusitânia. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). **Viagem incompleta**: a experiência brasileira (1500-2000) – Formação: histórias. São Paulo: Senac, 1999.

³⁴³ BARRETO JUNIOR, Manoel. **Academia Brasílica dos Esquecidos**: reminiscências históricas. 2015. 164 f. Tese (Doutorado em Literatura) – Programa de Pós-graduação em Estudo de Linguagens, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2009, p. 29

³⁴⁴ A Academia Brasílica tinha por intuito o estudo da história do Estado do Brasil – colônia portuguesa –, a qual foi dividida em quatro temas específicos ou lentes: a história natural, a história eclesiástica, a história moderna e a história política, além da inclusão de poemas anônimos. Os temas foram designados aos seguintes personagens: ao juiz de fora, Dr. Inácio Barbosa Machado, a Gonçalo Soares da França, ao ouvidor-geral do cível, Luís Siqueira da Gama, e ao desembargador-chanceler Caetano de Brito e Figueiredo.

³⁴⁵ Segundo o abade de Sever, Soares da França era “(...) natural da Bahia de todos os Santos [,] filho de Luiz Barbalho de Negreiros, e D. Luiza Cortereal. Estudou as sciencias escolasticas no Collegio da Companhia de Jesus sua patria, e depois de sahir nellas sufficientemente instruido, recebidas as Ordens de Presbitero se applicou à lição da História sagrada, e profana, e tanto nella se distinguio, que mereceo ser eleito Academico supranumerario da Academia Real instituida em o anno de 1721”. Cf. TOPA, Francisco (ed.). **Um G(onç)alo Renascido**: poesia inédita do brasílico Gonçalo Soares da França. Porto: SPC, 2012.

Assim como as demais obras da Academia dos Esquecidos, o texto de Soares da França foi construído sob a perspectiva de dois argumentos basilares: o heroico e o lírico. Com a missão de levar a fé católica aos trópicos, o percurso da história da Igreja na colônia portuguesa na América foi entoadado por um bravo esforço de heroicidade. Nesse sentido, os homens incumbidos por tal dever estariam à frente dos desígnios religiosos da coroa portuguesa. A história brasílica é uma extensão do que se entende sobre a monarquia portuguesa e isso pressupunha a fundamentação religiosa que sustentava a ideia de Portugal como um grande império. A vida dos homens do clero possuía um valor pedagógico na história, um *telos* que estava alicerçado em uma didática de valores cristãos.

Para tal, a vida dos notáveis homens que compunham a trama religiosa na colônia passou a ser vista como um dos elementos fundamentais para o que se pretendia fazer como história. Não era possível tecer uma narrativa da colônia sem que os grandes representantes da Igreja Católica estivessem presentes como elementos fundamentais. O heroico e o lírico serviam como parâmetros balizadores, a partir dos quais se escolhiam personagens da trama e a função que esses poderiam exercer. O empenho dos representantes do clero na expansão da fé cristã, sua relação com a criação de igrejas, o avanço das missões ou mesmo a posição política dentro da instituição serviam de critérios para a feitura da narrativa. Destaca-se para nossa reflexão que o empenho do clero na produção da escrita sacra era também exposto como capital de distinção.

Contudo, a relação entre escrita e tempo nas narrativas de Soares da França e de Varnhagen nos põe a refletir sobre uma ruptura de ordem epistemológica. Segundo Iris Kantor, a Academia dos Esquecidos “projetou a unidade política do território americano, heroicizou as origens mestiças dos primeiros povoadores e imaginou o passado como profecia do futuro.”³⁴⁶. A narrativa em Soares da França é composta por um tempo, cujo passado lançava luz sobre o futuro, fundada em uma temporalidade pré-moderna, que na ideia divina da monarquia possuía sua explicação substancialista.

Em Varnhagen, a relação estabelecida entre a escrita e a temporalidade esteve alicerçada em um regime de historicidade moderno, como abordado nos capítulos anteriores. Portanto, a religiosidade exercia uma função diferente da que foi exercida nas narrativas históricas do século XVIII. Além de legitimar o processo civilizatório,

³⁴⁶ KANTOR, Iris. **Esquecidos e renascidos**: historiografia acadêmica luso-americana (1724-1759). São Paulo: Hucitec, 2004, p. 18.

Varnhagen pôde extrair as iniciativas letradas brasileiras da religiosidade. Com isso, é possível perceber como é feito o uso do lírico e do heroico como *topos* linguístico, articulado dentro de um pragmatismo lógico do que se concebia enquanto fato histórico.

Segundo Arno Wehling, a centralização política, lograda no processo de construção nacional, conformava, junto ao rei, a burocracia e “seus intelectuais, o papel de amálgama da nacionalidade”³⁴⁷. Certamente, o valor da representatividade intelectual que o próprio Varnhagen projetava enquanto escrevia junto ao IHGB alcançava também os outros expoentes que séculos antes já manifestavam a atividade erudita nos trópicos. Ao passo que a literatura desempenhou função crucial no desenvolvimento da nacionalidade³⁴⁸, a construção da história da literatura não foi menos importante nesse processo. No *Florilégio da poesia brasileira*, o historiador sorocabano afirmou a existência de uma literatura brasileira no século XVII. Distinta da literatura lusitana, a literatura brasileira já demonstraria sua nacionalidade e possuía estética própria.

Quando Francisco Adolfo de Varnhagen, em 1850, publicou o primeiro volume do *Florilégio da Poesia Brasileira ou coleção das mais notáveis composições dos poetas brasileiros falecidos*, além da introdução de sua obra, que veio a receber o título de *Ensaio histórico sobre as letras no Brasil*, o que estava em jogo era a criação de um critério de nacionalidade enquanto parâmetro estético para a seleção das poesias e produções literárias. Afrânio Coutinho, Antônio Cândido e Wilson Martins

³⁴⁷ WEHLING, Arno. **Estado, história, memória**: Varnhagen e a construção da identidade nacional. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p. 119.

³⁴⁸ Segundo Benedict Anderson, em “Comunidades Imaginadas”, a produção de romances foi particularmente um feito significativo para o processo de formação nacional, já que desde o século XV as produções literárias foram progressivamente deixando de ser produzidas em latim, sendo escritas frequentemente em línguas vernáculas. Como bem atesta Anderson, o efeito da leitura dos romances literários reforçou a imaginação de uma comunidade partilhada por meio da simultaneidade temporal. Isto é, trata-se de um efeito que concebe o tempo a partir das causas e dos feitos, uma percepção demarcada pela coincidência temporal em que pessoas em lugares distantes podiam partilhar sentimentos de pertencimento coletivo. Tanto jornais como romances criavam temporalidades a partir da narrativa de cada personagem, o que permitiu ao leitor oitocentista imaginar a simultaneidade dos percursos de vida, o que, para Anderson, foi uma importante condição para que a ideia de nação pudesse ser amplamente difundida. Somado a isso, grande parte dessas produções literárias carregavam um forte teor nacionalista, tornando-se um lugar comum para os leitores que, mesmo distantes geograficamente, sentiam-se unidos por um passado comum. Dessa forma, devemos ter em mente que a ficcionalidade literária se aproxima das produções historiográficas em um aspecto, já que ambas colocaram em vigor a temática da nacionalidade e fazem dela seu principal veículo de difusão. ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexão sobre a origem e difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 51-63.

consideraram a obra de Varnhagen a primeira da história da literatura brasileira³⁴⁹, ideia controversa, já que o *Parnaso Brasileiro*, do Cônego Januário da Cunha, tinha sido publicado em 1829³⁵⁰. É certo que o impacto do texto não é absoluto, mas é inegável que tenha se tornado a grande referência para a compreensão do que foi a literatura nacional, “além de fontes de consulta constantes para os interessados na história literária brasileira já no século XIX”³⁵¹. Assim, Varnhagen estabeleceria ao menos duas condições para que obras pudessem ser incluídas no *Florilégio*: ser textos com temas brasileiros ou criados por autores nascidos no Brasil. Segundo Luís Roberto Velloso Cairo, o texto do historiador brasileiro se consolidou como critério de identificação da literatura brasileira, consagrando-se como elemento organizador do patrimônio literário³⁵². Instituiu-se, desse modo, o cânone do Romantismo que, posteriormente, se tornaria paradigma para a história da literatura, assim como para os panteões e as galerias.

Dadas estas razões, parece obvio que a pronúncia ou accento peculiar ao Brazil, já na epocha de que nos vamos occupar, seria a mesma que hoje. Havia de ser pois a do Pe. Vieira, pelo menos creado no Brazil desde mui moço. Também seria a pronúncia de Eusebio de Mattos, que nunca do Brazil saiu, e talvez mesmo a de seu irmão Gregorio de Mattos, poeta sátyrico, de que adiante trataremos com mais extensão.³⁵³

³⁴⁹ CÂNDIDO, Antônio. **Formação da literatura brasileira**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981. v.1, p. 350
COUTINHO, Afrânio. **A tradição afortunada** (o espírito de nacionalidade na crítica brasileira). Rio de Janeiro: José Olympio, 1968. p. 13; MARTINS, Wilson. **A crítica literária no Brasil**. São Paulo: Departamento de Cultura, 1952, p. 68-69.

³⁵⁰ O *Parnaso Brasileiro* ou *coleção das melhores poesias dos poetas do Brasil, tanto inéditas, como já impressas*, texto datado de 1829, cuja autoria é do Cônego Januário da Cunha Barbosa, tomava como modelo o *Parnaso Lusitano*, publicado em 1826 por Almeida Garrett. Em 1842, Joaquim Norberto de Sousa e Silva e Emílio Adet lançaram o *Mosaico Poético, poesias brasileiras antigas e modernas, raras e inéditas, acompanhadas de notas, notícias biográficas e críticas, e de uma introdução sobre a literatura nacional*. Em 1843, seria publicado o *Parnaso Brasileiro ou seleção de poesias dos melhores poetas brasileiros desde o descobrimento do Brasil precedido de uma introdução histórica e biográfica sobre a literatura brasileira*, de J. M. Pereira da Silva. O autor, com declarado intuito de prosseguir com o texto do Cônego Januário da Cunha Barbosa, estabeleceu o compromisso patriótico como critério de seleção para o seu cânone literário. CAIRO, Luís Roberto Velloso. Do Florigério à Antologia da poesia brasileira da invenção: uma reflexão sobre o paradigma da história da literatura brasileira. **Revista de estudos da literatura**, Belo Horizonte, v. 3, out. 1995, p. 46.

³⁵¹ CEZAR, Temístocles. Varnhagen em movimento: breve antologia de uma existência. **Topoi**, v. 8, n. 15, p. 159-207, jul./dez. 2007. p. 170.

³⁵² CAIRO, *op. cit.*, p. 47.

³⁵³ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Ensaio histórico sobre as letras no Brasil [1847]**. Rio de Janeiro: Fundação da Biblioteca Nacional, s/d, p.4. Disponível em: http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/livros_eletronicos/ensaiohistorico.pdf. Acesso em: 10 dez. 2017.

Varnhagen criou a premissa de que a originalidade da literatura brasileira já tinha sido manifestada no século XVII. Em 1916, tal construção desdobrar-se-ia com a *História da Literatura Brasileira* de José Veríssimo, que postulava uma autonomia da literatura nacional³⁵⁴.

A importância em reconhecer, no desenvolvimento histórico brasileiro, os elementos de uma dada virtude letrada reforçava a ideia de uma literatura brasileira já consolidada. Se foi possível pensar em uma literatura brasileira original, só o foi pelo uso de um sistema de preceitos culturais já partilhado e reconhecido na Europa. Desse modo, ao resgatar autores com significativa expressão europeia, como foi Antônio Vieira, o que se aventava era criar uma história da literatura assentada em nomes saudados e recomendados.

Com isso, o Instituto, ao resgatar a glória dos distintos homens das letras, reafirmava um valor inerente à intelectualidade brasileira. Além de que o próprio IHGB seria elemento constitutivo do desenvolvimento do saber nacional, colocando-se como motor, como uma força continuadora. Por essa lógica, era necessário reconhecer as produções dos gênios da pátria. Aos sábios do passado e do presente, cabia a função de conferir a jovem nacionalidade brasileira o valor capital de intelectualidade nacional, aspecto caro aos ideais da civilização ocidental. As iniciativas letradas manifestadas no passado estavam então conjugadas com os esforços do presente, criaram uma organicidade histórica.

Por mais reservas que Varnhagen e parte dos sócios do Instituto tivessem com a Companhia de Jesus, a escrita eclesiástica era necessária para que o reconhecimento de uma literatura nacional fosse agregado à história da Nação. Se o

³⁵⁴ “A literatura que se escreve no Brasil já é a expressão de um pensamento e sentimento que se não confundem mais com o português, e em forma que, apesar da comunidade da língua, não é mais inteiramente portuguesa. É isto absolutamente certo desde o romantismo, que foi a nossa emancipação literária, seguindo-se naturalmente à nossa independência política. Mas o sentimento que o promoveu e principalmente o distinguiu, o espírito nativista primeiro e o nacionalista depois, esse se veio formando desde as nossas primeiras manifestações literárias, sem que a vassalagem ao pensamento e ao espírito português lograsse jamais abafá-lo. É exatamente essa persistência no tempo e no espaço de tal sentimento, manifestado literariamente, que dá à nossa literatura a unidade e lhe justifica a autonomia”. VERÍSSIMO, José. **História da literatura brasileira**: de Bento Teixeira (1601) a Machado de Assis (1908). Introdução Heron de Alencar. 4. ed. Brasília: EDUNB, 1981, p. 23.

heroísmo expressava o valor de fidelidade e bravura nacional, o letramento e a intelectualidade não eram menos importantes no processo civilizatório³⁵⁵.

Essa era a figura pré-formatada que chegava ao IHGB sobre o que se entendia como indivíduo e sua relação com a narrativa. Disso, desdobrou-se, no século XIX, a ideia de que o reconhecimento das qualidades letradas passava pela história da Igreja, a qual, no período colonial, possuía grande representatividade nas atividades intelectuais. Se o propósito era o de projetar o Brasil como desenvolvimento da ação civilizatória portuguesa, foi necessário entender que a colônia podia criar expoentes intelectuais à altura. A atuação letrada de Antônio Vieira coadunava com o que se idealizava sobre Brasil, atendia a legitimação moral da colônia ao passo que dava representatividade a um intelectual português criado nos trópicos. Com isso, a figura de Vieira correspondia às duas argumentações orientadoras, articulando-as e tornando o jesuíta um dos protagonistas da narrativa varnhageriana.

O que questionamos então a seguir é qual o papel do indivíduo na narrativa de Varnhagen e de Francisco Lisboa. Partimos da hipótese de que ambos construíram Vieira sob um quadro de ambiguidades, articulado a tramas e projetos que ora convergiam, ora divergiam. Partindo da reflexão sobre o que tornaria um indivíduo historicamente notável, é que podemos compreender como foi selecionado o personagem o personagem Vieira que interessaria à trama nacional.

4.2 – O Papel Forte

De maneira que o Judas do Brasil, autor do Papel Forte, que preconizava a entrega de Pernambuco aos Estados Gerais da Holanda, sabia muito bem que a entrega seria, como o afirmava, a retroaberto; porque, ao mesmo tempo que elaborava o escrito famoso, tentava a aliança naval com a França e a Suécia para a ruína do comércio holandês, congeminava a utopia do Quinto Império, que à própria Holanda e Espanha poria sob o centro de Portugal – e punha em marcha a organização da Companhia do

³⁵⁵ Resguardadas as devidas peculiaridades entre a realidade histórica brasileira e a europeia, referenciamos Norbert Elias que, em seu clássico *O processo civilizador*, trata da necessidade de a aristocracia criar uma linguagem que reforçasse seu prestígio e a distingue-se dos demais grupos sociais. Nesse processo de refinamento e criação de uma cultura das etiquetas, a vida intelectual e literária logrou grande importância. ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**: uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994, p.117-118. Se pensarmos que a construção da nacionalidade brasileira esteve em consonância com o processo de civilidade, que em tese possuía a realidade europeia como referência, é possível inferir que o letramento e a intelectualidade se tornaram capitais culturais.

Comércio, pela qual se conseguiria, não só a recuperação de Pernambuco, senão também da resistência da Metrópole.³⁵⁶

Com o crescimento da Insurreição Pernambucana, a estremecida relação de Portugal com os Países Baixos chegou ao ápice, a ponto de Vieira considerar a entrega do Rio Grande, de Itamaracá, da Paraíba, de Pernambuco e de parte de Sergipe aos holandeses, além do pagamento de uma indenização, termos do polêmico *Papel Forte*. No século XVII, a estratégia de Vieira gerou contrassenso, pois existia em Portugal um grupo que o acusava de entreguista³⁵⁷, o que ficou ainda pior quando em 1656 a Insurreição Pernambucana logrou êxito.

O episódio foi para João Francisco Lisboa a passagem mais problemática do padre jesuíta. Por esse motivo, o historiador e jornalista ilustraria o padre jesuíta como um traidor, o que não é percebido em Varnhagen, que exime Vieira de grandes culpas. Nesse sentido, podemos considerar o *Papel Forte* como um episódio-chave para o seguinte questionamento: é possível considerar Antônio Vieira herói (ou anti-herói) nas escritas de Lisboa e Varnhagen?

A citação que inaugura esse tópico é do historiador português novecentista Hernâni Cidade. Em sua biografia sobre o padre Antônio Vieira, o jesuíta é personificado enquanto *Judas do Brasil*. A forte imagem lançada sobre o padre seiscentista não é uma operação isolada. Do século XVII em diante, o problema do *Papel Forte* aguçou e gerou polêmica sobre Vieira. O conhecido imbróglio diplomático não pode ser visto sob uma perspectiva determinista para as representações historiográficas que tratamos. Sem embargo, há de se considerar que o episódio foi amplamente apropriado por narrativas de denúncia histórica.

Nem em Varnhagen tampouco em Lisboa, Antônio Vieira figuraria como um legítimo herói. Varnhagen chegou a apontá-lo como gênio, mas o heroísmo ficou tipificado em outros personagens. Como afirma Ernest Curtius, a ideia de herói na

³⁵⁶ CIDADE, Hernâni. **Padre Antônio Vieira**. São Paulo: Editora Arcádia, s/d, p. 83-84.

³⁵⁷ A posição de Vieira em ceder às exigências holandesas causou grande alvoroço na corte portuguesa, já que as tropas de Salvador Correia de Sá haviam vencido a Companhia das Índias em Angola, em agosto de 1648, o que teria elevado o ânimo de alguns dos críticos do *Papel Forte*, considerados “valentões”, pois preferiam o confronto direto com a Holanda em detrimento dos “entreguistas”. Esses primeiros tinham apoio de importantes figuras políticas, a exemplo do secretário da Fazenda Real, Pedro Fernandes Monteiro. Cf. VAINFAS, Ronaldo. **Antônio Vieira: jesuíta do rei**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 153-155.

cultura ocidental é construída sob o valor vital de nobreza³⁵⁸. Nobreza como postura diante das intempéries, na qual o sacrifício é fundamentalmente um valor de orientação prática. Nessa perspectiva, o heroísmo histórico projeta uma reafirmação do dever cívico, transborda a condição comum do homem ordinário – “é alguém que afirma a sua própria vida como sacrifício no altar da pátria”³⁵⁹, representa o desapego em nome de algo maior.

Para Januário Barbosa, a história é lugar fecundo de heróis³⁶⁰. O caráter pedagógico é o de garantir a visibilidade de suas vidas – “seguir os seus passos nos caminhos da honra e da glória nacional”³⁶¹.

Para Temístocles Cezar, ao historiador é conferida a condição divina de criar sua própria providência. Trata-se de pensar o heroísmo como recurso narrativo dentro de uma trama, afinal “resta saber se o grande homem é um herói acabado ou um candidato a herói”³⁶².

Antes que se suponha que todo grande homem foi um herói, é crucial entendermos que a própria noção de heroísmo se distingue de outras notabilidades. Assim, Varnhagen subdivide os filhos da Nação:

A nação acata nos filhos, e ainda mais nos netos, os nomes e a sombra, digamos assim, dos indivíduos que lhe deram ilustração e glória, como nós em sociedade veneramos até as suas relíquias; e não só o cadáver, como a espada do herói, que morreu pela independência

³⁵⁸ “Aquiles, Siegfried e Rolando nos são apresentados como “heróis” da epopéia grega, da alemã e da francesa. O “herói” é um ideal humano, como santo e o sábio. Compete à filosofia dar uma enumeração completa desses tipos ideais, estudá-los e classificá-los. [...] A ideia de herói relaciona-se com o valor vital de nobreza. Herói distingui-se por uma excessiva vontade espiritual e por sua concentração em face da sua vida instável. É o que constitui sua grandeza de caráter. A virtude específica do herói é seu autocontrole. Mas a vontade do herói visa ainda ao poder, à responsabilidade, à audácia”. CURTIUS, Ernst. **Literatura europeia e Idade Média**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013, p. 221.

³⁵⁹ KHALED JR., Salah H. **Horizontes identitários: a construção da narrativa nacional brasileira pela historiografia do século XIX**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010, p. 150.

³⁶⁰ BARBOSA, Januário da Cunha. Discurso do Primeiro Secretário Perpétuo do Instituto. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, t. 1, p. 9-17, 1839.

³⁶¹ *Ibidem*, p. 9.

³⁶² “Eis uma variação da religião historiadora adotada no IHGB. Resta saber se o grande homem é um herói acabado ou um candidato a herói. Independente da resposta, os historiadores do IHGB têm o poder de decidir. Eles se colocam, assim, em uma posição quase divina. Criam sua própria providência”. CEZAR, Temístocles. Lição sobre a escrita da história: historiografia e nação no Brasil do século XIX. **Diálogos**, DHI/UEM, v. 8, n. 1, p. 11-29, 2004. p. 18.

da pátria; a penna do escriptor que a illustrou pelas letras; o anel do prelado que foi modelo de saber e virtudes.³⁶³

O herói, o sábio e o rei são figuras dentro de um conjunto que se entendia dos grandes homens. A questão que também faz parte da nossa problemática é a possível postulação de Vieira como herói. Tanto Varnhagen quanto João Francisco Lisboa elegeram os heróis de suas tramas. Na *História Geral do Brazil* de Varnhagen são enumerados diversos heróis.

Para Varnhagen, nenhuma expressão do indivíduo poderia se sobrepor ao concatenamento dos fatos, que surge como um ente, uma forma de expressão onipresente na escrita do historiador. A importância dos personagens está condicionada a função que eles exercem na grande narrativa da Nação. Por essa lógica, os personagens devem ser compreendidos como peças de uma grande engrenagem, imagem que nos serve para ilustrar o Brasil enquanto uma força motriz, presença metafísica que antecede os homens e impele sobre tais a força teleológica do progresso nacional. Nesse sentido, inexistente a manifestação do indivíduo em sua forma absoluta de centralidade. Na narrativa dos fatos, os papéis dos personagens estão sob a presença da personificação da pátria, não só como um mero cenário, mas antes uma presença, um ente que transpassa todos e a quem todos, de algum modo, servem – “como forma de sedimentar a unidade territorial e espiritual da Nação nascente, Varnhagen lança mão do recurso altamente sensibilizante da criação de heróis”³⁶⁴.

A respeito disso, o historiador brasileiro é enfático ao afirmar o posicionamento do indivíduo:

Varnhagen, applicando conscientemente e constantemente o pragmatismo, de que se achava imbuido, a todos os seus escriptos, via mais os factos do que os homens e procurava sempre reduzir o heroismo e a thaumaturgia à justa proporção das apoucadas forças dos mortais, sem nunca se deter, deslumbrado, ante as maravilhas da nossa luxuriante natureza tropical, como o gongórico Rocha Pitta, e sem jamais se preocupar com a esthetica das batalhas.³⁶⁵

³⁶³ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História geral do Brazil antes da sua separação e independência de Portugal**. 2. ed. aum. e melh. Rio de Janeiro: E. & H. Laemmert, 1877, t.1, p. 152.

³⁶⁴ ODALIA, Nilo. **As formas do mesmo**: ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna. São Paulo: UNESP, 1997, p. 57.

³⁶⁵ MAGALHÃES, Basílio. Varnhagen. **Revista da Academia Brasileira de Letras**, v. 81, p.101-102, 1928.

Nas palavras de Basílio de Magalhães, Varnhagen humaniza os heróis, o que, por consequência, desumaniza a própria história. As peripécias humanas, os cenários, os conflitos, as personalidades de seus personagens só interessam ao historiador brasileiro à medida que se congregam em um conjunto de factuaisidades possíveis. Tudo se resolveria, em princípio, pelo comprometimento com o facto, aspecto bem discutido por diversos críticos e estudiosos da obra de Varnhagen, cuja temática levou Temístocles César a refletir sobre o problema da imparcialidade no discurso do historiador oitocentista³⁶⁶.

Seguramente, toda e qualquer produção historiográfica é interceptada por interesses, dissimulados ou não, os quais, em Varnhagen, estão alinhados ao claro propósito de construção da identidade brasileira sob a perspectiva da teoria das três raças, exaltando o protagonismo branco e europeu. Mais do que circunscrever um panteão de personagens, o historiador brasileiro criou o Brasil como ente, uma presença que carrega sua herança europeia. O papel dos homens no seu discurso não se sobrepõe a ideia de Nação. Não se pode afirmar que os indivíduos modelaram o Brasil, mas que sua nação enquanto força metafísica os atravessou e impeliu-lhes os mais nobres sentidos de existência e prática humana. Como destaca Evandro Santos, os protagonistas heroicos da guerra holandesa, em Varnhagen, surgem como recurso heurístico fundamental na densa trama narrativa da *História Geral do Brasil*.³⁶⁷

Se na escrita varnhageriana, os heróis possuem a função sensibilizante, a qual Nilo Odalia se refere; na biografia escrita por João Francisco sobre o padre Vieira, o heroísmo foi projeto sobre a figura de João Fernandes Vieira:

João Fernandes Vieira, sobre todos, é um herói digno da admiração e reconhecimento de nós outros brasileiros. Arriscou uma posição elevada, uma fortuna colossal, e muitas vezes a própria vida, não já simplesmente às balas nos campos de batalha, mas ao punhal e à traição, manejados pela inveja dos rivais, e pelo ódio do inimigo, que pôs a sua cabeça a prêmio; e se a Providencia afinal não abençoasse os seus esforço, coroando-os com a vitória, tantos e tão sublimes sacrifícios teriam sido prodigalizados em vão. Aos ultrajes com que o jesuíta cortesão pretendeu então macular a pureza e nobreza dos seus actos e intenções; às insinuações com que infelizmente ainda hoje

CÉSAR, Temístocles. Em nome do pai, mas não do patriarca: ensaio sobre os limites da imparcialidade na obra de Varnhagen. *História*, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 207-240, 2005.

³⁶⁷ SANTOS, Evandro. A História geral do Brasil, de Francisco Adolfo de Varnhagen: apontamentos sobre o gênero biográfico na escrita da história Oitocentista. *História da historiografia*, Ouro Preto, n. 9, p. 88-105, ago. 2012.

alguns escritores nosso têm procurado rebaixar o valor dos seus serviços, pode a história afoita responder, apontando simplesmente para a vasta mole inteiriça e homogênea, sob o ponto de vista social e territorial, cuja mutilação pendeu tantas vezes do delgado fio das sombria maquinações diplomáticas.³⁶⁸

Ao heroicizar João Fernandes Vieira, Lisboa cria ao mesmo tempo a dicotomia do padre Vieira. Diferente de Varnhagen, a utilização do heroísmo na narrativa de Lisboa segue a lógica da escrita combativa, uma escrita, cujo maior efeito é a criação de antagonismos. Além de promover a dicotomia da imagem do padre jesuíta, Lisboa entra em disputa com Varnhagen a respeito de quem deveria receber o protagonismo pela batalha dos Guararapes. Diferente do historiador sorocabano, que realçou o heroísmo de André de Vidal, personagem branco e descendente direto de português, Lisboa destaca João Fernandes Vieira, personagem de espontaneidade e caráter heroico, distinto de Vidal, que, na opinião de Lisboa, não possuía a dimensão extraordinária do filho da Madeira.

Podemos especular que a predileção por João Fernandes Vieira, o que possivelmente o tornara extraordinário, possuía relação com a descendência mestiça e humilde do personagem. A nossa especulação está relacionada com a postura de Lisboa diante do problema da escravidão indígena e negra, como abordado em nosso primeiro capítulo. A seguir, a nota que Lisboa referencia Varnhagen:

O testemunho unânime dos contemporâneos, tanto nacionais, como estrangeiro, sem exceptuar, dentre aqueles, os escritores nascidos no Brasil, e mais que isso, a apreciação reta e imparcial dos acontecimentos, não deixam a menor dúvida sobre a parte capital e decisiva que neles cabe a João Fernandes Vieira. O Sr. Varnhagen, na História do Brazil (T. 2.º, Secç. 32. pags. 3 a 5, Secç.33. pag 29) se esforça por dar a primazia a André Vidal de Negreiros, natural da Paraíba, mas os serviços deste brasileiro, posto que longos e relevantes, eram como inerentes ao seu meio ordinário de soldado, e não têm o carácter de espontaneidade, dedicação e heroicidade que se notam nos de Fernandes Vieira. Nem o valor pessoal, e as campanhas daquele são para pôr-se em paralelo com a sublevação de todo um povo, feita á voz, ao exemplo, à rara intrepidez, e à magnificência e generosidade do filho da Madeira".³⁶⁹

³⁶⁸ LISBOA, João Francisco. **Vida do Padre Antônio Vieira**. Clássicos Jackson. vol. XIX. Rio de Janeiro: W. M. Jackson Inc., 1964, p. 96.

³⁶⁹ *Ibidem*, p. 97.

Para todos os fins, o heroísmo enquanto recurso narrativo serviu a um propósito claro: denunciar a figura do padre Vieira no polêmico *Papel Forte*. Tanto para Lisboa quanto para Varnhagen, a vitória dos Guararapes evitou a entrega de Pernambuco. No entanto, há uma diferença entre a reação dos dois historiadores. É certo que o envolvimento de Vieira nas negociações diplomáticas com os Países Baixos gerou certa polêmica na historiografia oitocentista. Também é importante recordarmos que, desde a década de 1640, ainda na Bahia, Vieira defendia a cessão do território colonial entre o Ceará e o Rio São Francisco, faixa territorial em que se encontrava a presença holandesa, em troca da conservação do restante da colônia. Nesse contexto, surgiu o documento intitulado de *Papel Forte*. Em 1648, D. João IV enviou uma comitiva diplomática³⁷⁰ para tratar do imbróglio.

Para João Francisco Lisboa, as concessões do padre Vieira para a entrega de parte da colônia “eram em verdade enormes”³⁷¹. Tratava-se de uma clara traição e covardia:

Estas longas negociações diplomáticas, tratadas até então com sumo segredo, mas enfim aventadas, produziram no público a mais viva indignação. Não havia classe ou cidadão que não clamasse contra a cobardia ou traição com que se entregavam á Holanda tão magnificas domínios.³⁷²

O teor de denúncia foi entoado com palavras fortes. Afinal, além de entregar o território, pretendia pagar a “usurpação com grossas quantias; com que, sobretudo eram abandonados tantos vassallos fieis, que pelo rei e pela religião haviam tomado as armas, sacrificando vidas, liberdade e fazenda”³⁷³. Em relação à figura do jesuíta seiscentista, o objetivo foi o de se gerar um antagonismo nacional. Para Alcir Pécora, com a biografia de Lisboa, a imagem de “Judas do Brasil” foi criada.³⁷⁴

³⁷⁰ Ao contrário do que Varnhagen e boa parte da historiografia tradicional já afirmaram, Vieira não chegou a exercer formalmente a posição de diplomata, para isso foi designado um embaixador em Haia, Francisco de Sousa Coutinho. Segundo Ronaldo Vainfaz, não é por não ser considerado um diplomata oficial que a atuação de Vieira deve ser minimizada, pois “nada se decidiu, nada se propôs sem o seu aval”. VAINFAS, Ronald. **Antônio Vieira**: jesuíta do rei. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. p. 112.

³⁷¹ “Além da avultada indemnização pecuniária, e de outras estipulações de somenos interesse, capitulava-se a cessão de todas as capitánias desde o Ceará inclusive até Sergipe”. LISBOA, João Francisco. **Vida do Padre Antônio Vieira**. Clássicos Jackson. vol. XIX. Rio de Janeiro: W. M. Jackson Inc., 1964, p. 67.

³⁷² *Idem*.

³⁷³ *Ibidem*, p.67-68.

³⁷⁴ PÉCORA, Alcir. **Teatro do Sacramento**. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp; São Paulo: Editora da USP, 2008. p. 42.

Mesmo que Varnhagen noticie os trâmites e tenha colocado o padre jesuíta como pivô entre os que estavam a favor da concessão territorial (“á frente d’elles o célebre jesuíta padre Antônio Vieira”³⁷⁵), o historiador brasileiro eximia Vieira de grandes culpas. Partindo dessa lógica, os que idealizaram a entrega não seriam necessariamente antipatrióticos, afinal, muitos estadistas de Portugal estavam inclinados a tal atitude. O historiador lembra o propósito de Vieira de “ceder-lho, a troco da paz; procurando-se resarcir essa perda com a ocupação de Buenos Ayres, e esperando melhor ocasião para de novo se conquistar o que agora se largava”³⁷⁶.

A ideia que se constrói de Vieira nos assuntos políticos é entoada por um certo compromisso moral, mesmo que esse não tivesse o tino necessário. Para o historiador, o jesuíta não tinha aptidão necessária para exercer a função de diplomata, o que não o transformaria, necessariamente, em um traidor nacional. É essa a tônica que se enceta do jesuíta no problemático caso do *Papel Forte*. Com essa manobra, Varnhagen manteve a crítica institucional que possuía sobre a Companhia ao passo que salvaguardou o indivíduo (Antônio Vieira) dos julgamentos que se podiam suscitar sobre a polêmica. Diferente de Lisboa, Varnhagen, nessa ocasião, não assumiria claramente a figura do juiz. A nossa hipótese é a de que o jesuíta foi caro a sua narrativa, um componente importante para a fundamentação do mito da nacionalidade brasileira.

Levando em consideração as observações feitas sobre o problema do heroísmo nas duas escritas, podemos afirmar que Vieira não figuraria como um herói, mesmo que ornado pelas qualificações de genialidade. Muito provavelmente, o envolvimento com os imbrólios diplomáticos e o seu vínculo institucional com a Companhia de Jesus não lhe conferiram o *status* necessário para tal adjetivo. Personagens como João Fernandes Vieira, André Vidal de Negreiros, Felipe Camarão e Henrique Dias estão no panteão dos heróis brasileiros, figuras notáveis na batalha dos Guararapes, episódio com os elementos comuns de um romance nacional. A brava resistência contra o *invasor* estrangeiro e o sentimento de pátria que mobilizou as *três raças* foram os ingredientes de um heroísmo exemplar. Nesse sentido, não seria possível imaginar um jesuíta que negociaria a entrega de Pernambuco, por meio do polêmico *Papel Forte*, um completo herói.

³⁷⁵ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História geral do Brazil antes da sua separação e independência de Portugal**. 2. ed. aum. e melh. Rio de Janeiro: E. & H. Laemmert, 1877, t. 2, p. 655.

³⁷⁶*Ibidem*, p. 656.

4.3 – O gesto de divisão

A hipótese de nossa tese se sustenta na ideia de que o padre Vieira foi produzido pela historiografia brasileira em uma ambiguidade fundamental, tomando formas e funções diferentes em cada narrativa analisada. Recorrente na biografia de João Lúcio de Azevedo³⁷⁷, a fragmentação do personagem seria indispensável para que a ambiguidade pudesse tomar contornos.

João Francisco Lisboa é, sem dúvida, um dos maiores representantes da historiografia antijesuítica no Brasil. Todavia, como já apresentado em nosso segundo capítulo, Vieira serviu-lhe como recurso de denúncia contra os colonos maranhenses do século XVII. Os juízos de valor projetados sobre o jesuíta também caminharam junto ao reconhecimento das suas qualidades retóricas. O “Sermão pelo bom sucesso das Armas de Portugal contra as de Holanda” foi pregado no ano de 1640 em pleno fervor da defesa contra a invasão dos holandeses na Bahia. Nesse episódio, o jesuíta, por meio de sua oratória, conclamou a população e a encheu de moral suficiente para se defender dos holandeses. Lisboa ressaltou o recurso efetivo da oratória do padre na ocasião, o qual demonstrou a capacidade de mobilização popular, o que não foi evidenciado por nenhum outro biógrafo do padre:

O que não padece dúvida é que tanto antes como depois de receber as ordens, já ele pregava nas igrejas da Bahia e seus arredores, desdobrando desde então as grandes qualidades oratórias com que depois encheu de admiração Lisboa e Roma. Que dizemos nós? no seu famoso *Sermão pelo bom Sucesso das almas de Portugal Contra as de Holanda* -pregado em 1640, elevou-se o P. António Vieira a um tão alto grau de eloquência, a que raras vezes atingiu depois. [...] Sob a impressão dos sentimentos de terror e de esperança que estes grandes acontecimentos excitavam em todos os ânimos, ordenaram-se preces públicas na Bahia, e os melhores pregadores subiram sucessivamente ao púlpito. A último dia coube ao padre António Vieira sua vez de pregar A vida dos oradores está principalmente nos seus discursos; e um grande triunfo oratório é para eles, como para um general, o ganho de uma batalha. Não faremos pois como os seus outros biógrafos que,

³⁷⁷ Em sua biografia, escrita no início do século XX, João Lúcio de Azevedo divide as personalidades vieirianas em recortes distintos e independentes, fragmentados em temporalidades sucessivas. Azevedo entende que foram seis momentos, seis “Vieiras”, seis personagens históricos: o religioso, o político, o missionário, o revoltado, o vidente e o vencido. Cf. AZEVEDO, João Lúcio. **História de Antônio Vieira**. São Paulo: Alameda, 2008.

com culpável omissão, deixaram em completo silêncio, ou apenas assinalaram este notável acontecimento.³⁷⁸

Talvez essa seja a maior qualidade de Vieira que se evidencie no texto de Lisboa. A capacidade que o jesuíta possuía de articulação e mobilização pela palavra. O próprio historiador recorria ao recurso retórico para atingir os seus interlocutores maranhenses. No entanto, essa admirável característica do jesuíta era sintomática de uma postura dissimulada. Para Lisboa, os discursos proferidos por Vieira eram parte de sua ambição por notoriedade e poder:

[...]já naquele tempo, affectava derramava sua muita erudição, em frequentes citações, exemplos e digressões, que sem a ornar ou iluminar, serviam só de empecer e enfraquecer o ardor impetuoso desta magnifica oração. [...]A sede de glória e de poder que o abrasava, já se não podia aplacar na pequena metrópole de uma colônia; e a imagem grandiosa de Lisboa, sua primeira pátria, e a dos louros que nela colhiam tantos rivais de eloquência, devia aparecer-lhe incessante, e perturbar-lhe o sono³⁷⁹

Como podemos observado, todos os sermões pregados na colônia, com os quais faziam crescer sua reputação, eram partes de um plano: projetar sua carreira na Europa. Nesse sentido, o instrumento discursivo da oratória é compreendido como recurso de manipulação, falseia interesses e ambições.

A ideia de que a retórica é um exercício de dissimulação da verdade é um fenômeno amplamente difundido com a modernidade. Segundo Ricoeur, essa concepção advém de uma dissociação promovida já no século XIX entre retórica e filosofia, sendo a primeira considerada uma área do conhecimento fútil, cujo uso foi associado aos eloquentes discursos de manipulação política. Até certo ponto, esse entendimento surge na Grécia com a crítica de Platão aos sofistas, o qual acreditava que a retórica é nada mais que a arte do engano, uma dissimulação da verdade. Em contrapartida, o seu discípulo, Aristóteles, em defesa da retórica, criou o vínculo entre a persuasão e o conceito lógico de verossimilhança, apropriado por Cícero e Quintiliano,

³⁷⁸ LISBOA, João Francisco. **Vida do Padre Antônio Vieira**. Clássicos Jackson. vol. XIX. Rio de Janeiro: W. M. Jackson Inc., 1964, p. 8-10.

³⁷⁹ *Ibidem*, p.18-19.

o qual, por sua vez, reverberaria na teologia contrarreformista³⁸⁰. A concepção transformada, que se difundiu no século XIX, responsável por afastar a retórica da filosofia, é nada mais que uma simplificação da retórica clássica, que pressupunha não só a teoria da eloquência mas também a teoria da argumentação e a da composição do discurso³⁸¹. Desse modo, o exercício retórico da oratória passou a ser considerado como uma prática de falseamento da realidade, recurso comum aos homens da política, entendimento bastante difundido na cultura intelectual oitocentista³⁸².

Para Lisboa, Vieira, desde muito cedo, já demonstraria sua obstinação e suas qualidades oratórias, como se evidencia na seguinte citação:

mostrava-se António Vieira assíduo e fervoroso nos estudos, e lidava deveras por avantajá-lo aos demais seus condiscípulos; mas conta-se que nos primeiros tempos, apesar da natural vivacidade que desde os mais tenros anos manifestara, não pudera fazer grandes progressos, pelo não ajudar a memória, rude e pesada, e como toldada de espessa nuvem.³⁸³

Notemos como o historiador, partindo de um ponto de vista prospectivo, criou a imagem de um indivíduo que já mostrava os primeiros sinais de uma personalidade que em um tempo futuro aflorariam. Nesse sentido, podemos compreender como a linha narrativa foi entoada. Até mesmo a qualidade ressaltada por Lisboa é contraposta pela memória rude e pesada.

Então contava ele apenas trinta e dois anos, e em todo o viço da mocidade, o seu talento virgem e vigoroso rompeu em vivos lampejos,

³⁸⁰ Seguindo os rastros da teoria aristotélica, imprescindível para se compreender a tradição teológica latina, passamos a redimensionar os fundamentos do discurso católico seiscentista, segundo o qual a estética textual é a materialização do dizer divino e, por isso, necessariamente bela. A partir do século XVI, a publicação e a edição de livros como as *Partições oratórias* e o *De oratore*, de Cícero; *Retórica*, de Aristóteles; a *Instituição oratória*, de Quintiliano; ou a *Retórica para Herênio* (autoria desconhecida), evidenciam as demandas intelectuais das quais a teologia necessitava para suprir os novos desafios implementados pela Contrarreforma.

³⁸¹ Segundo Ricoeur, além da disciplina de retórica deixar de figurar nos cursos *studiorum* dos colégios, o que restou dela atesta um estado de amputação: “o paradoxo histórico do problema da metáfora é que ele chegou até nós por meio de uma disciplina que morreu em meados do século XIX”. RICOEUR, Paul. *Entre retórica e poética: Aristóteles*. In: RICOEUR, Paul. **A metáfora viva**. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2000, p. 17.

³⁸² Do ponto de vista aristotélico, a estética e verdade não estão em planos distintos, o “falar bem” não deve ser confundido como uma dissimulação do real, um desvio induzido pelo encanto das palavras. *Ibidem*, p. 53-60.

³⁸³ LISBOA, João Francisco. **Vida do Padre Antônio Vieira**. Clássicos Jackson. vol. XIX. Rio de Janeiro: W. M. Jackson Inc., 1964, p. 5.

sobrepujando a falsa ciência, que em idade mais crescida por ventura lhe ofuscava o brilho, e lhe impedia a liberdade dos movimentos. O patriotismo português, paixão dominante, que sempre ocupou o seu coração, o enchia e abrasava então mais que nunca, não desfalecido ainda nem pelos gelos da velhice, nem pelas ingratidões e desenganos que mais tarde tantas vezes encontrou nas cortes.³⁸⁴

A partir disso, uma série de outras críticas surge para compor um quadro histórico de Vieira, que, para todos os fins, era essencialmente um homem político. A falsa ciência de que trata João Francisco Lisboa é a *História do Futuro*, escrita entre as décadas de 1640 e 1660. Trata-se de uma crítica à noção de ciência presente na profecia *História do Futuro*, escrita iniciada na década de 1640. No texto, o jesuíta afirma que uma “ciência do futuro” é possível para compreensão da lógica do tempo divino. Nessa perspectiva, a leitura dos textos bíblicos em consonância com a interpretação do tempo presente permite o entendimento da escatologia. É importante salientar que Lisboa critica a falsidade do texto enquanto obra dita científica. O historiador brasileiro não a coloca como herética, como é percebido nos textos antijesuíticos patrocinados por Pombal. Segundo o jornalista maranhense, o escrito foi um recurso oportuno para a defesa de Vieira perante a Inquisição³⁸⁵. Para compor o perfil do padre inaciano, a característica mais ressaltada é a da ambição:

O sr. António Vieira era em verdade um grande ambicioso, que para fazer o seu caminho, nem sempre olhava ao meio: mas com sê-lo, não era homem para postergar abertamente as leis da honra, e todos os deveres do seu estado. Abraçou-o, é certo, por simples veledade e ardor juvenil, habilmente explorado pelos assuntos do padre; mas se os embaraços que as obrigações do hábito opunham à sua carreira, lhe trouxeram depois o arrependimento de um acto, filho da inexperiência e das ilusões da primeira mocidade, nem por isso baniram de sua alma o sentimento do dever e do decoro. A este antagonismo da sua condição social, e das sua inclinações, se não de atribuir todas essas

³⁸⁴ *Ibidem*, p. 9.

³⁸⁵ “Na História do Futuro, escrito composto de propósito como oportunamente veremos para sua defesa no processo que lhe moveu a inquisição, demora-se ele sobre o assunto quanto basta para fazer crer que se a entrega de Pernambuco aos hereges não constituía um dos capítulos formais do processo, era comtudo uma recordação infausta que pesava sobre a sua já difícil situação, e fornecia. como elemento moral de apreciação do seu carácter, armas poderosas á vingança do seus inimigos. E para com el-rei D. Pedro, que também o interrogou sobre o caso, procurou ele justificar-se imputando toda a responsabilidade dele ao rei defunto, que resolvera a entrega, e ao conselho de estado, que a aprovara. Os que do poder de Castela e Holanda, ou separados, ou reunidos, diz ele em substancia na supracitada História do Futuro, inferiam a perda de Portugal e suas conquistas, procediam com discurso errado e sofisticado, como lhe acontecera a ele mesmo, escrevendo o *Papel Forte*, segundo os falsos lumes da razão, quando é certo que Deus obra sobre ela, e com milagres”. LISBOA, João Francisco. **Vida do Padre Antônio Vieira**. Clássicos Jackson. vol. XIX. Rio de Janeiro: W. M. Jackson Inc., 1964, p.98.

hesitações e tergiversações inerentes a uma falsa posição, em que o homem honesto, sem romper de frente com os seus deveres, procura contudo atenuar o seu rigor, e adiar o seu cumprimento, revelando porem essas mesmas tergiversações e cavilações, os sobressaltos de uma consciência timorata, e pouco satisfeita de si mesma.³⁸⁶

Nesse trecho, Lisboa cria a contradição em Vieira, apontando que sua ambição política convivia ao lado do seu dever e decoro. Produto de uma falta posição, a condição social do padre gerou as excitações de um homem fadado a uma trama ardilosa, às tergiversações que se impunham entre o aparente religioso e o político frustrado.

O destaque e as conquistas do padre em grande medida se devem à sua capacidade de “almodar-se ao gosto e a necessidade do tempo”³⁸⁷. O biógrafo segue afirmando que a receptividade alcançada junto ao rei D. João IV na restauração política portuguesa da década de 1640 deve-se ao “desejo antecipado de agradar que já o padre trazia em si, e que o tornaria muito esmerado no emprego dos recursos que ostentava”, além da “sua conversação fácil, amena, insinuante e variável”³⁸⁸. A retórica como maquinação política foi um entendimento formulado no século XIX, uma dissociação da retórica com as teorias da verossimilhança, o que, por consequência, resvalou-se no entendimento sobre a religiosidade.

O historiador e jornalista perfila Vieira como um político dissimulado, tratava-se, portanto, de um improvisado diplomata:

É verdade que arrebatado pelo ardor de seu caráter, e pelos hábitos irresistíveis da verdadeira profissão, o improvisado diplomata deixava entrever a roupeta mal dissimulada, e cedendo lugar ao jesuíta, e ao

³⁸⁶ *Ibidem*, p. 161.

³⁸⁷ Prossegue Lisboa descrevendo a persuasão oratória do padre Vieira: “[...] assim na escolha e preferência dos assuntos, como nos ornatos do estilo, e meneios oratórios, se bem a incontestável superioridade do seu talento corrigisse ou atenuasse em grande parte os vícios mais comuns entre os seus contemporâneos. Ou agitasse as grandes questões políticas como a restauração da independência nacional, a paz, a guerra, os meios de sustenta-la, ou tratasse dos assuntos simplesmente religiosos e morais, mais próprios do seu ministério; o estilo ora grave, solene e levantado, ora brando e familiar, segundo a ocasião; a eficácia e nobreza da declamação, e do porte, certa novidade no modo de opor e argumentar, que trazia o cunho particular de seu engenho; a facilidade, pureza, copia, e energia da linguagem, tudo lhe atraia e avassalava a multidão, para conter a qual eram ordinariamente insuficientes os templos mais vastos”. *Ibidem*, p. 22-23.

³⁸⁸ *Ibidem*, p.22.

teólogo, travava nas mesmas largas e adentes controversas com hereges e judeus.³⁸⁹

O personagem descrito por Lisboa é essencialmente político. Para o historiador, as atividades de natureza política tratam-se de “hábitos irresistíveis”. Para construir tal retrato, uma compreensão de política é projetada sobre Vieira – noção iluminista que entende como incongruente a práxis política e a atividade religiosa³⁹⁰. Com isso, podemos inferir com tais formulações a tentativa de Lisboa em descortinar a face de um emblemático personagem histórico, o que grande parte da historiografia contemporânea entende por anacronismo³⁹¹. No entanto, como tratamos desde o nosso segundo capítulo, João Francisco Lisboa confere a Vieira alguns elogios e reconhece seu brilhantismo. É importante ressaltarmos que todos os elogios são feitos partindo do pressuposto de que Vieira é um homem fundamentalmente político. A defesa indígena nas missões do Maranhão e Grão-Pará é sintomática do que estamos tratando. Isto é, o que foi saudado pelo historiador e escritor do *Jornal de Timon* não foi a atividade religiosa em seu valor litúrgico ou teológico, mas a defesa da população indígena, elemento caro à crítica que o jornalista empenhou à elite maranhense.

Mais do que um simples jesuíta, Vieira no olhar de João Francisco Lisboa era o maior expoente da Ordem, o jesuíta que modelou as práticas históricas de sua instituição. Ao mesmo tempo em que é feita tal asseveração, Lisboa afirma que o vínculo de Vieira com a Companhia se deve em grande medida à influência e ao poder que essa poderia eventualmente lhe oferecer³⁹². Em outros termos, a devoção que, em tantos trechos é ironizada por Lisboa, é senão uma prática vazia e dissimulada. Trata-se de um homem que além de tudo é apaixonado por si:

³⁸⁹ *Ibidem*, p. 123.

³⁹⁰ Tratamos da questão no capítulo anterior.

³⁹¹ Em 1994, Pécora publicou sua tese, *Teatro do Sacramento*, que se tornou uma das mais citadas e importantes produções historiográficas sobre o padre Antônio Vieira, por demarcar novas perspectivas de análise para a saturada historiografia vieiriana. Desse modo, ao afirmar que o “modo sacramental” fundamenta o pensamento de Vieira, Pécora demonstra como é indissociável os aspectos litúrgicos, retóricos e político-teológicos nas obras do jesuíta. Cf. Apêndice A. PÉCORA, Alcir. **Teatro do Sacramento**: a unidade teológico-retórico-política dos sermões de Antônio Vieira. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp; São Paulo: Edusp, 2008.

³⁹² “É muito possível que o P. Antônio Vieira não quisesse se desligar de uma ordem poderosa, de cuja influencia muito se poderia ajudar em dadas eventualidades; mas disto a sacrificar-se por ela vai larga distancia, e não foi certo empregando-se exclusivamente em missões políticas durante tantos anos que ele procurou dar-lhe prova da sua devoção e amor, logo em seguida dissensões tão graves”. LISBOA, João Francisco. **Vida do Padre Antônio Vieira**. Clássicos Jackson. vol. XIX. Rio de Janeiro: W. M. Jackson Inc., 1964, p.160-161.

[...] de todas as paixões do P. António Vieira a mais forte e preponderante, a que talvez absorvia todas as outras, era a de sua personalidade, ou amor e admiração exagerados de si mesmo. Assim, para a realização de suas profecias que interpretava, não via ele época mais asada, que aquela em que vivia; e era menos a ressurreição de D. João IV que sonhava, que a da grande privança que gozara no seu reinado. A sua vaidade o levava ao extremo de ver a si mesmo nas obscuras alusões do Bandarra.³⁹³

Ao descortinar as intenções egoístas da profecia que vislumbrava o renascimento de D. João IV³⁹⁴, Lisboa ataca os escritos aos quais Vieira possuía maior apreço: suas profecias³⁹⁵. A ambiguidade do padre reside em sua dissimulação, um jogo de personalidades que obscurece sua verdadeira face. Para Lisboa, “em todo o curso da vida de Vieira sempre o acharemos mais português, que jesuíta, mais amigo da pátria, da corte, e dos grandes, que da sua ordem [...] e antes como objecto e fim principal de seus desvelos”³⁹⁶. Com isso questionamos: se Vieira era modelo de uma prática jesuítica, logo então a crítica pode ser estendida a todos da Ordem? O homem que foi modelo de sua instituição refletia um problema de ordem institucional? Ao que parece, o propósito de Lisboa era o de esvaziar da Companhia de Jesus todo o sentido religioso, expondo um dos seus baluartes. O historiador e jornalista oitocentista não chega a nos dar uma resposta literal, mas é importante recordamos que o padre era membro “de uma das ordens regulares mais ricas e poderosas, em um tempo em que o clero sustentava sem reboço que a igreja devia ao estado as suas orações, não os seus bens”³⁹⁷.

³⁹³ *Ibidem*, p. 192-193.

³⁹⁴ Em meio às tensões vividas no Maranhão, o jesuíta recebeu a notícia do falecimento de D. João IV, abalando mais ainda as suas expectativas, pois o processo de restauração política portuguesa estava ameaçado e, com isso, todo o esforço empregado pela consolidação de um projeto milenarista poderia se esvaír. Em 1659, em uma carta escrita ao Padre André Fernandes, intitulada *Esperanças de Portugal*, Vieira profetizou a ressurreição do Rei D. João IV. No texto, o autor sustenta sua argumentação com base no mito da aparição de Cristo a Afonso Henriques, citando explicitamente o profeta Bandarra. A carta é enviada a André Fernandes para ser entregue a D. Luisa Gusmão. No percurso de entrega, ela foi aberta e seu conteúdo foi difundido. Algumas cópias foram entregues ao tribunal no ano de 1660. Cf. VIEIRA, Antônio. **Esperanças de Portugal, Quinto Império do Mundo**. Lisboa: Ática, 2007.

³⁹⁵ VIEIRA, Antônio. **Cartas**. Organização e notas de João Lúcio de Azevedo. São Paulo: Globo, 2008, v. 2, p. 681.

³⁹⁶ LISBOA, *op. cit.*, p. 273.

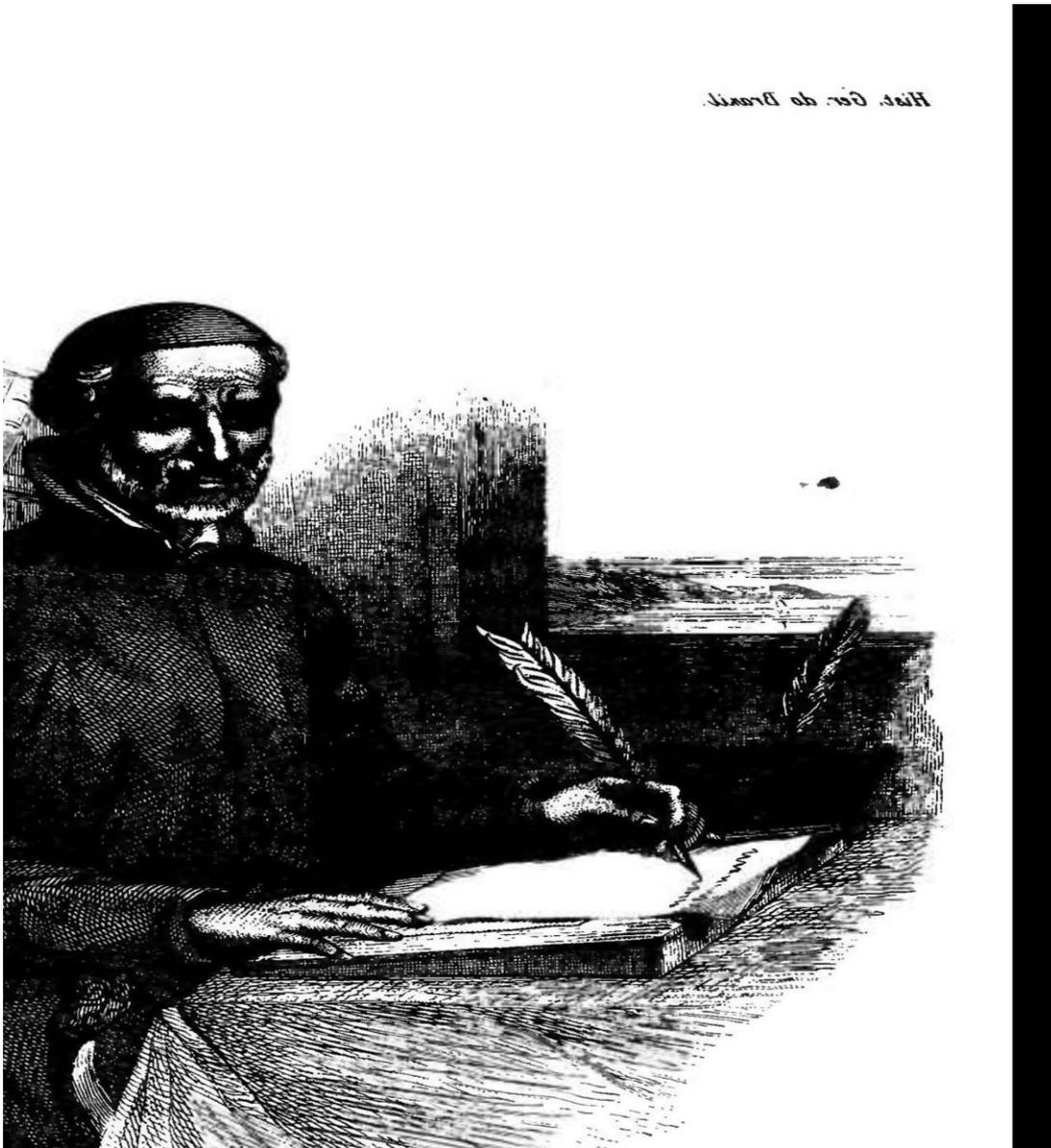
³⁹⁷ LISBOA, João Francisco. **Vida do Padre Antônio Vieira**. Clássicos Jackson. vol. XIX. Rio de Janeiro: W. M. Jackson Inc., 1964, p. 34.

Já afirmamos que a ambiguidade também é elemento percebido na escrita varnhageriana, mas em proporções e conjuntos argumentativos diferentes. Não podemos afirmar que Varnhagen atribuiu a Vieira somente elogios ao proselitismo, o que nos leva a compreensão de que a ambiguidade foi fenômeno comum ao historiador sorocabano. Se por um lado, a atividade oratória e letrada do padre o tornaram genial; por outro lado, não se pode negar a relação dele com sua ordem religiosa. Com esse paradoxo, a figura de Antônio Vieira oscilará na escrita de Varnhagen, mesmo que ainda predomine o elogio.

A presença de Vieira na obra é extensa e mereceu uma ilustração, o que evidencia a notoriedade e importância de sua figuração na narrativa varnhageriana. E, como pode ser vista a seguir, a imagem do padre se remete, sobretudo, à sua atividade letrada, manifestada desde sua juventude³⁹⁸. Desse modo, o jesuíta é retratado sentado à mesa, escrevendo, fazendo o que para Varnhagen o tornara genial.

³⁹⁸ Para Varnhagen, a vocação para a escrita já acompanhara Vieira desde sua mocidade: “*Annua* da Província Brazilica da Companhia de Jesus em 1624 e 1625, escripta pelo padre Antônio Vieira, ainda então mui joven, mas já manejando a penna com a facilidade, lucidez e brilho, com que veiu mais tarde a distinguir-se tanto nas letras”. VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História geral do Brazil antes da sua separação e independência de Portugal**. 2. ed. Rio de Janeiro: Laemmert, 1870. t. 2, p. 685.

Figura 2 – Imagem de Vieira na *História Geral do Brasil*.



Fonte: VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História geral do Brasil antes da sua separação e independência de Portugal**. 2. ed. Rio de Janeiro: Laemmert, 1870. t. 2, p. 727.

Para analisar a qualidade erudita e retórica de Vieira, o historiador brasileiro referencia o Bispo de Vizeu³⁹⁹, exaltando sua vastíssima compreensão e clareza em

³⁹⁹ O escrito biográfico do bispo de Vizeu, D. Francisco Alexandre Lobo, *Discurso histórico e crítico acerca do padre Antônio Vieira*, é um exemplo do proselitismo em favor da memória vieiriana. Escrita por volta do início do século XIX e republicada em 1897, a obra, assim como a biografia de André de Barros, tende a exaltar os feitos do jesuíta e sua importância para a história da pátria lusitana. Para o bispo de Vizeu, Vieira foi um amante da religião e de sua pátria – mesmo que muitas vezes elas não o tratassem devidamente –, criando a imagem do jesuíta como um personagem injustiçado pela história. LOBO, D.

tornar palpável o conhecimento profundo. O estilo agudo e a linguagem sempre correta configuram a leitura sobre o padre, como é possível notar:

Concluiremos declarando quanto reconhecemos que era o Pe Vieira dotado de espirito agudo e prompto, bastante instruído, de muito engenho, e fácil e sentencioso no dizer. O seu estylo, corrente e vivo, é as vezes magestoso. Sua linguagem é sempre correcta, agradável e pura.⁴⁰⁰

No entanto, a qualidade sublime e rara é contraposta a necessidade de “mais imaginação, menos ambição de parecer singular (...) e mais sensibilidade”⁴⁰¹, qualidades presentes nos modelos de oradores sagrados que existiram na história, tais como Bossüet, Bourdaloue, Mabillon, Fléchier, Fleury e Fénelon e Massillon. Para Varnhagen, Vieira só escrevia e falava ao entendimento, ao seu coração faltava a sensibilidade dos grandes teólogos e escritos sacros. Trata-se, portanto, de uma escrita predominantemente dotada de razão – “só falava ao entendimento; do coração nem se ocupava, ou o fazia com pouco resultado. Tratava de convencer com razões; poucas vezes de mover os affectos”⁴⁰².

Formulação parecida construiu Francisco Lisboa ao narrar a tentativa de Vieira em ceder Pernambuco. O padre jesuíta, que se justificava pela “dura lei da necessidade”⁴⁰³, agiu com a “cegueira política, verdadeira ou afectada, só igual a dureza de seu coração [...] apenas achou na sua eloquência inspirações e acentos para

Francisco de Alexandre. **Discurso histórico e crítico acerca do padre Antônio Vieira**. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1897.

⁴⁰⁰ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História geral do Brazil antes da sua separação e independência de Portugal**. 2. ed. aum. e melh. Rio de Janeiro: E. & H. Laemmert, 1877, t. 2, p. 728.

⁴⁰¹ “Como litterato deixaremos que o critique um dos seus mais respeitáveis juizes, o bispo de Vizeu D. Franc. Alex. Lobo: o gênio de Vieira, diz este exímio acadêmico”, bem que raro e sublime, não foi completo. A entendimento estupendo, a memória felicíssima, não se ajuntou poderosa fantasia e imaginação rica e suave, que tudo pinta, tudo anima, tudo torna interessante, ou com viva propriedade de cores, ou pelo grave movimento e vida das imagens, ou por mimosa brandura de affectos. A compreensão era vastíssima, a elevação ou profundidade eram, soffra-se um termo encarecido, immensas, a rectidão e coherencia e até a prontidão eram realmente admiráveis. A todos os objectos, a todas as matérias abrangia, como disposto e preparado para todos. As mais remontadas questões sabiam, sem lhes diminuir a autoridade, pôr ao alcance fácil dos ouvintes e leitores: as mais profundas sabia tirar do seu abysmo e fazer accesíveis ao conhecimento vulgar; as mais obscuras sabia trazer á conveniente clareza; as mais empeçadas sjhia dispor em ordem bem natural e desimpedida”. *Ibidem*, p. 727.

⁴⁰² *Idem*.

⁴⁰³ LISBOA, João Francisco. **Vida do Padre Antônio Vieira**. Clássicos Jackson. vol. XIX. Rio de Janeiro: W. M. Jackson Inc., 1964, p. 94.

escarnecer os colonos na sua dor, e insultá-los nos seus sentimentos de abnegação e patriotismo”⁴⁰⁴.

4.4 - Em torno da contradição

A dubiedade em torno de Vieira, que tangencia igualmente a sua eloquência e retórica, não é comum somente a Varnhagen e a Lisboa. Segundo Paulo Fernando de Oliveira, autores portugueses, como Almeida Garret e Pinheiro Chagas, são exemplares dessa típica ambiguidade⁴⁰⁵.

A leitura varnhageriana possui certa semelhança com as realizadas pelo escritor de *Bosquejo da Poesia portuguesa*, publicado em 1826, e pelo romancista Pinheiro Chagas⁴⁰⁶, que em 1873 publicaria *O juramento da Duquesa*. Almeida Garret retrata o jesuíta de forma repartida. Para Paulo Fernando de Oliveira, o padre jesuíta formulado por Garret foi analisado em três camadas⁴⁰⁷. Assim como o autor brasileiro, o autor oitocentista português releva sua crítica ao afirmar que o jesuíta é exemplar do sincero entusiasmo nacional, caracterizando-o como personagem histórico que procurou defender a pátria lusitana, mesmo quando essa ainda se encontrava ameaçada pelo temor habsburguiano. Garret também reconhece a erudição, talento e “desmedido engenho”, mas contrapõe a isso a latente característica gongorista⁴⁰⁸. Para o autor, o gongorismo, ainda presente na sociedade portuguesa pós-restauração, influenciado pela “lepra castelhana”, absorveu o mau gosto literário que contaminou Antônio Vieira e seus contemporâneos portugueses.

De modo semelhante, Pinheiro Chagas escreve dois capítulos em seu livro, nos quais Vieira é um personagem-chave. Assim, ao tratar do processo de restauração portuguesa da década de 1649, Chagas toma a participação do jesuíta como exemplo de sua fidelidade nacional, que se materializou no pragmatismo da oratória dos seus

⁴⁰⁴ *Idem*.

⁴⁰⁵ OLIVEIRA, Paulo Fernando da Motta. Aspectos da recepção de Vieira por escritores portugueses oitocentistas. In: CONGRESSO INTERNACIONAL TERCEIRO CENTENÁRIO DA MORTE DO PADRE ANTÓNIO VIEIRA, Lisboa. *Actas* [...]. Braga: U.C.P.; P.P.C.J, 1999. v. 3. (Memoriabilia Cristiana, 9).

⁴⁰⁶ GARRETT, Almeida. *Bosquejo da história da poesia e língua portuguesa*. In: GARRETT, Almeida. **Obras de Almeida Garret**. Porto: Lello & Irmãos, 1963. v. 1, p. 479-517.

⁴⁰⁷ CHAGAS. Pinheiro. **O juramento da Duquesa**. Rio de Janeiro: Otto Pierre Editores, 1978.

⁴⁰⁸ Para entender a construção do gongorismo. Cf. BEVERLEY, John. Sobre Gongora y el gongorismo colonial. **Revista Ibero Americana**, v. 47, n. 114-115, p. 33-44, janeiro/jun. 1981.

sermões, cuja maior finalidade era fomentar a concórdia e a unidade política lusitana. Contudo, o autor não deixa de assinalar sua crítica à literatura desagradável do jesuíta.

Nesse sentido, o personagem difuso, mosaico de recortes ambíguos, não nos parece ser um fenômeno típico brasileiro. O curioso é pensarmos que a exaltação nacionalista esteve associada a uma crítica literária, a qual, no caso dos intelectuais portugueses, pode ser compreendida por uma influência das leituras barrocas, no sentido em que se manifesta tanto em uma crítica de ordem estética – geralmente sob a argumentação de uma arte menor –, quanto pela derivação da qual se pensava o barroco como uma nítida manifestação de conciliar os inconciliáveis, práxis incoerente por essência, desprovida de qualquer racionalidade possível⁴⁰⁹.

Afirmamos no capítulo anterior que o conceito de política instrumentalizado pela historiografia não era amplo como hoje é discutido, isto é, não era possível refletir sobre uma cultura política. Em outros termos, o ideal de Estado laico conformava uma segmentação entre o fazer político e o fazer religioso. Com isso, não é de se surpreender que qualquer religioso com intenso fluxo entre os assuntos da Coroa e da Igreja, como foi Vieira, tenha despertado receios. Para racionalizar um processo histórico complexo, escritores oitocentistas tiveram que fazer uso de instrumentos conceituais com os quais pudessem categorizar as confusas relações políticas do século XVII.

As noções de barroco associaram-se ao processo de segmentação citado no parágrafo anterior. Nesse sentido, há de se pensar historicamente tais noções ao entendê-las como instrumentos conceituais, cujas projeções de valores estão fundadas em uma epistemologia moderna, diferente da lógica cultural ibérica do século XVII. É importante salientarmos que o barroco enquanto objeto de investigação e instrumento de análise literária possui diversas abordagens e sofreu inúmeras atualizações após o século XIX. As obras de José Maravall, *A Cultura do Barroco*⁴¹⁰, e de Deleuze, *A dobra: Leibniz e o barroco*⁴¹¹, são exemplares dessas renovações no século XX. Nesse sentido, as considerações que fizemos sobre o barroco se limitam tão somente ao contexto das produções intelectuais oitocentistas.

⁴⁰⁹ HANSEN, João Adolfo. Barroco, Neobarroco e outras ruínas. **Estudos Portugueses**, Salamanca, n. 3, p. 171-217, 2003.

⁴¹⁰ Trata-se de uma das leituras mais recorrentes, formulando o conceito como uma manifestação cultural do século XVII e que representou uma reação às crises de seu tempo, conformando uma tendência literária, artística e filosófica de expressão. MARAVALL, José Antônio. **A Cultura do Barroco**: análise de uma estrutura histórica. São Paulo: EDUSP, 1997.

⁴¹¹ DELEUZE, Gilles. **A dobra**: Leibniz e o barroco. Campinas: Papirus, 1991.

No entanto, a historiografia que atrelou o barroco a Vieira esteve amparada em um conceito de barroco fundado no século XIX. O *Dicionário da Academia Francesa*, publicado no ano de 1740, e a *Encyclopédie Méthodique*, de 1788, traziam definições depreciativas do termo barroco⁴¹², formuladas sob a ideia de imperfeição. Em 1797, o *Dicionário de Belas Artes*, publicação espanhola, reforçava a dimensão pejorativa do termo: “Barroco é o superlativo do extravagante, o excesso do ridículo”⁴¹³. Segundo Carla Mary Oliveira, tal visão se estendeu até o final do século XVIII e persistiu por quase todo o século XIX⁴¹⁴.

João Adolfo Hansen, ao reexaminar o conceito, nos aponta um fato interessante a respeito da sua construção no século XIX. Para o autor, barroco não é um conceito de época e foi inventado em um momento em que as produções artísticas do século XVII passaram por profundas críticas, associando ao conceito a ideia de imperfeição e irracionalidade. Exemplar disso é a posição de Jacob Burckhardt que, em 1855, propôs que o Barockstyl era um “dialeto selvagem” da linguagem renascentista⁴¹⁵. Em 1888, Wöllflin produziu um esquema explicativo em cinco pares de oposições entre “clássico” e “barroco” para identificar as artes plásticas dos séculos XVI e XVII⁴¹⁶. Trata-se de uma leitura neokantiana de estética sem qualquer preocupação com a historicidade do conceito. Diante dessa orientação conceitual, outras noções de barroco foram construídas, sempre no sentido de homogeneizar representações culturais de um dado recorte. Disso se desdobraram as seguintes generalidades: pictórico, fusionismo, contraste, desproporção, deformação, acúmulo, excesso, exuberância, dinamismo, incongruência, dualidade, sentido dilemático, gosto pelas oposições, angústia, jogo de palavras, niilismo temático, horror do vácuo.

Como salienta João Adolfo Hansen, nas escritas literárias nacionais, a classificação de um dado tempo como barroco segue “o pressuposto teleológico de que as mudanças estéticas se alinham como superações que expressam o nacional, ‘barroco’

⁴¹² TRIADÓ, Juan Ramón. **Saber ver a arte barroca**. São Paulo: Martins Fontes, 1991, p. 3.

⁴¹³ *Idem*.

⁴¹⁴ OLIVEIRA, Carla Mary da Silva. Dobras e redobras: uma discussão sobre o Barroco e suas interpretações. **Política & Trabalho**, João Pessoa, v. 15, n. 15, p. 151-165, 1999, p. 152.

⁴¹⁵ BURCKHARDT, Jacob. **A cultura do renascimento na Itália**: um ensaio. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

⁴¹⁶ WÖLFFLIN, Heinrich. **Renascença e barroco**. São Paulo: Perspectiva, 1989.

é etapa”⁴¹⁷. Transformado em alteridade, o barroco passa a ser lido por meio de uma perspectiva temporal que possui na ideia de progresso sua estrutura de sentido.

Ao tratar Vieira como um autor barroco, o que Almeida Garret e Pinheiro Chagas fizeram foi inseri-lo em um conjunto de designações que fizesse sentido para teleologia moderna, a qual pressupõe o barroco como um estágio de evolução. Ao operar com essa matriz de conceituação barroca, toda a complexidade histórica, que envolvia as relações do jesuíta seiscentista, é reduzida a ideia de contradição e irracionalidade. Sob essa perspectiva, foram operados conceitos de política e religiosidade estranhos aos praticados no século XVII.

Paralelas ao uso do barroco como instrumento conceitual, existiram operações historiográficas, que já deflagravam o problema da incoerência do padre Vieira. Curiosamente, os textos de João Francisco Lisboa e Francisco Adolfo de Varnhagen não se referiam ao jesuíta como um autor barroco, o que inviabiliza um estudo mais aprofundado sobre a questão. Mesmo que não haja o uso da terminologia, é comum aos historiadores o fato de enxergar Vieira como um indivíduo contraditório. Nesse sentido, a lógica da nossa argumentação se mantém ao apontar uma condição preponderante na cultura moderna: a dissociação histórica entre a política e a religiosidade.

Diferente de Garret, que enxergava no jesuíta os “excessos retóricos”; em Varnhagen, se existe um olhar sobre o barroco, esse incide indiretamente quando se projeta em Vieira a ideia de um homem contraditório. De forma mais concisa, é inexistente o termo barroco nos escritos do historiador brasileiro e, possivelmente, o seu uso poderia deslegitimar a referência do jesuíta como expoente literário – é bom recordarmos, pois se trata de “um dos mais poderosos agentes que contribuíram para a regeneração moral, e até literária, da nova colônia”⁴¹⁸, assim prossegue argumentando Varnhagen:

As suas lições e os seus estímulos deram ainda aos púlpitos, além de outros pregadores brasileiros, Antônio de Sá e Eusébio de Mattos.

⁴¹⁷ HANSEN, João Adolfo. Barroco, Neobarroco e outras ruínas. *Estudos Portugueses*, Salamanca, n. 3, p. 171-217, 2003.

⁴¹⁸ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Ensaio histórico sobre as letras no Brasil [1847]*. Rio de Janeiro: Fundação da Biblioteca Nacional, s/d, p. 4. Disponível em: http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/livros_eletronicos/ensaiohistorico.pdf. Acesso em: 10 dez. 2017.

Este foi, além disso, o primeiro brasileiro que se deu à poesia religiosa. E, por uma notável singularidade, a guerra contra os holandeses, que foi um tônico para o povo, que serviu de motivo de inspiração a Vieira de muitos de seus rasgos mais eloquentes, que lembrou mais uma comédia ao imortal Lope de Vega.⁴¹⁹

No *Ensaio histórico sobre as letras no Brasil*, publicado primeiramente em 1847, o historiador brasileiro entende Vieira como propulsor de uma atividade literária, estimulando inclusive o aparecimento de escritores como Eusébio de Matos e Antônio de Sá. É curioso notarmos que o mesmo sermão ressaltado e elogiado por Francisco Lisboa é colocado como grande exemplo de eloquência, motivo de comparação com Félix Lope de Vega y Carpio (1562-1635), um dos mais saudados dramaturgos de seu tempo.

No que concerne ao apontamento dos problemas de ordem literária, a crítica é voltada ao distanciamento entre Vieira e as referências da oratória sacra de sua época; como visto anteriormente, justificada pelo pouco uso do afeto na escrita. Nesse aspecto, Varnhagen não prossegue sua argumentação, o que deixa em aberto as razões que o levaram a considerar o jesuíta um escritor sem afeto. O que poderia então explicar a escrita dura e pouco afável do padre seiscentista? A hipótese que sustentamos é a de que o vínculo do padre com a Companhia de Jesus e, por consequência, todas as suspeitas e denúncias iluministas reverberaram na escrita de Varnhagen sobre a questão. Segundo o historiador do IHGB, o padre era mais um homem voltado ao mundano do que propriamente aos aspectos litúrgicos e sagrados da prática religiosa. Apegado às causas temporais do mundo e aos assuntos de governo e política, elementos que tornam Vieira um personagem de natureza política:

Más nota-se inquestionavelmente nos seus sermões, mais apego às coisas da terra do que às de céu. Os que mais reputação lhe adquiriam foram justamente aquelles em que elle se occupava antes das coisas mundanas e assumptos do governo que das espirituaes e divinas. — Na apostrophe a Deus do sermão contra as armas hollandezas pregado em 1640, que tanta nomeada lhe grangeou, é sublime, mas não andou muito longe da heresia, a qual depois attingiu, quando a inquisição o perseguiu por se metter a profeta.⁴²⁰

⁴¹⁹ *Idem.*

⁴²⁰ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História geral do Brazil antes da sua separação e independência de Portugal**. 2. ed. Rio de Janeiro: Laemmert, 1870. t. 2, p. 727.

Mesmo que Vieira fosse considerado notável e genial, a sua condição institucional não foi esquecida, pois ela serviu-lhe para qualificar a ambição temporal *típica* dos inacianos. Com isso, a desqualificação religiosa de Vieira segue à medida que o historiador referencia as acusações inquisitoriais, flertes com a heresia, culminando no momento em que o padre se manifestou profeticamente, em outros termos: “meteu-se a profeta”.

Varnhagen relativiza o aspecto religioso do padre, o que não o desqualifica enquanto indivíduo: um gênio letrado e homem devoto à sua nação. Na formulação do personagem, se sobressaem suas características políticas. E, com isso, o historiador pormenoriza a ideia do padre como um político implacável, cuja praticidade estaria supostamente à frente de todos:

Foi um verdadeiro gênio; mas sem tino pratico, e que pouco" havia neste sentido aproveitado das lições do mundo, que tanto» alias recorrera. — Para missionário lhe faltava mais piedade e mais caridade: Vieira antes era duro de coração, e muito vingativo. Para diplomata mais discrição e mais modéstia e um espirito menos visionário. Para a politica tinha grande propensão, e quasi diremos que vocação decidida, e em nossos dias houvera sido um exímio deputado; e a tenacidade em sustentar suas opiniões e sua firmeza de caracter o recomendariam também para ministro da coroa. Neste século a sua ambição não se houvera manifestado com adulações á corte, nem aos grandes; mas talvez sim com ataques a estes, e com humilhantes thuribuladas á plebe desordeira e demagógica.⁴²¹

O trecho citado sintetiza a ambiguidade projetada em Vieira como personagem da *História Geral do Brazil*. Varnhagen é enfático ao qualificar o padre enquanto um gênio, mas o perfila com diversas ponderações, algumas das quais possuem semelhança com o que destaca João Francisco Lisboa. O coração duro e a ambição foram características apresentadas nas duas narrativas. A personalidade política poderia ser considerada como ponto análogo, mas acerca dela podemos identificar diferenças nas abordagens historiográficas. Tanto Lisboa como Varnhagen enxergam uma ambição política na vida do padre jesuíta. Todavia, o jornalista maranhense o entende como diplomata improvisado, afinal tratava-se da sua verdadeira profissão. Nessa perspectiva, a ambição foi construída por uma experiência diplomática

⁴²¹ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História geral do Brazil antes da sua separação e independência de Portugal**. 2. ed. Rio de Janeiro: Laemmert, 1870. t. 2, p. 726.

fracassada; Varnhagen, por sua vez, entende que a propensão política de Vieira o tornaria no século XIX um exímio deputado.

Curiosamente, o Vieira genial não é o personagem jesuíta, mas o que se revela em dois aspectos: a escrita e a oratória. Trata-se do homem de raras qualidades letradas e de eloquência singular; assim, quando a crítica atinge a sua oratória e linguagem é justamente pela ausência de afeto e sentimento, característica de um jesuíta. Nesse sentido, é importante ressaltarmos que tanto Lisboa quanto Varnhagen não expressam literalmente a nossa última afirmação, mas é evidente a relação, uma vez que ambos não deixam de ilustrar a Companhia de Jesus e seus membros como personagens de natureza política, sempre ambiciosos por poder. Portanto, a genialidade letrada apontada é sempre ressaltada pela sua condição jesuítica.

Reside no Vieira, escrito por Varnhagen, o caráter e a firmeza que o tornaram um digno conselheiro da Coroa, homem que não sucumbiria às adulações que a corte poderia fazer e nem muito menos aos grandes colonos escravistas. Era, portanto, um líder que combateu os colonos escravistas do Maranhão e do Grão-Pará, os quais o historiador fez questão de intitular como “plebe desordeira e demagógica”. Imagem análoga a que João Francisco Lisboa cria ao criticar os colonos escravistas. O Vieira, elogiado por Lisboa, reside nesse aspecto, que serve para criar o antagonismo com os colonos maranhenses do século XVII. Como vimos no segundo capítulo, o objetivo da retórica empregada por Lisboa era o de estabelecer uma crítica a seus interlocutores, nesse caso: expor as origens nefastas da sociedade oitocentista maranhense. Evidencia-se no personagem criado por Lisboa talvez o aspecto que mais se distingue da abordagem presente em Varnhagen: a nacionalidade do padre jesuíta. Enquanto o primeiro considerava Vieira um traidor nacional, o segundo o tinha como um patriota, homem que ao Brasil possuía genuína devoção.

Ao definirmos João Francisco Lisboa e Varnhagen como pontos de partida, poderíamos supor que aí estaria dada uma relação de antagonismo nas representações historiográficas. A consideração de que existe em Vieira um autor de retórica primorosa, digno de reconhecimento, aparece em Lisboa e Varnhagen. No entanto, a relação entre a função autor e a construção do personagem histórico segue dinâmicas diferentes. O personagem, criado pelas respectivas narrativas, ora converge em abordagens de denúncia e elogio, ora toma desfechos diferentes. É bom nos recordarmos que, em Portugal, onde a figura do padre já era objeto de disputa desde o

século anterior, revestia-se sobre a imagem de Vieira uma polêmica formular. Na historiografia brasileira, em plena erupção da identidade nacional, agregaram-se às imagens de Vieira outras interdições discursivas, responsáveis pela fabricação de novas narrativas. Trata-se de um efeito sob efeito, um desdobramento de operações historiográficas que confere à imagem de Vieira outras nuances.

Um homem vingativo e de coração duro, visto mais como um personagem político do que propriamente um religioso. Essa consideração decorre da reflexão do nosso primeiro capítulo. Trata-se de um olhar moderno, que, estranho à experiência religiosa seiscentista, produziu a ideia de que as dimensões política e religiosa são incongruentes. Talvez esse seja o maior ponto de convergência entre as escritas de Varnhagen e Lisboa. Dessa consideração em diante, os usos da figura de Vieira nas narrativas de cada historiador seguiriam caminhos diferentes.

O filho de duas pátrias serviu como uma das pontes necessárias ao estabelecimento de um vínculo histórico e civilizatório com Portugal, aspecto elementar na narrativa do escritor da *História Geral do Brazil*. Se Vieira não foi um herói, coube-lhe a imagem de brilhante intelectual e indivíduo munido por notável compromisso nacional. O que ele tinha de problemático muito se devia à sua relação com a Companhia de Jesus, sua genialidade não provinha de sua formação inaciana, sobrava então o indivíduo, agente histórico autônomo, um ente trans-histórico.

Vejamos que as qualidades que brotam de Vieira derivam muito mais de sua propensão individual (“vocação decidida”) do que de sua relação com a Ordem. O Vieira elogiado é aquele que transcende a sua condição jesuítica, expressão moderna de indivíduo sujeito que antecede o tempo para nele firmar o sentido de seu percurso histórico. O personagem que interessou ao elogio de Varnhagen foi o indivíduo que iluminou a tão obscura colônia aos olhos da Europa. Se não é esse o gigante que surgiu em André de Barros, nos parece ao menos uma peça dentro de um engenho narrativo, no qual a ideia de Brasil move os sentidos da escrita.

Podemos considerar que a diferença entre o Vieira de Varnhagen e o jesuíta biografado por Lisboa é a importância que o padre desempenharia na afirmação identitária nacional da *História Geral do Brazil*, o que inexistia na escrita combativa do criador do *Timon*. Por outro lado, o Vieira de Lisboa também está no âmbito da afirmação da identidade patriótica, na medida em que as condições de existência de um

“traidor da pátria” acontecem no próprio funcionamento do patriotismo. Na escrita do jornalista maranhense, o antijesuitismo se manifesta com a ponderação de uma qualidade letrada do padre. Além disso, a figura do jesuíta é reconhecida positivamente quando se trata dos imbrólios com os colonos do Maranhão. Para todos os efeitos, Vieira é representado como um personagem político, um indivíduo sem o compromisso religioso. A religiosidade manifestada é parte de uma dissimulação, cortina de uma atividade política falseada. A biografia de João Francisco Lisboa é, nesses termos, uma deflagração histórica, revelação de uma traição.

Para que fossem racionalizadas as discontinuidades no conjunto de referências e documentações sobre Vieira, as ambiguidades históricas do personagem foram representadas como manifestação de uma contradição essencial. À luz de uma arqueologia do conhecimento moderno, a complexidade das relações estabelecidas entre Vieira e o mundo do século XVII ganhou contornos de polêmica. Surgia, assim, a figura de um personagem histórico incoerente e contraditório.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um monge descabelado me disse no caminho: Eu queria construir uma ruína. Embora eu saiba que ruína é uma desconstrução. Minha ideia era fazer uma coisa com jeito de tapera. Alguma coisa que servisse para abrigar o abandono, como as taperas abrigam. Porque o abandono não pode ser apenas um homem debaixo da ponte, mas pode ser também um gato no beco ou uma criança presa num cubículo. O abandono pode ser também de uma expressão que tenha entrado para o arcaico ou mesmo de uma palavra. Uma palavra que esteja sem ninguém dentro. (o olho do monge estava perto de ser um canto.) Continuou: digamos a palavra amor... A palavra amor está quase vazia. Não tem gente dentro dela. Queria construir uma ruína para salvar a palavra amor. Talvez ela renascesse das ruínas, como o lírio pode nascer de um monturo. E o monge se calou descabelado.⁴²²

O problema da modernidade em lidar com suas ruínas é, em certa dimensão, sintomático da relação que se estabelece com a morte. Como um taxidermista moderno, o IHGB em sua fundação já “compartilha os princípios norteadores de uma cultura histórica oitocentista, voltada para a luta contra a morte”⁴²³. Inominável, ela age como uma sombra em um tempo dominado pelo progresso. Sem conseguir eliminá-la, um recalque se apresenta tal como Freud afirmaria, um mal-estar foi instaurado na modernidade. Nesse sentido, a cultura histórica promovida e difundida no século XIX deve ser pensada como a deflagração de um luto. Não conseguindo digerir a ausência gerada pela modernidade, o passado se torna o corpo, a matéria de um taxidermista que, obstinado por classificar e nominar seus objetos, usa-os como elementos constitutivos para o seu lar.

A própria escrita expõe a morte de quem a escreveu⁴²⁴. Desse modo, o efeito de autoria pode ser pensado como uma tentativa de fazer o escritor, o

⁴²² BARROS, Manoel de. **Ensaio fotográficos**. Rio de Janeiro: Record, 2005, p. 31.

⁴²³ GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. A disputa pelo passado na cultura histórica oitocentista no Brasil. In: CARVALHO, José Murilo de (org.). **Nação e Cidadania no Império: novos horizontes**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. v. 1, p.107.

⁴²⁴ A respeito dessa questão, Foucault coloca a morte como segundo de reflexão preliminar sobre a escrita e autoria. Assim, escreve: “O segundo tema é ainda mais familiar; trata-se do parentesco da escrita com a morte. Esta ligação põe em causa um tema milenar; a narrativa ou a epopeia dos Gregos destinava-se a perpetuar a imortalidade do herói, e se o herói aceitava morrer jovem, era para que a sua vida, assim consagrada e glorificada pela morte, passasse à imortalidade, a narrativa salvava esta morte aceite. De modo distinto, a narrativa árabe - estou pensar nas Mil e uma Noites — tinha também como motivação, como tema e pretexto adiar a morte: contavam-se histórias até de madrugada para afastar a morte, para evitar o momento em que o narrador se calaria. A narrativa de Xerazade é o denodado reverter do assassinio, é o esforço de todas as noites para manter a morte fora do círculo da existência. A nossa

“proprietário” da escrita, resistente ao tempo. Disso, emerge o postulado moderno do autor como lugar originário da escrita. Para repensar as suas funções, é necessário encontrar o autor em sua própria ruína, o que significa, em outros termos, historicizá-lo, compreender seus efeitos nos discursos que atravessa.

Ao afirmarmos que seria necessário estabelecer uma desconstrução da imagem do padre na historiografia, inferíamos, com isso, o exercício analítico de examinar as operações que tornaram possível a representação de Vieira na narrativa da Nação. Para tal, foi imprescindível evidenciar a construção do personagem e do autor na constituição da imagem do padre. O autor dos aclamados *Sermões* e do *Papel Forte* foi construído em consonância com um conhecimento biográfico instituído. Nesses termos, pretendemos mostrar como a função autor esteve em articulação com a construção do personagem histórico.

Como afirmado ao longo de nossa tese, uma série de interdições formou a imagem do personagem histórico. Os processos de produção de Vieira podem não ser visíveis na formatação final dele enquanto produto, como são nos processos fabris da indústria moderna. Ao desconstruirmos Antônio Vieira em nosso recorte de pesquisa, pretendíamos apresentar e investigar o funcionamento das chaves de leitura, as quais conformaram e ainda conformam os modelos arbitrários de interpretação sobre a vida do padre Vieira. O nacionalismo, basilar para as narrativas que analisamos, é característico de uma grande questão da modernidade: a necessidade de circunscrever o passado em categorias de análises funcionais, racionalizando a complexidade histórica em produtos de consumo.

Antônio Vieira, a partir de tais abordagens, deve ser compreendido como personagem histórico, cujos traçados narrativos tangenciaram outras temporalidades. Trata-se de um palimpsesto, texto formado por camadas sob as quais estão inscritas diversas interdições. Com isso, percebemos a confluência de discursos adjacentes, os quais atravessaram e tornaram múltipla a imagem do padre. Não foi nossa pretensão

cultura metamorfoseou este tema da narrativa ou da escrita destinadas a conjurar a morte; a escrita está agora ao sacrifício, ao sacrificio da própria vida, apagamento voluntário que não tem de ser representado nos livros, já que se cumpre na própria existência do escritor. A obra que tinha o dever de conferir a imortalidade passou a ter o direito de matar, de ser a assassina do seu autor”. FOUCAULT, Michel. O que é um autor?. In: FOUCAULT, Michel. **Estética**: literatura e pintura, música e cinema. Tradução: Inês Barbosa. Rio de Janeiro: Forense, 2011. p. 272-273. (Ditos e escritos, III).

examinar a totalidade dos processos de fabricação do padre. Reiteramos nossa afirmação de que Varnhagen e Lisboa devem ser compreendidos enquanto ponto de partida. Ao fazermos tal recorte, entendemos que, por serem as matrizes interpretativas fundadoras para a construção do padre na história nacional brasileira, poderíamos compreender melhor a formação do estigma difundido pela historiografia: o de Vieira como indivíduo essencialmente contraditório, exemplo do barroco. O que de certo modo foi realizado por Alcir Pécora e João Adolfo Hansen no campo da crítica literária, a quem somos gratos pelas inestimáveis contribuições. No entanto, uma abordagem historiográfica sobre a questão era necessária, um exercício reflexivo que colocasse em perspectiva as escritas de Lisboa e Varnhagen sobre Vieira era uma lacuna enorme sobre o tema, espaço que procuramos contribuir com nossa tese.

O propósito de realizar uma desconstrução da escrita histórica relaciona-se à evidente necessidade que tínhamos de rever as operações que cristalizaram um olhar moderno sobre o fenômeno histórico do século XVII, responsável por produzir alteridades. No primeiro capítulo, o nosso percurso metodológico consistiu em explorar os processos de disputa em torno da fabricação historiográfica de Antônio Vieira. Com isso, propomos um exame das tensões que atravessaram os discursos de Lisboa e Varnhagen, evidenciando a condição de instrumento político que passou a ser agregada à imagem do jesuíta. Mesmo que os dois historiadores possuam reservas quanto à figura da Companhia de Jesus na história brasileira, os usos de Vieira em suas narrativas se diferenciaram. É importante notar que essa relação de diferença não se estabeleceu em uma oposição clara. A questão que sobreveio foi a de pensar o que diferenciava o padre dos demais jesuítas.

A partir desse questionamento, tornou-se necessário apresentar o universo cultural em que o padre seiscentista esteve inserido. Esse foi o mote do nosso segundo capítulo. Ao apresentarmos a invenção de Vieira nas operações portuguesas do século XVIII e XIX, procuramos demonstrar como Lisboa e Varnhagen referenciaram o personagem que estava assentado em dois núcleos de narrativa: o proselitismo português e a literatura antijesuítica. Com essas referências, os historiadores passaram a criar os moldes de suas narrativas sobre o padre.

Com o nosso terceiro e último capítulo, investigamos como a contradição construída tomou sua forma de fragmentação e dissimulação. Se não foi possível correlacionar às práticas religiosas e políticas a uma experiência histórica racional,

Varnhagen e Lisboa passaram a construir um personagem difuso, essencialmente contraditório. Em Lisboa, Vieira assume a forma de um padre dissimulado, indivíduo que possuía um compromisso político. Além disso, passou a ser a figura de uma instituição que já não estava em conformidade com o genuíno compromisso religioso.

Varnhagen, do mesmo modo que Lisboa, ponderou suas críticas por meio do elogio às qualidades letradas do padre. O personagem escrito pelo historiador constituía um dos elementos de legitimação da colonização portuguesa. Um brasileiro por devoção, uma vez que nasceu em Portugal. Contudo, não foi sem a suspeita antijesuítica que Vieira atravessaria a *História Geral do Brasil*. Por mais compromissado que fosse com sua pátria adotiva, a retórica do jesuíta, comparada com a de religiosos de seu tempo, revela um autor de coração duro. Tudo nos leva a crer que o aspecto religioso do padre foi minimizado, pois não era o missionário que interessava ao elogio varnhageriano. Assim como Lisboa, Varnhagen era um adepto do antijesuitismo, mas salvaguardava Vieira quando possível. O padre de ascendência portuguesa transcendia a condição de membro da Companhia de Jesus. Tratava-se de um gênio letrado, homem que levou o nome do Brasil à Europa, indivíduo acima de sua condição institucional.

A produção de uma narrativa histórica é fundamentalmente uma prática de desvio, um transbordar de sentidos. A história como produção de um campo de saber pode ser instrumento para os mais diversificados projetos políticos, estando a serviço dos interesses mais arbitrários aos mais libertários. O problema não é questionar a possibilidade de uma preservação da originalidade do discurso do padre. Não se trata mais disso. O mundo em que o padre viveu, a totalidade de suas intencionalidades históricas e de seus referentes, não é acessível a nós. A potência do texto vieiriano está além de uma intencionalidade primeira. Afinal, se o jesuíta foi um gigante se deve às reverberações de seus textos, que transbordaram o seu tempo.

Ao compreender a função autor como produto de uma fabricação, estamos colocando em xeque o lugar originário da escrita, fundamento moderno que cria a exteriorização arbitrária sobre a leitura e a interpretação. Entendemos por abordagem historiográfica um exercício de reflexão sobre os usos do passado. Ao aplicarmos tal abordagem a uma historiografia sobre Vieira, o estudo deve servir tanto para os que investigam a cultura histórica oitocentista quanto para os próprios estudiosos da documentação do padre. Como leitores e pesquisadores sobre Vieira no século XVII, entendemos que, ao desconstruirmos as operações historiográficas presentes na

crystalização e na monumentalização do jesuíta, nas quais estão assentadas diversas anacronias, novos olhares podem ser lançados. Refletir sobre a escrita da história é um ato de libertação. É nesse sentido que a metáfora da ruína presente no poema de Manoel de Barros nos permite enxergar o exercício de desconstrução, a potencialidade de uma renovação sobre a história.

Portanto, seria possível um estudo biográfico sobre Vieira em nossa contemporaneidade? Em que medida uma narrativa histórica sobre o jesuíta pode se mostrar relevante? A consideração de Pierre Bourdieu sobre a produção biográfica, nesse aspecto, pode gerar a inviabilidade de uma investigação biográfica como objeto de estudo. Os trajetos de vida de sujeitos históricos, os quais por bastante tempo foram relegados pelo interesse historiográfico, têm se mostrado, sob diversos aspectos, uma abordagem possível e frutífera⁴²⁵.

Alexandre de Sá Avelar, ao refletir sobre o tema, nos oferece uma compreensão ampla sobre o problema da investigação biográfica e as possibilidades para a escrita da história⁴²⁶. Mais do que considerar a biografia a tentativa de ordenar o caos do mundo em uma narrativa linear individual, é possível explorar a singularidade das experiências dos sujeitos históricos, ou, como escreve Jacques Revel, considerar “a importância de uma experiência singular mais que a de uma exemplaridade destinada a encarnar uma verdade ou um valor geral”⁴²⁷. Diferente do que Varnhagen e Lisboa fizeram, ao conformarem as descontinuidades do padre Vieira em um esquema explicativo lógico à luz da modernidade, as ambiguidades e complexidades históricas do século XVII podem ser objeto de apreciação e de investigação da nossa disciplina.

Assim como Avelar, Maria da Glória de Oliveira disserta sobre a produção das narrativas dos sujeitos, apresentando outro panorama teórico da questão. Em seu artigo, “Quem tem medo da ilusão biográfica? Indivíduo, tempo e histórias de vida”, a aproximação com Paul Ricoeur surge como uma possibilidade de análise para alguma estrutura

⁴²⁵ “O gênero biográfico passou a operar menos com o pressuposto das identidades fixas, talhadas à maneira das estátuas de bronze e, cada vez mais, com uma miríade de traços fragmentados e heterogêneos (os “biografemas” de Barthes), para sublinhar o caráter plural, múltiplo e paradoxal das ações e itinerários individuais”. OLIVEIRA, Maria da Glória de. Quem tem medo da ilusão biográfica? Indivíduo, tempo e histórias de vida. **Topoi**: revista de história, v. 18, p. 429-446, 2017, p. 437.

⁴²⁶ AVELAR, Alexandre de Sá. Traçando destinos: desafios narrativos e éticos da biografia histórica. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, v. 177, p. 119-148, 2015; AVELAR, Alexandre de Sá. História, tempo presente e testemunho: ainda em torno dos limites da representação. **Maracanã**, v. 8, p. 29-57, 2012; AVELAR, Alexandre de Sá. Figurações da escrita biográfica. **ArtCultura**, v. 13, p. 137-155, 2011.

⁴²⁷ REVEL, Jacques *apud* AVELAR, Alexandre de Sá. Traçando destinos: desafios narrativos e éticos da biografia histórica. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, v. 177, p. 119-148, 2015, p. 148.

de experiência capaz de integrar as modalidades histórica e ficcional de narrativa⁴²⁸. Com isso, é necessário questionar os limites das alteridades possíveis na escrita da história⁴²⁹.

Se as descontinuidades e as fragmentações são elementos impeditivos para as biografias históricas serem consideradas objeto e abordagem da História, preferimos caminhar por outros trilhos. São as fraturas presentes em uma abordagem biográfica que nos permitem um olhar privilegiado sobre o passado. É essa a condição que a torna objeto de uma perspectiva rica em possibilidades de investigação. Os desdobramentos dessa consideração nos levam a um horizonte em que é possível pensar a trajetória de Antônio Vieira como mediação para diversas reflexões da história.

Entretanto, não podemos deixar de considerar que, ao narrarmos a vida de um sujeito histórico, estaremos na frente de uma condição que não escapa a qualquer escrita: a diferença. A diferença que, segundo Michel de Certeau, está no domínio da diferenciação temporal, ou que também pode ser notada pela diferença de espacialidades, de culturas. Diante desse cenário, é imperioso questionar nossa postura em relação à diferença que, confrontada pelo tempo, nos lança a uma reflexão ainda mais elementar: a escrita e o outro.

Em *Teoria da Interpretação*, Paul Ricoeur faz uma defesa da escrita⁴³⁰. Para o filósofo francês, a escrita se distingue das demais linguagens pela condição de distância. Na fala, por exemplo, os interlocutores possuem os referentes como possibilidade de demonstração, além do gestual e da corporalidade. Os emissários e os receptores estão definidos, existe um fluxo de diálogo direto. Para a escrita, a linguagem

⁴²⁸ RICOEUR, Paul. **O si-mesmo como outro**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2014, p. 112.

⁴²⁹ A identidade do sujeito não está reclusa a sua *mesmidade*. Isto é, a permanência de si consigo no tempo não permite uma compreensão da identidade narrativa. O sujeito se desloca em algures, o que nos leva a compreensão de que a identidade narrativa, uma vez constitutiva pela *ipseidade*, pode incluir a mutabilidade e as transformações na coesão de uma vida. RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. Campinas: Papyrus, 1997. t. 3, p. 419. A explicação e valorização das ações do sujeito, partindo de um ponto de vista das intenções de um sujeito unitário e fixo, são insuficientes para que se reflita sobre a identidade narrativa. Antônio Barros de Brito Júnior entende a aproximação entre o conceito de metáfora viva e a poética da identidade narrativa como uma possibilidade do escopo teórico de Ricoeur, assim como para além do próprio filósofo francês. A identidade narrativa se configura ao mesmo tempo com a ação do sujeito e o sujeito da ação, sob um agenciamento correlato entre o aspecto objetivo e subjetivo da ação praticada na narrativa. Para o empreendimento dos sentidos na narrativa, é que se toma emprestado da poética um modo de organização da ação no tempo, sem o qual o sujeito transita pelas teias de acontecimentos sem que se produza sentido. BRITO JUNIOR, Antônio Barros. A metáfora do si-mesmo como outro: poética e ontologia em Paul Ricoeur. In: CASTRO, Fabio Caprio Leite de (org.). *O si-mesmo e o outro: ensaios sobre Paul Ricoeur*. 1. ed. Porto Alegre: Editora Fi, 2016. p. 41

⁴³⁰ RICOEUR, Paul. **Teoria da interpretação: o discurso e o excesso de significação**. Lisboa: Edições 70, 1987, p. 86-91.

se dá mediante uma distância. Os referentes não estão à mostra e o processo de construção de sentidos requer imaginação. Com ela é que se compõem os cenários, as paisagens e os personagens, elementos necessários para que uma narrativa tome a forma de imagem. O escritor pode até escrever para um receptor específico, mas o seu texto também pode ser lido por outros. As palavras excedem a própria existência daquele que as escreveu.

A leitura, como polo complementar da escrita, justifica-se na dialética entre a distanciamento e a apropriação. Se a autonomia semântica separa o texto de seu escritor, será o ato de apropriar-se, tornar seu o que é alheio, uma operação de deslocamento da autoria. A distanciamento é, nesse sentido, a luta entre a alteridade e a ipseidade, por meio da qual “toda compreensão visa a extensão da auto compreensão”⁴³¹. Com isso, podemos considerar a escrita um exercício de diálogo com um interlocutor em condição de diferença radical. A diferença, nesse sentido, é própria da linguagem. O outro em questão está em um tempo diferente, enuncia suas palavras e as escreve em rastros, o que já não permite ao leitor a dedução de um sentido original.

Se a alteridade produzida pela escrita da história está sob o escopo de uma modernidade, como será possível pensar a relação com o outro por meio de uma identidade porosa? Talvez a própria reflexão sobre o que é compreensão nos sirva de encaminhamento. Compreender, nessa perspectiva, pode ser instrumentalizado como um exercício de deslocamento de si. Isto é, não se trata de investirmos uma compreensão do outro enquanto um objeto de observação, posição que evoca uma ingênua noção de parcialidade ou neutralidade, mas uma compreensão de si em mediação com o outro.

Mais do que estabelecer uma leitura de denúncia ou uma exaltação panegirista, o estudo de mulheres e homens de outros tempos é uma experiência com a diferença. A diferença que pode ser experienciada por meio de uma porosidade da identidade narrativa, que conjuga o si mesmo em outro. Como em uma fronteira móvel, no outro sempre há o que difere e o que é similar, sem os quais não há diálogo, interlocução. Em outros termos, ao mesmo tempo em que a diferença surge como condição inevitável, as similaridades são possíveis em uma determinada experiência, em nosso caso, a escrita. Assim, podemos considerar a existência de uma interseção entre o

⁴³¹ RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. Campinas: Papirus, 1997. t. 3, p. 91.

historiador e seu objeto, na qual podem ser percebidas práticas e experiências comuns, passíveis de similaridades e analogias, tornando possível novo olhar sobre a concepção de herança⁴³².

Se a leitura provoca uma apropriação da identidade narrativa, é importante retomarmos o problema não só como autorreflexão, mas objeto de investigação. Nesse sentido, talvez seja possível enxergar no homem do século XVII um personagem que, assim como nós, teve de lidar com a penúria do ser, responder às eminentes questões sobre a finitude humana, homem cuja experiência histórica torna possível a compreensão das fragilidades de nossa segurança ontológica. Para além de uma ilusão biográfica, é necessário que se compreenda as ambiguidades, as contradições e as descontinuidades como aspectos de uma condição humana.

Se a crítica ao humanismo nos permite desmoronar o conceito metafísico de homem, a história pode ser útil para o constante exercício de nossa descentralização. A radicalidade de uma experiência histórica, mais do que uma atividade de imaginação, pode redefinir nossa postura diante das diferenças.

⁴³² RICOEUR, Paul. Histoire et rhétorique. *Diogène*, n. 168, p. 9-26, 1994.

FONTES

I - Francisco Adolfo Varnhagen:

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Colecção de notícias para a história e geografia das nações ultramarinas que vivem nos domínios portugueses.** Lisboa: Tipografia da Academia das Ciências de Lisboa, 1839. v.5, n.2.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Correspondência ativa.** Coligida e anotada por Clado Lessa. Rio de Janeiro: INL/ MEC, 1961.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Diário da navegação da armada, que foi à terra do Brasil sob a capitania-mor de Martim Afonso de Sousa, escrito por seu irmão Pero Lopes de Sousa.** Lisboa: Tipografia da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis, 1839.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Ensaio Histórico sobre as letras no Brasil,** 1847. Disponível em: http://www.cervantesvirtual.com/obra-visor/ensaio-historico-sobre-as-letras-no-brasil--0/html/ffcb4142-82b1-11df-acc7-002185ce6064_1.html#I_1_. Acesso em: 23 de janeiro de 2016.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História geral do Brazil antes da sua separação e independência de Portugal.** 2. ed. Rio de Janeiro: Laemmert, 1870. t.2.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História geral do Brasil,** isto é, do descobrimento deste Estado, hoje império independente, escrita em presença de muitos documentos autênticos recolhidos nos arquivos do Brasil, de Portugal, da Espanha e da Holanda. Por um sócio do Instituto Histórico do Brasil, Natural de Sorocaba. Madrid: Imprensa de J. Del Rio, 1857. t.2

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Memoria sobre a necessidade do estudo e ensino das línguas indígenas do Brasil. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro,** 1841.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Os índios bravos e o Sr. Lisboa, Timon 3º.** Pelo autor da Historia geral do Brazil. Apostilla e nota G aos nº 11 e 12 do Jornal do Timon; contendo 26 cartas ineditas do jornalista, e um extracto do folheto Diatribe contra a timonice, etc. Lima: Imprensa Liberal, 1867.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **O panorama,** n. 119, de 10 de ago. de 1839.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **O panorama,** n. 141, 11 de jan. de 1840.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo. **Réplica apologetica de um escriptor calumniado e juizo final de um plagiario diffamador que se intitula general.** Madrid: d. Dominguez, 1846.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Revista Universal Lisbonense**, n. 3, 14 de out. de 1841.

II - João Francisco Lisboa:

LISBOA, João Francisco. **Obras de João Francisco Lisboa, natural do Maranhão**; precedidos de uma notícia biográfica pelo Dr. Antônio Henriques Leal. São Luís: Typographia de Belarmino Matos, 1864, v.1.

LISBOA, João Francisco. **Obras de João Francisco Lisboa, natural do Maranhão**; precedidos de uma notícia biográfica pelo Dr. Antônio Henriques Leal. São Luís: Typographia de Belarmino Matos, 1865, v. 2.

LISBOA, João Francisco. **Obras de João Francisco Lisboa, natural do Maranhão**; precedidos de uma notícia biográfica pelo Dr. Antônio Henriques Leal. São Luís: Typographia de Belarmino Matos, 1865, v. 3.

LISBOA, João Francisco. **Obras de João Francisco Lisboa, natural do Maranhão**; precedidos de uma notícia biográfica pelo Dr. Antônio Henriques Leal. São Luís: Typographia de Belarmino Matos, 1865, 4.

LISBOA, João Francisco. **Vida do Padre Antônio Vieira**. Clássicos Jackson. vol. XIX. Rio de Janeiro: W. M. Jackson Inc., 1964.

LISBOA, João Francisco. **Vida do Padre Antônio Vieira**. Rio de Janeiro: B.L Garnier, 1891.

III - Biblioteca Nacional do Brasil

O BRADO CONSERVADOR. Assú, 1873, n. 34-49. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=713953&pesq=Antonio%20Vieira>. Acesso em: 20 de jan. de 2014.

CIDADE DO SALVADOR, Salvador, 1897, n. 173; n. 175. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=763250&pesq=padre%20Antonio%20Vieira&pasta=ano%20189>. Acesso em: 25 jan. 2014.

IV – Outras documentações

A democracia e o jesuitismo. Manifesto do centro eleitoral republicano do Porto. Breve de extinção da Companhia de Jesus de 21 julho de 1773. Biblioteca Nacional de Lisboa, secção de Iconografia, CT 7199 A.

ABREU, Capistrano de. **Capítulos da História Colonial (1500-1800)**. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998.

ARARIPE, Tristão de Alencar. Indicações sobre a história nacional. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, t. 57, pt. 2, p. 259-290, 1894.

BARBOSA, Januário da Cunha. Discurso do Primeiro Secretário Perpétuo do Instituto. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, t. 1, p. 9-17, 1839.

BARROS. André de. **Vida do apostólico padre António Vieira da Companhia de Jesus**. Lisboa: Na Nova Officina Sylviana, 1746.

BREVE memória acerca da naturalidade do Padre Antônio Vieira da Companhia de Jesus, de que foi encarregado pelo IHGB o Arcebispo da Bahia, D. Romualdo Antônio de Seixas, membro honorário do mesmo Instituto, e de algumas sociedades nacionais e estrangeiras. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, t. 19, p. 5-32, 1856.

Breve de extinção da Companhia de Jesus de 21 julho de 1773. Biblioteca Nacional de Lisboa, COD 852, fls.68-71.

Estatuto da Universidade de Coimbra compilados debaixo da immediata e suprema inspecção de ElRei D. José I. Lisboa, Na Régia Officina Typográfica, 1772.

Compêndio Histórico do Estado da Universidade de Coimbra. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1772.

CHAGAS. Pinheiro. **O juramento da Duquesa**. Rio de Janeiro: Otto Pierre Editores, 1978.

FRANÇA, Gonçalo Soares da. À Morte do P.e António Vieira. *In*: TOPA, Francisco. **Um G(onç)alo Renascido**: poesia inédita do brasílico Gonçalo Soares da Franca. Porto: SPC, 2012.

FRANÇA, Gonçalo Soares da. A um Pintor retratando o P.e António Vieira. *In*: TOPA, Francisco. **Um G(onç)alo Renascido**: poesia inédita do brasílico Gonçalo Soares da Franca. Porto: SPC, 2012.

GARRETT, Almeida. Bosquejo da história da poesia e língua portuguesa. *In*: GARRETT, Almeida. **Obras de Almeida Garrett**. Porto: Lello & Irmãos, 1963. v. 1.

HARTOG, François. Tempos do mundo, história, escrita da história. *In*: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado (org.). **Estudos sobre a escrita da história**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006,

HERCULANO, Alexandre. **História das origens e estabelecimento da Inquisição em Portugal**. Lisboa: Livraria Bertrand; Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, s/d.

LEAL, Antonio H. Apontamentos para a história dos jesuítas, extrahidos dos chronistas da Companhia de Jesus. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, t. 34, p. 47-53, 1871.

LESSA, Clado Ribeiro de. Vida e obra de Varnhagen (1ª parte). **Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, Departamento de Imprensa Nacional, v. 223, p. 102-103, 1954.

LIMA, José Inácio de Abreu e. **Resposta ao Cônego Januário da Cunha Barbosa. Análise do primeiro juízo de Francisco Adolpho Varnhagen acerca do compêndio da História do Brazil.** Recife: Tipografia M Faria, 1844.

LOBO, D. Francisco de Alexandre. **Discurso histórico e crítico acerca do padre Antônio Vieira.** Coimbra: Imprensa da Universidade, 1897.

Maquinações de Antônio Vieira Jesuíta. Biblioteca Nacional de Lisboa, códices ms. n. 2673-2679.

PEREGRINO JÚNIOR. Prefácio: significação e importância da obra de João Francisco Lisboa. *In*: LISBOA, João Francisco. **Vida do padre Antônio Vieira.** São Paulo: Gráfica Editora Brasileira Ltda, Clássicos Jackson, 1948. v. 19.

PINHEIRO, J. C. Fernandes. Ensaio sobre os jesuitas. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, t. 18, p. 71- 164, 1855.

PINHEIRO, J. C. Fernandes. Breves reflexões sobre o systema de catechese seguido pelos jesuitas no Brazil. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, t. 19, p. 379-397, 1856.

RODRIGUES, José Honório (org.). **Correspondência de Capistrano de Abreu.** 2 ed. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira/INL/MEC, 1977. 3 v.

SÃO LEOPOLDO, Visconde de. O Instituto Histórico Brasileiro é o representante das ideias de Ilustração, que em diferentes épocas se manifestaram neste continente. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, t. 1, p. 61-76, 1839.

SILVA, J. M. Pereira da. **O Plutarco Brasileiro.** Rio de Janeiro: LVF, 1847. v.1.

SILVA, Manoel Telles da. **História da Academia Real da História Portuguesa.** Lisboa: Officina de Joseph Antonio Sylva, 1727.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGAMBEN, Giorgio. **O Estado de Exceção**. Tradução: Iraci D. Poleti. São Paulo: Boitempo, 2003.

ALEIXO, José Carlos Brandi (org.). **História do Futuro**. Brasília: UNB, 2005.

ALMEIDA, Fortunato de. **História da Igreja em Portugal**. Lisboa: Livraria Civilização editora, 1970.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas: reflexão sobre a origem e difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANTUNES, José. Iberismo Político Medieval e a Bula *Manifestis Probatum* como Marco Jurídico de Divisão. **Revista História das ideias**, Coimbra, v. 30, p. 31-34, 2010.

ARAUJO, Valdei Lopes. História dos conceitos: problemas e desafios para uma leitura da modernidade ibérica. **Almanack Braziliense**, n. 7, p. 47-55, maio 2008.

_____. Sobre a permanência da expressão *historia magistra vitae* no século XIX brasileiro. In: NICOLAZZI, Fernando; MOLLO, Helena Miranda; ARAUJO, Valdei Lopes de (org.). **Aprender com a história? o passado e o futuro de uma questão**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

_____. **A experiência do tempo**. Conceitos e Narrativas na Formação Nacional Brasileira (1813-1845). São Paulo: Hucitec, 2008.

_____. Historiografia, nação e os regimes de autonomia na vida letrada no Império do Brasil. **Varia historia**, Belo Horizonte, v. 31, n. 56, p. 365-400, ago. 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010487752015000200365&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 10 jan. 2019.

ASFORA, Wanessa. A ideia da peregrinatio na Navigatio Sancti Brendani Abbatis. **Brathair**, Rio de Janeiro, v. 1, p. 3-17, 2003.

AVELAR, Alexandre de Sá. Figurações da escrita biográfica. **ArtCultura**, Uberlândia, v. 13, n. 22, p. 137-155, jan./jun. 2011.

_____. Traçando destinos: desafios narrativos e éticos da biografia histórica. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, v. 177, p. 119-148, 2015; AVELAR, Alexandre de Sá. História, tempo presente e testemunho: ainda em torno dos limites da representação. **Maracanan**, v. 8, p. 29-57, 2012.

AVELAR, Alexandre de Sá. Figurações da escrita biográfica. **ArtCultura**, v. 13, p. 137-155, 2011.

AZEVEDO, João Lúcio. **História de Antônio Vieira**. São Paulo: Alameda, 2008.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. 4 ed. Martins Fontes: São Paulo, 2003.

BARROS, Manoel de. **Ensaio fotográficos**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

BARTHES, Roland. A Morte do Autor. *In*: BARTHES, Roland. **O rumor da língua**. São Paulo: editora brasiliense, 1988.

BARRETO JUNIOR, Manoel. **Academia Brasílica dos Esquecidos**: reminiscências históricas. 2015. 164 f. Tese (Doutorado em Literatura) – Programa de Pós-graduação em Estudo de Linguagens, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2009.

BASSELAAR, José van den. **O Sebastianismo**: história sumária. Lisboa: ICLP, 1987.

BENDIX, Reinhard. **Construção Nacional e Cidadania**. São Paulo, EDUSP, 1996.

BENTIVOGLIO, Julio. A História no Brasil imperial: a produção historiográfica na RIHGB. **História: Questões & Debates**, Curitiba, Editora UFPR, v. 63, n. 2, p. 287-315, jul./dez. 2015.

BERCOVICI, Gilberto. **Soberania e constituição**: para uma crítica do constitucionalismo. São Paulo: Quartier Latin, 2005.

BEVERLEY, John. Sobre Gongora y el gongorismo colonial. **Revista Ibero Americana**, v. 47, n. 114-115, p. 33-44, janeiro/jun. 1981.

BOBERG, Hiudéa Tempesta Rodrigues. Padre Vieira e Pessoa: a língua portuguesa como veículo da pátria da espiritualidade. **Revista Letras**, Curitiba, n. 59, p. 35-45, jan./jun. 2003.

BORGES, Jorge Luís. Tlón, Uqbar, Orbis Tertius. *In*: BORGES, Jorge Luís. **Ficções**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 26.

BORRALHO, José Henrique de Paula. **A Athenas Equinocial**: a literatura e a fundação de um Maranhão no Império brasileiro. São Luís: Edfunc, 2010.

BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. 32 ed. São Paulo: Cultrix, 1995.

_____. **O ser e o tempo da poesia**. São Paulo: Cultrix, 1977.

BOURDIEU, Pierre. **A Distinção**. São Paulo: EDUSP, 2007.

_____. **Campo de poder, campo intelectual**: itinerário de un concepto. s/l: Montessor, 2002.

_____. **O senso prático**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

_____. Algumas propriedades dos campos. *In*: BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

_____. **Razões práticas**: sobre a teoria da razão. 8. ed. Campinas: Papirus, 2007.

_____. **A distinção**: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.

BRITO JUNIOR, Antônio Barros. A metáfora do si-mesmo como outro: poética e ontologia em Paul Ricoeur. *In*: CASTRO, Fabio Caprio Leite de (org.). O si-mesmo e o outro: ensaios sobre Paul Ricoeur. 1. ed. Porto Alegre: Editora Fi, 2016.

BUARQUE, Virgínia. A contribuição de Michel de Certeau à História das ideias religiosas. **Revista Brasileira de História das Religiões**, v.6, n. 16, Maringá, 2013.

BURCKHARDT, Jacob. **A cultura do renascimento na Itália**: um ensaio. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

CABRAL, Manuel Villaverde. A identidade nacional portuguesa: conteúdo e relevância. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 46, n. 3, 2003.

_____. O Exercício da Cidadania Política em Portugal. **Análise Social**, n. 154/155, 2000, pp. 85-113.

CAIRO, Luís Roberto Velloso. Do Florigério à Antologia da poesia brasileira da invenção: uma reflexão sobre o paradigma da história da literatura brasileira. **Revista de estudos da literatura**, Belo Horizonte, v. 3, out. 1995.

CALAFATE, Pedro. Portugal tematizado pela cultura portuguesa. *In*: **Colóquio Identidade Nacional e identidades Regionais na Península Ibérica**. Universidade do Minho, 1996.

CALLARI, Cláudia. Os Institutos Históricos: do patronato de D. Pedro II à construção de Tiradentes. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 21, n. 40, p. 59-83, 2001.

CAMÕES, Luís de. Os Lusíadas [Canto V, 96a e 97a estrofes]. *In*: CAMÕES, Luís de. **Obra Completa**. Rio de Janeiro: Aguilar Editora, 1963.

CAMPUS, Fernando Arruda. **Tomismo no Brasil**. São Paulo: Paulus, 1998.

CÂNDIDO, Antônio. **Formação da literatura brasileira**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981. v.1.

CARVALHO, José Murilo. Introdução – Lisboa e Timon: o drama dos liberais do império. *In*: LISBOA, João Francisco. **Jornal de Timon**: partidos e eleições no Maranhão. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

CASTRO, João de. **Paráfrase e concordância de algumas profecias de Bandarra**. Paris, 1603. Disponível em:

<http://books.google.com.br/books?id=22EuAAAAYAAJ&printsec=>. Acesso em: 28 jan. de 2013.

CATROGA, Fernando. Alexandre Herculano e o historicismo romântico. *In*: TORGAL, Luís Reis; MENDES, José Amado; CATROGA, Fernando. **História da História em Portugal** (Séculos XIX e XX). Lisboa: Círculo dos Leitores, 1996.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

_____. A história, ciência e ficção. *In*: **História e psicanálise: entre ciência e ficção**. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

CEZAR, Temístocles. Lições sobre a escrita da história: as primeiras escolhas do IHGB. A historiografia brasileira entre os antigos e os modernos. *In*: NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das; GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal; GONÇALVES, Marcia de Almeida; GONTIJO, Rebeca (org.). **Estudos de historiografia brasileira**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2011.

_____. Lição sobre a escrita da História: Historiografia e Nação no Brasil do século XIX. **Diálogos**, DHI/UEM, v. 8, n. 1, p. 11-29, 2004.

_____. Em nome do pai, mas não do patriarca. Ensaio sobre os limites da imparcialidade na obra de Varnhagen. **História**, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 207-240, 2005.

_____. Livros de Plutarco: biografia e escrita da história no Brasil do século XIX. **Métis: história & cultura**, Caxias do Sul, v. 2, n. 3, p. 73-94, jan./jun. 2003.

_____. Varnhagen em movimento: breve antologia de uma existência. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, p.159-207, 2007.

CIDADE, Hernâni. **Padre Antônio Vieira**. São Paulo: Editora Arcádia, s/d.

COSTA, Leonor Freire. **Portugal e o Atlântico: o significado do império**. Disponível em: http://www.dhm.de/archiv/ausstellungen/neue-welten/pt/docs/Leonor_Freire_Costa.pdf. Acesso em: 19 maio 2015.

COSTA LIMA, Luiz Costa. João Francisco Lisboa: a presença da ruptura. **Vozes**, n. 8, ago. 1967.

CURTIUS, Ernst. **Literatura europeia e Idade Média**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

CUSTÓDIO, Spencer Filho. **Os Exercícios Espirituais de Santo Inácio de Loyola: um manual de estudo**. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

COUTINHO, Afrânio. **A tradição afortunada** (o espírito de nacionalidade na crítica brasileira). Rio de Janeiro: José Olympio, 1968.

DELEUZE, Gilles. **A dobra: Leibniz e o barroco**. Campinas: Papirus, 1991.

DERRIDA, Jacques. **A escritura e a diferença**. São Paulo: Perspectiva, 1994.

_____. **Gramatologia**. São Paulo: Perspectiva, 2011.

DIAS, Fabiana. Da Gênese do Campo Historiográfico: Erudição e Pragmatismo nas Associações Literárias dos Séculos XVIII e XIX. **Revista de Teoria da História**, v. 4, n. 2, p. 18-33, dez. 2010.

DIEH, Astor Antônio. **A cultura historiográfica brasileira: do IHGB aos anos 1930**. Passo Fundo: Ediupf, 1998.

DOMINGOS, Simone Tiago. O retorno da Companhia de Jesus no Segundo Reinado: representações dos jesuítas nas páginas da Revista do IHGB (1839-1886). **Revista História e Cultura**, Franca, v. 3, n. 2, p. 338-355, 2014.

DOSSE, François. **História do estruturalismo**. São Paulo: Ed. Ensaio, 1993. v. 1: campo do signo.

_____. **O desafio biográfico: escrever uma vida**. São Paulo: EDUSP, 2009.

DUARTE, André. Heidegger e Foucault, críticos do humanismo, técnica e biopolítica. **Trans/Form/Ação**, São Paulo, 29(2): 95-114, 2006.

ECHEVERRÍA, Bolívar. La Compañía de Jesús y la primera modernidad de América Latina, ed. Petra Schumm, Barrocos y Modernos. **Nuevos caminos en la investigación del Barroco Iberoamericano**, Verveut, 1998.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: uma história dos costumes**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

ENDERS, Armelle. O Plutarco brasileiro: a produção de vultos nacionais no segundo reinado. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 25, p. 41-62, 2000.

FAGUNDES, Raphael Silva. O novelo de lã: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o fio da história no labirinto da política. **Albuquerque: revista de história**, v. 8, n. 15, p. 42-66, jan./jun. 2016.

FALCON, Francisco José Calazans. O Brasil de Capistrano de Abreu: características de sua produção Historiográfica. **Trajeto**, Fortaleza, v. 3, n. 5, p. 65-77, 2004.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edição Loyola, 2006.

_____. **As palavras e as coisas**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

FOUCAULT, Michel. O que é um autor?. *In*: FOUCAULT, Michel. **Estética: literatura e pintura, música e cinema**. Tradução: Inês Barbosa. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

FRANCO, José Eduardo. **O mito de Portugal**: a primeira História de Portugal e a sua função política. Lisboa: Roma Editora e Fundação Maria Manuela e Vasco de Albuquerque d'Orey, 2000.

_____. **Génese e mentores do antijesuitismo na Europa Moderna**. Lisboa: CLEPUL, 2012

FRANCO, José Eduardo; REIS, Bruno Cardoso. **Vieira na literatura anti-jesuítica (século XVIII-XIX)**. Lisboa: Roma Editora, 1997.

GAY, Peter. **A experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud**: a educação dos sentidos. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

GEARY, Patrick J. **O mito das nações**: a invenção do nacionalismo. Tradução: Fábio Pinto. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2005.

GOEL, Matthias. Bernardo de Brito: A Misunderstood Portuguese Chronicler. **e-JPH**, Porto, v. 15, n. 2, p. 30-44, dez. 2017.

GOMES, Daniela Gonçalves. O poder da palavra escrita: os jornais católicos e a difusão dos ideais ultramontanos na diocese de Mariana (1844-1876). **Revista História UEG**, Goiânia, v.1, n.2, p.11-22, jul./dez. 2012

GOMES, Eugênio. Vieira e Rui. *In*: GOMES, Eugênio. **Visões e Revisões**. Rio de Janeiro: Crítica, 1958.

GOMES, Joaquim de Oliveira. **Jornal de Timon e Incidente em Antares**: perspectivas históricas, sociais e políticas em dois momentos da literatura brasileira. 2003. Dissertação (Mestrado em Literatura) – Universidade Estadual Paulista, São José de Rio Preto, 2003.

GONTIJO, Rebeca (orgs.). **Estudos de historiografia brasileira**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2011.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. **Da Escola Palatina ao Silogeu**: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938). 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Museu da República, 2007.

_____. Primeiro Congresso de História Nacional: breve balanço da atividade historiográfica no alvorecer do século XX. **Tempo**, Niterói, v. 9, n. 18, p. 147-170, jan./jun. 2005.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 6-27, 1998.

_____. Salgado. Expondo a História: imagens construindo o passado. *In*: GUIMARÃES, Manuel L. Salgado; RAMOS, Francisco Régis Lopes (org.). **Futuro do pretérito**: escrita da história e história do museu. Fortaleza: Instituto Frei Tito de Alencar, 2010.

_____. **Historiografia e nação no Brasil: 1838-1857.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

_____. A disputa pelo passado na cultura histórica oitocentista no Brasil. *In:* José Murilo de Carvalho (org.). **Nação e cidadania no Império: novos horizontes.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GRAHAM, Richard. **Construindo a nação no Brasil do século XIX:** visões novas e antigas sobre classe, cultura e Estado. *In:* Diálogos. Maringá, v. 5, 2001.

HALL, Stuart. **A identidade Cultural na pós-modernidade.** Rio de Janeiro: Dp&a Editora, 2005.

HANSEN, João Adolfo. Barroco, Neobarroco e outras ruínas. **Estudos Portugueses,** Salamanca, n. 3, p. 171-217, 2003.

_____. Pressupostos metafísicos e teológicos políticos na obra de Vieira. *In:* DUARTE, Leite Pereira; ALVES, Maria Theresa Abelha (orgs.). **Padre Vieira: 400 anos depois.** Belo Horizonte: ED. PUC Minas, 2009.

_____. Vieira, forma e função. **Revista da Biblioteca Mário de Andrade,** São Paulo, v. 55, p. 185-195, jan./dez. 1997.

_____. Barroco, neobarroco e outras ruínas. **Teresa:** revista de literatura brasileira, São Paulo, Editora 34, n. 2, p. 10-66, 2001.

HARTOG, François. Tempos do mundo, história, escrita da história. *In:* HARTOG, F. (Org.) ; DEVOTO, F. (Org.) ; CEZAR, T. (Org.); GUIMARAES, M. L. L. S. (Org.) ; TURIN, R. (Org.) ; SILVA, T. T. Q. (Org.) ; FERREIRA, M. M. (Org.) ; GUIMARAES, L. M. P. (Org.) ; ALVES, Francisco José (Org.) ; ALBUQUERQUE JUNIOR, D. M. (Org.) ; OLIVEIRA, M. G. (Org.) ; NICOLAZZI, F. (Org.). **Estudos sobre a escrita da história.** Rio de Janeiro: 7Letras, 2006.

HEIDEGGER, Martin. **A Questão da Técnica.** Tradução de Marco Aurélio Werle. São Paulo: Revista *Scientia Studia*, 2007.

HOBBSAWM, Eric J. **Nações e nacionalismo: desde 1780.** São Paulo: Paz e Terra, 2011.

JANOTTI, Maria de Lourdes. **João Francisco Lisboa: jornalista e historiador.** São Paulo: Ática, 1977.

KANTOR, Iris. **Esquecidos e Renascidos: historiografia acadêmica luso-americana (1724-1759).** São Paulo: Hucitec, 2004.

KHALED JR., Salah H. **Horizontes identitários: a construção da narrativa nacional brasileira pela historiografia do século XIX.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Tradução: Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira. Revisão: César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto Editora: PUC-Rio, 2006.

_____. **Estratos do tempo**: estudos sobre história. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2014.

KUMAR, Krishan. **Da sociedade pós-industrial à pós-moderna: Novas teorias sobre o mundo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

LENOBLE, Robert. **História da ideia de natureza**. Lisboa: Edições 70, 2002.

LEROY, Michel. **Le Mythe Jésuite**: de Béranger à Michelet. Paris: PUF, 1992.

LIMA, Sérgio Eduardo Moreira (org.). **Varnhagen (1816-1878)**: diplomacia e pensamento estratégico. Brasília: Funag, 2016.

LINS, Ivan. **Aspectos do Padre Antônio Vieira**. 2. ed. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1962.

LONDOÑO, Fernando. Escrevendo cartas jesuítas: escrita e missão no século XVI. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 22, n. 43, p. 11-32, 2002.

MACEDO, Gil Eduardo de Albuquerque. **As chaves para o Mundo do Quinto Império**: as imagens de mundo na História do Futuro do Padre Antônio Vieira. 1. ed. Lisboa: Theya Editores, 2016.

MAGALHÃES, Basílio. Varnhagen. **Revista da Academia Brasileira de Letras**, v. 81, p.101-102, 1928.

MARAVALL, José Antônio. **A Cultura do Barroco. Análise de uma estrutura histórica**. São Paulo: EDUSP, 1997.

MARCOCCI, Giuseppe. A fundação da Inquisição em Portugal: um novo olhar. **Lusitania Sacra**, n. 23, p. 17-40, jan./jun. 2011.

MARQUES, Ana Luísa dos Santos. **Arte, ciência e história no Livro português do século XVIII**. 2014, 505 f. Tese (Doutorado em Belas Artes) -- Faculdade de Belas Artes, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2014.

MARTINS, Patrícia Carla de Melo. **Padroado Régio no auge do Império Brasil**. In: Anais do III Encontro Nacional do GT História das Religiões e Religiosidades – ANPUH -Questões teórico-metodológicas no estudo das religiões e religiosidades. IN: Revista Brasileira de História das Religiões. Maringá (PR) v. III, n.9, jan./2011.

MASSIMI, Marina; PRUDENTE, André Barreto. **Um incendiado desejo das índias**. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

MARTINS, Wilson. **A crítica literária no Brasil**. São Paulo: Departamento de Cultura, 1952.

MARTIUS, Carl F. P. von. Como se deve escrever a História do Brasil. In: MARTIUS, Carl F. P. von. **O Estado de Direito entre os autóctones do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1982.

MATOS, Raimundo José da Cunha. Dissertação acerca do sistema de escrever a história antiga e moderna do império do Brasil, **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro: t. 26, p. 121-143, 1863.

MELO, Evaldo Cabral de. Uma nova Lusitânia. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). **Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000) – Formação: histórias**. São Paulo: Senac, 1999.

MENDES, Luís César Castrillon. Martius e o IHGB: disputas acerca da narrativa histórica oitocentista. **Boletim Historiar**, n. 16, p. 3-15, jul./set. 2016.

MOREIRA, José. **As contradições do Padre Antônio Vieira: e outros escritos com uma carta autógrafa de Capistrano de Abreu**. Rio de Janeiro, 1943.

MORSON, Gary Saul; EMERSON, Caryl. **Mikhail Bakhtin: criação de uma prosaística**. Tradução: Antônio de Pádua Danesi. São Paulo: Edusp, 2008.

MOTA, Carlos Guilherme (org.). **Viagem Incompleta**. A experiência brasileira. (1500-2000). Formação: histórias. São Paulo. Senac, 1999.

MOTA, Isabel Ferreira da. **A Academia Real da História: os intelectuais, o poder cultural e o poder monárquico no século XVIII**. Coimbra: Minerva, 2003.

NICOLAZZI, Fernando. O historiador enquanto leitor: história da historiografia e leitura da história. **História da Historiografia**, v. 13, p. 63-77, 2013.

NIETZSCHE, **Escritos sobre a História**. São Paulo: Loyola, 2005.

NISKIER, Alfredo. O brasileiro Vieira. In: **Padre Antônio Vieira e os Judeus**. Rio de Janeiro: Imago, 2004

NORA, Pierre. **Entre memória e História: a problemática dos lugares**. Projeto História, São Paulo, n. 10, dez. 1993.

ODALIA, Nilo. **As formas do mesmo: ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna**. São Paulo: UNESP, 1997.

OLIVEIRA, Heverton Rodrigues de. **Santidade, peregrinação e milagres no Ocidente Peninsular: a hagiografia de Santa Senhorinha de Basto (século XII)**. 2016. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016.

OLIVEIRA, Carla Mary da Silva. Dobras e redobras: uma discussão sobre o Barroco e suas interpretações. **Política & Trabalho**, João Pessoa, v. 15, n. 15, p. 151-165, 1999.

OLIVEIRA, Maria da Graça. Biografia e historia magistra vitae: sobre a exemplaridade das vidas ilustres no Brasil oitocentista. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 22, n. 42, p. 273-294, dez. 2015.

_____. **Escrever vidas, narrar a história.** A biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

_____. Quem tem medo da ilusão biográfica? Indivíduo, tempo e histórias de vida. **Topoi**: revista de história, v. 18, p. 429-446, 2017.

OLIVEIRA, Paulo Fernando da Motta. Aspectos da recepção de Vieira por escritores portugueses oitocentistas. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL TERCEIRO CENTENÁRIO DA MORTE DO PADRE ANTÔNIO VIEIRA, Lisboa. **Actas [...]**. Braga: U.C.P.; P.P.C.J, 1999. v. 3. (Memoriabilia Cristiana, 9).

OLIVEIRA, Paulo Rogério Melo de. Um estilo jesuítico de escrita da história: notas sobre estilo e história na historiografia jesuítica. **História da historiografia**, Ouro Preto, n. 7, p. 266-278, nov./dez. 2011.

OLIVEN, Ruben George. Mitologias da Nação. *In*: FÉLIX. Loiva Otero e ELMIR, Cláudio P. (org) **Mitos e heróis**: construção de imaginários. Porto Alegre: UFRGS, 1998.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **A linguagem e seu funcionamento**: as formas do discurso. 2. ed. rev. e ampl. Campinas: Pontes, 1987.

PALACIN, Luís. A crítica de Vieira ao Sistema Colonial: um estudo da consciência possível. *In*: **Vieira e a visão trágica do Barroco**. São Paulo: Editora Hucitec, 1986.

PÉCORA, Alcir. **Teatro do sacramento**: a unidade teológico-retórico-política dos sermões de Antônio Vieira. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp; São Paulo: EDUSP, 2008.

PEDROSA, Fábio Mendonça. A academia Brasílica dos Esquecidos e a história natural da nova Lusitânia: o movimento academicista e Academia Brasílica dos Esquecidos. **REVISTA DA SBHC**, n. I/2003.

PEIXOTO, Renato Amado. **Cartografias imaginárias**: estudos sobre a construção da história do espaço nacional brasileiro e a relação história e espaço. Natal: EDUFRN; Campina Grande: EDUEPB, 2011.

PEREIRA, Paulo; CARNEIRO, José Martins. **O Palácio da Pena**. Londres: IPPAR: Scala Publishers, 1999.

PEREGRINO JÚNIOR. Prefácio: significação e importância da obra de João Francisco Lisboa. *In*: LISBOA, João Francisco. **Vida do padre Antônio Vieira**. São Paulo: Gráfica Editora Brasileira Ltda, Clássicos Jackson, 1948. v. 19.

PESSOA, Fernando. **Obras de Fernando Pessoa**. Porto: Lello & Irmão Editores, v.1,1986.

PIMENTEL, Manuel Cândido. O mito de Portugal nas suas raízes culturais. *In*: MATOS, Artur Teodoro de; LAGES, Mário Ferreira (coord.). **Portugal: percursos de interculturalidade**. Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, 2008. v. 3.

POLLAK, Michel. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-215, 1992.

PROTÁSIO, Daniel Estudante. Francisco Adolfo de Varnhagen e algumas linhas de força da historiografia portuguesa do seu tempo (1839-1841). **História da historiografia**, Ouro Preto, n. 14, p. 27-43, abr. 2014.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. **O fato e a fábula: o Ceará na escrita da história**. Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2012.

_____. José de Alencar e a operação historiográfica: fronteiras e disputas entre história e literatura. **História da historiografia**, Ouro Preto, n. 18, ago. 2015.

RANCIÈRE, Jacques **Os nomes da história: ensaio de poética e saber** São Paulo: Editora Unesp, 2014.

REBELO, Luís de Sousa. **A tradição clássica na literatura portuguesa**. Lisboa: Horizonte Universitário, 1982.

RIBEIRO, Mônica da Silva. **Se faz preciso misturar o agro com o doce: administração de Gomes Freire de Andrade, Rio de Janeiro e centro-sul da América portuguesa (1748-1763)**. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-graduação em História. Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Niterói, 2010.

RICOEUR, Paul. **A metáfora viva**. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

_____. Histoire et rhétorique. **Diogène**, n. 168, p. 9-26, 1994.

_____. **O si-mesmo como outro**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2014.

_____. **Tempo e narrativa**. Campinas: Papyrus, 1997. t. 3.

_____. **Teoria da interpretação: o discurso e o excesso de significação**. Lisboa: Edições 70, 1987.

RODRIGUES, Francisco S. J. **O Autor da Arte de Furtar: resolução de um antigo problema**. Porto: Liv. Apostolado da Imprensa, 1941.

RODRIGUES, José Honório. **Teoria da história do Brasil: introdução metodológica**. 2. ed. rev., aum. e il. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957. v. 1.

SANTOS, Evandro. **Ensaio sobre a constituição de uma ética historiográfica no Brasil oitocentista: Francisco Adolfo de Varnhagen, o historiador no tempo**. 2014.

Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, 2014.

_____. A História geral do Brasil, de Francisco Adolfo de Varnhagen: apontamentos sobre o gênero biográfico na escrita da história Oitocentista, **História da historiografia**. Ouro preto, n. 9, p. 88-105, 2012.

SARTRE, Jean-Paul. Prefácio. In: SARTRE, Jean-Paul. **O idiota da família**: Gustave Flaubert de 1821 a 1857. Tradução: Julia da Rosa Simões. 1. ed. Porto Alegre: L&PM Editores, 2013, v. 1.

SÉRGIO, Antônio. Prefácio. In: VIEIRA, Antônio. **Obras escolhidas**. s/d, v. I.

SILVA, Jussara Rodrigues da. **Reformar os costumes pela história**: a historiografia de Francisco Lisboa no Jornal de Timon [manuscrito]. 2017. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2017.

SILVA, Ana Cristina Nogueira da; HESPANHA, António Manuel *apud* CABRAL, Manuel Villaverde. A identidade nacional portuguesa: conteúdo e relevância. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 46, n. 3 p.513-533, 2003.

SILVA, Manoel Telles da. **História da Academia Real da História Portuguesa**. Lisboa: Officina de Joseph Antonio Sylva, 1727, s/p.

SKINNER, Quentin. **As fundações do pensamento político moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SOARES, Flávio José da Silva. **Barbárie e simulacro no Jornal de Timon de João Francisco Lisboa**. 2002. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002.

SOBRAL, Cristina. Hagiografia em Portugal: Balanço e Perspectivas. **Revista Medievalista**, Lisboa, v. 3, n. 3, p. 1-18, 2007.

SOUZA, José Fernandes de. Notícia biográfica. **Trechos selectos do padre Antônio Vieira**: publicação comemorativa do bicentenário de sua morte. Lisboa: Tipografia Minerva, 1887.

TIBURSKI, Eliete Lucia. **Escrita da história e tempo presente no Brasil oitocentista**. 2011. Dissertação (Mestrado em História) –UFRGS, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, 2011.

TOPA, Francisco (ed.). **Um G(onç)alo renascido**: poesia inédita do brasílico Gonçalo Soares da Franca. Porto: SPC, 2012.

TRIADÓ, Juan Ramón. **Saber ver a arte barroca**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

TURIN, Rodrigo. **Tempos Cruzados**: escrita etnográfica e tempo histórico no Brasil oitocentista. 2009. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

UNIOR, S. H. K. **A construção da narrativa nacional brasileira**: a escrita da nação em Barbosa, Martius e Varnhagen. Rio Grande do Sul: UFRGS, 2007.

WEHLING, Arno. **Estado, história, memória**: Varnhagen e a construção da identidade nacional. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

WINOCK, Michel. As ideias políticas. In: RÉMOND, René. (Org.). **Por uma história política**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

VAINFAS, Ronaldo. **Antônio Vieira**: jesuíta do rei. São Paulo, Companhia das Letras, 2011.

VAUCHEZ, André. O Santo. In: LE GOFF, Jacques (dir.). **O homem medieval**. Lisboa: Presença, 1989.

VENTURA, Antônio. O Movimento Anticlerical português oitocentista perante Antônio Vieira. In: CONGRESSO INTERNACIONAL TERCEIRO CENTENÁRIO DA MORTE DO PADRE ANTÔNIO VIEIRA, Lisboa. **Actas** [...]. Braga: U.C.P.; P.P.C.J, 1999. v. 3 (Memoriabilia Cristiana, 9).

VERÍSSIMO, José. **Estudos de Literatura Brasileira**: segunda série. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1901.

VERÍSSIMO, José. **História da literatura brasileira**: de Bento Teixeira (1601) a Machado de Assis (1908). Introdução Heron de Alencar. 4. ed. Brasília: EDUNB, 1981.

VIEIRA, Antônio. **Cartas**. Organização e notas de João Lúcio de Azevedo. São Paulo: Globo, 2008, v. 2.

_____. **Esperanças de Portugal, Quinto Império do Mundo**. Lisboa: Ática, 2007.

_____. Livro Antepimeiro. In: ALEIXO, José Carlos Brandi (org.). **História do futuro**. Brasília: UNB, 2005.

VIEIRA, Mauro. Prefácio. In: Moreira Lima, Sérgio Eduardo (org) **Varnhagen (1816-1878)**: diplomacia e pensamento estratégico; Brasília: Funag, 2016.

WHITE, Hayden. **Meta-História**. A imaginação histórica do século XIX. São Paulo: Edusp, 1995.

WÖLFFLIN, Heinrich. **Renascença e barroco**. São Paulo: Perspectiva, 1989.